

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO	Nº 19.104/2026
OBJETO	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços, com fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas integrados, destinados à modernização, ampliação e evolução tecnológica da Plataforma Integrada que compõe o Núcleo de Operações Assistidas da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, a prestação de serviços especializados de suporte, operação assistida e capacitação técnica, voltados ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município de Salvador, conforme especificações constantes neste Edital e em seu Termo de Referência.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE COM INVERSÃO DE FASE
MODO DA DISPUTA	ABERTO E FECHADO
VALOR DE REFERÊNCIA	LOTE 01 – R\$ 16.564.774,40 (dezesseis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) LOTE 02 - R\$ 27.298.266,67 (vinte e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	DATA: 15/04/2026 HORA: 08:00 – HORÁRIO DE BRASÍLIA LOCAL: https://www.licitanet.com.br
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	DATA: 22/04/2026 HORA: 10:00 – HORÁRIO DE BRASÍLIA
E-MAIL	LICITA.TRANSALVADOR@SALVADOR.BA.GOV.BR

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS

Com inversão de fases

ÓRGÃO/ENTIDADE: Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 19.104/2026

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica – Sistema de Registro de Preços (SRP)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por lote

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

PLATAFORMA: Portal Licitanet – Licitações Eletrônicas
(www.licitanet.com.br)

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, por intermédio da Superintendência de Trânsito do Salvador - TRANSALVADOR, inscrita no CNPJ sob nº 10.603.491/0001-19, torna público que realizará licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço por lote, para Registro de Preços, com inversão de fases, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 36.605/2023, e demais normas correlatas, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

A licitação será realizada integralmente de forma eletrônica, por meio do Portal Licitanet, com sessões públicas virtuais, observadas as regras operacionais da plataforma.

As retificações do EDITAL, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os LICITANTES e serão divulgadas pela imprensa oficial, da mesma forma que se deu publicidade ao presente EDITAL.

Os procedimentos da presente licitação, e sua posterior contratação, serão regidos pelas normas gerais aplicáveis ao Direito Administrativo, notadamente o quanto disposto em Constituição Federal vigente, Lei Federal 14.133/2021 e o que couber.

A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

O EDITAL e seus Anexos estarão disponibilizados nos sites <https://www.licitanet.com.br>, Portal Nacional de Compras – PNCP, <https://www.compras.salvador.ba.gov.br/novo>.

DO REGISTRO D PREÇOS

As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões, são as que constam na minuta de Registro de Preços.

DAS DESPESAS E ORGÃOS PARTICIPANTES

- As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados ao orçamento da Superintendência de Trânsito de Salvador - TRANSALVADOR, do presente exercício, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente, impondo-se sempre que seja providenciada a prévia dotação orçamentária e, se cabível, o respectivo pré-empenho antes da celebração de qualquer contratação a ser efetivada em decorrência da presente licitação.
- O órgão gerenciador será a Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR.
- Em razão da elevada especificidade técnica dos bens e serviços pretendidos, os quais não apresentam utilidade prática nem potencial de economia de escala para os demais órgãos da Administração Municipal, não foi realizado o procedimento público de intenção de registro de preços – IRP.

- Não obstante, de forma excepcional e superveniente, poderá o Município do Salvador, durante a vigência da ata, admitir a adesão de órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes da ata de registro de preços, desde que devidamente justificada a vantagem e mediante prévia anuência do órgão gerenciador.
- As contratações que trata o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (§ 4º do artigo 86, da Lei n.º 14.133/2021).
- Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços, com fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas integrados, destinados à modernização, ampliação e evolução tecnológica da Plataforma Integrada que compõe o Núcleo de Operações Assistidas da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, a prestação de serviços especializados de suporte, operação assistida e capacitação técnica, voltados ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município de Salvador, conforme especificações constantes neste Edital e em seu Termo de Referência.

1.2. A contratação está estruturada em **02 (dois) lotes independentes e complementares**:

- Lote 01 – Infraestrutura Física, Equipamentos e KITs Operacionais;
- Lote 02 – Sistemas, Softwares, Aplicativos, Plataformas Tecnológicas e Serviços Continuados.

1.3. Os quantitativos indicados são estimativos, constituindo limites máximos para fins de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral, conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 36.605/2023.

2.2. A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de até **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada, nos termos da legislação vigente.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de contratação específica para atendimento de necessidade devidamente justificada.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Concorrência, os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet (www.licitanet.com.br).

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los

atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.6 O tratamento diferenciado não será aplicado em relação às licitações que envolvam:

- a) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e
- b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será vedada a participação nesta licitação:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei 14.133/2021;
- e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

f) de empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.8. Como condição para participação na Concorrência, a licitante deverá confirmar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (Declaração de segmentação de faturamento);

3.8.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.8.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.8.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.10. É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.

3.11. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial que possuam o respectivo plano de recuperação deferido e homologado judicialmente (cfr. art. 58 da lei 11.101/2005);

3.12 É admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.1.3 A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto desta licitação, conforme as condições fixadas contratualmente.

4. DA MODALIDADE, INVERSÃO DE FASES E PLATAFORMA ELETRÔNICA

4.1. A licitação será realizada na modalidade Concorrência Eletrônica, com inversão de fases, adotando-se a seguinte ordem procedimental:

I – Apresentação da documentação de habilitação e das propostas;

II - Habilitação dos licitantes

III – Disputa de lances

IV – Julgamento das propostas;

V – Realização de Prova de Conceito

VI - Recursos

VI – Adjudicação e homologação.

4.2. O certame ocorrerá exclusivamente por meio do **Portal Licitanet – Licitações Eletrônicas** - <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade dos licitantes acompanhar todas as etapas do procedimento no sistema.

4.3. O agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, na abertura da sessão pública, deverá informar no sistema o prazo para a verificação dos documentos de habilitação, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado da habilitação, nos termos do art. 40 do Decreto Municipal 37.611/2023;

4.4. Serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes, observado o disposto no § 3º do art. 39 do Decreto Municipal 37.611/2023;

4.5 Serão convocados para envio de lances apenas os licitantes habilitados.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **antecederá** as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 do Decreto Municipal 37.611/2023, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

5.5. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta no sistema eletrônico

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, na abertura da sessão pública, informará no sistema o prazo para a verificação dos documentos de habilitação, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado da habilitação, nos termos do art. 40 do Decreto Municipal 37.611/2023;

7.3. Serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes, observado o disposto no § 3º do art. 39 do Decreto Municipal 37.611/2023;

7.4. Serão convocados para envio de lances apenas os licitantes habilitados.

8 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação jurídica, será verificado a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como **“objeto social”** no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação das licitantes, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

8.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.4. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF ou pelo Certificado de Registro Cadastral-CRC, expedido pela Secretaria Municipal de Gestão/SEMGE da Prefeitura Municipal do Salvador, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, sendo

necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC e dentro do prazo de validade, conforme disposto no Decreto Municipal nº 37.611/2023

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

8.7. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

8.7.1. Na hipótese de omissão do prazo de validade das certidões de regularidade fiscal ou da certidão negativa de concordata e falência, serão acatadas aquelas com prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua expedição.

8.8. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021

8.9. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

8.10. Habilitação Jurídica:

- 8.10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante cumprir com o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC.
- 8.10.1.2 As empresas consorciadas deverão apresentar, no momento da habilitação, instrumento de constituição do consórcio, subscrito por todas as consorciadas, do qual constem, no mínimo: a indicação da empresa líder, responsável pela representação do consórcio perante a Administração, a definição das responsabilidades de cada consorciada e a assunção de responsabilidade solidária por todas as obrigações decorrentes da licitação e da eventual contratação.
- 8.10.2 As empresas Licitantes apresentarão os documentos especificados a seguir:
- I Documentação relativa à habilitação jurídica;
 - II Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
 - III Documentação relativa à qualificação econômica e financeira;
 - IV Documentação relativa à qualificação técnica;
 - V Documentação complementar solicitada no edital.
- 8.10.3 A **Habilitação Jurídica** deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:
- I Pessoa Física:**
- a) Cédula de identidade - (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

II Empresário individual:

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

III Microempreendedor Individual - MEI:

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

IV Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:

- a) Inscrição do ato constitutivo;
- b) Estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

V Sociedade simples:

- a) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

VI Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:

- a) Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede matriz.

8.10.4 A Habilitação fiscal, social e trabalhista deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

- I inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II inscrição no Cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver;
- III Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- V Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.10.4.1 O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.10.5. Qualificação Econômico-Financeira

8.10.5.1. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.10.5.1.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.10.5.1.2. Fica vedada a substituição do Balanço, por Balancetes ou Balanços provisórios.

8.10.5.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a) Caso o licitante encontre-se em recuperação judicial, admite-se a participação, em licitações, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do Acórdão TCU – Plenário – 1201/2020.

8.10.5.3. Somente serão habilitadas as licitantes que comprovem o Patrimônio Líquido mínimo para cada lote, nos valores especificados a

seguir, respeitando ao limite de até 10% (dez por cento) do valor orçado para contratação:

Lote 01: R\$ 1.650.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta mil reais);

Lote 02: R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

8.10.5.4 Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, no Balanço Patrimonial, comprovação da boa situação financeira da empresa, acompanhados da demonstração de pelo menos um dos Índices a seguir discriminados¹, apurados a partir das informações contábeis requeridas no item anterior.

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC}$$

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

$$\text{GET} = (\text{PC} + \text{ELP}) / \text{AT}$$

Onde,

ILC = Índice Liquidez Corrente

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

GET = Grau de Endividamento Total

AT = Ativo Total

- Os valores exigidos nos índices são:

ILC - igual ou superior a 1,00 (um)

ILG - igual ou superior a 1,00 (um)

GET - igual ou menor que 0,50 (zero vírgula cinquenta)

¹ A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, exigidos no subitem 8.10.5.4, são os usualmente utilizados em todas as licitações deste Órgão. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança.

8.10.5.5. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem a Relação dos compromissos (Contratante/CT/Objeto/Valor/Saldo), firmados pelo licitante que importem diminuição de capacidade operativa ou absorção de Disponibilidade Financeira;

8.10.5.5.1. A falta de apresentação da relação dos compromissos assumidos será motivo de inabilitação;

8.10.5.6. A comprovação dos subitens 8.10.5.3, 8.10.5.4 se dará através do Balanço Patrimonial do último Exercício Social.

8.11. Qualificação Técnica

Conforme item 8.4 do Termo de **Referência**

8.12 Documentos obrigatórios complementares à Habilitação:

8.12.1. Apresentar a Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma de um dos modelos anexos do Decreto nº 4358 de 05/09/02, DOU de 06/09/02. (Anexo IV);

8.12.2. Apresentar a Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoas com Deficiência - PcD e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e normas específicas. (Anexo VI);

8.12.3. Apresentar a Declaração de Inexistência de Vínculo Impeditivo com a TRANSALVADOR (Anexo VII);

8.13. O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.13.1. Na hipótese de a licitante arrematante deixar de enviar algum documento de habilitação para um dos lotes que concorrer, o Agente de Contratação poderá aproveitar, de forma oblíqua, a habilitação já apresentada em outro lote, desde que cumprido cumulativamente os seguintes requisitos:

8.13.1.1. O Agente de Contratação deve se certificar de que a documentação faltante corresponde àquela já apresentada e analisada em lote anterior;

8.13.1.2. O Agente de Contratação deve avaliar se a documentação atende, na integralidade, os dois itens/grupos envolvidos nos itens em questão (essa análise se reforça se a documentação for atinente à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica)

8.13.1.3. O procedimento deve ser adotado com todos os licitantes na mesma condição, não se admite a adoção de condutas discriminatórias por parte dos agentes públicos.

8.14 - SUPRIMIDO

8.15 - No caso de Consórcio:

8.15.1. Para prova de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos;

8.15.2. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá apresentar, individualmente, os documentos exigidos no subitem 8.10.5, inclusive a certidão prevista no subitem 8.10.5.2, demonstrando, de forma conjunta, a capacidade econômico-financeira do consórcio para a execução do objeto.

8.15.2.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, o Consórcio deverá comprovar que possui patrimônio líquido, conforme o caso, em percentual estabelecido no edital, acrescido daquele exigido para o licitante individual, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.15.2.2. O percentual de acréscimo da exigência de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte (MPes).

9. DA SESSÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Após habilitação das licitantes, na data e horário estabelecidos para a abertura das propostas, será iniciada a etapa de lances.

9.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço ref. ao valor global do orçamento, para cada lote

9.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser observado conforme valor informado na plataforma <https://www.licitanet.com.br>.

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o modelo de disputa indicado no edital.

9.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.8. Modo de disputa: “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações

9.8.1. No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.

9.8.2. Encerrado o prazo previsto o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.8.3. Após a etapa de que trata o item 9.8.2 o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.8.4. No procedimento de que trata o item 9.8.3 o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.8.5. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.8.3 os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item 9.8.4.

9.8.6 Encerrados os prazos estabelecidos item 9.8.3 e 9.8.5, o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

9.8.6.1. ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

9.8.6.2. ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.11. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.12. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o órgão, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.13. O Critério de julgamento adotado será o de Menor Preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos

9.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

9.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada de modo de disputa aberto e fechado.

9.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

i) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo a classificação;

9.21.1. É importante destacar que não há regulamentação legal para aplicação dos critérios de desempates estabelecidos nos incisos II a IV do art. 60 da referida Lei, portanto, não é prudente que tais critérios sejam utilizados para a resolução de empates nos processos licitatórios até que sejam formalmente regulamentados.

9.21.2. Nessa seara, com o objetivo de desempatar as propostas das Empresas e visando a continuidade do processo licitatório, será adotado o quanto disposto no §1º do supracitado artigo, para alcançar tal fim.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.21.3. Por fim, se todas as disposições do art. 60 forem esgotadas, e ainda assim, permaneça a condição de empate, será realizado sorteio conforme previsto no item 7.23 do edital, para dessa forma definir a Empresa vencedora.

9.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

9.22.1. O sorteio será realizado, em ato público (Sessão Pública Virtual), da seguinte forma, podendo os interessados, também, participarem de forma presencial na Sede da Autarquia, no horário determinado:

1º) A Sessão Pública Virtual será registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, que serão juntados ao processo licitatório e disponibilizada aos interessados através de link para acesso;

2º) Serão nomeados servidores estáveis para representarem as licitantes na Sessão Pública Virtual;

3º) Serão depositados no globo giratório esferas numeradas em quantidade das empresas empatadas. (Ex. caso tenham 4 empresas serão depositadas esferas de 1 a 4);

4º) O sorteio será realizado por ordem alfabética. (primeira letra do nome da empresa);

5º) Será considerada vencedora do sorteio a licitante que retirar a esfera de número 1;

6º) As licitantes empatadas, remanescentes, serão classificadas de acordo com a esfera sorteada, ou seja 2ª, 3ª, 4ª... respectivamente;

7º) decidida a classificação final, a licitante classificada em 1º lugar será convocada, no sistema licitanet, para envio da Proposta, em atendimento ao item 12 do Edital.

9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.24. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 06 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

9.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o subitem 10.16 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema e realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

10.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 06:00h (seis) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.2. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.2. A Administração poderá realizar diligências ao licitante para que seja demonstrada a exequibilidade da proposta. (art. 59, §2º, Lei 14.133/2021)

10.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação:

10.4.1. ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

10.4.2. ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

10.5. Ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate indicados no item 9.21 deste Edital.

10.6. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.7. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, quando:

10.7.1. não enviar a proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação;

10.7.2. conter vícios insanáveis;

10.7.3. as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

10.7.4. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas contidas no Edital e seus anexos;

10.7.5. apresentar preço manifestamente inexequível ou que permanecer acima do preço estimado para contratação.

10.7.6. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.7.7. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que ofertem probabilidade de certeza à suspeita;

10.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.10. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no

sistema, no prazo de até 24:00h (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.10.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.12. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.13. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.13.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será verificado pelo sistema, em caso de eventual ocorrência do empate ficto, conforme o previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.15. O Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência.

10.16 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.16.1. Como condição prévia ao exame da Proposta de Preços do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual atendimento das condições exigidas neste Edital, mediante o envio da seguinte documentação:

- a) No caso de Consórcio: Apresentar a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declarações constantes nos **Anexos II, III, e V** do edital;
- c) Se for o caso, documento que comprove a condição de ME/EPP;
- d) Dados para assinatura do contrato.

d1) Os dados para a assinatura do contrato compreendem os dados da empresa (Nome, Endereço, Telefone, E-mail, nº CNPJ, nº de Inscrição Estadual, nº de Inscrição Municipal e Dados Bancários), bem como os dados da pessoa que irá assinar o contrato (Nome, nº RG, nº CPF, nº Carteira Profissional).

d2) Os dados exigidos acima deverão vir acompanhados da Procuração Pública ou Particular que conceda os poderes necessários a assinatura do contrato, caso este seja assinado por pessoa que não seja proprietária, dirigente, sócia ou assemelhada da empresa licitante.

- e) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, **em observância ao Decreto Municipal nº 23.856/2013, publicado no DOM de 04/03/2013, pág. 5.**

10.16.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.16.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.16.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

10.16.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.16.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.16.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.16.7. Toda documentação solicitada deverá ser apresentada em formato pdf, em papel timbrado da empresa e devidamente assinada.

10.16.8. Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital, bem como propostas alternativas;

10.16.9. O pagamento será efetuado, exclusivamente, junto ao banco Bradesco, por crédito em conta corrente, indicada pelo licitante, em atendimento ao Decreto Municipal nº. 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM de 04/03/2013, pág. 5.

10.16.10. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.17. O prazo para envio da documentação é de, no mínimo, 06:00h (seis) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

10.17.1. Em caso de não envio dos documentos, no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação convocará a licitante para a realização da Prova de Conceito, conforme item 7 do Termo de Referência.

11 – DA PROVA DE CONCEITO

11.1. Após a análise da proposta classificada em primeiro lugar, tendo atendido a todas as exigências do edital, a LICITANTE será convocada para a realização da Prova de Conceito, devendo apresentar-se no prazo máximo de 2 (dias) úteis após a convocação pela TRANSALVADOR.

11.2. As condições e procedimentos para a realização da Prova de Conceito estão descritos no item 7 do Termo de Referência, e Apêndice A do Termo de Referência.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de até 06 (seis) horas**, contado a partir da convocação no sistema eletrônico, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, devendo apresentar a proposta conforme subitem 10.16 - DA PROPOSTA DE PREÇOS, observando, também, os documentos exigidos no Termo de Referência e os Anexos do Edital.

12.1.2. Quanto a Documentação de Habilitação:

a) Conforme **item 8** - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (item 8), observando, também, os documentos exigidos no Termo de Referência e os Anexos do Edital.

b) Toda a documentação de Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, apresentada pela Licitante deverá estar válida à data da licitação, sob pena de inabilitação da Licitante irregular, resguardada a empresa na condição de ME/EPP

12.2. A documentação solicitada deverá ser encaminhada em campo próprio da plataforma <https://www.licitanet.com.br>.

12.2.1. O prazo para envio da proposta é de até 06:00h (seis) horas, a contar da convocação pelo sistema;

12.2.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, de forma motivada, antes de findo o prazo.

12.2.2.1. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

12.2.1.2. Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida a licitante será Desclassificada/Inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.3. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação/proposta, ou, ainda, nas hipóteses admitidas abaixo, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do sistema.

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;

d) a apresentação de documentos para que seja demonstrada a exequibilidade da proposta.

12.3.1. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 24:00 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findado o prazo inicial.

12.3.2. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua Desclassificação/Inabilitação e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.4. Havendo a necessidade de analisar, minuciosamente, os documentos da Proposta de Preços e de Habilitação exigidos no Edital, a Sessão poderá ser suspensa e somente reiniciada após decorrida 24:00h (vinte e quatro) horas da comunicação aos participantes no “chat da plataforma licitanet” da nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.5. As informações sobre convocações, manifestação de recurso e situação da licitação devem ser acompanhadas através da plataforma licitanet.

12.6. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP–Brasil).

12.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13 - DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atendeu às exigências Habilitatórias, Classificatória e aprovada na Prova de Conceito (PoC), fixadas neste edital, será declarada vencedora.

14 - DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, concedido na sessão pública, de forma imediata, após o término do julgamento da habilitação ou inabilitação, do julgamento das propostas, e do resultado da Prova de Conceito, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.2. Posta a intenção de recurso, o licitante disporá do prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentação, em momento único e em campo próprio no sistema, das razões recursais contados do término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da disponibilização das razões do recurso no sistema, nos moldes do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 14.1. autoriza a Autoridade Superior adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.7. Caso haja interposição de recurso administrativo (art. 165, I, alíneas “b” e “c” da Lei 14.133/2021) ou judicial os prazos de validade das propostas serão suspensos. Reiniciando-se a contagem desses prazos a partir do dia em que for decidido o Recurso.

14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da COPEL, no endereço Rua Alceu Amoroso Lima, n. 581, 4º andar, no horário das 09:00 às 11:00h e 14:00 às 16:00 hs, devendo ser agendado através do telefone 3202-9007 ou 3202-9004.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o

instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior, caso não haja interposição de recurso ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório.

17 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1 Após a homologação/Adjudicação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura da **Ata de Registro de Preços**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, mediante comprovação:

- a) da Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, e
- b) da Regularidade no Cadastro Informativo Municipal/CADIN (art. 34, da Lei Municipal nº 8421/2013)

17.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme §1º, art. 90, da lei 14.133/2021.

17.2. O não comparecimento para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito ao registro de preços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.3. A assinatura da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação, que ocorrerá de acordo com a necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

17.4. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso.

17.5. Previamente à formalização de cada contratação, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor registrado.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17.7. Quando houver formalização de contrato, poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no edital e no Termo de Referência.

18 – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. Os critérios para medição e pagamento estão estabelecidos no item 9 do Termo de Referência.

19 - DO REAJUSTAMENTO

As regras acerca do reajustamento estão estabelecidas no item 15 do Termo de Referência.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada estão estabelecidas no item 12 do Termo de Referência.

21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da Contratada estão estabelecidas no item 11 do Termo de Referência.

22 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A descrição de acompanhamento e fiscalização do contrato estão descritos no item 6.8 do Termo de Referência. O Controle e Fiscalização da execução estão descritos no item 14 do Termo de Referência

23 - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Conforme minuta do contrato, Anexo VIII do edital

24 - DA INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPÇÃO

24.1 Os licitantes e contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

V prática obstrutiva:

- (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital;
- (b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

24.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Os critérios para, Cessão, Transferência ou Subcontratação estão estabelecidos no item 3.1.9 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

26 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA (CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO)

Os critérios para Alteração Subjetiva estão estabelecidos no item 13 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

27 - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO E DE RESPONSABILIDADE CIVIL

27.10.1 A contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021: (i) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; (ii) seguro-garantia; ou (iii) fiança bancária.

27.10.2 A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e ter validade de, no mínimo, 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

27.10.3 A garantia prestar-se-á a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive multas e indenizações, e será restituída após a execução integral do contrato e a comprovação de adimplemento de todas as obrigações, conforme arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

28 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

Conforme item 4.2.3 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

29 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções aplicadas estão estabelecidas no item 16 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

30 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

30.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licita.transalvador@salvador.ba.gov.br.

30.3. Caberá ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

30.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

30.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licita.transalvador@salvador.ba.gov.br

30.6. O Agente de Contratação/Comissão de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, inclusive o Termo de Referência.

30.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

30.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

30.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 4º, Art. 15, Decreto Municipal 37.611/2023, e vincularão os participantes e a Administração.

31- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

31.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

31.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.7. É facultado ao Agente de Contratação ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

31.8. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, § 2º, Lei 14.133/2021)

31.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br bem como no site www.compras.salvador.ba.gov.br (Concorrência), e também poderão ser solicitados através do e-mail licita.transalvador@salvador.ba.gov.br .

31.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

31.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

31.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III – DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART.
7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ME/EPP

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO
IMPEDITIVO COM A TRANSALVADOR (XIV)

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IX - **MINUTA DO TERMO DE COMPROMISSO DE
FORNECIMENTO**

Salvador, 04 de março de 2026

DIEGO COSTA DE BRITO
Superintendente Executivo

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

1.1. Definição e Natureza do Objeto

1.1.1 O presente Termo de Referência, formulado com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Documento de Formalização da Demanda (DFD), tem como objeto **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços, com fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas integrados, destinados à modernização, ampliação e evolução tecnológica da Plataforma Integrada que compõe o Núcleo de Operações Assistidas da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, a prestação de serviços especializados de suporte, operação assistida e capacitação técnica, voltados ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município de Salvador.**

1.2 Estrutura da contratação

A contratação será estruturada em 02 (dois) lotes independentes e complementares, a saber:

a) Lote 01 – Infraestrutura Física, Equipamentos e KITs Operacionais

Compreende:

- Infraestrutura tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas;
- Equipamentos fixos e móveis (estações de trabalho, servidores, videowalls, dispositivos de rede, nobreaks, TVs, tablets);
- KITs operacionais de campo (smartphones corporativos, impressoras portáteis, bobinas);
- Serviços de instalação, configuração, testes e entrega.

b) Lote 02 – Sistemas, Softwares, Aplicativos, Plataformas Tecnológicas e Serviços Continuados

Compreende:

1. **Sistemas, Softwares e Aplicativos (Implantação, Licenciamento, Operação, Integrações e Customizações)**, incluindo a implantação, licenciamento e operação de sistemas corporativos, softwares e aplicativos móveis necessários à gestão operacional, processamento de dados, atendimento, despacho, fiscalização, análise inteligente de informações e relacionamento com o cidadão, **com integrações** aos sistemas da TRANSALVADOR, PMS e órgãos externos, bem como ao Núcleo de Operações Assistidas e demais sistemas em funcionamento, incluindo **customizações** necessárias.
2. **Suporte Técnico, Manutenção e Operação Assistida**, abrangendo suporte presencial e remoto, **manutenção corretiva, preventiva e evolutiva**, monitoramento contínuo dos sistemas e **operação assistida** durante os períodos de implantação, transição e estabilização da solução.
3. **Treinamento e Capacitação Contínua**, contemplando a formação inicial e continuada de servidores e operadores da TRANSALVADOR, com atualização periódica, materiais didáticos, transferência de conhecimento e capacitação técnica para uso pleno das soluções implantadas.

Cada lote poderá ser adjudicado e contratado de forma independente, observadas as especificações técnicas, os quantitativos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, competindo às empresas contratadas assegurar a compatibilidade, interoperabilidade e integração técnica entre os componentes dos respectivos lotes, de modo a garantir o pleno funcionamento do Núcleo de Operações Assistidas como uma solução única e integrada.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da presente contratação é estabelecida pelo Estudo Técnico Preliminar e pelo Documento de Formalização da Demanda, documentos que atestam a necessidade e a viabilidade da continuidade e aprimoramento dos serviços.

2.1. Da Necessidade e Justificativa

A TRANSALVADOR, autarquia integrante da Administração Pública Municipal, necessita da contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços especializados de modernização e ampliação do Núcleo de Operações Assistidas da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, com fornecimento de materiais, infraestrutura física e tecnológica, bem como a implantação, manutenção, suporte e operação assistida de uma plataforma integrada de gestão tecnológica voltada ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município do Salvador.

A necessidade e a justificativa para a nova contratação residem basicamente na iminente expiração do contrato vigente, conforme consta no DFD. A não contratação resultaria na interrupção de um serviço essencial e no comprometimento da fiscalização de trânsito e do ordenamento urbano.

Criado em 2015, o Núcleo de Operações Assistidas consolidou-se como instrumento estratégico de gestão operacional e apoio à tomada de decisões, atuando no videomonitoramento, despacho de ocorrências, controle de tráfego e integração de informações entre os diversos setores da autarquia. Desde a sua implantação, o núcleo contribuiu de forma direta para a redução dos índices de acidentes, o aumento da eficiência das ações de fiscalização e a melhoria da resposta às demandas de mobilidade no território municipal.

Decorridos mais de dez anos de operação contínua, a infraestrutura atual encontra-se tecnologicamente defasada, o que compromete a capacidade de integração, o desempenho dos sistemas e a segurança das informações

tratadas. O crescimento da frota veicular, a expansão da malha urbana e a complexidade da circulação em Salvador impõem à TRANSALVADOR a adoção de novas soluções tecnológicas, com maior capacidade de processamento, integração e automação, de modo a manter a eficiência e a efetividade da gestão pública da mobilidade urbana.

A modernização do Núcleo de Operações Assistidas tem como finalidade prover uma plataforma integrada de tecnologia e informação que otimize o planejamento, o monitoramento e a operação do trânsito, fortalecendo a atuação dos agentes públicos e aprimorando os instrumentos de fiscalização e controle. O escopo da contratação contempla o fornecimento de equipamentos, softwares, infraestrutura tecnológica, manutenção e suporte técnico, cabendo à iniciativa privada apenas a prestação de serviços de apoio técnico e operacional de natureza instrumental, voltados à sustentação das soluções tecnológicas implantadas.

A adoção de tecnologia avançada de monitoramento e processamento de informações contribuirá diretamente para a melhoria da mobilidade e da segurança viária, ao possibilitar ações preventivas, planejamento mais eficiente das intervenções no trânsito e resposta rápida a ocorrências. Além disso, a modernização permitirá ampliar a integração entre o Núcleo de Operações Assistidas e os sistemas complementares da TRANSALVADOR, como a gestão de pátios e guinchos, zona azul digital, blitz, controle de estacionamento e fiscalização eletrônica, proporcionando uma visão global e dinâmica da circulação urbana.

Sob o aspecto jurídico e administrativo, a contratação encontra respaldo no art. 11, incisos II, III e IV, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem o dever de planejamento, a observância de critérios de sustentabilidade e o atendimento ao interesse público como princípios fundamentais das contratações públicas. Também se alinha ao Decreto Municipal nº 37.611/2023, que disciplina as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Município de Salvador,

determinando a adoção de práticas que assegurem interoperabilidade, segurança da informação e eficiência operacional.

A presente iniciativa está igualmente em consonância com os objetivos traçados pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) e pela Agenda 2030 da ONU, em especial com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar, meta 3.6, que visa reduzir pela metade as mortes e lesões causadas por acidentes de trânsito até 2030, e com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, que busca promover sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis.

É fundamental ressaltar que todas as atividades fiscalizatórias, decisórias e sancionatórias continuarão sendo exclusivamente desempenhadas pelos agentes públicos da TRANSALVADOR, em estrita observância ao disposto nos arts. 23, 24 e 280 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e nas diretrizes de atuação da autarquia. À contratada caberá unicamente o apoio tecnológico e logístico, sem qualquer poder de polícia, de autuação ou de julgamento de infrações, limitando-se à implantação, manutenção e operação assistida dos sistemas de tecnologia da informação que sustentam o Núcleo de Operações Assistidas.

Essa separação de competências preserva o caráter público da atividade de fiscalização, assegurando que o uso de recursos tecnológicos pela TRANSALVADOR tenha natureza meramente instrumental, voltada ao aprimoramento da gestão, da transparência e da eficiência administrativa. A contratação visa, portanto, fortalecer o papel do Estado, garantindo que a autarquia disponha dos meios necessários para o exercício de suas atribuições legais com base em dados confiáveis, infraestrutura moderna e sistemas interoperáveis.

Dessa forma, a contratação proposta representa medida estratégica e de interesse público, ao garantir à TRANSALVADOR condições tecnológicas adequadas para exercer suas competências institucionais com maior eficiência, segurança e transparência, sem qualquer delegação das atividades

fiscalizatórias, que permanecem sob o controle e a execução exclusiva do poder público.

2.2. Da Inviabilidade de Execução Própria

Conforme análise do ETP, a execução direta da modernização e operação tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas pela própria TRANSALVADOR mostra-se inviável técnica e economicamente.

Do ponto de vista técnico, a complexidade do objeto, que envolve integração de sistemas, infraestrutura de rede, plataformas de software corporativo, suporte contínuo e manutenção evolutiva de alto nível, exige expertise específica em engenharia de sistemas, desenvolvimento e integração tecnológica, além de estrutura de suporte técnico 24 horas.

A TRANSALVADOR não dispõe, em seu quadro de pessoal, de equipe técnica suficiente ou capacitada para desempenhar tais atividades com a especialização requerida, tampouco da infraestrutura física e lógica necessária à execução direta das tarefas.

Sob o aspecto econômico e orçamentário, a execução direta demandaria investimentos elevados em aquisição de equipamentos, licenças de software, servidores, links de comunicação e recursos humanos altamente qualificados, o que resultaria em custo muito superior ao de uma contratação de serviço especializado sob regime de fornecimento e manutenção.

Além disso, a gestão interna de um parque tecnológico dessa magnitude acarretaria ônus contínuos de atualização, suporte e renovação de licenças, incompatíveis com a capacidade operacional e orçamentária atual da autarquia.

Do ponto de vista jurídico, a inviabilidade de execução própria é reconhecida pela Lei nº 14.133/2021, que, em seu art. 18, §1º, inciso II, determina que o Estudo Técnico Preliminar deve indicar as razões pelas quais a contratação é

a solução mais adequada para atender ao interesse público, comparativamente à execução direta.

Ademais, a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), exemplificada pelo Acórdão nº 2.471/2015 – Plenário, admite a contratação de serviços especializados quando demonstrada a necessidade de conhecimento técnico específico e a ausência de estrutura pública suficiente para a execução.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada representa a solução mais vantajosa e eficiente para o Poder Público, assegurando à TRANSALVADOR o acesso à tecnologia atualizada, suporte técnico permanente, redução de custos operacionais e mitigação de riscos de descontinuidade, sem prejuízo do controle e da supervisão estatal sobre todas as etapas da execução.

3. ESTRUTURA DA CONTRATAÇÃO

O contrato compreenderá a disponibilização dos componentes necessários à execução do objeto, organizados por lotes e estruturados em módulos funcionais, para fins de precificação, execução, medição e controle, conforme especificações técnicas e quantitativos máximos definidos neste Termo de Referência.

a.1. Quantitativos

Os quantitativos máximos estimados, as unidades de medida e a distribuição dos itens por lote encontram-se detalhados em tabela específica constante deste Termo de Referência, constituindo parte integrante e indissociável da presente contratação. Cabe destacar que, os quantitativos constantes deste Termo de Referência constituem limites máximos estimativos, definidos para fins de planejamento e formação da Ata de Registro de Preços, não implicando obrigação de contratação integral, nem execução automática, ficando toda contratação condicionada à emissão de Ordem de Serviço, à necessidade da Administração e à disponibilidade orçamentária.

a.1.1. LOTE 01 – Infraestrutura Física, Equipamentos e KITs Operacionais

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	UNIDADE
1	Infraestrutura Física e Tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas		
1.1	Estação de trabalho – Desktop	100	Un.
1.2	Estação de trabalho – Notebook	12	Un.
1.3	Servidor para videowall	3	Un.
1.4	Smart TV de 60” ou superior	10	Un.
1.5	Smart TV de 43” ou superior	10	Un.
1.6	Tela interativa multitouch 86” ou superior	5	Un.
1.7	Impressora à Laser Colorida	10	Un.
1.8	Impressora à Laser Monocromática	10	Un.
1.9	Ponto de acesso sem fio (wireless access point)	10	Un.
1.10	Joystick de vigilância para câmera com PTZ	20	Un.
1.11	Videowall integrado	3	Conjunto
1.12	Nobreak 1,4KVA	10	Un.
1.13	Infraestrutura da Sala de Inteligência Artificial	5	Un.
2	KIT Técnico Operacional		
2.1	Smartphone	1.200	Un.
2.2	Impressora Portátil	1.200	Un.
2.3	Bobinas para impressora portátil	1.200	Un./Mês
2.4	Tablet	50	Un.
2.5	Veículos equipados para mapeamento viário	10	Un./Mês
3	Suporte Técnico e Treinamento Contínuo:		
3.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês
3.2	Treinamentos	60	Horas

a.1.2. LOTE 02 – Sistemas, Softwares, Plataformas Tecnológicas e Serviços Continuados

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	UNIDADE
1	Sistemas, Softwares e Aplicativos		
1.1	Sistema de Gestão de Trânsito	50	Licença
1.2	Sistema de Gerenciamento e Despacho	50	Licença
1.3	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Trânsito	50	Licença
1.4	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Transporte Público Coletivo	50	Licença
1.5	Sistema de Controle Financeiro	20	Licença
1.6	Sistema de Gerenciamento de Pátio	50	Licença
1.7	Sistema para Gestão de Zona Azul Digital e gerenciamento de aplicativos de venda de ticket de zona azul digital	50	Licença
1.8	Sistema de Informações Gerenciais	20	Licença
1.9	Sistema de Controle Preditivo de Tráfego	50	Licença
1.10	Aplicativo Colaborativo Cidadão	50	Licença
1.11	Aplicativo de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito	1.200	Licença
1.12	Aplicativo de Fiscalização	1.200	Licença
1.13	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito	1.200	Licença
1.14	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Taxi e Transporte Alternativo	1.200	Licença
1.15	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Transporte Público Coletivo	1.200	Licença
1.16	Aplicativo de Registro de Remoção de Veículos	1.200	Licença
1.17	Aplicativo Blitz	1.200	Licença

1.18	Aplicativo de Tarefas/Ocorrências	1.200	Licença
1.19	Sistema de Multas por Videomonitoramento	50	Licença
1.20	Sistema de Monitoramento de Agentes	10	Licença
2	Suporte, Customização, Capacitação e Operação Assistida		
2.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês
2.2	Customização	12	Mês
2.3	Capacitação	1	Mês
2.4	Operação assistida	44	Hora/Mês

3.1. Condições da Contratação

A prestação dos serviços e o fornecimento dos bens deverão atender integralmente aos padrões técnicos, de qualidade, desempenho e segurança estabelecidos neste Termo de Referência, em seus Anexos e na legislação aplicável, especialmente no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e na Lei nº 14.133/2021, observadas as especificidades de cada lote.

3.1.1. As especificações detalhadas, os requisitos mínimos de infraestrutura, os parâmetros de desempenho e os níveis de serviço definidos neste Termo de Referência, em especial no item de Especificações Técnicas, prevalecem sobre quaisquer referências genéricas, constituindo o padrão obrigatório de qualidade e segurança exigidos para a execução dos objetos contratados em cada lote.

3.1.2. A execução dos objetos contratados será acompanhada e fiscalizada por equipe designada pela TRANSALVADOR, de forma individualizada por lote, mediante registro de ocorrências, aplicação de indicadores de desempenho, verificação de conformidade técnica e emissão de relatórios periódicos, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.3. O preço a ser adimplido aos vencedores da licitação será apurado por lote, com base na quantidade de módulos, KITs, equipamentos e

serviços efetivamente disponibilizados, implantados e validados, conforme Ordens de Serviço expedidas pelo gestor do contrato ao longo da relação contratual.

3.1.4. A forma de disponibilização, medição e pagamento será baseada na quantidade de módulos, KITs, equipamentos e serviços efetivamente implantados, disponibilizados e validados, conforme Ordens de Serviço expedidas pelo gestor do contrato, observados os prazos, marcos e condições estabelecidos no Cronograma de Implantação constante deste Termo de Referência

3.1.5. Na hipótese de contratação de empresas distintas para os diferentes lotes, as contratadas deverão atuar de forma cooperativa e integrada, sendo responsáveis por assegurar a compatibilidade técnica, a interoperabilidade e a integração entre os bens, sistemas e serviços fornecidos, sem prejuízo da responsabilização individual pelas obrigações assumidas em seus respectivos contratos.

3.1.6. A responsabilidade pela correta execução dos objetos, pelo atendimento aos requisitos técnicos e pelo cumprimento dos níveis de serviço pactuados será exclusiva da contratada de cada lote, não sendo admitida a transferência de responsabilidades entre contratadas, ainda que haja interdependência operacional entre os componentes da solução.

3.1.7. Em caso de divergência técnica, operacional ou de integração entre contratadas de lotes distintos, caberá à fiscalização da CONTRATANTE definir a solução técnica a ser adotada, observadas as especificações do Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilização individual das contratadas pelas obrigações assumidas em seus respectivos contratos.

3.1.8. Da Participação de Empresas em Consórcio

3.1.8.1. Considerando a natureza multidisciplinar e a complexidade técnica do objeto, admite-se a participação de empresas em consórcio (Art. 15, Lei nº 14.133/2021). Tal medida visa ampliar a competitividade,

permitindo a união de competências distintas que, isoladamente, poderiam restringir o universo de licitantes.

- 3.1.8.2. As empresas consorciadas deverão apresentar, no momento da habilitação, instrumento de constituição do consórcio, subscrito por todas as consorciadas, do qual constem, no mínimo: a indicação da empresa líder, responsável pela representação do consórcio perante a Administração, a definição das responsabilidades de cada consorciada e a assunção de responsabilidade solidária por todas as obrigações decorrentes da licitação e da eventual contratação.
- 3.1.8.3. A qualificação técnica será aferida pelo somatório dos atestados de cada consorciada, isto porque, a experiência comprovada por cada integrante deve ser compatível com as parcelas do objeto que lhe foram atribuídas no instrumento de constituição.
- 3.1.8.4. A execução dar-se-á por complementaridade operacional. Não se exige que todas as consorciadas executem todos os itens, permitindo que cada uma assuma a responsabilidade técnica e financeira pelas parcelas específicas de sua especialidade, conforme plano de trabalho aprovado.
- 3.1.8.5. É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou isoladamente para o mesmo objeto/lote.
- 3.1.8.6. A participação em consórcio não afasta a responsabilidade integral do consórcio perante a CONTRATANTE quanto à execução do objeto, ao cumprimento das obrigações contratuais, ao atendimento dos níveis de serviço pactuados e à observância das normas legais, técnicas e de segurança da informação aplicáveis.

3.1.9. Da Subcontratação Especializada

- 3.1.9.1. Em razão do modelo modular, escalável e interoperável da solução, admite-se a subcontratação especializada de parcelas acessórias ou de elevada especialização técnica, desde que compatíveis com o objeto contratado e necessárias à adequada execução dos serviços.

3.1.9.2. A subcontratação não afasta nem transfere a responsabilidade integral da contratada ou do consórcio perante a CONTRATANTE, permanecendo estes plenamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações contratuais, pelos níveis de serviço pactuados, pela segurança da informação, pela continuidade operacional e pela observância das normas legais e técnicas aplicáveis.

3.1.9.3. Não será admitida a subcontratação das parcelas estratégicas, de coordenação, governança, integração central da solução ou gestão operacional, consideradas essenciais à unidade do objeto, salvo autorização expressa da Administração, devidamente motivada.

3.1.9.4. A subcontratação deverá:

I – ser previamente comunicada à CONTRATANTE;

II – restringir-se a atividades compatíveis com a qualificação técnica do subcontratado;

III – não caracterizar subcontratação em cadeia que comprometa o controle da execução contratual.

3.2. Prazo de Vigência e Prorrogação Contratual

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção dos preços registrados e a permanência do interesse público.

3.2.1. Vigência dos Contratos

3.2.1.1. Lote 01

a) O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços referente ao Lote 01 terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, admitidas prorrogações sucessivas, observados os limites estabelecidos nos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, desde que comprovadas, a cada prorrogação, a vantajosidade

econômica, a continuidade da necessidade e a existência de dotação orçamentária suficiente.

b) O Grupo A (Aquisição) será executado mediante Ordens de Compra emitidas ao longo da vigência.

c) O Grupo B (Serviços Continuados) terá execução mensal contínua durante toda a vigência contratual.

3.2.1.2. Lote 02

d) O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços referente ao Lote 02 terá vigência de até 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto compreende a prestação de serviço continuado e essencial, associado à implantação, operação, manutenção e suporte de sistema tecnológico integrado, indispensável à continuidade da prestação do serviço público e à segurança viária.

e) A definição da vigência contratual estendida fundamenta-se na necessidade de estabilidade operacional, na amortização dos investimentos tecnológicos, na redução de riscos de descontinuidade do serviço, bem como na economicidade global da contratação, ficando sua execução condicionada, em cada exercício financeiro, à existência de dotação orçamentária suficiente e à manutenção da vantajosidade para a Administração.

3.2.2. Prorrogação Contratual

3.2.2.1. As prorrogações estarão condicionadas, cumulativamente, à:

- a) Previsão expressa no Edital.
- b) Manifestação formal do interesse da Administração Pública.
- c) Atestado da autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

3.2.2.2. É permitida a negociação com as Contratadas antes da prorrogação ou a extinção contratual, sem ônus para qualquer das partes, caso as condições não sejam mais vantajosas.

3.3. Das normas aplicáveis:

A contratação pretendida deverá atender, em especial, às seguintes normas:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- b) Lei Municipal nº 4.484 de 08 de janeiro de 1992
- c) Lei nº 9.503/1997 e regulamentações expedidas pelo CONTRAN, além das normas municipais de trânsito
- d) Decreto Municipal Nº 13.724, de 16 de Julho de 2002 - pregão
- e) Decreto Nº 15.984, de 21 de Setembro de 2005
- f) Lei Complementar nº 123/2006
- g) Lei nº 12.846/2013
- h) Decreto Municipal Nº 23.748 de 02 de Janeiro de 2013
- i) Decreto Nº 23.853 de 02 de Abril de 2013
- j) Decreto Nº 24.900 de 09 de Abril de 2014
- k) Lei nº 13.709/2018
- l) Decreto Nº 35.616 De 27 De Junho De 2022
- m) Decreto Nº 36.247 de 08 de Novembro de 2022
- n) Decreto Nº 37.611 de 17 de Outubro de 2023
- o) Decreto Nº 37.836 de 28 de Novembro de 2023
- p) Decreto Nº 38.282, de 06 de março de 2024
- q) Resolução CONTRAN nº 798/2020
- r) Resolução CONTRAN nº 909/2022
- s) Decreto Municipal Nº 36.784, de 2023 – Regulamenta as licitações na forma presencial e eletrônica no âmbito municipal

Da Modalidade Licitatória

A presente contratação será realizada na modalidade concorrência, conforme previsto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, na forma eletrônica, com inversão de fases (habilitação prévia às propostas e

lances), nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 36.784/2023.

A adoção da forma eletrônica observa o princípio da transparência, da competitividade e da eficiência, permitindo a ampliação da participação de interessados, bem como a realização do certame por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município.

A inversão de fases – com a análise da habilitação antes da abertura e julgamento das propostas – justifica-se pela natureza altamente especializada do objeto, que envolve a modernização, ampliação e operação tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas (NOA). A complexidade técnica da contratação exige a verificação prévia da capacidade técnica, operacional e jurídica dos licitantes, de modo a assegurar que apenas empresas efetivamente aptas participem da fase competitiva do certame, garantindo maior eficiência, segurança jurídica e economicidade ao procedimento licitatório.

Do Rito da Sessão Pública

a) Ordem das fases (inversão): os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, simultaneamente a proposta de preços e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Encerrado o prazo de envio, será realizada inicialmente a análise da habilitação, sendo convocados para a etapa competitiva de lances apenas os licitantes considerados habilitados, em consonância com o art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e com o procedimento previsto na regulamentação municipal aplicável.

b) Etapa competitiva: a disputa ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações adotado pela Administração, no modo de disputa aberto e fechado, com apresentação de lances públicos e sucessivos, seguidos de fase de lance final sigiloso, observadas as regras de tempo, intervalos mínimos e encerramento automático da etapa competitiva estabelecidas no edital e no sistema eletrônico, nos termos dos arts. 56 e 57 da Lei nº 14.133/2021.

c) Negociação final: encerrada a etapa de lances e identificado o licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação poderá, por meio do próprio sistema eletrônico, negociar condições mais vantajosas com o licitante melhor classificado, podendo, se necessário, estender a negociação aos demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

d) Evidências e transparência: todos os atos praticados durante a sessão pública serão registrados automaticamente pelo sistema eletrônico, incluindo propostas apresentadas, lances ofertados, mensagens trocadas no ambiente do sistema, decisões do agente de contratação e demais ocorrências relevantes, sendo gerada ata eletrônica da sessão pública, a qual integrará os autos do processo administrativo e ficará disponível para consulta pelos interessados.

e) Publicidade e acompanhamento da sessão: a sessão pública será realizada integralmente em ambiente eletrônico, permitindo o acompanhamento em tempo real pelos licitantes e demais interessados, assegurando-se a transparência, a rastreabilidade dos atos e a integridade das informações registradas no sistema.

b) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c', e Art. 40, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021)

A solução de contratação adotada, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa garantir a continuidade operacional, corrigir as deficiências do modelo anterior e promover a eficiência administrativa e a qualidade do atendimento à população de Salvador.

4.1 Modelo de Contratação

4.1.1 A solução a ser contratada tem por finalidade promover a modernização, ampliação e operação tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, garantindo sua atualização tecnológica, integração sistêmica, disponibilidade operacional e suporte permanente às atividades de controle, monitoramento e gestão da mobilidade urbana, por meio de contratação estruturada em dois lotes complementares.

4.1.2 O projeto prevê o fornecimento de bens, serviços e soluções integradas de tecnologia da informação e comunicação, compreendendo hardware, infraestrutura física, software, sistemas, suporte técnico, manutenção, treinamento e operação assistida, com responsabilidades claramente definidas por lote, entregas verificáveis e mensuráveis, assegurando a rastreabilidade, o controle da execução e a mensuração dos resultados.

4.1.3 A contratação será estruturada em 02 (dois) lotes, técnica e operacionalmente complementares, conforme descrito a seguir, sendo facultada a contratação de uma ou mais empresas, observadas as regras de adjudicação previstas no edital.

4.2 LOTE 01

O Lote 01 compreende dois grupos distintos, com regimes de execução e pagamento próprios:

- a) Grupo A — Aquisição de Equipamentos, KITs Operacionais e Infraestrutura Física: compreende o fornecimento, instalação, configuração e entrega técnica dos equipamentos, dispositivos e infraestrutura necessários ao funcionamento do Núcleo de Operações Assistidas, pagos mediante entrega efetiva e aceite formal pela TRANSALVADOR.
- b) Grupo B — Serviços Continuados de Infraestrutura: compreende os veículos automotores equipados com sistema embarcado, o fornecimento recorrente de bobinas térmicas e os serviços de manutenção corretiva de hardware dos equipamentos do Grupo A, pagos mensalmente conforme disponibilização efetiva e medição periódica.

Ambos os grupos serão adjudicados conjuntamente a uma única contratada, que responderá integralmente pela compatibilidade técnica, integração e qualidade dos itens e serviços fornecidos.

4.2.1 Infraestrutura Física e Tecnológica

- a) Estações de trabalho completas para os operadores, com monitores duplos, processadores de alto desempenho, sistemas operacionais licenciados e softwares corporativos;
- b) Servidores de processamento e armazenamento dedicados aos sistemas de gestão, monitoramento e videowall, com mecanismos de redundância, alta disponibilidade e escalabilidade;
- c) Videowall de grande formato, composto por painéis modulares de alta definição, controladores integrados e softwares de gerenciamento, destinado ao monitoramento simultâneo de múltiplos sistemas e fontes de dados;
- d) Televisores, telas auxiliares e monitores de apoio para as áreas técnicas e administrativas do Núcleo de Operações Assistidas;
- e) Nobreaks, fontes de alimentação estabilizadas e demais dispositivos de proteção elétrica, com autonomia suficiente para garantir a continuidade operacional em caso de interrupção de energia;
- f) Equipamentos de rede, incluindo pontos de acesso sem fio, switches, roteadores e dispositivos de conectividade, assegurando comunicação estável, segura e redundante;
- g) Infraestrutura física complementar, incluindo cabeamento estruturado, climatização adequada e organização do ambiente técnico, garantindo condições seguras e contínuas de operação.

4.2.2 KIT Técnico Operacional para Atuação em Campo

Integram o Lote 01, Grupo A, os equipamentos destinados ao uso operacional em campo pelos agentes e equipes de fiscalização. O fornecimento e a manutenção corretiva de hardware dos KITs são de

responsabilidade da contratada do Lote 01. A gestão operacional, o suporte ao usuário, a configuração de aplicativos e a integração com os sistemas do Núcleo de Operações Assistidas são de responsabilidade da contratada do Lote 02. Os KITS compreendem:

- a) Smartphones corporativos, com chip de comunicação 5G habilitados, com sistemas operacionais atualizados e compatíveis com os aplicativos institucionais e sistemas do Núcleo de Operações Assistidas;
- b) Impressoras térmicas portáteis compatíveis com os dispositivos móveis;
- c) Bobinas térmicas para suprimento das impressoras;
- d) Tablets e notebooks de apoio às atividades de planejamento, auditoria e acompanhamento operacional;
- e) Veículos automotores equipados com câmeras, sensores de georreferenciamento e sistemas embarcados para mapeamento viário e coleta de dados.

4.2.3 Todos os equipamentos deverão operar de forma integrada à plataforma central do Núcleo de Operações Assistidas, permitindo o registro em tempo real das atividades e a sincronização automática das informações captadas em campo.

Da Garantia dos Equipamentos — Lote 01, Grupo A

- a) Todos os equipamentos, dispositivos, componentes e acessórios fornecidos no âmbito do Lote 01, Grupo A, deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.
- b) A garantia abrange vícios de fabricação, defeitos de material e falhas operacionais não decorrentes de mau uso, cabendo à contratada

assegurar, durante o período de garantia, o reparo ou a substituição dos itens defeituosos, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Hipóteses de exclusão da garantia:

- a) Danos decorrentes de uso em desacordo com as orientações do fabricante ou com as condições de operação previstas neste Termo de Referência;
- b) Danos causados por queda, impacto, contato com líquidos, insetos ou agentes externos;
- c) Abertura, modificação, reparo ou intervenção técnica realizada por pessoal não autorizado pela contratada;
- d) Remoção, violação ou adulteração de lacres, etiquetas ou números de série;
- e) Utilização de peças, acessórios ou suprimentos não compatíveis ou não homologados;
- f) Sinistros como roubo, furto, extravio ou eventos de força maior.
- g) A constatação de qualquer das hipóteses acima deverá ser comprovada pela contratada mediante laudo técnico circunstanciado, submetido à apreciação da fiscalização contratual da TRANSALVADOR.

Do Prazo de Entrega — Lote 01, Grupo A

A contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Compra, para realizar a entrega dos equipamentos nas condições e localidades indicadas pela TRANSALVADOR.

A TRANSALVADOR poderá emitir Ordens de Compra nos quantitativos que julgar necessários, observados os limites máximos da Ata de Registro de Preços, a disponibilidade orçamentária e o interesse da Administração.

Do Recebimento dos Bens — Lote 01, Grupo A

O recebimento dos equipamentos será realizado em duas etapas, conforme Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

Recebimento Provisório: realizado em até 5 (cinco) dias úteis a partir da entrega, mediante verificação quantitativa, conferência de integridade das embalagens e identificação dos equipamentos, com lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

Recebimento Definitivo: realizado em até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento provisório, após verificação de conformidade técnica com as especificações deste Termo de Referência, testes funcionais, validação de desempenho e comprovação de pleno funcionamento, com lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

Na hipótese de não conformidade, a contratada será notificada para substituição ou correção no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não exime a contratada das responsabilidades decorrentes da garantia e da manutenção corretiva previstas neste Termo de Referência.

Da Propriedade dos Bens — Lote 01, Grupo A

Os equipamentos fornecidos no Grupo A passarão a integrar o patrimônio da TRANSALVADOR a partir da emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

A contratada deverá entregar, juntamente com os equipamentos, toda a documentação necessária ao tombamento patrimonial, incluindo notas fiscais, termos de garantia do fabricante, manuais técnicos, certificados de conformidade e relação de números de série.

A contratação de seguro contra sinistros para os equipamentos incorporados ao patrimônio será de responsabilidade da TRANSALVADOR, a partir da data do tombamento.

Da Manutenção Corretiva de Hardware — Lote 01, Grupo B

A contratada do Lote 01 será responsável pela manutenção corretiva de todos os equipamentos fornecidos no Grupo A durante toda a vigência do contrato, incluindo o período posterior ao término da garantia de 12 (doze) meses.

O prazo máximo para conclusão do reparo será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da abertura do chamado técnico pela TRANSALVADOR.

Durante o período de garantia (primeiros 12 meses após o recebimento definitivo), a manutenção corretiva será sem ônus para a CONTRATANTE, exceto nas hipóteses de exclusão de garantia previstas neste Termo de Referência.

Após o período de garantia, os custos de peças e componentes de reposição serão de responsabilidade da CONTRATANTE, cabendo à contratada a execução do serviço de manutenção. Os orçamentos para aquisição de peças e componentes deverão ser previamente submetidos à aprovação da TRANSALVADOR antes da execução do reparo.

A contratada deverá fornecer laudo técnico para cada intervenção realizada, descrevendo o defeito identificado, a solução adotada e as peças eventualmente substituídas.

Dos Veículos Automotores Equipados — Lote 01, Grupo B

Os veículos automotores equipados com câmeras, sensores de georreferenciamento e sistemas embarcados para mapeamento viário e coleta de dados constituem item de serviço continuado, com pagamento mensal, integrando o Grupo B do Lote 01.

O valor mensal da disponibilização dos veículos deverá englobar todos os custos diretos e indiretos associados, incluindo, sem limitação:

- a) Locação ou disponibilização do veículo em perfeitas condições de uso;
- b) Seguro veicular completo (DPVAT, seguro contra terceiros, colisão, roubo e furto);
- c) IPVA, licenciamento, emplacamento e demais tributos incidentes;
- d) Manutenção preventiva e corretiva do veículo (revisões periódicas, troca de pneus, óleo, filtros e demais componentes mecânicos);
- e) Combustível necessário à operação;
- f) Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos embarcados (câmeras, sensores, sistema de comunicação e processamento);

g) Limpeza, higienização e conservação do veículo e dos equipamentos.

A contratada deverá manter os veículos em plenas condições operacionais durante toda a vigência contratual, procedendo à substituição temporária em caso de manutenção, sinistro ou indisponibilidade, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Ao término do contrato, os veículos serão devolvidos à contratada, por se tratar de locação operacional, permanecendo sob propriedade da TRANSALVADOR apenas os dados, registros e informações coletadas durante a operação.

Das Bobinas Térmicas — Lote 01, Grupo B

O fornecimento de bobinas térmicas para suprimento das impressoras portáteis constitui item de serviço continuado, com pagamento mensal, integrando o Grupo B do Lote 01. A contratada deverá assegurar o fornecimento contínuo e suficiente de bobinas para a operação, sem interrupção.

Da Divisão de Responsabilidades — KITs de Campo entre Lotes

- a) Fornecimento dos equipamentos (smartphones, tablets, impressoras portáteis): Lote 01.
- b) Manutenção corretiva de hardware dos KITs: Lote 01.
- c) Fornecimento de bobinas térmicas: Lote 01.
- d) Instalação e configuração de aplicativos nos dispositivos: Lote 02.
- e) Gestão de dispositivos móveis (MDM), atualização remota, inventário e bloqueio: Lote 02.
- f) Suporte ao usuário na operação dos sistemas e aplicativos: Lote 02.
- g) Integração com os sistemas do Núcleo de Operações Assistidas: Lote 02.

Na hipótese de contratação de empresas distintas para os lotes, caberá à fiscalização da TRANSALVADOR a coordenação das atividades, e cada contratada responderá exclusivamente pelas obrigações de seu respectivo lote.

4.3 LOTE 02

O Lote 02 compreende a implantação, licenciamento, disponibilização, suporte, manutenção, customização e operação assistida dos sistemas, softwares, aplicativos e plataformas tecnológicas que compõem o Núcleo de Operações Assistidas, incluindo, no mínimo:

4.3.1. Sistemas, Softwares e Aplicativos

- a) Sistema de Gestão de Trânsito;
- b) Sistema de Gerenciamento e Despacho;
- c) Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Trânsito;
- d) Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Transporte Público Coletivo;
- e) Sistema de Controle Financeiro;
- f) Sistema de Gerenciamento de Pátio;
- g) Sistema para Gestão de Zona Azul Digital e Gerenciamento de Aplicativos de Venda de Ticket de Zona Azul Digital;
- h) Sistema de Informações Gerenciais;
- i) Sistema de Controle Preditivo de Tráfego;
- j) Aplicativo Colaborativo Cidadão;
- k) Aplicativo de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito;
- l) Aplicativo de Fiscalização;
- m) Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito;
- n) Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Táxi e Transporte Alternativo;

- o) Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Transporte Público Coletivo;
- p) Aplicativo de Registro de Remoção de Veículos;
- q) Aplicativo Blitz;
- r) Aplicativo de Tarefas e Ocorrências;
- s) Sistema de Multas por Videomonitoramento;
- t) Sistema de Monitoramento de Agentes.

As licenças referem-se ao direito de uso compatível com a quantidade de usuários, dispositivos ou perfis funcionais efetivamente necessários à operação, admitindo-se modelos de licenciamento nomeado, concorrente ou equivalente, desde que atendidos os requisitos funcionais.

4.3.2. Suporte, Customização, Capacitação e Operação Assistida

4.3.2.1. A contratada do Lote 02 deverá prover serviços de suporte técnico e manutenção evolutiva, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo:

- a) Atendimento de incidentes e falhas;
- b) Atualizações de software e firmware;
- c) Monitoramento proativo de desempenho e disponibilidade;
- d) Suporte à integração com a infraestrutura fornecida no Lote 01;
- e) Manutenção da segurança lógica e dos ambientes de aplicação.
- f) A operação assistida deverá ocorrer durante o período de implantação, transição e estabilização dos sistemas, com suporte intensivo até a plena maturidade operacional da solução.
- g) Customização de novas rotinas e/ou adaptação de sistemas já existentes que se façam necessárias ao órgão para a execução de serviços de fiscalização e controle de Trânsito.

- h) Deverá ser executado programa contínuo de capacitação dos servidores da TRANSALVADOR, abrangendo treinamento operacional, técnico e gerencial.
- i) A operação assistida deverá ocorrer durante o período de implantação, transição e estabilização dos sistemas, com suporte intensivo até a plena maturidade operacional da solução.

4.3.2.2. A solução contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a realização de atualizações tecnológicas compatíveis com a evolução natural das tecnologias empregadas, incluindo correções, melhorias incrementais, atualizações de versões, ajustes de segurança, desempenho e compatibilidade, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.3.2.3. Tais atualizações deverão ser implementadas de forma a preservar a continuidade operacional, a interoperabilidade com os demais sistemas do órgão e a aderência às normas técnicas e legais vigentes, não sendo admitidas como atualização aquelas que caracterizem substituição integral da tecnologia originalmente contratada ou que impliquem ampliação do escopo contratado.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

5.1 Requisitos Técnicos e Operacionais Mínimos

A solução tecnológica a ser contratada deverá atender, integralmente, aos requisitos técnicos e operacionais mínimos aqui estabelecidos, assegurando desempenho, interoperabilidade, segurança e disponibilidade compatíveis com a criticidade das atividades desempenhadas pelo Núcleo de Operações Assistidas da TRANSALVADOR.

Todos os equipamentos, softwares e sistemas deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, com garantia integral e suporte técnico, obedecendo às normas técnicas brasileiras aplicáveis e às boas práticas internacionais de tecnologia da informação e comunicação.

5.2 LOTE 01

5.2.1 Infraestrutura Física, Equipamentos e KITs Operacionais

As estações de trabalho, servidores e dispositivos de rede deverão possuir desempenho compatível com operação ininterrupta (24x7), assegurando alta disponibilidade e tolerância a falhas.

5.2.2 Estação de Trabalho – Desktop

5.2.2.1 Microcomputador Desktop com processador de Intel I7 ou equivalente, com 4 núcleos e 4 threads, frequência mínima de 3.20GHz e máxima de 3.6GHz;

5.2.2.2 Memória de 16GB de RAM, SSD NVME de 1 TB;

5.2.2.3 Placa de Rede de 10/100/1000;

5.2.2.4 Placa de Vídeo Integrada de no mínimo 512MB;

5.2.2.5 Fonte de alimentação mínima de 180W;

5.2.2.6 Licenciado Windows 11 Pro 64 bits em português;

5.2.2.7 Licenciado Microsoft Office Home and Business 2019 ou superior;

5.2.2.8 teclado, mouse, estabilizador de 1000VA e todos os itens necessários para o seu regular e bom funcionamento.

5.2.2.9 Para cada microcomputador, serão necessários 02 Monitores, de 24", LED widescreen; Resolução 1920x1080 a 60Hz; Taxa de contraste 3000:1; Tempo de resposta 12 ms; possuir saída HDMI; deverá vir acompanhado de cabo HDMI.

5.2.2.10 Para cada microcomputador será necessário fornecer todo mobiliário técnico operacional de apoio aos ambientes de trabalho do Núcleo de Operações Assistidas, estritamente necessário à instalação e operação dos equipamentos e sistemas objeto da contratação.

5.2.2.11 O mobiliário técnico operacional não se confunde com mobiliário administrativo comum, destinando-se exclusivamente ao suporte funcional da infraestrutura tecnológica implantada.

5.2.3 Estações de trabalho – Notebook

5.2.3.1 Memória RAM de 16 GB;

5.2.3.2 O processador deve possuir, no mínimo, 2 núcleos físicos de CPU e suportar, no mínimo, 4 threads;

5.2.3.3 com clock base de 2,3GHz, no mínimo, sem overclock de qualquer espécie;

5.2.3.4 3MB cache, no mínimo;

5.2.3.5 TDP (Thermal Design Power) de, no máximo, 15W;

5.2.3.6 tela 3.1., tipo LCD, com iluminação de LED com tratamento antirreflexo, contendo tamanho entre 13 e 14,6 polegadas na diagonal visível, com resolução mínima nativa de 1920 x 1080;

5.2.3.7 disco rígido com interface SSD NVMe, com capacidade mínima de 500 Gigabytes;

5.2.3.8 compatibilidade, ao menos, para uso simultâneo 2 (dois) displays, no mínimo;

5.2.3.9 capacidade de exibição nos modos individual, clone e estendido; compatibilidade, em suas especificações, com padrão aberto HD Áudio;

5.2.3.10 o gabinete deverá permitir a instalação de cabo de segurança padrão Kensington, conter indicadores por LED do estado de operação do microcomputador, a exemplo do seguintes status: ligado, em stand-by, em carga e atividade de disco rígido;

5.2.3.11 preferencialmente nas cores preto, grafite ou prata;

5.2.3.12 conter o quantitativo mínimo indicado para os seguintes conectores no gabinete do notebook, integrados a placa mãe: 1 (uma) porta USB

3.0, 2 (duas) portas USB padrão mínimo USB 2.0., 1 (uma) porta RJ-45 para interface de rede padrão Gigabit Ethernet, obedecendo aos padrões Ethernet 1000base-T, IEEE 802-3, CSMA/CD, WOL e PXE, auto-sense, full-duplex e compatível com o protocolo TCP/IP V.4 e V.6. 8.8. 1 (uma) saída padrão mínimo HDMI 1.4 ou DisplayPort.

- 5.2.3.13 conexão para microfone e fone de ouvido sendo aceito o atendimento das 2 funcionalidades em conector único, tipo combo;
- 5.2.3.14 conter alto-falantes estéreo, embutidos no gabinete do notebook, com potência de, no mínimo, 1W RMS; - Rede sem Fio (WIRELESS);
- 5.2.3.15 Interface interna de comunicação wireless que implemente os padrões 802.11b, 802.11g e 802.11n, protocolos 802.11i (WLAN security, TKIP e AES), WEP 64 e 128, WPA, WPA2, IEEE 802.11 (Wired Equivalent Privacy) e IEEE 802.1x com o selo Wi-fi Certified da Anatel;
- 5.2.3.16 conter função Liga/Desliga, através de botão ou combinação de teclas que ative ou desative completamente a interface; conter câmera de vídeo integrada ao gabinete, com resolução mínima HD (1.3 megapixels ou 720p);
- 5.2.3.17 a fonte deverá ter tensão de entrada CA 110/220V a 50-60 Hz, com seletor automático e cabo de alimentação elétrica com plugue macho de acordo com a norma NBR 14136;
- 5.2.3.18 o teclado deverá ser Padrão ABNT-2 com, no mínimo, 82 teclas, com teclado numérico selecionável através de tecla função;
- 5.2.3.19 Conter proteção contra derramamento de líquidos;
- 5.2.3.20 Conter touchpad, inclusive com membrana touchpad, integrada ao gabinete;
- 5.2.3.21 a bateria principal deverá ter autonomia mínima (tempo de descarga) de 360 (trezentos e sessenta);
- 5.2.3.22 disponibilização pelo fabricante de todos os drivers e atualizações do software fornecido com o micro, exceto o sistema operacional, que deverá ser coberto pela garantia de atualização padrão da Microsoft;

5.2.3.23 cada hardware deverá estar acompanhado de uma maleta ou mochila, adequada ao transporte de notebook e seus acessórios, confeccionada em couro sintético ou Nylon, em cor neutra, com garantia mínima de 1 ano.

5.2.3.24 Todos os equipamentos deverão ser energeticamente eficientes, com certificação Energy Star ou equivalente, e atender às normas da ABNT NBR ISO/IEC 60950-1 e IEC 62368-1, relativas à segurança de equipamentos eletroeletrônicos.

5.2.4 Servidor para Videowall

5.2.4.1 Microcomputador, para videowall, com processador de 4 núcleos e 8 threads, frequência mínima de 3.10GHz e máxima de 4.10GHz, e cache de 8MB; Memória de 16GB, 2400MHz; disco rígido de 1TB 7200RPM de 3,5; Placa de Rede 10/100/1000; placa de vídeo de, no mínimo, 4GB e Core de 1050Mhz, ao menos, com 2 saídas HDMI e 2xDVI's; conter fonte de alimentação com capacidade mínima de 600W; ter o Windows 11 Pro 64 bits em português, devidamente licenciado; estar acompanhado dos seguintes acessórios: teclado, mouse e todos os itens necessários para o seu funcionamento.

5.2.4.2 O ambiente computacional deverá operar com sistema operacional estável e licenciado, compatível com as ferramentas de gestão e monitoramento utilizadas pela TRANSALVADOR.

5.2.4.3 O videowall deverá permitir exibição simultânea de múltiplas janelas em tempo real, possuir controladores integrados, resolução mínima Full HD por painel e compatibilidade com as principais interfaces de vídeo (HDMI, DisplayPort ou superior).

5.2.5 Smart TV

5.2.5.1 Smart TV 60" polegadas, telas UHD, resolução 4K, conexões mínimas de áudio, RF para TV aberta e a cabo, com 2 entradas HDMI, 01 USB, Rede (entrada para RJ-45) e Wi-Fi integrado, no mínimo, tensão bivolt, acompanhada de controle remoto, cabo de força, manual de utilização e possuir entradas para suporte de parede.

5.2.5.2 Smart TV 43" polegadas, telas UHD, resolução 4K, com conexões mínimas de áudio, RF para TV aberta e a cabo, com 2 entradas HDMI, 01 USB, Rede (entrada para RJ-45) e Wi-Fi integrado, no mínimo, tensão bivolt, acompanhada de controle remoto, cabo de força, manual de utilização e possuir entradas para suporte de parede.

5.2.6 Tela interativa multitouch 86" ou superior

5.2.6.1 Tela Interativa Multitouch 86" ou superior com duplo sistema operacional integrado (Windows e Android), para compor painel interativo a ser implementado em sala de gestão de crise, com tecnologia multitouch, contendo resolução mínima de 4k, com recursos de anotação digital e videoconferência integrados, com sistemas de som ambiente com microfones de teto e caixas acústicas, tensão bivolt, acompanhada de controle remoto, cabo de força, suporte de pé e manual de utilização.

5.2.6.2 Sistema operacional Android 14.0 ou superior incluso no Display; CPU Quad-core ou superior; mínimo de 4 GB de memória RAM; mínimo de 32GB de armazenamento; loja de aplicativos instalada; deve suportar arquivos word, excel, power point, PDF e outros;

5.2.6.3 Modulo OPS Windows 11 ou superior; Processador Intel Core i5 de decima geração ou superior; mínimo de 8GB de memória RAM; e mínimo de 256GB de armazenamento SSD;

5.2.6.4 Webcam integrada com resolução mínima FullHD (1920x1080 pixels) 30FPS;

5.2.6.5 Deve suportar no mínimo os seguintes formatos: MPEG2-4, H.264, H.265, JPG, JPEG, BMP, PNG;

5.2.6.6 Recursos de multi-toque, com capacidade para reconhecer e processar um mínimo de 20 toques simultâneos;

5.2.6.7 Objetos possíveis para toque: Dedo, caneta de escrita e/ou outro objeto;

5.2.6.8 Microfone integrado;

- 5.2.6.9 Precisão do Toque mínimo de 2mm;
- 5.2.6.10 Função GPS integrado;
- 5.2.6.11 WIFI 802.11AC (2.4Ghz/ 5Ghz) (não será aceito dispositivo adaptador ou módulo wifi externo);
- 5.2.6.12 Conexões mínimas: HDMI input, HDMI output, USB, Saida de áudio P2 e Conexão ethernet RJ45;
- 5.2.6.13 O equipamento deve operar com Android e Windows, sendo possível alternar entre os sistemas rapidamente e trabalhar com ambos simultaneamente;
- 5.2.6.14 Painel de desenho/escrita livre com diversos recursos, incluindo compartilhamento via QRCode;
- 5.2.6.15 Permitir realizar anotações sobre qualquer tela que está sendo demonstrada no momento e depois exportá-la;
- 5.2.6.16 Loja padrão do Android com milhares de aplicativos;
- 5.2.6.17 Aplicativo que permita o espelhamento da tela de outros dispositivos para a lousa e vice-versa.
- 5.2.7 Impressora à Laser Colorida**
 - 5.2.7.1 Impressora, laser ou LED, colorida, A4, duplex, 600x600 dpi, 30 ppm, 64 MB, ciclo recomendado 20.000 pags/mês, 1 ano de Garantia. Impressora laser ou LED, monocromática;
 - 5.2.7.2 conter Interfaces USB 2.0 (acompanhar cabo USB 2.0) e 10/100 Base-TX Ethernet;
 - 5.2.7.3 suportar Papel A4, carta, ofício, executivo, envelopes e transparências;
 - 5.2.7.4 suportar impressão manual frente e verso;
 - 5.2.7.5 Capacidade de impressão em tempo máximo, na primeira página, em até 9 segundos;
 - 5.2.7.6 resolução mínima de 600 x 600 dpi;

- 5.2.7.7 velocidade mínima de 30 PPM;
- 5.2.7.8 processador mínimo de 600 MHz;
- 5.2.7.9 128 megabytes de memória instaladas, no mínimo;
- 5.2.7.10 compatibilidade com PostScript 3, PCL 5e e 6;
- 5.2.7.11 Conter suprimentos de cartucho de Toner com capacidade mínima para impressão de 10.000 páginas;
- 5.2.7.12 suportar ciclo de trabalho mensal, recomendado pelo fabricante, de 20.000 (vinte mil) páginas por mês;
- 5.2.7.13 ter capacidade de entrada de papel mínima de 150 folhas;
- 5.2.7.14 ter capacidade na bandeja de saída de papel de 50 folhas, no mínimo;
- 5.2.7.15 ser compatível Microsoft Windows XP, Server 2003, Server 2008, 7 e Linux;
- 5.2.7.16 Tensão de entrada: 110/220 v (+/- 10%) e ter garantia integral de 1 ano.

5.2.8 Impressora à Laser Monocromática

- 5.2.8.1 Impressora, laser ou LED, monocromática, A4, 600x600 dpi, 40 ppm, 128 MB, ciclo recomendado 80.000 págs/mês, 1 ano de Garantia. Impressora laser ou LED, monocromática;
- 5.2.8.2 conter Interfaces USB 2.0 (acompanhar cabo USB 2.0) e 10/100 Base-TX Ethernet;
- 5.2.8.3 suportar Papel A4, carta, ofício, executivo, envelopes e transparências; capacidade de impressão, da primeira página, em até 9 segundos;
- 5.2.8.4 resolução mínima de 600 x 600 dpi, com velocidade mínima de 40 PPM;
- 5.2.8.5 conter processador mínimo de 1200 MHz;
- 5.2.8.6 conter 128 megabytes de memória instalados, no mínimo;
- 5.2.8.7 ser compatível com PostScript 3, PCL 5e e 6;

- 5.2.8.8 conter suprimentos de cartucho de Toner com capacidade para impressão de 10.000 (dez mil) páginas, no mínimo;
- 5.2.8.9 deverá ser fornecido 01 toner adicional (além do toner original que acompanha o equipamento), com capacidade de impressão de 10.000 (dez mil) páginas, no mínimo, considerando o valor médio de rendimento de página standard, declarado em conformidade com a norma ISO/IEC 19752;
- 5.2.8.10 suportar um ciclo de trabalho mensal, recomendado pelo fabricante, de 80.000 (oitenta mil) páginas por mês;
- 5.2.8.11 conter capacidade de entrada de papel de 100 folhas, no mínimo; conter capacidade de entrada de papel mínima na bandeja principal de 250 folhas;
- 5.2.8.12 conter capacidade na bandeja de saída de papel mínima de 150 folhas; ser compatível Microsoft Windows XP, Server 2003, Server 2008, 7 e Linux;
- 5.2.8.13 Tensão de entrada: 110v (+/- 10%); Tensão de entrada: 220v (+/- 10%)
- Garantia de 1 ano.

5.2.9 Ponto de acesso sem fio (wireless access point)

- 5.2.9.1 Ponto de acesso, sem fio (wireless access point), padrão IEEE 802.11n, 300 Mbps, 01 Ethernet 10/100 Base-TX PoE, 64 clientes, 1024 MAC, criptografia WEP 64/128 bits; atender aos padrões IEEE 802.11b e 802.11g;
- 5.2.9.2 Possuir certificação Wi-Fi;
- 5.2.9.3 operar na faixa de frequências compreendida entre 2,4 a 2,4835 GHz.;
- 5.2.9.4 ter alcance de operação sem fio de, pelo menos, 150 metros em ambiente fechados e de 400 metros em ambiente abertos; conter 1 porta Ethernet 10/100, base-TX aderente ao padrão IEEE 802.3af (PoE);
- 5.2.9.5 conter suporte e gerenciamento remoto via endereço IP;

- 5.2.9.6 permitir a atribuição de endereços via protocolo DHCP;
- 5.2.9.7 suportar padrões de rede TCP/IP, bridging ip protocol, netbios e wins.;
- 5.2.9.8 suportar, ao menos, 64 clientes wireless simultâneos; suportar, ao menos, 1024 endereço MAC;
- 5.2.9.9 suportar Modo Ponto de Acesso e característica WDS; suportar Criptografia 64/128-bit WEP(Hex);
- 5.2.9.10 suportar Criptografia WPA/WPA2 e WPA-PSK/WPA2-PSK;
- 5.2.9.11 suportar protocolo 802.1x com autenticação eap-tls, eap-ttls e peap;
- 5.2.9.12 suportar a autenticação wpa-psk e autenticação e autorização via radius;
- 5.2.9.13 suportar a autenticação e filtros de endereços mac e lista de controle de acesso;
- 5.2.9.14 suportar wds bridging, a 802.1q vlan;
- 5.2.9.15 Suportar a múltiplos ssid com isolamento de ssid;
- 5.2.9.16 Suportar gerenciamento remoto pela linha de comando (via telnet ou ssh) ou interface web http ou s-http;
- 5.2.9.17 suportar gerenciamento remoto via protocolo snmp;
- 5.2.9.18 conter capacidade de atualização de firmware; ter leds para indicar atividades de lan, status e wireless;
- 5.2.9.19 suportar taxas de transferência 802.11g: 54 Mbps, 48 Mbps, 36 Mbps, 24 Mbps, 18 Mbps, 12 Mbps, 9 Mbps e 6 Mbps;
- 5.2.9.20 suportar taxa de transferência 802.11n (draft): até 300Mbps - Suportar taxas de transferência 802.11b: 11 Mbps, 5.5 Mbps, 2 Mbps e 1Mbps;
- 5.2.9.21 conter 3 Antenas Externas (tecnologia MIMO) para suportar performance de alta velocidade e vasta cobertura, com ganho mínimo de 4dBi;

5.2.9.22 operar nos modos Access Point, Wireless Bridge Point-to-Point, Wireless Bridge Point-to-Multipoint;

5.2.9.23 Garantia mínima de 1 ano dado no Brasil pelo fabricante.

5.2.10 Joystick profissional

5.2.10.1 O joystick deverá ter 1 interface USB 2.0.

5.2.10.2 O joystick deverá ter interfaces seriais RS-232, RS-422 e RS-485.

5.2.10.3 O joystick deverá ter 1 interface Ethernet auto adaptativa de 10 M/100 Mbps.

5.2.10.4 O joystick deverá operar em temperaturas entre -10 °C a +55 °C (14 °F a 131 °F).

5.2.10.5 O joystick deverá operar em umidade de 10% a 90%.

5.2.10.6 O joystick deverá ter peso líquido de até 1 kg (2.2 lb).

5.2.10.7 O joystick deverá ter as dimensões de 435 × 110 × 193 mm (17.1 × 4.3 × 7.6 polegadas).

5.2.10.8 O joystick deverá consumir até 4,5 W de energia.

5.2.10.9 O joystick deverá ter uma fonte de alimentação de 12 VDC.

5.2.10.10 O joystick deverá ter uma tela de 128 x 64 pixels.

5.2.10.11 O joystick deverá ter um joystick de 4 eixos.

5.2.10.12 O joystick deverá ter as certificações CE-EMC, CE-LVD, ROHS, CB, UL, FCC-SDoC e BIS.

5.2.11 O Videowall deverá atender aos requisitos mínimos citados abaixo, podendo variar apenas para parâmetros superiores:

5.2.11.1 O monitor videowall deverá ter display de 55 polegadas.

5.2.11.2 O monitor videowall deverá ter área ativa de exibição de 1209,6 mm (H) × 680,4 mm (V).

- 5.2.11.3 O monitor videowall deverá ter retroiluminação LED direta.
- 5.2.11.4 O monitor videowall deverá ter pitch de pixel de 0,63 mm.
- 5.2.11.5 O monitor videowall deverá ter costura física de 3,5 mm.
- 5.2.11.6 O monitor videowall deverá ter largura de borda de 2,3 mm (topo/esquerda) e 1,2 mm (inferior/direita).
- 5.2.11.7 O monitor videowall deverá ter resolução de 1920 × 1080@60 Hz (compatível para baixo).
- 5.2.11.8 O monitor videowall deverá ter brilho de 500 cd/m².
- 5.2.11.9 O monitor videowall deverá ter ângulo de visão horizontal de 178° e vertical de 178°.
- 5.2.11.10 O monitor videowall deverá ter profundidade de cor de 8 bits, 16,7 milhões de cores.
- 5.2.11.11 O monitor videowall deverá ter relação de contraste de 1200:1.
- 5.2.11.12 O monitor videowall deverá ter tempo de resposta de 7,5 ms.
- 5.2.11.13 O monitor videowall deverá ter gama de cores de 72% NTSC.
- 5.2.11.14 O monitor videowall deverá ter tratamento de superfície com opacidade de 25%.
- 5.2.11.15 O monitor videowall deverá ter entrada de vídeo e áudio HDMI × 1, DVI × 1, VGA × 1, DP × 1, USB × 1.
- 5.2.11.16 O monitor videowall deverá ter saída de vídeo e áudio HDMI × 1.
- 5.2.11.17 O monitor videowall deverá ter interface de controle RS232 IN × 1, RS232 OUT × 1.
- 5.2.11.18 O monitor videowall deverá ter alimentação de 100-240 VAC, 50/60 Hz.
- 5.2.11.19 O monitor videowall deverá consumir até 245 W de potência.
- 5.2.11.20 O monitor videowall deverá ter consumo em modo de espera de até 0,5 W.

5.2.11.21 O monitor videowall deverá operar em temperatura de 0°C a 40°C (32°F a 104°F).

5.2.11.22 O monitor videowall deverá operar com umidade de 10% RH a 80% RH (não condensante).

5.2.11.23 O monitor videowall deverá ser armazenado em temperatura de -20°C a 60°C (-4°F a 140°F).

5.2.11.24 O monitor videowall deverá ser armazenado com umidade de 10% RH a 90% RH (não condensante).

5.2.11.25 O monitor videowall deverá ter material de caixa SGCC.

5.2.11.26 O monitor videowall deverá ter padrão VESA de 600 (H) mm × 400 (V) mm.

5.2.12 Nobreak 1,4KVA

5.2.12.1 Nobreak interativo de 1400VA (mín. 700W), entrada bivolt automática e saída 115V com 6 tomadas NBR 14136;

5.2.12.2 Nobreak deve possuir estabilizador interno, filtro de linha, bateria selada com função Cold Start e proteções contra sobrecarga e surtos, conforme normas ABNT;

5.2.12.3 Nobreak deve possuir autonomia mínima de 30 (trinta) minutos.

5.2.13 Infraestrutura Recomendada da Sala de Inteligência Artificial

5.2.13.1 Videowall integrado (já previsto no edital) para exibir painéis de análise com mapas de calor, previsões de tráfego, alertas de incidentes.

5.2.13.2 Servidores dedicados com GPU para rodar modelos de deep learning (reconhecimento de imagens, OCR/ANPR, análise de padrões).

5.2.13.3 Estações de trabalho analíticas para cientistas de dados e operadores.

5.2.13.4 Integração em tempo real com bases de dados já citadas no edital.

5.2.13.5 Todos os equipamentos deverão estar integrados em rede local (LAN) e conectados a um sistema de nobreaks com autonomia mínima de 30 (trinta) minutos, além de dispor de infraestrutura de climatização controlada.

5.2.14 KIT Técnico Operacional para Atuação em Campo

5.2.14.1 Equipamentos portáteis essenciais para a operação dos agentes em campo, os KIT's são compostos pelos equipamentos abaixo indicados e serão disponibilizados conforme quantitativos definidos em Ordem de Serviço autorizada pelo gestor do contrato:

5.2.14.2 **Smartphones**, homologados pela Anatel, com sistema operacional Android versão 12 ou superior, processador octa-core, memória mínima de 6 GB RAM e de armazenamento interno mínimo de 256 GB, conectividade 5G ou superior, com chip de comunicação ativo, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, certificação IP67 ou superior (resistência à água e poeira), compatíveis com os aplicativos institucionais.

5.2.14.3 **Impressoras térmicas portáteis** com operação por meio de conexão Bluetooth e possuir compatibilidade nativa com os smartphones fornecidos, com autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo e resistência a impactos leves (padrão IP42 ou superior), peso máximo 280g.

5.2.14.4 **Bobinas térmicas** de papel com certificação FSC, compatível com o modelo de impressora fornecido, e possuir padrão de 57 mm de largura.

- A Contratada deverá manter o nível de estoque mínimo para a perfeita operação da solução proposta.
- O ponto de ressuprimento deve ser quando o estoque atingir uma quantidade menor ou igual a 20% (vinte por cento) da quantidade de equipamentos em uso. A quantidade definida para contratação é de 1,5 (uma e meia) bobinas para cada impressora, por mês.

- A qualidade do papel fornecido deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos, sendo essa comprovação indicada em documentação do fabricante do papel.

5.2.14.5 Tablets com tela mínima de 10 polegadas, conectividade 5G, com chip de comunicação ativo, GPS integrado, 6 GB RAM e 256 GB de armazenamento, conectividade WI-FI, Bluetooth, USB, GPS. Transmissão de dados em alta velocidade 5G, compatíveis com os sistemas de campo da TRANSALVADOR.

5.2.14.6 Veículos automotores equipados com câmeras de alta resolução

5.2.14.6.1 A futura CONTRATADA deverá disponibilizar veículos automotores equipados com sistema embarcado autônomo de sensoramento, capaz de executar rotinas próprias de inicialização, operação, monitoramento e encerramento, garantindo a coleta de dados operacionais ao longo de toda a jornada de uso, destinado ao apoio às atividades do Núcleo de Operações Assistidas – NOA.

5.2.14.6.2 O sistema deverá permitir o registro, processamento, armazenamento e transmissão de dados e imagens, projetado para operar de forma contínua e independente, tanto com o veículo em deslocamento quanto em condição estacionária, sem dependência de intervenção manual do operador para execução de suas funções essenciais.

5.2.14.6.3 A solução deverá operar como unidade móvel plenamente integrada ao ecossistema tecnológico do NOA, capaz de atuar de forma contínua e independente, tanto com o veículo em deslocamento quanto em condição estacionária, assegurando a coleta, o processamento, o armazenamento e a transmissão de dados e imagens de forma automática, segura, rastreável e auditável, sem dependência de intervenção manual do operador para suas funções essenciais.

5.2.14.6.4 A solução deverá contemplar, no mínimo:

a) conjunto de câmeras digitais de alta resolução, com resolução mínima de 2K, taxa de quadros compatível com captura em deslocamento, cobertura angular adequada à finalidade operacional e capacidade de registro contínuo de imagens;

b) sistema de georreferenciamento embarcado, com sensores GPS integrados, precisão compatível com aplicações de mapeamento urbano e sincronização automática entre posição, data, hora e imagens capturadas;

c) sistema de gravação embarcado, com capacidade de armazenamento suficiente para operação contínua, mecanismos de redundância e proteção contra perda de dados, permitindo posterior extração, auditoria e processamento das informações;

d) conectividade móvel de alta velocidade, compatível com tecnologia 5G ou superior, com chip de comunicação ativo, assegurando a transmissão segura e automática dos dados e imagens ao sistema central do Núcleo de Operações Assistidas, de forma online ou em modo sincronizado;

e) integração automática e segura com os sistemas centrais da CONTRATANTE, por meio de interfaces, APIs ou serviços compatíveis, garantindo a ingestão, o armazenamento, a visualização e o tratamento das informações coletadas, sem intervenção manual.

5.2.14.6.5 O veículo automotor deverá ser adequado à instalação e operação da solução embarcada, devendo permitir o funcionamento contínuo dos sistemas, sensores e dispositivos associados, observados os requisitos de segurança, estabilidade e confiabilidade operacional.

5.2.14.6.6 A instalação do sistema embarcado não poderá exigir modificações estruturais permanentes no veículo, devendo preservar sua integridade física e funcional, permitindo a reutilização da solução em

diferentes unidades da frota, conforme necessidade operacional da Administração.

- 5.2.14.6.7 O veículo deverá permitir operação segura tanto em deslocamento quanto em parada, inclusive em cenários de tráfego intenso, vias urbanas diversas e eventos especiais, assegurando a estabilidade da solução embarcada e a qualidade dos dados coletados.
- 5.2.14.6.8 O sistema embarcado deverá ser fornecido como plataforma computacional dedicada, instalada no veículo, capaz de operar de forma autônoma, contínua e resiliente, executando rotinas próprias de inicialização, operação, monitoramento, contingência e encerramento, independentemente de intervenção manual do operador.
- 5.2.14.6.9 A solução deverá iniciar automaticamente suas rotinas operacionais a partir do momento que o veículo entrar em movimento ou conforme programação definida pela CONTRATANTE, realizando a captura, sincronização temporal, georreferenciamento, indexação, armazenamento e transmissão dos dados e imagens coletados, com preservação integral da integridade e da rastreabilidade das informações.
- 5.2.14.6.10 O sistema deverá operar em modo dinâmico, com o veículo em movimento, mantendo estabilidade de captura e sincronização precisa entre imagens, posição, data, hora e demais metadados, bem como em modo estacionário, preservando todas as funcionalidades de sensoriamento, registro e transmissão, sem degradação da qualidade ou perda de dados.
- 5.2.14.6.11 A arquitetura do sistema embarcado deverá contemplar capacidade local de processamento, permitindo o tratamento preliminar das informações coletadas, incluindo validação de integridade, organização por eventos, compressão, indexação e preparação para transmissão, reduzindo riscos de perda e assegurando eficiência na comunicação com os sistemas centrais do NOA.

- 5.2.14.6.12 Deverá ser assegurada a operação autônoma em cenários de conectividade intermitente, com armazenamento local seguro e sincronização automática e ordenada dos dados assim que restabelecida a comunicação, preservando a sequência temporal e a consistência das informações.
- 5.2.14.6.13 O sistema deverá garantir sincronização temporal absoluta entre todos os seus componentes, utilizando fonte confiável de tempo, assegurando que cada registro possua referência temporal única, precisa e auditável, condição indispensável para uso operacional, administrativo e probatório.
- 5.2.14.6.14 A solução deverá manter telemetria contínua e registro de eventos operacionais, incluindo estado dos sensores, conectividade, armazenamento, falhas, reinicializações, tentativas de acesso e demais eventos críticos, possibilitando monitoramento remoto, auditoria e diagnóstico técnico pela CONTRATANTE.
- 5.2.14.6.15 O sistema embarcado deverá integrar sensores e câmeras de alta resolução, adequados à operação em ambiente urbano, com capacidade de captura contínua em movimento, cobertura compatível com a finalidade operacional, estabilidade de imagem e operação em diferentes condições de luminosidade, permitindo o registro de vias, sinalização, veículos, eventos e irregularidades relevantes às ações de fiscalização e monitoramento.
- 5.2.14.6.16 A conectividade deverá ser assegurada por meio de comunicação móvel de alta velocidade, compatível com tecnologia 5G ou superior, com mecanismos de segurança, criptografia e gerenciamento de links, possibilitando a transmissão automática dos dados e imagens ao ambiente central do NOA, em tempo real ou em modo sincronizado.
- 5.2.14.6.17 Toda a solução deverá ser integrada nativamente aos sistemas centrais da TRANSALVADOR, por meio de interfaces programáticas padronizadas, permitindo a ingestão automática das informações coletadas, sua correlação com dados provenientes de outros sistemas de fiscalização, tráfego, OCR/ANPR, despacho operacional e

inteligência urbana, bem como sua visualização em tempo real ou diferido.

5.2.14.6.18 A solução deverá permitir configuração, gerenciamento e atualização remota, incluindo controle de versões, aplicação de políticas de segurança, ajustes de parâmetros operacionais, validação de integridade e possibilidade de reversão de versões, assegurando a evolução contínua do sistema sem interrupção da operação.

5.2.14.6.19 O sistema embarcado deverá observar rigorosamente os requisitos de segurança da informação, incluindo controle de acesso, autenticação, criptografia dos dados em trânsito e em repouso, rastreabilidade, registro de logs imutáveis e preservação da cadeia de custódia das informações, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

5.2.14.6.20 Os dados, registros, configurações e informações geradas pela solução embarcada serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, devendo ser entregues em formatos estruturados, documentados e interoperáveis, sendo vedada qualquer forma de retenção, limitação de acesso ou dependência tecnológica.

5.2.14.6.21 A gestão de atualização remota, inventário, bloqueio e rastreabilidade dos dispositivos móveis será de responsabilidade da contratada do Lote 02, mediante diretrizes operacionais definidas pela TRANSALVADOR.

5.2.14.6.22 Todos os dispositivos móveis deverão permitir atualização remota e controle de inventário, assegurando rastreabilidade e bloqueio em caso de perda ou extravio.

5.2.15 Suporte Técnico e Treinamento Contínuo

5.2.15.1 O Suporte Técnico e o Treinamento Contínuo constituem elementos essenciais para a garantia da disponibilidade, desempenho, segurança e uso adequado das soluções tecnológicas implantadas no âmbito do Núcleo de Operações Assistidas da TRANSALVADOR.

- 5.2.15.1.1 O suporte técnico deverá ser prestado de forma , abrangendo atendimento a incidentes, falhas, dúvidas operacionais, correções, ajustes e orientações técnicas, observados os níveis de serviço (SLA) definidos no Termo de Referência e em seus Anexos.
- 5.2.15.1.2 A contratada deverá assegurar , com atuação preventiva, corretiva e evolutiva, de modo a minimizar indisponibilidades e riscos à continuidade dos serviços essenciais de trânsito e mobilidade urbana.
- 5.2.15.1.3 O atendimento técnico deverá contemplar os períodos de , garantindo suporte intensivo até a plena maturidade operacional das soluções.
- 5.2.15.1.4 O treinamento deverá abranger a dos servidores, operadores e gestores da TRANSALVADOR, contemplando aspectos operacionais, técnicos e gerenciais dos sistemas, softwares, aplicativos e equipamentos fornecidos.
- 5.2.15.1.5 Os treinamentos deverão ser realizados de forma presencial e/ou remota, conforme demanda da Administração, incluindo , visando à autonomia progressiva da equipe técnica do órgão.
- 5.2.15.1.6 A contratada deverá promover , sempre que houver evolução tecnológica, atualização de versões, inclusão de novos módulos ou alteração significativa nos fluxos operacionais.
- 5.2.15.1.7 Todas as atividades de suporte e treinamento deverão respeitar a legislação vigente, as normas de segurança da informação, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as diretrizes institucionais da TRANSALVADOR, não implicando, em nenhuma hipótese, delegação de competências típicas do poder público.

5.3 LOTE 02

5.4 Sistema de Gestão de Trânsito

- 5.4.1 A solução deverá adotar o modelo de Software como Serviço (SaaS), baseado em computação em nuvem, com total gerenciamento e automação. Nesse modelo, é responsabilidade da Contratada fornecer

e manter a infraestrutura, recursos de segurança e processos de backup de forma completa.

- 5.4.2 A solução deve possuir desempenho e a disponibilidade adequados para atender ao volume de usuários, requisições de autenticação e transações demandados pela Contratante, mantendo um alto desempenho mesmo quando a capacidade máxima dos serviços contratados pela Contratante for atingida, sem comprometer a experiência do usuário ou utilização do serviço.
- 5.4.3 A solução deve ser 100% web, com interface gráfica que utilize tecnologias web modernas e consolidadas, com funcionamento comprovado nas versões mais recentes de navegadores web padrão de mercado, tais como Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Safari.
- 5.4.4 A solução deve operar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), garantindo a privacidade e segurança dos dados dos usuários, utilizando-se no mínimo de características de detecção e mascaramento de infotypes e privacidade diferencial.
- 5.4.5 A solução deve atender a, no mínimo, 50 usuários simultâneos sem apresentar degradação perceptível na qualidade do serviço ou no tempo de resposta para os demais usuários.
- 5.4.6 Deverá permitir a execução sob demanda, com garantia redundância e ajustando automaticamente os recursos computacionais com base na carga de acesso, que permita a escalabilidade automática com múltiplas instâncias.
- 5.4.7 Redundância automatizada: deve possuir a capacidade de configurar múltiplas instâncias do serviço em diferentes regiões geográficas, garantindo a disponibilidade contínua do serviço, mesmo em caso de falhas de hardware ou de rede da região de hospedagem.
- 5.4.8 Escalabilidade horizontal: Deve ter capacidade de adicionar mais recursos, como mais servidores ou instâncias, para aumentar a

capacidade de processamento e armazenamento conforme a demanda aumenta.

- 5.4.9 Escalabilidade vertical: deve ter capacidade de adicionar recursos, como memória ou CPU, para aumentar o processamento de uma única instância sem interrupção do serviço.
- 5.4.10 Toda a interface do usuário, incluindo menus, mensagens, legendas e documentação online, deverá ser apresentada em Português do Brasil.
- 5.4.11 Deve suportar a invalidação automática da sessão do usuário após um período de inatividade, especificado em minutos, obrigando o usuário a realizar uma nova autenticação para acesso.
- 5.4.12 A plataforma deve ser interoperável permitindo que dados de outras plataformas e sistemas sejam utilizados nela e os dados da plataforma utilizados nela sejam acessados por meio de API's por outras aplicações ou plataformas. A plataforma deve permitir a troca de dados com outras plataformas e sistemas através de APIs, garantindo a interoperabilidade.
- 5.4.13 A infraestrutura do serviço contratado deve oferecer controles, em tempo real, sobre a implantação de novas versões, permitindo a distribuição flexível de tráfego de acesso entre diferentes versões.
- 5.4.14 O serviço contratado deve possuir mecanismos de implantação contínua (CI/CD) de novas versões, incluindo rollback automático em caso de falhas graves de implantação, assegurando alta disponibilidade e confiabilidade das atualizações.
- 5.4.15 A solução deve permitir a execução sob demanda, com garantia redundância e ajustando automaticamente os recursos computacionais com base na carga de acesso, que permita a escalabilidade automática com múltiplas instâncias.
- 5.4.16 Deve suportar a integração com provedores de identidade externos, como Google, Microsoft, Active Directory e LDAP, possibilitando a autenticação federada e centralizada dos usuários.

- 5.4.17 Deve gerenciar as sessões ativas dos usuários e permitir que um administrador encerre qualquer sessão remotamente e de forma imediata.
- 5.4.18 As funcionalidades e integrações da solução que dependem exclusivamente do fornecimento de dados por parte do município, compreendendo dados oriundos de empresas privadas parceiras e daqueles gerados pelos próprios órgãos públicos, poderão ter seu desempenho impactado pela eventual indisponibilidade, inadequação, desatualização ou baixa qualidade dessas informações. Nessas situações, a CONTRATADA não poderá ser responsabilizada por limitações ou falhas decorrentes da ausência ou da má qualidade dos dados fornecidos.
- 5.4.19 A solução deve oferecer recursos avançados de análise e visualização de dados, permitindo a identificação de padrões, tendências e insights relevantes. Isso pode incluir a utilização de ferramentas de visualização interativas, gráficos, dashboards e técnicas de mineração de dados.
- 5.4.20 A solução deve oferecer as vantagens da computação em nuvem para garantir alta escalabilidade, disponibilidade facilitada com servidores remotos e segurança robusta dos dados.
- 5.4.21 A solução deve integrar os dados recebidos através do Barramento de Serviços, em uma plataforma única na qual será possível a centralização das informações, tratamento dos dados, fornecendo uma visão situacional e insumos para o planejamento municipal.
- 5.4.22 A plataforma deve ser capaz de processar e transformar os dados em larga escala, aplicando filtros, agregações, joins e outras operações necessárias. Isso pode envolver o uso de técnicas como processamento distribuído, paralelização de tarefas e algoritmos eficientes.
- 5.4.23 Deve permitir o uso de ML (Aprendizado de máquina) / IA (Inteligência Artificial) e BI (Inteligência de Negócios) integrados para insights

eficientes de dados para grande escala e volume de armazenamento, processamento e visualização. Deve possuir banco de dados com integração nativa com grandes modelos de linguagem (LLMs), de modo a viabilizar a execução de análises avançadas diretamente na base de dados, utilizando Inteligência artificial com processamento de linguagem natural

- 5.4.24 Deve ser oferecido ferramentas de Big Data com disponibilidade mensal de 99.9%, permitindo análises de dados eficientes e confiáveis para sua tomada de decisões informada.
- 5.4.25 A infraestrutura computacional, na qual a solução será hospedada, deve apresentar disponibilidade mensal mínima de 99,95%, a fim de garantir um ambiente estável para os serviços prestados.
- 5.4.26 Deve suportar o uso de Inteligência Artificial e Inteligência de Negócios integrados para insights eficientes de dados, volume de armazenamento, processamento e visualização em escala de terabytes.
- 5.4.27 A plataforma deve ser capaz de receber perguntas em linguagem natural, recuperar informações relevantes a partir de bases internas ou integrações previamente adicionadas, compreender o contexto da consulta e gerar respostas argumentativas e fundamentadas, acessível por meio de uma API REST.
- 5.4.28 Deve garantir a segurança e a privacidade dos dados manipulados, cumprindo as regulamentações e padrões de segurança aplicáveis.
- 5.4.29 Deve implementar mecanismo de autenticação, criptografia, controle de acesso e outras práticas recomendadas para proteger os dados sensíveis.
- 5.4.30 Deve implementar segurança em nível de linha que permita criar um ou vários relatórios com restrição do acesso a dados para determinados usuários ou grupos de usuários por meio de filtros customizados.
- 5.4.31 A plataforma deve disponibilizar o serviço de descoberta automatizada de dados confidenciais sendo capaz de identificar automaticamente

informações confidenciais, aplicar técnicas para classificar, mascarar, tokenizar e transformar dados confidenciais encontrados e gerar relatórios detalhados sobre as varreduras realizadas

- 5.4.32 A solução deve permitir atuar como broker de Identidade fazendo a interface com outros provedores de login único (Single Sign-On - SSO), provedores de identidade de provedores de cloud ou através do Login Social de serviços na web como Google, Facebook e Twitter. O SSO deve permitir autenticação integrada com soluções empresariais de armazenamento de credenciais como servidores LDAP ou Microsoft Active Directory
- 5.4.33 Permite login único usando protocolos padrão de mercado como SAML 2.0, OpenID Connect e OAuth 2.0.
- 5.4.34 Deve oferecer a opção de habilitar a autenticação com segundo fator (2FA), utilizando código de acesso único (OTP).
- 5.4.35 A solução deve incorporar um sistema de gerenciamento de banco de dados com integração nativa a grandes modelos de linguagem (LLMs), possibilitando a execução de análises baseadas em Inteligência Artificial diretamente sobre os dados armazenados.
- 5.4.36 Deve possuir suporte nativo para análise geoespacial, como pontos arbitrários, linhas, polígonos e multipolígonos em formatos comuns de dados geoespaciais.
- 5.4.37 Permitir a exportação de dados em formatos abertos interoperáveis.
- 5.4.38 Deve se comprometer em garantir a segurança da plataforma, dos arquivos, dados e informações, aplicados às boas prática, mantendo os softwares atualizados, utilizando dispositivos de segurança, criptografia, conexões seguras e encriptadas, corrigindo eventuais falhas de segurança, realizando testes de segurança e auditorias periodicamente de forma preventiva em busca de falhas e vulnerabilidades, monitorar as conexões a fim de prevenir ataques, realizar backups periodicamente e garantir que os sistemas de backup sejam confiáveis.

5.4.39 Possuir ferramentas para criação de relatórios personalizáveis (estilo visual, fontes, gráficos e seleção de dados), com opção de compartilhamento público, privado e via embed (incorporação em sites/apps externos usando iframe).

5.4.40 Módulo De Rastreamento Veicular e Análise De Dados:

5.4.40.1 O sistema deve possibilitar o mapeamento de trajetos e áreas percorridas por veículos monitorados, relacionando-os a regiões de risco em mapas interativos.

5.4.40.2 O sistema deve permitir a exportação de gráficos e relatórios dinâmicos com dados divididos por município, ponto de vigilância, faixa de tráfego e horário, para análises detalhadas de volume.

5.4.40.3 O sistema deve permitir a consulta de dados desde 2021 para visualização de padrões históricos no painel dinâmico.

5.4.40.4 O sistema deve oferecer autenticação de dois fatores (2FA) com protocolo TOTP, além de acesso por certificado digital válido.

5.4.40.5 O sistema deve incluir filtros por município, possibilitando selecionar uma, várias ou todas as localidades para delimitar o alcance da busca.

5.4.40.6 O sistema deve acompanhar o fluxo de informações enviadas por cada cliente, verificando a quantidade de dados tratados por fonte.

5.4.40.7 O sistema deve disponibilizar um módulo de auditoria de atividades, vinculado aos perfis de usuários, garantindo rastreabilidade de ações em dados sensíveis.

5.4.40.8 O sistema deve viabilizar o acompanhamento de trajetos realizados por veículos suspeitos em relação a áreas de alta criminalidade e horários críticos.

5.4.40.9 O sistema deve produzir relatórios completos sobre veículos associados a delitos, como assaltos ou furtos, detalhando a frequência e os locais de circulação.

- 5.4.40.10 O sistema deve permitir exportar gráficos e relatórios dinâmicos com dados divididos por município, ponto de vigilância, faixa de tráfego e horário, para análises detalhadas de volume.
- 5.4.40.11 O sistema deve possibilitar o cadastro de contatos para recebimento de alertas por meio de aplicativos de mensagens, associando nome, número e tipo de plataforma.
- 5.4.40.12 O sistema deve apresentar informações completas de operadores e equipes, incluindo nome, e-mail, números de contato e grupo associado, para fins de auditoria e conformidade com a LGPD.
- 5.4.40.13 O sistema deve permitir a aplicação de filtro de densidade no mapa, exibindo concentrações por grupo de eventos em camadas visuais divididas por município e bairro.
- 5.4.40.14 O sistema deve permitir a visualização agrupada de contatos por subdivisão, conforme registro institucional do usuário.
- 5.4.40.15 O sistema deve permitir a criação de categorias personalizadas de monitoramento, como roubo ou fuga de pagamento, com tempo de validade e descrição do aviso.
- 5.4.40.16 O sistema deve apresentar cartões com a última circulação de veículos, organizados de forma crescente pelo número do ponto.
- 5.4.40.17 O sistema deve inserir marca d'água em todas as imagens de circulação de veículos, identificando o usuário conectado, data, horário e logomarca do sistema.
- 5.4.40.18 O sistema deve permitir que os gráficos mostrem os veículos mais frequentes nas últimas 24 horas, leituras por câmera no mesmo período e agrupamento por dia da semana nos últimos 7 dias.
- 5.4.40.19 O sistema deve capacitar os operadores a configurarem e modificar alertas de vigilância, enviando comunicações a diversos contatos por meio de aplicativos como WhatsApp e Telegram.
- 5.4.40.20 O sistema deve reconhecer padrões de comboios e comportamentos atípicos com base na análise de passagens por locais supervisionados.

- 5.4.40.21 O sistema deve oferecer opções de filtragem com ordenação alfabética e ascendente para características como localização, endereço, direção, modelo, categoria, cor e status.
- 5.4.40.22 O sistema deve disponibilizar acesso a informações passadas sobre criminalidade, utilizando registros de ocorrências e dados operacionais, criando mapas de padrões e suporte preditivo para a segurança da sociedade.
- 5.4.40.23 O sistema deve mostrar resultados de pesquisas de forma paginada, permitindo acesso direto a qualquer página dos dados retornados.
- 5.4.40.24 O sistema deve permitir a associação de alertas a contatos registrados previamente, mostrando número, nome, plataforma de mensagem e subdivisão.
- 5.4.40.25 O sistema deve viabilizar a criação de listas de veículos permitidos (safelist), estabelecendo pontos e câmeras onde a passagem será autorizada automaticamente, com histórico e relatórios exportáveis.
- 5.4.40.26 O sistema deve criar relatórios sobre áreas de perigo com mapas dinâmicos, apontando trajetos e horários de maior circulação de veículos suspeitos.
- 5.4.40.27 O sistema deve implementar alertas sonoros para todas as categorias de notificações, com possibilidade de desativar o som e realizar testes de funcionamento.
- 5.4.40.28 O sistema deve permitir o recebimento de alertas por aplicativos de mensagem para diversos contatos associados ao grupo do usuário.
- 5.4.40.29 O sistema deve funcionar inteiramente em ambiente na nuvem, sem depender de servidores físicos, assegurando robustez, proteção e capacidade de expansão, mantendo dados e imagens por pelo menos 30 dias.
- 5.4.40.30 O sistema deve preservar as configurações de filtros e os resultados de buscas ao alternar entre diferentes seções, prevenindo pesquisas redundantes.

- 5.4.40.31 O sistema deve apresentar dados de alertas com anotações específicas, permitindo que o operador saiba qual ação tomar para cada tipo de notificação.
- 5.4.40.32 O sistema deve oferecer um painel interativo com gráficos e filtros por intervalo de tempo, município e tipo de crime, com dados históricos desde 2021, possibilitando análise por tendências mensais, trimestrais ou semestrais.
- 5.4.40.33 O sistema deve funcionar de forma integrada com plataformas de videovigilância (VMS) utilizando protocolos de autenticação e conexão.
- 5.4.40.34 O sistema deve verificar a funcionalidade das câmeras, mostrando quais estão fora de operação ou online sem registros, apresentando informações técnicas para assistência imediata.
- 5.4.40.35 O sistema deve elaborar relatórios de áreas críticas, correlacionando criminalidade com a presença de veículos suspeitos e horários de maior ocorrência.
- 5.4.40.36 O sistema deve conservar o estado da tela de consulta, histórico de placas e resultados de rotas mesmo ao navegar entre diferentes áreas.
- 5.4.40.37 O sistema deve gerar painéis que consolidem dados do Programa RS Seguro, possibilitando a consulta de métricas públicas divulgadas pelo GGIE-RS.
- 5.4.40.38 O sistema deve contar com um módulo analítico de velocidade integrado às câmeras para aprimorar buscas avançadas.
- 5.4.40.39 O sistema deve usar inteligência artificial para detectar tipo, fabricante e modelo de veículos, mesmo na ausência de placas, a partir de imagens obtidas.
- 5.4.40.40 O sistema deve possibilitar zoom digital, ajustes de luminosidade e contraste em imagens de circulação de veículos diretamente com o mouse, oferecendo resposta instantânea.
- 5.4.40.41 O sistema deve exibir o histórico de circulações com a condição de roubo ou furto registrada no momento da captura.

- 5.4.40.42 O sistema deve incluir um componente de visão computacional para reconhecer adesivos em veículos e determinar a cor principal por meio de inteligência artificial.
- 5.4.40.43 O sistema deve ser compatível com vários sistemas operacionais (Windows, Android, iOS) e navegadores atualizados (Chrome, Firefox, Edge), garantindo acesso remoto e ininterrupto.
- 5.4.40.44 O sistema deve permitir definir, no mínimo, dois níveis de acesso para usuários, como operador e gestor, com controle sobre as funcionalidades disponíveis.
- 5.4.40.45 O sistema deve permitir a exportação de relatórios, diagramas e sumários no formato PDF.
- 5.4.40.46 O sistema deve reunir e apresentar, por meio de gráficos, a procedência dos veículos registrados, com possibilidade de filtragem por cidade.
- 5.4.40.47 O sistema deve possibilitar o cadastro de contatos com vinculação de nome, telefone e plataforma de mensagem para direcionamento de notificações.
- 5.4.40.48 O sistema deve apresentar filtros organizados e padronizados, facilitando a busca por modelos e outros atributos de veículos.
- 5.4.40.49 O sistema deve proporcionar a exibição de vídeos contextuais através de um enlace conectado à câmera vinculada ao incidente.
- 5.4.40.50 O sistema deve viabilizar a criação de listas de alerta (blacklist) com diferentes graus de acesso: individual, por departamento, por entidade, local ou geral.
- 5.4.40.51 O sistema deve contar com um módulo de auditoria, permitindo a exportação de relatórios por usuário em formato PDF.
- 5.4.40.52 Deverá ser oferecido ferramentas de Big Data com disponibilidade mensal de 99.9%, permitindo análises de dados eficientes e confiáveis para sua tomada de decisões informada.

5.4.40.53 Deve ser fornecida uma aplicação hospedada em uma infraestrutura com a disponibilidade mensal de 99.95%, assegurando um ambiente de desenvolvimento e implantação estável e confiável para as aplicações web e serviços do projeto, sendo essa exigência condição negociável para a prestação dos serviços objeto.

5.4.41 Módulo De Enlace De Dados De Tráfego Integrado Com Sistemas De Navegação

5.4.41.1 Módulo de enlace que padroniza a conectividade com sistemas externos de navegação e mapeamento (Waze, Google Maps), permitindo a extração estruturada de dados georreferenciados de fontes diversas. Essa interoperabilidade amplia o suporte a decisões estratégicas em operações críticas como planejamento viário, monitoramento de tráfego em tempo real e resposta a incidentes, com relatórios dinâmicos que apoiam as operações diárias de trânsito e fundamentam decisões de política ou infraestrutura.

5.4.41.2 A solução deve realizar o monitoramento e a exibição, em tempo real e consulta de registros históricos ao longo de um período mínimo de cinco anos, de eventos, planejados ou não, que impactem a fluidez do trânsito.

5.4.41.3 Deve permitir a comparação entre velocidade média com irregularidades (ou trânsito incomum) no período atual e histórico.

5.4.41.4 Deve dispor de indicadores métricos para comparar as médias de lentidão observadas no dia atual com as médias registradas nos mesmos dias da semana ao longo dos últimos 90 dias, além de possibilitar comparativos mensais e anuais para análise de variações sazonais e tendências de tráfego de uma via específica ou de todo o município.

5.4.41.5 Deve analisar padrões de tráfego, indicando ao operador quando situações não usuais ocorrem. Isso inclui alterações na capacidade do arco devido a incidentes como veículos parados, acidentes ou buracos.

- 5.4.41.6 Deve apresentar alertas em tempo real e histórico relacionados a riscos climáticos como alagamento na via.
- 5.4.41.7 Deve apresentar informações sobre trechos de vias bloqueadas devido a obras, incidentes ou outros eventos em vias.
- 5.4.41.8 Deve fornecer relatório em formato de mapa de calor georreferenciado que represente a distribuição espacial das ocorrências de buracos nas vias do município, com o objetivo de identificar áreas críticas com maior incidência.
- 5.4.41.9 Deve apresentar a evolução temporal mensal de incidências de buracos nas vias do município.
- 5.4.41.10 Deve permitir o cadastro de bloqueios viários ocasionados por obras, por ocorrências extraordinárias ou por sinistros de trânsito. além de permitir incluir recorrência personalizada (diária, semanal, mensal) e regras específicas (ex: todas 17h de segunda-feira às sexta-feitas, toda sexta-feira ou dia 1º), com sincronização automática dos alertas aos motoristas que utilizam o aplicativo Waze.
- 5.4.41.11 Deve gerar relatórios detalhados de reportes de acidentes de trânsito, incluindo localização, gravidade e dados complementares quando disponíveis.
- 5.4.41.12 Deve apresentar a distribuição dos incidentes por tipo, incluindo riscos climáticos, perigos na via e no entorno, permitindo análise categorizada e detalhada das ocorrências.
- 5.4.41.13 Deve possuir relatório contendo métricas de velocidade média instantânea e histórica do fluxo viário, com distinção explícita entre regimes de fluxo livre e episódios de congestionamento, além de agregar tais métricas em intervalos temporais discretos. A representação espacial deverá referenciar vias, trajetos ou trechos previamente cadastrados como poli linhas parametrizadas com localização e comprimento ajustáveis.
- 5.4.41.14 Deve detectar trechos com tráfego abaixo da velocidade média habitual, identificando anomalias em tempo real com base em padrões

históricos e dados atuais de trânsito, e exibir em mapa os segmentos afetados com distinção visual por cores representando os níveis de tráfego (leve, moderado, intenso e muito intenso), além de indicar a velocidade média e o tempo estimado de atraso.

5.4.41.15 Deve permitir adicionar novas ou editar informações sobre vias existentes, como nomes, sentidos, tipos de vias e velocidades permitidas.

5.4.41.16 Deve permitir adicionar ou editar pontos de interesse (POIs): adicionar novos locais de interesse, como restaurantes, postos de gasolina, lojas e outros estabelecimentos comerciais, bem como editar informações existentes.

5.4.41.17 Deve permitir a correção de informações de endereço incorretos ou ausentes no mapa.

5.4.41.18 Deve permitir definir regras de tráfego, como restrições de conversão, proibições de giro e outras regras de direção.

5.4.41.19 Deve permitir adicionar informações sobre segmentos de estrada, como sentidos proibidos, condições de tráfego e restrições específicas.

5.4.41.20 Deve permitir ajustar a forma geométrica das vias no mapa para refletir suas características atuais.

5.4.41.21 Deve permitir adicionar informações sobre sinalizações de trânsito, como lombadas, cruzamento, curvas perigosas e outras sinalizações.

5.4.41.22 Deve permitir o uso de algoritmos de aprendizado de máquina para prever locais de potenciais acidentes com base em padrões históricos e condições atuais de tráfego.

5.4.42 Integração Com O Sistema De Fiscalização De Trânsito

5.4.42.1 Deve possuir visualização cartográfica que apresente os equipamentos de fiscalização eletrônica georreferenciados, com controle de exibição por camadas (ativação/desativação). A interface deverá indicar o status operacional de cada equipamento através de codificação cromática diretamente no mapa. Ao selecionar um

equipamento específico, o sistema deverá exibir um painel informativo com detalhes do equipamento como seu identificador, estado de operação, faixas do equipamento, data e hora de calibração, o sentido da vida instalado, bem como a via de operação.

5.4.42.2 Deve apresentar dados dos últimos 7 dias para cada equipamento de fiscalização de forma georreferenciada, relatório com tipos de infrações registradas, a volumetria veicular e a ocorrências de acidentes de trânsito em um raio de 100 metros da localização operacional do equipamento.

5.4.42.3 Deve exibir um ranking dos equipamentos com indicativos dos índices de respeito pautados na quantidade de notificações pela razão da quantidade de veículos que passaram, onde os radares que tenham o resultado da razão maior sejam classificados como os menos respeitados. Estes dados devem ser exibidos em uma visão dos últimos 7 dias. Este ranking deve ser dividido em quartis para auxiliar na divisão e visualização do ranking. Podendo selecionar um equipamento do ranking para ser redirecionado ao local exato e georreferenciado no mapa, mostrando inclusive seu status por legenda de cor, sem precisar atualizar a página ou abrir outra aba. Além do índice de respeito, devem ser exibidos os ranking de Volumetria (contagem de veículos) e Infrações registradas, inclusive com a classificação da infração de acordo com o Código Brasileiro de Trânsito.

5.4.42.4 Deve exibir um ranking dos equipamentos com indicativos dos índices de respeito pautados na quantidade de notificações pela razão da quantidade de veículos que passaram, onde os radares que tenham o resultado da razão maior sejam classificados como os menos respeitados. Este ranking deve ser dividido em quartis para auxiliar na divisão e visualização do ranking. Podendo selecionar um equipamento do ranking para ser redirecionado ao local exato e georreferenciado no mapa, mostrando inclusive seu status por legenda de cor, sem precisar atualizar a página ou abrir outra aba. Além do índice de respeito, devem ser exibidos os rankings de

Volumetria (contagem de veículos) e Infrações registradas, inclusive com a classificação da infração de acordo com o Código Brasileiro de Trânsito. Deverá ser possível filtrar esses dados por mês e ano de interesses de análise.

- 5.4.42.5 Deve exibir um ranking dos equipamentos com dados da quantidade de notificações registradas. Deve ser possível filtrar os dados pelos meses do ano de interesse e análise. Ao clicar em algum equipamento do Ranking, é preciso que você seja redirecionado para o local exato e georreferenciado do equipamento em questão, mostrando inclusive seu status por legenda de cor, sem precisar atualizar a página ou abrir outra aba.
- 5.4.42.6 Deve apresentar os dados de contagem volumétrica de veículos, incluindo filtros para seleção por equipamento de contagem de tráfego e por meses do ano de interesse
- 5.4.42.7 Deve possuir relatório que apresente uma visão de relação entre a intensidade do congestionamento (apurada a partir dos dados colaborativos e/ou outros sensores), equipamentos de fiscalização eletrônica (ex: radares fixos, câmeras de avanço de sinal) e o volume de infrações registradas, com detalhamento de granularidade espacial a nível vias da cidade e permitir aplicar filtros temporais de seleção por mês(es) de interesse para estudos de tendência e variações sazonais.
- 5.4.42.8 Deve permitir realizar uma análise viária que correlacione a distribuição espacial de equipamentos de fiscalização eletrônica com métricas de desempenho do tráfego. A granularidade espacial da análise deverá permitir a visualização por segmento viário, apresentando a contagem de equipamentos, a volumetria veicular, volumetria, tipologia das infrações, e a incidência de acidentes de trânsito reportados via plataformas colaborativas de dados de tráfego. Adicionalmente, a análise deverá integrar a correlação desses parâmetros com dados de intensidade de congestionamento e alertas de condições viárias adversas reportados através das mesmas plataformas colaborativas. A ferramenta deverá dispor de filtros

temporais para a seleção e análise de períodos mensais específicos, possibilitando a avaliação de tendências e sazonalidades.

- 5.4.42.9 Deve prover funcionalidade de análise individualizada para cada equipamento de fiscalização, que inclua, no mínimo: status operacional atualizado, identificação da via, sentido e faixas de tráfego monitoradas, e a data da última aferição ou calibração. O sistema deverá, ainda, quantificar e exibir o total de eventos detectados ou registros de infrações por equipamento, com detalhamento da tipologia dessas ocorrências, e correlação geoespacial entre os dados do equipamento com registros de acidentes reportados através de plataformas colaborativas de dados de trânsito. Deverá dispor de filtros temporais para a seleção e análise de períodos mensais específicos, possibilitando a avaliação de tendências e sazonalidades.
- 5.4.42.10 Deve possuir análise individualizada por equipamento de fiscalização, com indicadores que apresentem, no mínimo, o volume médio diário (VMD), o volume total diário e os volumes considerados anômalos, definidos como aqueles fora da faixa de $VMD \pm$ desvio padrão, cuja identificação é fundamental para diagnosticar irregularidades operacionais na via.
- 5.4.42.11 Deve exibir, em formato de ranking de equipamentos, com base na volumetria de infrações, detalhando não apenas o volume total por equipamento, mas também a distribuição pelos respectivos níveis de gravidade. Adicionalmente, o relatório deve permitir a filtragem desses dados pelos meses de interesse para análise.
- 5.4.42.12 Deverá possuir análise individualizada por equipamento de fiscalização, possibilitando a visualização do volume total de infrações e agrupamentos totalizadores por tipificação estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), agregando-as por dia da semana. Adicionalmente, o relatório deve permitir a filtragem desses dados pelos meses de interesse para análise.
- 5.4.42.13 Sistema de inteligência geográfica e consciência situacional por Videomonitoramento

- 5.4.42.14 Contratação de solução tecnológica em plataforma online, para licenciamento de uso, integração, gerenciamento e monitoramento de imagens provenientes das câmeras de vigilância do Município, incluindo integração dos dados gerados como leituras de placas, facial, contagem de veículos e demais dados provenientes de softwares que rodem nos hardwares de câmeras.
- 5.4.42.15 A centralização do videomonitoramento urbano em uma plataforma unificada é uma estratégia essencial para a modernização da gestão da segurança pública. Atualmente, a dispersão de sistemas e a falta de integração entre as câmeras existentes dificultam uma visão holística do território, retarda o tempo de resposta a incidentes e subutilizam o potencial da infraestrutura de vigilância.
- 5.4.42.16 O mapa deverá ser o ponto central da interface de monitoramento, exibindo o território completo do município e permitindo operações de zoom e deslocamento (pan) de forma fluida.
- 5.4.42.17 Deve ser possível o acesso simultâneo a múltiplos fluxos de vídeo em tempo real.
- 5.4.42.18 Deve ser possível a visualização em mosaicos personalizados (grades flexíveis) que podem ser acessados rapidamente pelos operadores através de uma delimitação de polígono no mapa referente às câmeras georreferenciadas para se ter um uso preciso das câmeras de acordo com a região de interesse.
- 5.4.42.19 Deve conter um Mapa Georreferenciado para visualização de todas as câmeras em um mapa interativo da cidade (ex: Google Maps, OpenStreetMap), permitindo clicar no ícone da câmera para abrir o vídeo ao vivo. O status da câmera (online/offline) deve ser claramente indicado no mapa.
- 5.4.42.20 Deverá haver um menu lateral ou suspenso, claramente identificável, que listará todas as camadas de dados disponíveis para visualização. A CONTRATANTE deverá poder, no futuro, integrar outras bases de dados georreferenciadas (Ex: localização de viaturas, áreas de

risco da defesa civil, localização de escolas e postos de saúde etc.). O menu deverá conter, no mínimo, uma camada denominada "Câmeras de Vigilância" (ou similar).

- 5.4.42.21 Ao ativar/selecionar esta camada, a plataforma deverá exibir instantaneamente no mapa os ícones representando a localização exata de todas as câmeras de vigilância cadastradas e georreferenciadas. Os ícones das câmeras deverão ter indicadores visuais de status (por exemplo, verde para "online", vermelho para "offline"), permitindo uma identificação rápida da saúde do sistema.
- 5.4.42.22 A visualização por camadas transforma o sistema de vigilância de uma ferramenta reativa para uma plataforma proativa de gestão territorial. Ela permite que o gestor público tenha uma consciência situacional completa (*situational awareness*), correlacionando visualmente a localização de incidentes com a cobertura das câmeras e outros ativos municipais, otimizando o despacho de equipes e o planejamento estratégico de segurança e fiscalização.
- 5.4.42.23 A plataforma deverá permitir que usuários com perfil de operador ou gestor possam criar, nomear e salvar conjuntos personalizados de câmeras para agrupar múltiplos dispositivos que cobrem uma mesma área de interesse estratégico.
- 5.4.42.24 Criação de Grupos Personalizados: A interface do sistema deverá oferecer, de forma intuitiva, a funcionalidade para que o operador possa:
- 5.4.42.25 Selecionar múltiplas câmeras de seu interesse (seja através de seleção no mapa ou a partir de uma lista de ativos);
- 5.4.42.26 Agrupar as câmeras selecionadas em um novo conjunto;
- 5.4.42.27 Atribuir um nome claro e objetivo para este conjunto (ex.: "Câmeras Praça da Matriz", "Acessos ao Paço Municipal", "Entorno do Hospital Central").
- 5.4.42.28 Salvar o grupo para acesso rápido e futuro por qualquer operador autorizado.

5.4.42.29 Os grupos de câmeras criados deverão ser listados de forma organizada e acessível dentro do Menu de Camadas, sob a camada principal "Câmeras de Vigilância".

5.4.42.30 Ao selecionar um grupo de câmeras nomeado (seja pelo menu de camadas ou outra área de atalho), o sistema deverá automaticamente carregar uma visualização em mosaico (grade) com a transmissão ao vivo e simultânea de todas as câmeras pertencentes àquele conjunto. Esta ação deve proporcionar uma visão consolidada e imediata da área de interesse, sem a necessidade de abrir cada câmera individualmente.

5.4.42.31 As câmeras devem correlacionar com diferentes camadas de dados para que se tenha um acompanhamento em tempo real do que está ocorrendo no município, isto inclui a visualização da situação do trânsito, dos alertas registrados por cidadãos, de buracos na via, acidentes, pontos de alagamento, além de diferentes outros hardwares integrados como os semáforos inteligentes e seus status operacionais, os ônibus da cidade e todos os dados pertinentes, entre outras integrações, para que seja possível uma gestão holística e completa em um panorama em tempo real e operacionalizado de maneira ágil e simples pelo operador.

5.4.43 Normas ISO De Cidades

5.4.43.1 As normas internacionais ISO para cidades — ISO 37120 (Cidades Sustentáveis), ISO 37122 (Cidades Inteligentes) e ISO 37123 (Cidades Resilientes) — foram elaboradas com a colaboração de especialistas de diversas áreas para fornecer diretrizes, regras e indicadores padronizados. Seu objetivo é garantir a organização eficiente de atividades, produtos e serviços urbanos, promovendo um desenvolvimento sustentável e inovador.

5.4.43.2 A adoção dessas normas é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes, baseadas em dados concretos, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Um dos principais benefícios é a confiabilidade, pois elas estabelecem

diretrizes sobre a forma adequada de coleta desses dados, assegurando que fontes oficiais, como IBGE e DATASUS, sejam utilizadas.

5.4.43.3 A padronização proporcionada pelas normas ISO permite a comparação de indicadores entre diferentes cidades, possibilitando que gestores públicos avaliem boas práticas adotadas globalmente e identifiquem oportunidades de aprimoramento. Com isso, torna-se viável um acompanhamento contínuo do desempenho urbano, mensurando os impactos das soluções implementadas e promovendo um planejamento estratégico mais eficiente.

5.4.43.4 As diretrizes também estão alinhadas com a Agenda 2030 da ONU, contribuindo diretamente para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientando as cidades na construção de um futuro mais resiliente, inclusivo e sustentável.

5.4.43.5 No Brasil, a normativa foi padronizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT. Em junho de 2025, sete municípios brasileiros já haviam conquistado a certificação NBR ISO 37120, incluindo grandes metrópoles como São Paulo (SP), Recife (PE) e Salvador (BA), cidades de grande e médio porte, como São José dos Campos (SP), Pindamonhangaba (SP) e Jundiaí (SP), bem como municípios menores como Lagoa Dourada (MG), que possui cerca de 17 mil habitantes.

5.4.44 ISO 37120: Desenvolvimento Sustentável De Comunidades

5.4.44.1 A ISO 37120 define uma cidade sustentável no contexto de desenvolvimento urbano como uma cidade que busca equilibrar crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental para atender às necessidades das gerações atuais e futuras.

5.4.44.2 Essa norma, intitulada "*Sustainable cities and communities — Indicators for city services and quality of life*", fornece um conjunto de indicadores padronizados para medir e comparar o desempenho dos serviços urbanos e a qualidade de vida.

5.4.44.3 De forma mais detalhada, a norma estabelece que uma cidade sustentável:

5.4.44.4 Foca em qualidade de vida: Prioriza serviços urbanos e infraestrutura que promovam o bem-estar dos cidadãos.

5.4.44.5 Integra práticas sustentáveis: Adota estratégias que minimizem impactos ambientais e incentivem a resiliência climática.

5.4.44.6 Promove a inclusão social: Garante que o desenvolvimento seja acessível e beneficie todos os grupos populacionais.

5.4.44.7 Monitora desempenho e progresso: Utiliza indicadores padronizados para avaliar serviços como saúde, educação, mobilidade, energia e governança.

5.4.44.8 Indicadores: 104 indicadores organizados em 19 áreas da administração pública, a saber: 1. Economia; 2. Educação; 3. Energia; 4. Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; 5.6. Finanças; 1.6. Governança; 7. Saúde; 8. Habitação; 9. População e Condições Sociais; 10. Recreação; 11. Segurança; 12. Resíduos Sólidos; 13. Esporte e Cultura; 14. Telecomunicações e Inovação; 15.6. Transporte; 11.6. Agricultura Local Urbana e Segurança Alimentar; 17. Planejamento Urbano; 18. Esgoto; 19. Água.

5.4.44.9 Exemplos de Indicadores:

5.4.44.10 Número de empresas por 100.000 habitantes;

5.4.44.11 Número de acessos à internet por 100.000 habitantes

5.4.44.12 Emissão de gases de efeito estufa medida em toneladas per capita; e

5.4.44.13 Número de acessos à telefonia móvel por 100 000 habitantes.

5.4.45 ISO 37122: Indicadores Para Cidades Inteligentes

5.4.45.1 A ISO 37122 é uma extensão da série de normas ISO relacionadas a cidades e comunidades sustentáveis, com foco em cidades inteligentes. Priorizando o uso de tecnologias digitais e inovadoras para alcançar os objetivos de sustentabilidade.

- 5.4.45.2 De acordo com a ISO 37122 - *Sustainable cities and communities — Indicators for smart cities*, uma cidade sustentável, no contexto de cidades inteligentes, é aquela que:
- 5.4.45.3 Aproveita tecnologias inteligentes para melhorar a eficiência dos serviços urbanos e infraestrutura, minimizando o impacto ambiental.
- 5.4.45.4 Promove o bem-estar social ao integrar soluções que aumentem a acessibilidade, a inclusão e a qualidade de vida para todos os cidadãos.
- 5.4.45.5 Utiliza dados e indicadores para monitorar, avaliar e otimizar continuamente as operações urbanas e a governança.
- 5.4.45.6 Estimula a inovação e a resiliência urbana, adotando práticas que fortalecem a capacidade da cidade de responder a desafios como mudanças climáticas, crescimento populacional e crises econômicas.
- 5.4.45.7 Prioriza o uso sustentável de recursos naturais e energia, alinhando-se aos princípios de economia circular e redução de desperdícios.
- 5.4.45.8 Indicadores: 80 indicadores organizados nas mesmas 19 áreas da ISO 37120.
- 5.4.45.9 Exemplos de indicadores:
- 5.4.45.10 Taxa de sobrevivência de novos negócios;
- 5.4.45.11 Porcentagem de energia elétrica e térmica gerada;
- 5.4.45.12 Pontos de iluminação gerenciados;
- 5.4.45.13 Receita obtida a partir de pagamentos por meio eletrônico;
- 5.4.45.14 Porcentagem da população da cidade com acesso à banda larga suficientemente rápida; e
- 5.4.45.15 Porcentagem da área da cidade coberta por conectividade à Internet fornecida pelo município.
- 5.4.46 ISO 37123: Indicadores Para Cidades Resilientes

- 5.4.46.1 A ISO 37123 - *Sustainable cities and communities — Indicators for resilient cities* aborda a definição e as características de uma cidade sustentável sob a perspectiva da resiliência.
- 5.4.46.2 Segundo a norma, uma cidade sustentável e resiliente é aquela que:
- 5.4.46.3 Previne, prepara, responde e se recupera de forma eficaz de impactos negativos causados por eventos disruptivos, sejam eles naturais (como desastres climáticos) ou causados pelo homem (como crises econômicas ou sociais).
- 5.4.46.4 Garante a continuidade de suas funções essenciais, incluindo serviços urbanos, infraestrutura, governança e qualidade de vida, mesmo diante de choques e tensões.
- 5.4.46.5 Equilibra desenvolvimento sustentável e resiliência, adotando práticas que não apenas reduzem a vulnerabilidade a riscos, mas também promovem crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.
- 5.4.46.6 Faz uso de indicadores padronizados para avaliar a capacidade de adaptação, a robustez das infraestruturas e a eficácia das políticas de prevenção e resposta a crises.
- 5.4.46.7 Indicadores: 68 indicadores, também estruturados nas 19 áreas.
- 5.4.46.8 Exemplos de indicadores:
- 5.4.46.9 Porcentagem da força de trabalho em emprego informal;
- 5.4.46.10 Magnitude dos efeitos atmosféricos das ilhas de calor urbana;
- 5.4.46.11 Porcentagem da população com seguro básico de saúde; e
- 5.4.46.12 Porcentagem de equipes de emergência na cidade equipadas com tecnologias de comunicação especializadas capazes de operar de maneira confiável durante um evento de desastre.

5.5 Sistema de Gerenciamento e Despacho

Configuração e Cadastro básico

- 5.5.1 Serviços e suas regras, permitindo ao gestor o cadastro de cada serviço, suas regras de execução, instruções e sequência para atendimento;
- 5.5.2 Viaturas e Guinchos, permitindo ao gestor cadastrar todos os veículos a disposição por tipo;
- 5.5.3 Usuários e permissões de acesso, permitindo ao gestor o cadastro Operadores de rádio e demais usuários gerais do NOA, em caso do usuário ser um agente de trânsito o sistema também deve permitir o cadastro de sua matrícula funcional que vai ser vinculada em caso de lavratura de auto de infração;
- Bairros;
 - Códigos de intercorrência;
 - Códigos de motivos;
 - Áreas de operação, com subdivisão de roteiros para viaturas;
 - Escala de Operação, deve permitir que o gestor informe a escala de trabalho dia a dia, referente a viaturas, equipe da viatura e roteiro;
 - Secretarias e Departamentos.
- 5.5.4 Ferramenta destinada ao registro, classificação e acompanhamento das demandas internas e externas direcionadas ao Núcleo de Operações Assistidas, incluindo solicitações do público via aplicativo **Núcleo de Operações Assistidas Cidadão.**
- 5.5.5 Painel para acesso a chamados, visualização de imagens, alarmes, responsável pelos comandos pertinentes ao controle e despacho de tais eventos pelo gerenciamento de informações recebidas por aplicativo Cidadão, ou dispositivos de segurança tais como, sistema de alarmes, câmeras, públicas ou fornecidas por particulares, devendo conter todas as características listadas a seguir:

- 5.5.6 Efetuar ações de forma diferente para cada classificação de evento, de maneira que o operador tenha conhecimento do ocorrido e se necessário tome decisões e dê procedimento aplicável a tal intercorrência.
- 5.5.7 Exibir eventos e ocorrências no Painel de Monitoramento, com cores de fundo e cor de fonte, definidas de acordo com a prioridade de cada evento, permitindo melhor visualização das ocorrências, e facilitada compreensão do significado de cada demanda.
- 5.5.8 O Painel de Monitoramento também possuirá disparos áudio visuais para os operadores, de forma que o sistema ao receber um evento de Prioridade 0 (zero), 1 (um) ou 2 (dois) e assim por diante.
- 5.5.9 Além dos eventos audiovisuais, o sistema também incluirá a ocorrência ou chamado constatado, o qual após visualizado pelo operador terá status alterado para 'Em Atendimento', permanecendo em evidência no painel até que o operador realize o procedimento necessário para finalização, descrevendo o procedimento efetuado de forma textual na tela específica.
- 5.5.10 O mesmo painel deverá:
- 5.5.10.1 Monitoração de chamados que partirão de dispositivo móveis, com o aplicativo destinado aos cidadãos, de acordo com as prioridades e ações estabelecidas pelo município para cada chamado.
- 5.5.10.2 Deverá ser possível que um mesmo operador trate todos os eventos recebidos pelo sistema, assim como a divisão por grupos, para que cada usuário atenda determinados tipos de eventos, conforme estrutura da cidade. Onde por exemplo, um operador trate somente de chamados oriundos de aplicativos, outro trate de eventos gerados por câmeras, e assim por diante.
- 5.5.10.3 Deverá apresentar classificação de estágio de atendimento em cada ocorrência, dividindo-os por grupos, tais como “a caminho”, “no local”, “atrasado”, “suspenso” e assim por diante.

- 5.5.10.4 O sistema deverá permitir acesso simultâneo a câmeras de segurança (públicas ou particulares), quando estas estiverem vinculadas a determinado tipo de evento.
- 5.5.10.5 Possuir discador automático com possibilidade de integração junto a rede interna de telefonia do município, viabilizando ainda a gravação de chamadas, vinculando-as a cada atendimento telefônico efetuado.
- 5.5.10.6 Deverá possuir formulário integrado de despacho em eventos relativos a chamados de cidadãos, sejam eles feitos por meio de aplicativo, ou aberto manualmente pelo operador.
- 5.5.10.7 Manter em cada despacho, todo histórico do atendimento desde o recebimento do evento, até a conclusão.

Gerenciamento de Viaturas

- 5.5.10.8 O recurso de gestão de rondas, atuará como um gerenciador de operações, desta forma permitirá a criação de rotas ou operações de rondas pré-definidas, com extensão por regiões, bairros, ruas ou imóveis específicos, sendo o tempo de permanência em cada ronda, além das periodicidades estabelecidas em períodos e horários específicos ou de forma randomizada com a geração de alarmes quando não executadas, pela saída da viatura da rota ou região de permanência, ou por falha de execução não relatada.
- 5.5.10.9 Deverá ser capaz de comunicar de forma imediata a visitação do agente de segurança ao local protegido ou região de rondas estabelecida, devendo ser capaz de transmitir tal evento, tanto à central de monitoramento, quanto aos servidores públicos responsáveis por tal edificação. Em tempo, o mesmo sistema deverá ser capaz de constatar de forma autônoma eventual falha ou atraso nas visitas obrigatórias sua quantidade e periodicidade, tal evento deve ser eletronicamente comunicado à central de operações para as devidas providências, com pertinente despacho em relatório próprio

5.5.10.10 Assim, a autoridade de segurança por meio de relatórios e indicadores, poderá direcionar uma viatura para rondas em uma região específica onde maior índice de chamados seja de assaltos por exemplo, monitorando quantidade mínima de rondas executadas naquela área.

Emissão de relatórios

5.5.10.11 Viaturas: deve-se realizar a busca por período de data e hora, roteiro e agente/motorista. Deve-se apresentar como resultado: data de ativação, hora início e fim de ativação, número da viatura, área e roteiro de atendimento e equipe de agentes responsável;

5.5.10.12 Resumo de Operação: deve-se realizar a busca por período de data e hora. Deve-se apresentar como resultado: quantitativo de demandas por fonte; total de acidentes: com vítimas, sem vítimas, quantitativo de vítimas fatais e não fatais; quantitativo de atendimento por serviço; e total de viaturas ativas;

5.5.10.13 Ocorrências: deve-se realizar a busca por bairro e/ou logradouro, solicitante, número da ocorrência ou número do protocolo em determinado período de data e hora. Deve-se apresentar como resultado: dados de localização da demanda, fonte solicitante, operadores inicial e final, dados sobre acionamento de viaturas e guinchos, vítimas, intercorrências, detalhamento da operação, entre outras informações pertinentes;

5.5.10.14 Mapa Operacional, apresentando mancha de calor com base na geolocalização das demandas recebidas pelo NOA;

5.5.10.15 Indicadores Operacionais – Bairro e mês, apresentando os quantitativos de demandas recebidas pelo Núcleo de Operações Assistidas selecionando por mês. Permitindo a escolha do mês histórico a ser comparado com o mês atual. Deve ter no mínimo as seguintes informações:

- Bairro;

- Quantidade de demandas recebidas no mês histórico selecionado;
- Quantidade de demandas recebidas no mês atual;
- Porcentual do atual em relação ao histórico.
- Indicadores Operacionais – Tipo de Fonte e mês, apresentando os quantitativos de demandas recebidas pelo NOA, selecionando por mês. Permitindo a escolha do mês histórico a ser comparado com o mês atual. Deve ter no mínimo as seguintes informações:
- Bairro;

5.5.10.16 Quantidade de demandas recebidas no mês histórico selecionado, para cada tipo de fontes;

5.5.10.17 Quantidade de demandas recebidas no mês atual, para cada tipo de fonte;

5.5.10.18 Porcentual do atual em relação ao histórico.

5.5.10.19 Indicadores para fiscalização de Trânsito – Lavraturas de auto de infração de trânsito, deve apresentar a quantidade de autos de infração de trânsito, por bairro e logradouro, no período selecionado pelo usuário. O sistema deve buscar os dados do sistema de talonário eletrônico de infração de trânsito utilizado pela TRANSALVADOR;

5.5.10.20 Indicadores para fiscalização de Transporte – Lavraturas de auto de transporte coletivo, deve apresentar a quantidade de autos de infração de trânsito, por bairro e logradouro, no período selecionado pelo usuário. O sistema deve buscar os dados do sistema de talonário eletrônico de infração de transporte utilizado pela TRANSALVADOR;

5.5.10.21 Indicadores para fiscalização de Transportes Especiais – Lavraturas de auto de infração de transporte alternativo (Taxi, Escolar, Moto Taxi e demais tipos de autorizatórios gerenciados pela SEMOB), deve apresentar a quantidade de autos de infração de trânsito, por bairro e logradouro, no período selecionado pelo usuário. O sistema deve

buscar os dados do sistema de talonário eletrônico de infração de trânsito utilizado pela TRANSALVADOR;

5.5.10.22 Indicadores para planejamento – Demandas por dia da semana, bairro e faixa horária, deve apresentar a quantidade de demandas recebidas, por dia da semana, bairro e faixa horária, no período selecionado pelo usuário.

5.6 Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Trânsito

5.6.1 O Sistema deverá ser online e permitir o acompanhamento de todas as etapas dos Autos de Infrações de Trânsito, contendo minimamente as seguintes funcionalidades:

- Registro manual de infrações;
- Recepção e Validação dos possíveis Autos de Infração via integração automatizada e carga de arquivos;
- Controle do Fluxo de Processamento dos AITs;
- Sistema de Requisições, Comunicação e Controle Administrativo;
- Controle de Agentes Fiscalizadores e Talonários;
- Geração de Notificações, Advertências e Penalidades;
- Controle de Arrecadação, Cobrança e Integrações Financeiras;
- Controle de Pontuação, RENACH, RENAINF e Recursos;
- Relatórios.

5.6.2 Garantir que os dados, conforme estabelecido nos incisos I a IV do Art. 280 do CTB, sejam validados por processo de digitação e verificação.

5.6.3 Possibilitar que a entrada de dados ocorra através de integração automatizada e também dispor de tela para carga manual de arquivos com modelo previamente definidos pelo órgão;

5.6.4 Para a entrada de dados por meio de carga de arquivos, o sistema deverá executar validação prévia de estrutura e conteúdo, impedindo a inclusão de registros inconsistentes no banco de dados.

5.6.5 O sistema deverá disponibilizar tela específica para conferência e tratamento das inconsistências identificadas nos arquivos importados,

permitindo correção, rejeição e reprocessamento controlado dos registros.

5.6.6 Efetuar validação de forma e conteúdo das informações constantes nos Autos de Infração de Trânsito, garantindo o cumprimento das exigências da Portaria 354/2022 da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN.

5.6.7 Validação dos dados de marca e modelo dos Autos de Infração de Trânsito, através das informações obtidas via integração automatizada com DETRAN ou outro órgão que venha a substituí-lo.

5.6.8 O sistema deve permitir a configuração de etapas de validação, envio e retorno de arquivos, e validação das informações tramitadas com o DETRAN.

5.6.9 Dispor de controles que garantam o acompanhamento dos Autos de Infração de Trânsito remetidos para processamento, desde a sua recepção pelo órgão gerenciador dos agentes fiscalizadores até a efetiva geração da notificação de aplicação da penalidade, permitindo que a Autoridade de Trânsito atue sobre os Autos de Infração de Trânsito não processados.

5.6.10 Os controles devem conter, no mínimo:

- a) Falhas no preenchimento do Auto de Infração de Trânsito;
- b) Falta de competência legal do agente de trânsito;
- c) Impossibilidade de geração da notificação (tanto da autuação quanto da penalidade) por inexistência de dados cadastrais (nome, endereço) do proprietário do veículo no órgão estadual de trânsito;
- d) Exceder prazo hábil para a expedição da notificação conforme o artigo 281 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

5.6.11 Deverá contar com um sistema que viabilize o cadastramento e o acompanhamento via internet de todas as correspondências

eletrônicas, denominadas requisições, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, visando:

- a) Prover a TRANSALVADOR o controle das suas necessidades relacionadas ao processamento das multas de trânsito;
- b) Prover a área de trânsito mecanismos automatizados para efetuar pedidos à contratada;
- c) Ser notificada pela contratada sobre correspondências despachadas à área de trânsito, como notificações de autuação e penalidades, ofícios, materiais solicitados etc.;
- d) Monitorar o atendimento dessas necessidades;
- e) Controlar e gerenciar essas solicitações;
- f) Gerar informações consolidadas para o acompanhamento gerencial.

5.6.12 Objetivando tornar mais ágil o registro das demandas da administração municipal, o sistema deverá fornecer um catálogo de assuntos relacionados ao processamento de multas, tais como:

- a) Envio de lotes de AITs para processamento;
- b) Retorno de AITs não processados por falha de preenchimento;
- c) Cancelamentos de AITs pela Autoridade de Trânsito;
- d) Envio de lotes de notificação de autuação e notificação de penalidade para postagem pelo órgão de trânsito;
- e) Inclusão de multas em efeito suspensivo através de solicitação judicial;
- f) Cadastramento/exclusão de usuários autorizados;
- g) Solicitações de manutenção do sistema;
- h) Outros serviços correlacionados ao processamento de multas de trânsito.

- 5.6.13 O Sistema deverá possuir perfis funcionais distintos e parametrizáveis, no mínimo para as seguintes funções:
- a) Fiscal/Lavrador;
 - b) Operador Administrativo;
 - c) Julgador de Primeira Instância;
 - d) Julgador de Segunda Instância;
 - e) Gestor do Sistema;
 - f) Operador Financeiro.
- 5.6.14 O Sistema deverá garantir segregação de funções, vedando expressamente que um mesmo usuário execute, no mesmo processo administrativo, atividades incompatíveis entre si, tais como mas não somente:
- a) lavratura da infração e julgamento;
 - b) julgamento e baixa financeira;
 - c) julgamento e cancelamento definitivo da penalidade.
- 5.6.15 As permissões de acesso deverão ser controladas por perfil, com bloqueio sistêmico que impeça a sobreposição indevida de atribuições, assegurando conformidade com princípios de controle interno, governança e integridade administrativa.
- 5.6.16 Deverá conter a indicação da área responsável, bem como o prazo para atendimento das requisições, além de mecanismo de atualização do andamento e a indicação do nível hierárquico de responsabilidades, que será acionado em caso de atrasos no atendimento das requisições.
- 5.6.17 Toda requisição deverá ser efetuada através do sistema, que irá remeter automaticamente e-mail para a área responsável por atender à solicitação, com cópia para o requisitante.
- 5.6.18 Para cada assunto, será determinado um prazo de conclusão. Quando faltar 01 dia para encerrar o prazo, o superior do responsável pela

conclusão deverá ser notificado através de e-mail automático, e assim sucessivamente até que seja atingida toda a cadeia hierárquica.

5.6.19 O Sistema deverá possibilitar a suspensão, interrupção ou reabertura da contagem de prazos, em razão de atos normativos supervenientes, tais como portarias, decretos, pontos facultativos ou determinações administrativas.

5.6.20 O sistema deverá permitir a geração de relação das requisições por assunto, por período e por área responsável nas seguintes condições: requisições concluídas, em aberto, vencendo na data e em atraso. Diariamente, o sistema deverá enviar automaticamente e-mail com todas as requisições que estão aguardando conclusão ao responsável e ao requisitante.

5.6.21 Deverá contar com um sistema que viabilize o cadastramento de veículos com imunidade temporária, permitindo que as placas desses veículos sejam, de forma online, cadastradas no sistema, visando:

- a) Prover a municipalidade de mecanismo para liberação de veículos que necessitem transitar em locais e horários não permitidos pela legislação municipal, tais como coleta de lixo, remoção de entulho e outros;
- b) Controlar o trânsito desses veículos nos dias e horários imunes.

5.6.22 O sistema deverá possibilitar a inclusão do código de enquadramento e a descrição do enquadramento ao qual o veículo estará imune;

5.6.23 Permitir a inclusão de data inicial e final da imunidade temporária;

5.6.24 Permitir a inclusão de imunidade temporária por período indeterminado;

5.6.25 Contar com campo para a inclusão do motivo que levou o Departamento de Trânsito a liberar o veículo para circulação naquele período;

- 5.6.26 Caso o veículo que esteja em situação de imunidade seja autuado, após a digitação do AIT manual ou a importação do AIT eletrônico, o sistema deverá classificar automaticamente este AIT como imune e mantê-lo classificado no sistema dessa forma, para futura consulta;
- 5.6.27 Deverá contar com um campo que permita ao órgão de trânsito consultar os veículos que estão cadastrados com imunidade temporária através da placa do veículo, código de enquadramento ou descrição da infração, possibilitando um rígido controle dessa operação;
- 5.6.28 Controle dos Agentes Fiscalizadores e dos Talões dos Autos de Infração de Trânsito
- 5.6.29 Possuir rotinas que efetuem o cadastramento e manutenção do controle da competência dos agentes fiscalizadores do Município, impedindo que venham a ser processados Autos de Infração de Trânsito gerados por pessoal sem a devida competência legal, conforme o parágrafo 4º do Art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB):
- 5.6.30 Efetuar controle sobre os talões de Auto de Infração de Trânsito que forem outorgados a cada agente fiscalizador, registrando seu uso sequencial e contínuo, eliminando qualquer possibilidade de que sejam utilizados de forma irregular ou de que os autos neles existentes deixem de ser apresentados à Autoridade de Trânsito, por qualquer motivo (erro, falha, rasura) e registrar a sua substituição;
- 5.6.31 Efetuar o controle do cancelamento do Auto de Infração de Trânsito, quando houver inconsistência verificada pela Autoridade de Trânsito.
- 5.6.32 Gerar a notificação de autuação e a notificação de aplicação de penalidade, independentemente, primeiro a da autuação e posteriormente a da penalidade;
- 5.6.33 Possuir rotina que auxilie a administração a receber, deferir ou indeferir as defesas impetradas contra a autuação;

- 5.6.34 Possuir rotina que auxilie a administração a emitir notificação ao infrator, informando-o do deferimento ou indeferimento do recurso contra a autuação;
- 5.6.35 Rotina que auxilie a administração a gerar a notificação de penalidade de multa por não indicação do infrator na condução de veículo de propriedade de pessoa jurídica - NIC;
- 5.6.36 Apresentar documento hábil para que a Autoridade de Trânsito convalide o Auto de Infração, de acordo com o disposto no Art. 281 do CTB, através de sua visualização e análise da consistência para aplicação da penalidade;
- 5.6.37 Apresentar instrumento hábil para que a Autoridade de Trânsito exerça a opção de aplicar a penalidade de advertência para um auto de infração específico, conforme Art. 267 do CTB;
- 5.6.38 Permitir que o proprietário do veículo autuado exerça o seu direito de indicar o infrator, previsto no parágrafo 7 do Art. 257 do CTB, independentemente do tipo de notificação adotada pela Autoridade de Trânsito
- 5.6.39 Possuir controle das notificações expedidas por AR (Aviso de Recebimento) da EBCT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) ou por relações de carga e postagem nas agências da EBCT;
- 5.6.40 Disponibilizar para consulta dados referentes à geração e expedição das notificações (data da expedição e índice para acesso à relação de carga), para fins de informação aos infratores, à JARI, e atendimento a requisições judiciais;
- 5.6.41 Gerar notificação da aplicação da penalidade contendo os dados necessários para a caracterização da infração e boleto bancário no padrão SEGMENTO 7 da FEBRABAN, bem como geração do QRCode e linha digitável para o pagamento via PIX, adequado ao modelo do banco arrecadador que venha a ser determinado pela CONTRATANTE, possibilitando o controle eletrônico dos pagamentos efetuados.

- 5.6.42 Efetuar o processamento de AITs aplicados a pessoas físicas e jurídicas conforme previsto no CTB.
- 5.6.43 Controle de Cobrança e da Arrecadação das Multas.
- 5.6.44 Permitir o controle da arrecadação através de boleto bancário (SEGMENTO 7) e via PIX, creditado diretamente na conta bancária determinada pela administração;
- 5.6.45 O sistema deverá possuir condições de recepcionar pagamentos de forma eletrônica com o banco conveniado;
- 5.6.46 Possuir rotina que permita a recepção do pagamento através de documento arrecadável, em atendimento à Portaria 11/2008 e 72/2008 do DENATRAN;
- 5.6.47 Possuir condições de recepcionar pagamentos provenientes de Licenciamento Eletrônicos e RENAINF, quando houver, para conexão eletrônica com o órgão responsável;
- 5.6.48 Controlar diferenças entre valor arrecadado e saldo devedor, mantendo as multas em aberto quando divergentes, gerando informações das divergências e atualizando valores pendentes no sistema do DETRAN;
- 5.6.49 Possuir condições de efetuar baixa de multas com base em informações avulsas (borderô) do banco centralizador, na inexistência do movimento eletrônico ou de prestação de contas de diferenças a menor;
- 5.6.50 Gerar e arquivar informações analíticas de cada multa recebida, diariamente, com dados de origem do Auto de Infração (manual ou eletrônico e, se eletrônico, de que tipo de equipamento, data do pagamento, banco, agência, valor recebido);
- 5.6.51 Disponibilizar informações sintéticas de valores creditados pelos bancos, por dia, por mês ou período requerido;
- 5.6.52 Controlar a existência e restituição de valores arrecadados a maior, pagamentos em duplicidade e/ou decorrentes do deferimento da multa pela JARI ou pelo CETRAN;

- 5.6.53 Dispor de rotinas para inclusão de multas vencidas e ainda não recebidas pelo município junto ao DETRAN para bloqueio do licenciamento;
- 5.6.54 Dispor de rotinas para baixa de multas pagas ou deferidas pela JARI no Banco de Dados do DETRAN;
- 5.6.55 Dispor de rotinas para alteração de valor de multas, em decorrência de pagamento parcial, no Banco de Dados do DETRAN;
- 5.6.56 Dispor de rotinas para suspensão temporária de multas, no Banco de Dados do DETRAN, para averiguações pelo órgão de trânsito, de pagamentos não registrados no sistema por falha da rede bancária ou por determinação judicial;
- 5.6.57 Efetuar a desvinculação de multas de um veículo e vinculados no CPF/CNPJ do responsável legal, ficando o veículo livre de ônus para o novo proprietário;
- 5.6.58 Possuir rotinas que permitam a geração do arquivo das multas arrecadadas em atendimento à Portaria 11/2008 e 72/2008 do DENATRAN.
- 5.6.59 Rotinas de Controle e Aplicação das Pontuações no RENACH
- 5.6.60 Efetuar as indicações de condutor infrator recebidas pela Autoridade de Trânsito e administrar o efetivo processamento;
- 5.6.61 Possuir rotina que não permita a indicação de infrator diferente daquele constante no Auto de Infração de Trânsito lavrado, quando houver a indicação no mesmo;
- 5.6.62 Dispor de funções de transferência e cancelamento de indicação de condutores infratores;
- 5.6.63 O sistema deverá gerar automaticamente o protocolo de recebimento e processamento das indicações recebidas e contar com campo para controle de indicações com erro ou falta de preenchimento com os seguintes itens:

- 5.6.63.1 Ausência de documentação do condutor;
- 5.6.63.2 Endereço/número/CEP não preenchidos;
- 5.6.63.3 Cópia de documentos ilegíveis;
- 5.6.63.4 Letra ilegível;
- 5.6.63.5 Documentação informada inconsistente;
- 5.6.63.6 Falta de assinatura do condutor/proprietário;
- 5.6.63.7 Assinatura divergente.
- 5.6.64 O sistema deverá possuir rotina específica para recebimento, validação, processamento e retorno dos pedidos de desconto vinculados ao Sistema de Notificação Eletrônica – SNE, observando integralmente os critérios legais e normativos aplicáveis.
- 5.6.65 Deverá possibilitar a troca diária e automatizada de arquivos e informações com o SNE, assegurando a atualização tempestiva dos dados e a correta aplicação dos descontos devidos.
- 5.6.66 O sistema deverá permitir a verificação automática das condições para concessão do desconto, incluindo a análise do prazo da autuação, a confirmação de que a adesão ao SNE é anterior à data do cometimento da infração e a existência de processos administrativos ou judiciais vinculados ao Auto de Infração solicitado.
- 5.6.67 Deverá permitir o envio diário de informações financeiras consolidadas à Secretaria da Fazenda – SEFAZ, bem como dispor de rotina específica para envio de informações relativas a inadimplentes, conforme critérios definidos pela TRANSALVADOR.
- 5.6.68 Deverá contar com rotinas que apresentem ao Administrador do órgão de Trânsito do Município relatórios de auditoria e estatísticas, que permitam o perfeito e completo conhecimento e acompanhamento dos procedimentos em andamento no sistema, com no mínimo:

a) Processamento/Arrecadação:

- Relação de Multas Processadas
- Mapa Anual de Multas
- Mapa de Recebimentos
- Relação de Valores Arrecadados
- Relação de Valores Repassados
- Relação de Pagamentos com Diferença a Maior
- Relação de Pagamentos com Diferença a Menor
- Relação de Arrecadações - Pagamentos Creditados
- Mapa de Multas Processadas por Faixa e Enquadramento
- Mapa de Multas em Aberto por Final de Placa
- Mapa de Multas em Aberto

b) Processos de Recurso:

- Relatório de Recursos Cadastrados
- Relatório de Recursos Julgados
- Relação de Multas com Efeito Suspensivo

c) Autuações:

- Mapa de Autuações Processadas por Enquadramento
- Auto de Infração e Multas por Agente
- Relação de Auto de Infração Notificados e Não Notificados

d) Operacionais:

- Emissão referente a Lotes de AIT's Manuais

- Relação de Enquadramentos por Local de Infração
- Relação de Multas Restituídas
- Relação de Municípios
- Relação de Logradouros
- Mapa da Frota
- Multas Processadas por Enquadramento, Agente e Local
- Relatório de Agentes de Trânsito Cadastrados
- Relatório de Notificações
- Relatório de Indicações de Infratores

5.6.69 Disponibilização de informações para atendimento ao administrador pela internet;

5.6.70 O sistema deverá dispor de rotina que possibilite acesso aos dados das multas de trânsito de âmbito municipal, tanto as pagas quanto as não pagas, de um determinado veículo;

5.6.71 O sistema deverá dispor de rotina que possibilite à administração gerar documento hábil (boleto bancário) para recolhimento de multas em aberto;

5.6.72 Dispor de rotina que possibilite o gerenciamento dos pedidos e dos respectivos pagamentos de débitos provenientes de multas de trânsito vencidas;

5.6.73 Dispor de acesso a dados de processos de defesa de autuação e recursos interpostos junto à JARI;

5.6.74 Dispor de acesso a dados de pontuação atribuída a uma determinada CNH e das transferências de pontuação aceitas e rejeitadas, das multas aplicadas pelo Município;

- 5.6.75 Possibilitar o gerenciamento, em tempo real, dos processos de defesa de autuação protocolados na JARI ou na plataforma online, permitindo o cadastramento, a atualização e a atribuição dos resultados, gerando, sem interferência humana, se deferido o recurso, os cancelamentos e baixas junto ao DETRAN;
- 5.6.76 Permitir à administração gerenciar o trâmite, em todas as instâncias, dos mandados de segurança expedidos pelo Poder Judiciário, sobre as penalidades de trânsito, possibilitando a geração e cancelamento do efeito suspensivo junto ao DETRAN;
- 5.6.77 O sistema deverá possibilitar a emissão de cópia dos Autos de Infração de Trânsito, gerados por agentes de trânsito ou por equipamentos eletrônicos.
- 5.6.78 Disponibilização de acesso a informações pela internet, que contemple e facilite ao público
- 5.6.79 Dispor de rotina do sistema que permita consulta para verificar a existência de multas de trânsito de um veículo, no âmbito do Município;
- 5.6.80 Dispor de rotina do sistema que permita ao usuário efetuar o cadastramento de defesa de autuação e recursos 1ª instância via internet, possibilitando anexar documentos e preencher o formulário com as razões do recurso, visando o atendimento mais ágil aos proprietários de veículos registrados no Município;
- 5.6.81 Possibilitar a consulta sobre o andamento dos processos de recursos interpostos junto à JARI e ao CETRAN;
- 5.6.82 Permitir o cadastro de indicação de condutor via internet, possibilitando anexar documentos, bem como a consulta à pontuação da CNH, juntamente com dados da infração, e as indicações de transferência de pontuação apresentadas à Autoridade de Trânsito e as indicações não efetuadas por qualquer motivo de rejeição;

- 5.6.83 Disponibilizar a imagem dos Autos de Infração de Trânsito, gerados por agentes de trânsito e por equipamentos eletrônicos, para consulta e impressão;
- 5.6.84 Dispor de rotina do sistema para emitir documento hábil para pagamento das multas na rede bancária, padrão FEBRABAN (SEGMENTO 7 e PIX).
- 5.6.85 Segurança do Sistema, de forma a garantir a integridade das informações
- 5.6.86 Dispor de cadastro de operadores com controle de senha pessoal criptografada;
- 5.6.87 Gerar arquivo atualizado (log) de todas as transações (inclusão, alteração, exclusão), identificando o operador responsável, a data/hora da transação, os campos com o conteúdo original no caso de transação de alteração e, no caso de exclusão, o registro único;
- 5.6.88 Utilizar base de dados relacional para garantia da integridade dos dados;
- 5.6.89 Dispor de rotina que converta todas as bases de dados em arquivos em formato texto, com todos os campos identificáveis para documentação específica, incluindo a descrição e características de cada arquivo e de cada campo, acompanhada dessa documentação com os layouts de cada arquivo em formato texto;
- 5.6.90 Todas as imagens em formato padrão (JPG) ou outro aceitável pela CONTRATANTE pela facilidade de adaptação para outros aplicativos.
- 5.6.91 Rotinas e procedimentos de cópias de segurança das bases de dados, com a guarda das mesmas em local seguro e indevassável;
- 5.6.92 Sistema computacional de administração, gerenciamento e processamento de recursos de autuação interpostos às multas aplicadas:
- 5.6.93 Possuir rotina que permita a conexão automática com o sistema administrativo da JARI, possibilitando à Autoridade de Trânsito exercer

de forma on-line o julgamento das defesas de autuação interpostas na JARI;

- 5.6.94 Possibilitar a digitalização dos processos para efetuar o gerenciamento eletrônico dos mesmos (GED);
- 5.6.95 Registrar, controlar e efetuar a manutenção dos processos de defesa de autuação;
- 5.6.96 Gerar relatórios estatísticos e gerenciais referentes aos processos de defesa de autuação cadastrados, julgados, deferidos, indeferidos e agendamentos dos processos (agendados e não agendados);
- 5.6.97 Permitir à Autoridade de Trânsito a convalidação dos resultados dos processos de defesa de autuação com acesso por senha específica, para a manutenção ou exclusão do sistema de Multas do Município.
- 5.6.98 Sistema de Suporte ao RENAINF
- 5.6.99 Efetuar o envio de todas as multas aplicadas no município através de conexão com a DETRAN, para inclusão no RENAINF (Registro Nacional de Infrações);
- 5.6.100 Solicitar ao RENAINF o envio dos dados cadastrais do veículo que cometeu a infração;
- 5.6.101 Após a confirmação dos dados cadastrais, encaminhar ao RENAINF os dados da infração para direcionamento ao DETRAN da unidade da Federação em que o veículo esteja matriculado, efetuar o bloqueio do licenciamento;
- 5.6.102 Providenciar, dentro do sistema normal de administração de multas de trânsito, a geração das notificações e a aplicação das penalidades;
- 5.6.103 Incluir em cobrança a multa aplicada no DETRAN da unidade da Federação na qual o veículo esteja matriculado;
- 5.6.104 Quando da informação do pagamento, efetuar a baixa no sistema.
- 5.6.105 Sistema de Registro de Infrações e Penalidades

- 5.6.106 O sistema deverá ser compatível com o talonário eletrônico institucional, assegurando o registro, tratamento e transmissão dos autos de infração, conforme as normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
- 5.6.107 O sistema para geração de Auto de Infração de Trânsito (Talão Eletrônico) deverá estar homologado no DENATRAN, de acordo com o que dispõe a Portaria 99/2017, de 01/06/2017.
- 5.6.108 No ato do preenchimento do Auto de Infração, todos os campos deverão ser consistidos para atender à Portaria 59/07 do DENATRAN e suas alterações, de acordo com o Art. 280 do CTB.
- 5.6.109 O equipamento móvel portátil deverá permitir a comunicação via celular entre seus usuários e disponibilizar captura de imagens.
- 5.6.110 Todos os acessos efetuados pelo equipamento aos aplicativos deverão ser realizados através de autenticação por usuário e senha criptografada, devendo o equipamento sincronizar com o servidor, atualizando a base de dados local.
- 5.6.111 O sistema deve impedir que um usuário móvel consiga efetuar login em equipamentos distintos ao mesmo tempo.
- 5.6.112 Os acessos dos usuários móveis do serviço deverão ser controlados através de logs, que deverão registrar todas as transações efetuadas pelo respectivo usuário móvel do serviço.
- 5.6.113 A lavratura do Auto de Infração de Trânsito (AIT) deverá iniciar-se pela digitação da placa do veículo, devendo o sistema, quando online, consultar automaticamente a base de dados do município e retornar as informações em tempo real, para a confirmação dos dados pelo usuário móvel.
- 5.6.114 Quando do início do AIT, o sistema deverá gerar de forma automática e sem interferência externa sua numeração sequencial.

- 5.6.115 Deverá disponibilizar a parametrização de enquadramentos mais utilizados, com descrição, facilitando a localização dos mesmos pelo usuário móvel.
- 5.6.116 Ao efetuar o preenchimento do AIT, o usuário móvel poderá selecionar um destes enquadramentos ou digitar o código ou descrição (completa/parcial) do enquadramento, quando, instantaneamente, o sistema deverá retornar com a (s) descrição (ões) correspondente (s) ao pedido efetuado. Se o usuário móvel indicar que o auto está sendo gerado com abordagem do condutor, o aplicativo deverá permitir que a assinatura do condutor seja colhida de forma digital no Auto de Infração de Trânsito e deverá mantê-la relacionada ao mesmo
- 5.6.117 Deverá capturar do servidor a data e hora, e permitir o preenchimento do campo de observação.
- 5.6.118 Deverá permitir a captura de até 05 (cinco) imagens, efetuando a correlação das imagens com o Auto de Infração de Trânsito.
- 5.6.119 Deverá possibilitar, durante o preenchimento do AIT, que seja informada a medida administrativa adotada.
- 5.6.120 O sistema deverá disponibilizar a funcionalidade de registrar medições realizadas por etilômetro, calculando automaticamente o valor considerado com base nos parâmetros de tolerância estabelecidos
- 5.6.121 Quando a infração for identificada com o mesmo enquadramento do AIT anterior, o usuário móvel poderá optar por apenas digitar a placa do novo veículo infrator e o aplicativo deverá manter automaticamente as informações comuns do AIT anterior.
- 5.6.122 Quando o mesmo veículo cometer mais de uma infração, o usuário móvel poderá optar por apenas digitar o outro enquadramento, e o aplicativo deverá manter automaticamente as informações do AIT anterior, impossibilitando o usuário móvel de selecionar o enquadramento utilizado anteriormente.

- 5.6.123 No caso de interrupção imprevista do equipamento móvel, o sistema deverá cancelar automaticamente o AIT com preenchimento interrompido e exigir, no reinício do aparelho, que o usuário justifique a ocorrência.
- 5.6.124 Quando do cancelamento de um AIT, os dados deverão ser mantidos juntamente com a devida justificativa do usuário móvel e enviados para posterior análise e convalidação do Gestor.
- 5.6.125 Deverá permitir a visualização no aparelho móvel dos AITs emitidos nas últimas 24 horas quando já transmitidos, e por tempo indeterminado quando ainda não transmitidos.
- 5.6.126 Deverá permitir a impressão e reimpressão dos AITs finalizados (via do condutor) em impressora térmica através de conexão Bluetooth.
- 5.6.127 Deverá possuir transação para a convalidação dos Autos de Infração de Trânsito (AIT) pela autoridade de trânsito, permitindo a confirmação de AITs ou o cancelamento com a informação obrigatória do motivo, sendo que o sistema deverá exibir subsídios para a tomada de decisão, tais como:
- 5.6.128 Autos gerados para veículos protegidos pela excepcionalidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro;
- 5.6.129 Autos com informações incompatíveis com a Base Nacional ou com a foto apensada ao processo de lavratura.
- 5.6.130 Deverá disponibilizar arquivo contendo lotes de autos de infração de trânsito para ser importado pelo sistema de processamento, com arquivo texto de dados da infração e das imagens dos formulários de autos de infração preenchidas com as informações capturadas durante a fiscalização.
- 5.6.131 Deverá gerar informações de controle para o gestor, disponibilizadas em tela de consulta/impressão na Internet, dos dados das infrações geradas pelos equipamentos móveis, das imagens capturadas e motivos de cancelamentos, através de busca por um ou mais parâmetros: agente de trânsito, período, situação do auto e placa.

5.6.132 Deverá efetuar a manutenção de tabelas básicas no sistema, contendo no mínimo:

- a) Enquadramentos das infrações;
- b) Equipamentos de medição;
- c) Marcas, espécies, cores e tipos de veículos;
- d) Faixas e séries de Autos de Infração;
- e) Faixa de numeração em uso e de espera;
- f) Equipamentos móveis;
- g) Descontos;
- h) CADIN;
- i) CNPJ dos DETRANs;
- j) Códigos de retorno do DETRAN.

5.7 Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Transporte Público Coletivo

5.7.1 O Sistema deverá prover o processamento de lavraturas originadas através de vídeo monitoramento, talão eletrônico ou qualquer outra origem, possibilitando ao gestor funcionalidades para execução de todas as fases da penalidade, iniciando no recebimento da lavratura e finalizando na baixa através da confirmação bancária do auto de infração.

5.7.2 O Sistema deverá disponibilizar um portal web de serviço para integrar/interagir com as empresas do sistema de transporte coletivo, para envio das notificações, recebimento e acompanhamento de recursos e resultados.

5.7.3 O Sistema deverá ser online e permitir o acompanhamento de todas as etapas dos Autos de Infrações de Trânsito, contendo minimamente as seguintes funcionalidades:

- Registro manual de infrações;
- Recepção e Validação dos possíveis Autos de Infração via integração automatizada e carga de arquivos;
- Controle do Fluxo de Processamento dos AITs;
- Sistema de Requisições, Comunicação e Controle Administrativo;
- Controle de Agentes Fiscalizadores e Talonários;
- Geração de Notificações, Advertências e Penalidades;
- Controle de Arrecadação, Cobrança e Integrações Financeiras;
- Controle de Pontuação, RENACH, RENAINF e Recursos;
- Relatórios.

5.7.4 O fluxo deverá refletir, de forma estruturada, as fases do processo administrativo, assegurando a identificação clara das etapas de início, instrução, julgamento, decisão e revisão, com controle de status, responsáveis, datas e prazos associados a cada fase.

5.7.5 O Sistema deverá impedir o avanço automático entre fases sem a devida conclusão formal da etapa anterior, garantindo a observância do devido processo administrativo.

5.7.6 Efetuar validação de forma e conteúdo das informações constantes nos Autos de Infração de Trânsito, garantindo o cumprimento das exigências da Portaria 354/2022 da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN.

5.7.7 Validação dos dados de marca e modelo dos Autos de Infração de Trânsito, através das informações obtidas via integração automatizada com DETRAN ou outro órgão que venha a substituí-lo.

5.7.8 O sistema deve permitir a configuração de etapas de validação, envio e retorno de arquivos, e validação das informações tramitadas com o DETRAN.

5.7.9 Dispor de controles que garantam o acompanhamento dos Autos de Infração de Trânsito remetidos para processamento, desde a sua recepção pelo órgão gerenciador dos agentes fiscalizadores até a

efetiva geração da notificação de aplicação da penalidade, permitindo que a Autoridade de Trânsito atue sobre os Autos de Infração de Trânsito não processados.

5.7.10 Efetuar o processamento de AITs aplicados a pessoas físicas e jurídicas conforme previsto no CTB.

5.7.11 Objetivando tornar mais ágil o registro das demandas da administração municipal, o sistema deverá fornecer um catálogo de assuntos relacionados ao processamento de multas, tais como:

- a) Envio de lotes de AITs para processamento;
- b) Retorno de AITs não processados por falha de preenchimento;
- c) Cancelamentos de AITs pela Autoridade de Trânsito;
- d) Envio de lotes de notificação de autuação e notificação de penalidade para postagem pelo órgão de trânsito;
- e) Inclusão de multas em efeito suspensivo através de solicitação judicial;
- f) Cadastramento/exclusão de usuários autorizados;
- g) Solicitações de manutenção do sistema;
- h) Outros serviços correlacionados ao processamento de multas de trânsito.

5.7.12 Deverá conter a indicação da área responsável, bem como o prazo para atendimento das requisições, além de mecanismo de atualização do andamento e a indicação do nível hierárquico de responsabilidades, que será acionado em caso de atrasos no atendimento das requisições.

5.7.13 Toda requisição deverá ser efetuada através do sistema, que irá remeter automaticamente e-mail para a área responsável por atender à solicitação, com cópia para o requisitante.

5.7.14 Para cada assunto, será determinado um prazo de conclusão. Quando faltar 01 dia para encerrar o prazo, o superior do responsável pela conclusão deverá ser notificado através de e-mail automático, e assim sucessivamente até que seja atingida toda a cadeia hierárquica.

5.7.15 O Sistema deverá possuir perfis funcionais distintos e parametrizáveis, no mínimo para as seguintes funções:

- g) Fiscal/Lavrador;
- h) Operador Administrativo;
- i) Julgador de Primeira Instância;
- j) Julgador de Segunda Instância;
- k) Gestor do Sistema;
- l) Operador Financeiro.

5.7.16 O Sistema deverá garantir segregação de funções, vedando expressamente que um mesmo usuário execute, no mesmo processo administrativo, atividades incompatíveis entre si, tais como mas não somente:

- d) lavratura da infração e julgamento;
- e) julgamento e baixa financeira;
- f) julgamento e cancelamento definitivo da penalidade.

5.7.17 As permissões de acesso deverão ser controladas por perfil, com bloqueio sistêmico que impeça a sobreposição indevida de atribuições, assegurando conformidade com princípios de controle interno, governança e integridade administrativa.

5.7.18 O Sistema deverá possibilitar a suspensão, interrupção ou reabertura da contagem de prazos, em razão de atos normativos supervenientes, tais como portarias, decretos, pontos facultativos ou determinações administrativas.

5.7.18.1 Para o item supracitado, deverá ser obrigatório o preenchimento de justificativa para eventual alteração de prazo.

5.7.19 Fases e especificidades que deverão ser atendidas:

5.7.19.1 Recebimento de lavraturas;

5.7.19.2 Processamento das lavraturas levando em consideração as regras de tempo entre um mesmo enquadramento para considerar uma

reincidência, penalidade por fase: Advertência, Penalidade e Penalidade em reincidência;

5.7.19.3 Geração e impressão da penalidade;

5.7.19.4 Geração e Impressão de DAT para pagamento de penalidade, permitindo agrupar mais de uma penalidade no mesmo DAT;

5.7.19.5 Recebimento de recurso em primeira fase;

5.7.19.6 Cadastro de resultado de julgamento de primeira fase;

5.7.19.7 Recebimento de recursos em segunda fase;

5.7.19.8 Cadastro de resultado de julgamento de segunda fase;

5.7.19.9 Baixa por confirmação bancária;

5.7.19.10 Baixa por julgamento.

5.7.20 Características do Software Aplicativo

5.7.21 Deverá propiciar aos responsáveis pela gestão de multas de transporte público coletivo, através de telas de navegação simples e intuitiva, funcionalidades que possibilite a execução dos itens mencionados acima.

5.7.22 Funções obrigatórias do módulo:

5.7.22.1 Cadastros básicos

5.7.22.1.1 Fiscais, com matrícula, nome, foto e assinatura digitalizada;

5.7.22.1.2 Tipo de penalidade, com código, descrição, classificação (Penalidade ou Notificação), índice usado para calcular valor;

5.7.22.1.3 Índices e valores para índices, por período;

5.7.22.1.4 Enquadramentos, com código, descrição, penalidade por fase, permitindo cadastrar mais um tipo, a sequência que deverá ser aplicada e valores;

5.7.22.1.5 Prazo de penalidade, com as regras para reincidência, prazo para primeiro e segundo recurso, ressarcimento;

- 5.7.22.1.6 Empresas, com código, descrição e contato;
- 5.7.22.1.7 Veículos, com código, empresa responsável, placa e dados cadastrais;
- 5.7.22.1.8 Bairros, com código e descrição;
- 5.7.22.1.9 Logradouros fiscalizados, com código, bairro e descrição;
- 5.7.22.1.10 Linhas em operação, com código, Ordem de Serviço Operacional, descrição;
- 5.7.23 Auto de Infração
 - 5.7.23.1 Consulta auto de infração, devendo trazer todos os dados incluindo as fotos, caso existam para o auto de infração selecionado;
 - 5.7.23.2 Importação de auto de infração do CCO da SEMOB;
 - 5.7.23.3 Cadastro de talão de auto de infração;
 - 5.7.23.4 NAI: Processamento de Notificação; Emissão de Notificação; Emissão de protocolo para entrega de Notificações por Empresa; Abertura de processo de defesa; Julgamento de defesa; Publicação no Diário Oficial de resultado de julgamento; Consulta defesa;
 - 5.7.23.5 NIP: Processamento de Penalidade; Emissão de Penalidade; Emissão de protocolo para entrega de Penalidade por Empresa; Abertura de processo de recurso; Julgamento de recurso; Publicação no Diário Oficial de resultado de julgamento; Consulta recurso;
 - 5.7.23.6 Termo de liberação de veículo;
 - 5.7.23.7 Consulta
 - 5.7.23.8 Visualização do talão lavrado;
 - 5.7.23.9 Impressão de penalidades por empresa ou período de processamento.

5.7.23.10 Dispor de rotinas para inclusão de multas vencidas e ainda não recebidas pelo município junto ao DETRAN para bloqueio do licenciamento;

5.7.23.11 Dispor de rotinas para baixa de multas pagas ou deferidas pela JARI no Banco de Dados do DETRAN;

5.7.23.12 Dispor de rotinas para alteração de valor de multas, em decorrência de pagamento parcial, no Banco de Dados do DETRAN;

5.7.23.13 Dispor de rotinas para suspensão temporária de multas, no Banco de Dados do DETRAN, para averiguações pelo órgão de trânsito, de pagamentos não registrados no sistema por falha da rede bancária ou por determinação judicial;

5.7.24 Financeiro

5.7.24.1 Gerar DAT, selecionando um ou mais talão de penalidade;

5.7.24.2 Imprimir DAT;

5.7.24.3 Controlar diferenças entre valor arrecadado e saldo devedor, mantendo as multas em aberto quando divergentes, gerando informações das divergências e atualizando valores pendentes no sistema do DETRAN;

5.7.24.4 Possuir condições de efetuar baixa de multas com base em informações avulsas (borderô) do banco centralizador, na inexistência do movimento eletrônico ou de prestação de contas de diferenças a menor;

5.7.24.5 Inclusão de dados de autos vencidos e não pagos no sistema CADIN (Cadastro de Inadimplentes da Prefeitura Municipal do Salvador)

5.7.25 Integração

5.7.25.1 Importar veículos do sistema de gestão de transporte público da SEMOB;

5.7.25.2 Importação de Linhas do sistema de gestão de transporte público da SEMOB, com dados de itinerário e faixa horária;

5.8 Sistema de Controle Financeiro

O Módulo Financeiro será responsável por realizar a gestão das cobranças de autos de infração, incluindo a emissão de boletos bancários no formato SEGMENTO 7 da FEBRABAN, permitindo pagamentos por PIX, e também o processamento de requisições de despacho de viaturas.

5.8.1 Cobrança por Código de Barras

5.8.1.1 Geração automática de boletos bancários para Autos de Infração de Trânsito (AIT) ou qualquer outra taxa que a TRANSALVADOR tenha necessidade, no formato padrão SEGMENTO 7 da FEBRABAN.

5.8.1.2 Geração de QR Code e linha digitável para permitir pagamentos via PIX, conforme o modelo do banco arrecadador designado pela administração pública.

5.8.1.3 Controle eletrônico dos pagamentos, possibilitando o acompanhamento em tempo real dos valores pagos, com registro de transações realizadas.

4.1.1.1 O sistema deverá possibilitar o pagamento do Auto de Infração de Trânsito por meio de boleto bancário, boleto com desconto SNE, pagamento no licenciamento junto ao DETRAN ou outros meios que venham a ser definidos pela TRANSALVADOR.

4.1.2 Gestão das Multas e Arrecadação

4.1.2.1 Recepção e processamento de pagamentos provenientes de diversos meios (boleto bancário, PIX, entre outros), com integração direta aos bancos conveniados.

4.1.2.2 O sistema deverá permitir o controle de pagamentos parciais e integrações com o sistema de licenciamento do DETRAN, garantindo a baixa das multas após confirmação de pagamento.

4.1.2.3 Implementação de rotinas para controle de diferenças entre valores pagos e pendentes, além de gerar relatórios analíticos com dados

detalhados, como origem do Auto de Infração, data de pagamento, banco, e valor pago.

4.1.2.4 Possibilidade de efetuar a baixa de multas em casos de pagamentos manuais ou falhas na rede bancária.

4.1.2.5 Deverá permitir ao gestor designado pela TRANSALVADOR a decisão quanto à emissão de boleto vinculado ao RENAINF, assegurando registro e rastreabilidade da decisão adotada.

4.1.3 Conformidade com Normativas:

4.1.3.1 O sistema atenderá a todas as exigências legais, incluindo as portarias do DENATRAN e a legislação vigente sobre gestão de multas e fiscalização eletrônica.

4.1.3.2 Garantia de conformidade com a Portaria 11/2008 e 72/2008 do DENATRAN para o processamento e recebimento de pagamentos.

4.1.3.3 Possibilidade de realizar auditorias regulares, garantindo o cumprimento das normas e a integridade dos dados.

4.1.3.4 Deverá disponibilizar relatórios financeiros gerenciais, contemplando, no mínimo, tarifas bancárias, percentuais devidos ao DETRAN, valores de repasse realizados ou pendentes e demais informações necessárias ao controle financeiro e à prestação de contas.

5.9 Sistema de Gerenciamento de Pátio

5.9.1 Sistema deverá ser totalmente WEB, permitir o gerenciamento do registro de veículos recolhidos para o Pátio da TRANSALVADOR ou terceirizados, incluindo aplicativo para Registro do Termo de Recolhimento do veículo. O sistema será disponibilizado para uso pelo pátio da TRANSALVADOR e dos pátios terceirizados, dessa forma deverá prover nível de acesso diferenciado, podendo um usuário enxergar apenas o seu pátio ou enxergar todos os pátios.

5.9.2 Funcionalidades mínimas:

5.9.3 Módulo embarcado para Registro de Remoção de Veículo:

- 5.9.3.1 Permitir o registro completo de dados do veículo (placa, chassi, RENAVAM, marca, modelo, cor, ano de fabricação, tipo etc.).
- 5.9.3.2 Permitir o registro de informações sobre o motivo da apreensão (auto de infração, número do processo, órgão atuador, data e hora da apreensão, local da remoção).
- 5.9.3.3 Permitir o registro de dados do proprietário/conductor (nome completo, CPF/CNPJ, endereço, telefone, e-mail).
- 5.9.3.4 Permitir o upload e armazenamento de documentos digitalizados relacionados ao veículo e à apreensão (auto de infração, CRLV etc.).
- 5.9.3.5 Permitir o registro de informações sobre o agente responsável pela remoção (nome, matrícula, órgão).
- 5.9.3.6 Permitir o registro da data e hora de entrada do veículo no pátio.
- 5.9.3.7 Permitir o registro da localização exata do veículo no pátio (rua, lote, vaga).
- 5.9.3.8 Permitir o registro de observações adicionais sobre o veículo ou a apreensão.
- 5.9.3.9 Permitir coleta de assinaturas como: (Autoridade, Motorista, Conductor e Vistoriador).
- 5.9.3.10 Permitir a realização de Checklist Veicular através do aplicativo.
- 5.9.3.11 Permitir a impressão do auto de recolhimento via impressora térmica portátil.
- 5.9.3.12 Permitir a busca de veículos por placa.
- 5.9.4 Cadastro de Documentos Retidos conforme a lei 14.229/2021
 - 5.9.4.1 Nesta tela o agente poderá informar os documentos recolhidos com base na lei, registrando fotos dos documentos, local do recolhimento, informação do prazo para o proprietário apresentar prova de solução da não conformidade, sob pena de bloqueio administrativo do veículo através do DETRAN/BA, informação do pátio (endereço) onde o

proprietário deverá apresentar o veículo com os devidos itens sanados.

5.9.5 Módulo retaguarda para Gestão de Pátio:

5.9.5.1 Permitir o controle visual da disposição dos veículos no pátio, com identificação de vagas ocupadas e disponíveis.

5.9.5.2 Permitir o registro de movimentações internas de veículos no pátio (mudança de vaga etc.).

5.9.5.3 Permitir a geração de relatórios sobre a ocupação do pátio (total de veículos, veículos por tipo, veículos por tempo de custódia etc.).

5.9.5.4 Permitir o controle do número máximo de vagas disponíveis no pátio.

5.9.5.5 Permitir o registro da data e hora de saída do veículo do pátio.

5.9.6 Controle de Liberação de Veículos:

5.9.6.1 Permitir o registro dos documentos exigidos para a liberação de cada tipo de apreensão.

5.9.6.2 Permitir a verificação automática do cumprimento dos requisitos para liberação (pendências financeiras, apresentação de documentos etc.).

5.9.6.3 Permitir o agendamento de horários para a liberação de veículos.

5.9.6.4 Permitir o registro do responsável pela retirada do veículo (nome, CPF/CNPJ, documento de identificação).

5.9.6.5 Permitir a emissão e impressão do Termo de Liberação do Veículo.

5.9.6.6 Permitir o registro da data e hora da liberação do veículo.

5.9.6.7 Permitir o controle de veículos com pendências que impedem a liberação.

5.9.7 Gestão Financeira:

5.9.7.1 Calcular automaticamente os valores das taxas de remoção e diárias de guarda, com base em tabelas predefinidas e configuráveis.

5.9.7.2 Permitir o registro de pagamentos das taxas.

- 5.9.7.3 Permitir a emissão de boletos bancários para o pagamento das taxas.
- 5.9.7.4 Permitir o controle de veículos com débitos pendentes.
- 5.9.7.5 Gerar relatórios financeiros (arrecadação por período, débitos pendentes etc.).
- 5.9.7.6 Permitir a configuração de diferentes tabelas de taxas, conforme a legislação vigente.
- 5.9.8 Relatórios e Dashboards:
 - 5.9.8.1 Permitir a geração de relatórios personalizáveis em diversos formatos (PDF, CSV etc.) sobre todos os aspectos da gestão (veículos apreendidos, liberados, tempo de custódia, arrecadação, ocupação do pátio etc.).
 - 5.9.8.2 Apresentar painéis de controle (dashboards) com indicadores chave de desempenho (KPIs) de forma visual e intuitiva.
 - 5.9.8.3 Permitir a programação de relatórios periódicos.
- 5.9.9 Segurança e Auditoria:
 - 5.9.9.1 Implementar sistema de autenticação de usuários com controle de acesso baseado em perfis e níveis de permissão.
 - 5.9.9.2 Manter um registro completo de todas as atividades realizadas no sistema (trilha de auditoria), incluindo data, hora, usuário e ação executada.
 - 5.9.9.3 Implementar mecanismos de segurança para proteger os dados armazenados contra acesso não autorizado, perda ou alteração.
- 5.9.10 Notificações e Alertas:
 - 5.9.10.1 Enviar notificações e alertas automáticos sobre eventos relevantes (ex: prazos de liberação, veículos com longo tempo de custódia, pendências financeiras).
 - 5.9.10.2 Permitir a configuração de regras para o envio de notificações e alertas.

5.9.11 Integração:

- 5.9.11.1 Possuir API (*Application Programming Interface*) aberta e bem documentada para facilitar a integração com outros sistemas da TRANSALVADOR.
- 5.9.11.2 Demonstrar capacidade de integração com sistemas de órgãos externos relevantes (ex: DETRAN) para consulta de informações veiculares e de proprietários (a integração específica será definida em etapas posteriores, durante a implantação).
- 5.9.11.3 Deverá identificar os veículos aptos para irem a leilão, podendo exportar a relação desses veículos.

5.10 Sistema para Gestão de Zona Azul Digital e Gerenciamento de Aplicativos de Venda de Ticket de Zona Azul Digital

Sistema destinado ao gerenciamento e fiscalização do estacionamento rotativo pago (Zona Azul Digital), integrando-se às plataformas de venda e controle utilizadas por empresas credenciadas.

Deverá minimamente conter:

5.10.1 Cadastro

- 5.10.1.1 Empresas;
- 5.10.1.2 Áreas;
- 5.10.1.3 Logradouros;
- 5.10.1.4 Períodos, nesta tela são configurados os Períodos referentes a Zona Azul Digital, os quais são utilizados pelos aplicativos homologados pela TRANSALVADOR. O usuário pode localizar um período específico (Início e Fim), relacionar todos os períodos cadastrados, inserir um novo Período bem como editá-los;
- 5.10.1.5 Tarifa, nesta tela são configuradas as Tarifas referentes a Zona Azul Digital, as quais são utilizadas pelos aplicativos homologados pela TRANSALVADOR. O usuário pode localizar uma Tarifa através dos

campos descrição e status (ativo/inativo), relacionar todas as tarifas cadastradas, inserir uma nova Tarifa e editá-las;

5.10.1.6 Operações das Zonas Azuis, nesta tela o usuário configura as operações referentes a Zona Azul Digital da cidade de Salvador. Para criação da operação é necessário informar o período de vigência e associar os logradouros com suas respectivas regras. O usuário poderá localizar uma operação cadastrada, visualizar os logradouros (ativos/inativos) e as suas respectivas regras de funcionamento bem como editar ou inativar uma regra

5.10.2 Relatórios e Consultas

5.10.2.1 Área: possui como parâmetro de geração a descrição da área (Ex.: Pituba, Orla, etc.). Porém, para o retorno de todas as áreas, não é informado nenhum parâmetro de entrada. Este relatório retorna a área, logradouro, estacionamento, tarifas, períodos, vagas (normais, especiais e motos), total de vagas, total por área e total geral dos dados.

5.10.2.2 Fiscalização por período, agente e bairro: possui como parâmetro a matrícula do agente, período e o bairro. Porém, para retorno de todos os agentes, não é necessário informar nenhum parâmetro de entrada, valendo o mesmo para os bairros. Este relatório retorna o agente, bairro, total de fiscalizações no bairro para determinado agente, total de fiscalizações por agente e total geral.

5.10.2.3 Fiscalização por período e bairro: possui como parâmetro período e bairro. Contudo, para retornar todos os bairros não é necessário informar nenhum parâmetro. Este relatório retorna o bairro, o total de fiscalizações no bairro e o total geral.

5.10.2.4 Extrato por agente: possui como parâmetro a matrícula do agente e o período. Contudo, para retornar todos os bairros não é necessário informar nenhum parâmetro. O relatório retorna o agente, o total de fiscalizações realizadas pelo agente e o total geral.

- 5.10.2.5 Resumo por período: possui como parâmetro o período. Retorna as áreas com o total de utilização das mesmas dentro do período informado, o total geral dessas utilizações, um gráfico para ilustração dos dados de utilização, o balanço das empresas com o total de utilização de cada, total de usuários por empresa, os bairros com maior utilização e seus totais.
- 5.10.2.6 Resumo financeiro: possui como parâmetros o período e o nome ou CNPJ da empresa. Retorna a empresa, a data de emissão, o vencimento, o valor, o desconto, o valor cobrado, o valor recebido, a tarifa, a data pagamento, a situação e o total geral.
- 5.10.2.7 Resumo financeiro das áreas por período: possui como parâmetro o período. Retorna a área, a empresa, o valor utilizado pela empresa, o subtotal da área e o total geral.
- 5.10.2.8 Resumo financeiro de área e logradouro: possui como parâmetros o período e área. Contudo, para retornar todos os bairros não é necessário informar nenhum parâmetro. Retorna a área, o logradouro, o estacionamento, a quantidade de tickets, o subtotal por área e o total geral.
- 5.10.2.9 Balanço mensal/anual: possui como parâmetro o mês/ano (EX.: 11/2018). Retorna um gráfico com os dias em que houve utilização e uma tabela com informações de data de utilização, total de tickets por data e total geral.
- 5.10.2.10 Relação de empresas: não possui parâmetros. Retorna a empresa e o saldo atual de cada empresa além do total geral
- 5.10.3 Rotinas de Web Service para integração com os aplicativos

O Web Service tem por objetivo realizar a troca de informações entre o Sistema de Gestão de Zona Azul Digital e o Aplicativo para registro das movimentações de crédito (compra e venda), alocação de vagas e cadastro de usuários. O padrão SOAP (*Simple Object Access Protocol*) é utilizado em sua arquitetura. Todos Web Métodos disponibilizados, tanto de consulta quanto de atualização, possuem o retorno de

situação da transação e de comprovantes. Todas as rotinas devem prever a integração com empresa do tipo cooperativa/sindicado, que pode ter regras diferentes das demais empresas participantes.

Os Web Métodos estão descritos abaixo:

- 5.10.3.1 Enviar Cadastro de Usuário: a Empresa Aplicativo envia os dados dos usuários que estão sendo cadastrados nos aplicativos e no Portal, para o banco de dados no Núcleo de Operações Assistidas, acionando o Web Método `ws_usuarioAPP.cadastra`;
- 5.10.3.2 Adicionar Placa: a Empresa Aplicativo envia para o banco de dados do Núcleo de Operações Assistidas as placas adicionadas ao perfil do usuário nos aplicativos e Portal através do Web Método `ws_usuarioApp.AdionaPlaca`;
- 5.10.3.3 Remover Placa: a Empresa Aplicativo envia para o banco de dados do Núcleo de Operações Assistidas a remoção de uma placa associada a um perfil de usuário nos aplicativos e Portal através do Web Método `ws_usuarioApp.removePlaca`;
- 5.10.3.4 Atualizar Cadastro de Usuário: a Empresa Aplicativo envia para o banco de dados do Núcleo de Operações Assistidas os dados de atualização e perfil do usuário através do Web Método `ws_usuarioApp.Atualiza`;
- 5.10.3.5 Compra/Estorno de Crédito: a Empresa Aplicativo envia dos dados da compra de crédito ou estorno efetuada pelo usuário para o banco de dados do Núcleo de Operações Assistidas e este retorna o número do comprovante da compra. As informações somente são enviadas quando a transação é confirmada através do Web Método `ws_usuarioApp.EnviaInformacaoCompraEstorno`;
- 5.10.3.6 Estacionar na Vaga: método em que o usuário aloca uma vaga para estacionar. As informações são enviadas para o Núcleo de Operação do Estacionamento – NOE. É retornado o número de autenticação

composto no Ticket de Estacionamento para o Usuário. Este processo é efetuado através do Web Método `ws_usuarioApp.Estaciona`;

5.10.3.7 Desistência da Vaga: método em que o usuário informa o cancelamento da vaga dentro os 15 minutos de tolerância após ativação do crédito. O processamento do envio dos dados é realizado através do Web Método `ws_usuarioApp.DesistenciaVaga`;

5.10.3.8 Consultar Dados: este método tem por finalidade indicar a existência da necessidade de atualização nos dados da Empresa Aplicativo. Este processo é realizado através do Web Método `ws_dadosZonaAzul.AtualizaDados`;

5.10.3.9 Atualizar Dados: este método tem por finalidade retornar os dados a serem atualizados na base de dados da Empresa Aplicativo. Os dados são retornados de acordo com o parâmetro `nome_tabela`. O formato dos dados é em JSON. Deve ser acionado o Web Método `ws_dadosZonaAzul.Consulta`.

5.10.4 Portal para acesso das empresas de aplicativo com permissão de venda de ticket:

O módulo é responsável pela geração do DAT para realização de aquisição de crédito por parte das empresas autorizadas a operar a venda de ticket digital em Salvador. Com as seguintes funcionalidades:

5.10.4.1 Login através de usuário e senha individual para cada empresas operadora;

5.10.4.2 Geração de DAT, calculando ISS e desconto conforme configuração da tesouraria e edital de chamamento responsável pelas regras de contratação das empresas de aplicativo de venda de ticket digital;

5.10.4.3 Saldo da empresa;

5.10.4.4 Painel com informações da empresa.

5.11 Sistema de Informações Gerenciais

- 5.11.1 O SIG deverá funcionar como repositório unificado de dados administrativos e operacionais da TRANSALVADOR, alimentado automaticamente pelos demais módulos do Núcleo de Operações Assistidas.
- 5.11.2 O Sistema WEB, deve contemplar rotinas de integração com qualquer um dos bancos de dados de sistema da TRANSALVADOR, permitindo criar consultas e painéis com informações de mais de um sistema. Para efetuar a análise o Sistema de Informação utiliza uma cópia do banco de dados resumida, ou seja, contendo apenas os dados de formatados e necessários para rotina de análise. Permitir emissão de gráficos e relatórios com as análises além de exportar os dados no padrão HTML, PDF, Microsoft Word, Microsoft Excel.
- 5.11.3 Deverá permitir:
- 5.11.4 Compatibilidade com navegadores Google Chrome, Edge, Firefox 3.5+ e Safari;
- 5.11.5 Conectividade com Banco de dados MS SQL Server e Oracle;
- 5.11.6 A extração de dados de tabelas ou consultas, permitindo criação de um novo banco de dados ou inclusão em um já existente;
- 5.11.7 Cadastrar os usuários, projetos, dando permissão aos usuários por projeto, exemplo: Informações sobre pátio poderá ser acessada pelos usuários "A, B, C". Informações sobre o módulo de processamento de multas poderão ser acessadas pelos usuários "A, C, D";
- 5.11.8 Apresentação de dados:
- 5.11.8.1 Formato de Tabela, com possibilidade de seleção de campos;
- 5.11.8.2 Permitir criar novas visões a partir dos dados disponibilizados;
- 5.11.8.3 Acesso a Filtros em campos chaves;
- 5.11.8.4 Criação de mapa de vias, mostrando no mapa formato google valores ou imagens com base em endereço ou coordenadas (latitude x longitude);

- 5.11.8.5 Exibição de diversos formatos de gráficos, inclusive: barra, pizza, linha em 2D e 3D;
- 5.11.8.6 Exportação de dados para Excel e Word;
- 5.11.8.7 Permitir salvar formato atual da tela, facilitando ao acesso seguinte aos dados;
- 5.11.8.8 Permitir a visualização de mais de um trabalho ao mesmo tempo;
- 5.11.8.9 Permitir a ordenação e classificação ondem possam ser indicados os maiores ou menores elementos das tabelas;
- 5.11.8.10 Deverá permitir a criação de Dashboard com informações de um ou mais sistemas/projeto;
- 5.11.8.11 Deverá permitir a realização de comparações, análise, criar cenários, visualizar graficamente os dados de um sistema/projeto;
- 5.11.8.12 Deverá permitir a criação de relatório acessando um ou mais projetos/sistemas.
- 5.11.9 Indicadores:
 - 5.11.9.1 Deverá permitir a criação de indicadores em formato círculo, linear horizontal e linear vertical;
 - 5.11.9.2 Deverá permitir definição de ação com base nos valores dos indicadores;
 - 5.11.9.3 Deverá permitir definição de periodicidade para verificação dos indicadores.
- 5.11.10 Criação de Dashboards:
 - 5.11.10.1 Criação de componentes do modo arrastar e soltar;
 - 5.11.10.2 Criação de fonte de dados nativa para diversos bancos relacionais e arquivos diversos, dentre eles os mais usuais do mercado como SQL Server, Oracle, Postgres, Firebird, Sybase, MySQL, SQLite, Excel, Google Drive, TXT, CSV, API (JSON) e conexão para demais bancos através de driver OLEDB ou ODBC;

- 5.11.10.3 Criação de componentes para segmentação de dados (filtros) para filtragem em “tempo de execução”;
- 5.11.10.4 criação de componentes de parâmetros (filtros) para vinculação diretamente a fonte de dados, realizando o filtro diretamente na consulta (query);
- 5.11.10.5 passagem de parâmetros para consultas, de modo a vincular a consulta ao parâmetro passado por url ou através do login;
- 5.11.10.6 componentes com filtros únicos ou múltiplos, possibilitando filtragem interativa entre os componentes da tela;
- 5.11.10.7 drill down nos componentes: criação de drill down (expandir) os níveis de argumentos para componentes do tipo gráfico, cartão, tabela/grade, indicadores, entre outros, sem limites de expansões de níveis;
- 5.11.10.8 integração entre fonte de dados: ligação entre duas ou mais fontes de dados, mesmo que de banco de dados/servidores diferentes, por exemplo: ligação entre um arquivo Excel e um banco SQL Server ou entre um banco Oracle e um banco Postgres;
- 5.11.10.9 dados de forma offline (cubo): opção para que a fonte de dados atualize os dados buscando as informações no banco, de acordo com o critério de tempo pré-estabelecido ou ao clicar em atualizar (botão de atualização);
- 5.11.10.10 integração com mapas do tipo Shapefile (.shp), Google Maps, Bing Maps e Leaflet (OpenStreetMaps);
- 5.11.10.11 painéis com rodízio de tempo, possibilitando a configuração de tempo em hh:mm:ss para que seja alternado entre painéis;
- 5.11.10.12 dashboard com opção para envio de email, sendo esse manual ou programado para ser enviado de forma automática;
- 5.11.10.13 personalização de layout e customizações para componentes, possibilitando troca de temas (skin) e personalização de cores, fontes, imagens de fundo, para todos os componentes.

5.11.10.14 Componentes parametrizáveis:

- a) Altura Dashboard
- b) Fonte do Título
- c) Ordenação
- d) Ocultar Aba
- e) Campos Calculados
- f) Agregações

5.11.11 Deverá possuir aplicativo em duas plataformas, iOS e Android, permitindo visualizar de forma responsiva dashboards;

5.11.12 Permitir configurar alerta para envio por e-mail para limite de ocorrências em aberto, parametrizando os momentos para verificação, por tipo de dia e quantidade de vezes ao dia;

5.11.13 Permitir o envio de dashboard por e-mail de forma automática, conforme configuração parametrizável pelo usuário administrador;

5.11.14 Deve possuir ferramenta para criação de consultas através do acesso a tabelas dos bancos de dados dos projetos, com funcionalidade de arrastar e soltar para criação das consultas;

5.11.15 Integração com a IA (OpenAI) para consulta de dashboards, utilizando conta de OpenAI da TRANSALVADOR;

5.11.16 Criando prompts automatizados;

5.11.17 Realização de perguntas individuais ou por dashboard;

5.11.18 Configuração de Whatsapp para Alertas e perguntas sobre dashboards com respostas por IA;

5.11.19 Criando alertas para envio por Whatsapp.

5.12 Sistema de Controle Preditivo de Tráfego

- 5.12.1 O sistema consiste em uma plataforma tecnológica de integração e inteligência de tráfego urbano baseada em Inteligência Artificial, capaz de realizar detecção, ingestão, análise, previsão, orquestração de ações e apoio à tomada de decisão em tempo quase real;
- 5.12.2 A plataforma deverá contemplar, no mínimo, os módulos descritos a seguir, garantindo operação assistida, manutenção, continuidade e evolução tecnológica ao longo da vigência contratual:
- 5.12.2.1 Módulo de Detecção e Ingestão de Dados, com integração a sensores de campo (laços indutivos, radares Doppler, sensores a laser, câmeras, equipamentos de fiscalização eletrônica), dados de geolocalização em massa e serviços de mapas e navegação colaborativa;
- 5.12.2.2 Módulo de Análise e Previsão com Inteligência Artificial, capaz de aprender padrões da circulação viária e prever fluxos, velocidades, formação e dissipação de filas, níveis de serviço e probabilidade de incidentes na rede viária, em diferentes horizontes de tempo;
- 5.12.2.3 Módulo de Orquestração de Ações, baseado em mecanismo de automação de fluxos configuráveis, permitindo definir regras e processos que liguem eventos detectados e previsões geradas a ações automáticas ou semi-automáticas no sistema viário (ajustes semaforicos, avisos operacionais, mensagens a usuários etc.);
- 5.12.2.4 Módulo de Visualização, Painéis Operacionais e Relatórios, com mapas, matrizes Origem–Destino (O/D), dashboards de congestionamento, segurança viária, desempenho de equipamentos e indicadores operacionais e estratégicos.
- 5.12.3 O sistema deverá funcionar como camada unificadora de dados de mobilidade e trânsito, permitindo que a Administração utilize, em tempo quase real, os dados capturados em campo e em fontes externas para detectar anomalias, prever cenários de tráfego e acionar respostas operacionais estruturadas;
- 5.12.4 A solução deverá ser estruturada como um pipeline de dados e decisões, composto, no mínimo, pelas seguintes camadas:

5.12.4.1 Recebimento e armazenamento de dados;

5.12.4.2 Transformação e extração de características: consolidação, filtragem e enriquecimento dos dados brutos, produzindo indicadores como volume, ocupação, headway, extensão de fila, classificação veicular, níveis de serviço e informações de origem–destino por intervalo de tempo.

5.12.4.3 Aplicação de modelos com uso de Inteligência Artificial, capazes de considerar simultaneamente:

- a) o histórico de cada ponto da rede viária;
- b) a evolução temporal dos dados;
- c) a interação entre diferentes trechos e cruzamentos;
- d) para estimar, em curto e médio prazo, como evoluirão fluxo, velocidade, fila e nível de serviço.

5.12.4.4 Conversão das previsões em decisões operacionais concretas, como:

- a) ajuste de splits e offsets em planos semaforicos;
- b) recomendações de rotas alternativas;
- c) mensagens em painéis de mensagens variáveis (PMVs);
- d) abertura automática de ocorrências para equipes de campo.

5.12.4.5 Sincronização das ações entre diferentes cruzamentos e corredores, por meio de troca estruturada de mensagens entre pontos da rede, assegurando que decisões locais sejam coerentes com o desempenho global do sistema.

5.12.4.6 Medição contínua de resultados (nível de serviço, tempos médios de viagem, variação de velocidade, redução de filas e de sinistros).

- 5.12.5 O sistema deve permitir a integração com equipamentos e sensores já existentes na rede da CONTRATANTE, utilizando protocolos abertos ou APIs dos fabricantes.
- 5.12.6 Suportar a ingestão de dados provenientes de:
- 5.12.6.1 laços indutivos (volume, velocidade, taxa de ocupação, headway, classificação veicular, sentido);
 - 5.12.6.2 sensores Doppler e laser (velocidade, presença, fila, contagem por faixa);
 - 5.12.6.3 câmeras IP e/ou analógicas (via codificador), inclusive equipamentos de fiscalização eletrônica;
 - 5.12.6.4 centrais semaforicas, controladores de cruzamentos e outros dispositivos ITS, podendo ser integrados sob demanda;
 - 5.12.6.5 plataformas de geolocalização em massa, observando anonimização e agregação;
 - 5.12.6.6 serviços de mapas/navegação (incidentes, velocidades de trechos, relatos colaborativos).
- 5.12.7 O sistema deve operar preferencialmente em arquitetura de streaming de dados (eventos em tempo quase real), com latência configurável, permitindo análises minuto a minuto ou em janelas definidas.
- 5.12.8 O sistema deverá assegurar sincronização temporal (NTP, GPS ou equivalente), para que registros de diferentes sensores possam ser correlacionados por data e hora.
- 5.12.9 O sistema deverá permitir ingestão de dados de geolocalização em massa, provenientes de provedores habilitados, de forma anonimizada, com:
- 5.12.9.1 remoção de identificadores pessoais;
 - 5.12.9.2 uso de identificadores temporários;
 - 5.12.9.3 agregação mínima (por exemplo, grupos de ≥ 5 dispositivos).

- 5.12.10 Gerar e atualizar matrizes Origem–Destino (O/D) por períodos, dias da semana e janelas horárias, permitindo análises de:
 - 5.12.10.1 principais corredores de origem e destino;
 - 5.12.10.2 rotas preferenciais;
 - 5.12.10.3 impactos de intervenções, obras, alterações viárias e eventos especiais.
- 5.12.11 Deverá ser capaz de integra-se, por meios de APIs, com serviços de mapas e navegação amplamente utilizados, para:
 - 5.12.11.1 Envio de informações agregadas de velocidade média por trecho, incidentes e obras;
 - 5.12.11.2 Recebimento de alertas e feedbacks de usuários.
- 5.12.12 Viabilizar ciclos de feedback, em que dados analisados pelo Pipeline contribuam para:
 - 5.12.12.1 rotas mais eficientes;
 - 5.12.12.2 redução da carga em eixos viários críticos;
 - 5.12.12.3 mitigação de impactos em toda a rede viária.
- 5.12.13 O sistema deverá basear-se na rede viária da cidade, considerando a interdependência entre cruzamentos, vias, corredores e regiões;
- 5.12.14 Implementar modelos de inteligência artificial capazes de prever, em horizontes de curto (5 a 60 minutos) e médio prazo (até 24h), indicadores como:
 - 5.12.14.1 fluxo veicular;
 - 5.12.14.2 velocidade média;
 - 5.12.14.3 extensão de filas;
 - 5.12.14.4 nível de serviço;
 - 5.12.14.5 probabilidade de saturação ou colapso.

5.12.15 O sistema deverá considerar:

5.12.15.1 evolução temporal de cada ponto;

5.12.15.2 influência de trechos vizinhos;

5.12.15.3 diferenças entre horários de pico e vale;

5.12.15.4 impactos de eventos especiais.

5.12.16 Relatórios e dashboards:

5.12.16.1 Antecipar formação de filas, estimando:

a) tempo até atingir marcos relevantes;

b) probabilidade de transbordamento;

5.12.16.2 Prever propagação de congestionamentos ao longo de corredores;

5.12.16.3 Sugerir ajustes semaforicos coordenados (verde, splits, offsets);

5.12.16.4 Simular cenários do tipo “e se” (what-if);

5.12.16.5 Priorizar pontos de intervenção;

5.12.16.6 Oferecer indicadores de desempenho (ex.: acurácia, erro médio);

5.12.16.7 Painel operacional em tempo real;

5.12.16.8 Dashboards gerenciais;

5.12.16.9 Relatórios customizáveis (CSV, XLSX, PDF);

5.12.16.10 APIs documentadas para integração com sistemas da CONTRATANTE.

5.12.17 O sistema deverá possibilitar o treinamento contínuo da ferramenta de IA utilizando séries históricas de tráfego;

5.12.18 Deverá construir janelas temporais para aprendizado temporal, e permitir a realização de retreinamento contínuo com novos dados;

5.12.19 O sistema deverá utilizar ambiente de automação configurável, permitindo regras do tipo:

- a) “Se previsão de nível de serviço piorar em X minutos, então ajustar planos semafóricos Y e Z”;
- b) “Se incidente grave, então notificar equipe, registrar ocorrência e reforçar desvio”.

5.12.20 O sistema deve permitir o recebimento de dados minuto a minuto, com avaliação de regras em tempo real e tomada de decisões automáticas;

5.12.21 Cada interseção deverá ser tratada como agente local de controle;

5.12.21.1 Utilizando mensageria para troca de estados e decisões;

5.12.21.2 Mantendo componente central de contexto;

5.12.21.3 Garantindo coerência global e reação rápida a incidentes.

5.13 Aplicativo Colaborativo Cidadão

5.13.1 Aplicativo móvel destinado à interação direta entre o cidadão e a TRANSALVADOR.

5.13.2 Módulo com estrutura de gerenciamento web (com acesso por qualquer browser, Chrome, Opera, Firefox etc.), devendo estar integrada ao módulo de Gerenciamento e Despacho de ocorrências”, mas com interface própria que permita gestão dos chamados por qualquer área ou secretaria do município, devendo ainda prever as funcionalidades abaixo:

5.13.3 Possibilidade de criação de áreas de diversos ambientes de atendimento, com chamados específicos para cada um dos ambientes.

5.13.4 Prever criação de estrutura de chamados aos cidadãos por grupos, tais como “segurança”, “alerta”, “serviços públicos”, etc.

5.13.5 Possibilidade de parametrização de abertura e atendimento de chamados com os seguintes parâmetros:

5.13.5.1 Nome do chamado

5.13.5.2 Tipo de chamado (ação, incidente ou solicitação);

5.13.5.3 Grupo onde o chamado estará disposto;

5.13.5.4 Escolha da localização do chamado pelo cidadão: i-pela posição geográfica do dispositivo, ii - por um endereço específico, iii - no endereço da residência, ou iv - permitir que o cidadão escolha entre qualquer das opções;

5.13.5.5 Se o chamado será público (constante em um mural aberto) ou visível somente para quem registrou;

5.13.5.6 Autorizar acompanhamento do entendimento em tempo real (sim ou não).

5.13.6 Deverá possibilitar ao município estabelecer chamados de qualquer ordem;

5.13.7 O aplicativo a ser fornecido permitirá aos usuários compartilhar informações com as autoridades ou vizinhos, abrir chamados, visualizar imagens de câmeras de segurança, entre outras ações conforme abaixo:

5.13.7.1 Controle de Usuários:

5.13.7.1.1 Para controle, obtenção de relatórios de acesso e uso precisos, para utilização da aplicação destinada ao munícipe, será necessário preenchimento obrigatório dos presentes dados:

- a) Nome completo;
- b) CPF válido;
- c) E-mail (não obrigatório);
- d) Telefone Celular;

- e) Criação de senha pessoal e intransferível;
- f) Endereço principal completo contendo CEP.

5.13.7.1.2 Deverá haver processo de validação de dados, tais como celular e e-mail informados.

5.13.7.1.3 Somente será permitido utilização do app por usuários que informarem endereço com CEP pertinente ao município contratante da solução, evitando que moradores de outras cidades de beneficiem de chamados, ou mesmo obtenham informações da municipalidade ou de seus cidadãos.

5.13.7.1.4 App deverá permitir criação ou inclusão de Termos de Uso e Política de Privacidade de acordo com as políticas do município contratante.

5.13.7.1.5 Ter sistema de níveis de acesso, que dá ao administrador a possibilidade de criar acessos limitados para os usuários conforme sua necessidade. Também contar com sistema de criação de grupos de usuários em níveis, seja por tipos de chamados liberados ao grupo, como, escolar, medidas protetivas, por região englobando vários bairros da cidade, por bairro, ruas, praças e afins, com acessos às câmeras, chamados e informações que o administrador determinar.

5.13.7.1.6 Possuir módulo de controle de usuário e senha com direitos diferenciados para cada usuário ou grupo de usuário para acesso às facilidades do sistema e câmeras. Um usuário poderá fazer parte de um ou mais grupos, recebendo as permissões referentes a todos os grupos a que pertencer.

5.13.7.2 Estrutura de Chamados:

5.13.7.2.1 O app permitirá a disponibilidade de abertura de chamados, os quais poderão ser organizados de forma agrupada em blocos de acordo com as especificidades e prioridades estabelecidas pela Administração: Ex: Grupo Segurança (para chamados direcionados

ao deslocamento de agente), Grupo Zeladoria (para chamados pertinentes a manutenção), Grupo Chamados do Bairro (para chamados e informações compartilhados somente entre vizinhos), Grupo de Patrulha Escolar (para chamados pertinentes a assuntos no âmbito das unidade de ensino) e assim por diante.

- 5.13.7.2.2 Deverá ser permitido que o administrador crie estrutura de atendimento e chamados diferentes, conforme realidade de um grupo, região, área da prefeitura (secretaria ou diretoria), bairro, setor interno do município, permitindo que diversas secretarias possam responder demandas de munícipes através da mesma aplicação, facilitando a acessibilidade dos cidadãos aos serviços públicos.
- 5.13.7.2.3 Dessa forma, A ferramenta deverá permitir estruturação de chamados aos cidadãos, integrando todas as áreas do município, implementando a integração entre setores municipais, no viés da segurança, e outras áreas abrangidas, como, educação, saúde e demais repartições públicas.
- 5.13.7.2.4 Os chamados deverão permitir configuração dos protocolos de atendimento a ações a serem tomadas em cada evento, tais como, deslocamento de agente, apenas comunicação de evento, entre outros.
- 5.13.7.2.5 Os chamados poderão ser abertos com a disponibilização de fotos obtidas do dispositivo móvel, portanto, também deverá ser possível que a Administração estabeleça quais chamados serão acompanhados de fotos.
- 5.13.7.2.6 Todos os chamados, deverão ser identificáveis, no que tange, a localização do usuário no momento da abertura.
- 5.13.7.2.7 Deverá permitir que o usuário possa determinar onde o chamado será atendido:

- a) Em sua residência ou imóvel determinado como domicílio, informado no momento do cadastramento para utilização da aplicação;
- b) No local onde se encontra no momento da abertura do chamado;
- c) Em um endereço a ser informado conforme necessidade, aplicável de acordo com o tipo de chamado;
- d) Ou permitir escolha do usuário a qualquer das opções.

5.13.7.2.8 Viabilizar envio de notificação por “*push*” do processo de atendimento, tais como “chamado recebido”, “chamado em atendimento”, “chamado finalizado”, por exemplo.

5.13.7.2.9 A ferramenta deverá permitir a criação de chamados contendo número de protocolo de atendimento em situações em que a Administração queira que o usuário possa identificar status do que foi requerido (casos em que outras secretarias municipais além da segurança queiram agregar chamados no aplicativo).

5.13.7.2.10 Permitir que ao final do atendimento, os chamados possam ser avaliados por meio de atribuição de 1 a 5 estrelas.

5.13.7.2.11 Deverá possuir integração com o painel de comando do Módulo de Gerenciamento e Despacho para devidas tratativas perante chamados efetuados e registro conforme níveis de prioridades igualmente pré-definidas.

5.13.7.2.12 Todos os chamados do App possuirão integração com o painel de comando do Sistema de Gerenciamento e Despacho para devidas tratativas perante atendimentos efetuados e registro com apoio integral dessas pessoas, com integração de modulo de rondas que permita identificação de tais indivíduos quando da presença de patrulheiros nas proximidades de sua localização, bem como, visitas de acompanhamento.

5.13.7.3 Mural de Chamados:

5.13.7.3.1 Deverá ser possível aos cidadãos usuários app, acessar histórico de chamados realizados por seus pares, de acordo com região, e permissões definidas pela prefeitura, assim, quando autorizado pela municipalidade, constará localização, tipo de chamado, foto e o status de atendimento.

5.13.7.3.2 A visualização dos chamados no Mural de Chamados poderá ser limitada, devendo ser permitida à municipalidade, quais chamados serão públicos.

5.13.7.4 Mural “Minhas Solicitações”:

5.13.7.4.1 Deverá ser permitido aos usuários do app, acessar histórico de chamados realizados por eles próprios, constando, quando aplicável, protocolo e o status de atendimento.

5.13.7.4.2 Câmeras

5.13.7.4.3 A aplicação deverá possibilitar a visualização ao vivo de imagens de câmeras de segurança através de um mapa.

5.13.7.4.4 As câmeras disponíveis no mapa deverão ser gerenciadas pela municipalidade, permitindo que os usuários tenham acesso somente às imagens de câmeras autorizadas pelo município.

5.13.7.4.5 Dispor de níveis de acesso, que dá ao administrador a possibilidade de criar acessos limitados para os usuários. Também contar com sistema de criação de grupos de usuários em níveis, seja por região englobando vários bairros da cidade, ou por bairro, ruas, praças e afins, com acessos às câmeras, que o administrador permitir.

5.14 Aplicativo de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito

5.14.1 Sistema deverá permitir através de aplicativo móvel o registro do BOAT- Boletim de Ocorrência e Acidente de Trânsito, gerando o cálculo total de avarias das peças, emissão com do Boletim e integração com sistema de Estatística de Acidentes da TRANSALVADOR. Deve atender as regras definidas na resolução 810/2020.

5.14.2 Módulo embarcado em equipamentos tipo smartphone:

5.14.3 Funcionalidades mínimas:

5.14.3.1 Acesso/Login

O Agente acessa o aplicativo utilizando matrícula e senha. Caso informe dados incorretos deverá ser exibida uma mensagem de erro.

5.14.3.2 Listagem das Ocorrências

Deve listar todas as ocorrências cadastradas pelo agente logado nos últimos 10 dias. A tela possui a opção para o agente iniciar um novo registro, ao utilizá-la o Agente deverá ser direcionado para uma tela de Nova Ocorrência onde deve ser inserido um novo BOAT.

5.14.3.3 Cadastro de Ocorrências, deve ser dividido em abas ou possuir separadores entre os blocos de informações, permitindo melhor visualização por parte do usuário.

Aba Nova Ocorrência: Deve permitir ao Agente preencher os campos de base para criação de ocorrência. Os campos classificação, tipo de acidente, logradouro, sentido da via, data e hora são obrigatórios.

5.14.3.4 Após a gravação dos dados é exibida a aba de Veículos Envolvidos:

5.14.3.5 Aba Veículos Envolvidos: Deve permitir ao agente adicionar os veículos envolvidos na ocorrência e preencher seus respectivos campos de informação. Ao informar que o veículo permaneceu no local e preencher a placa do veículo, o sistema busca todos os dados do veículo cadastrados na base do DETRAN, e o preenchimento realizado de forma automática, com base nesta consulta.

5.14.3.6 Aba Condutor: Deve permitir ao Agente informar se o condutor do veículo cadastrado permaneceu no local ou evadiu-se. Ao preencher o campo CPF e clicar na lupa o sistema preenche automaticamente os outros dados do condutor (caso tenha cadastro

de CNH na base do DETRAN), além destes campos o agente deve anexar uma foto da versão do condutor sobre o acidente.

5.14.3.7 Aba Ponto de Impacto: Deve permitir que sejam anexados os pontos de impacto da ocorrência e associadas as fotos ao impacto (Frontal, Traseira, Lanterna Direita, Lanterna Esquerda e Interna).

5.14.3.8 Aba Avarias: Para o relatório de Avarias a quantidade de perguntas e o conteúdo das mesmas devem ser apresentadas de acordo com o tipo de veículo. O agente deve marcar entre as opções "Sim", "Não" ou "NA" sendo que para toda opção NA marcada o agente deve preencher no campo observação a justificativa. O resultado do relatório de Avarias é apresentado automaticamente no aplicativo obedecendo os critérios exigidos pela resolução 810/2020 do CONTRAN.

5.14.3.9 Aba Vítima: Deve permitir ao agente cadastrar vítimas e selecionar a depender da situação entre Condutor (se a vítima for condutora de um veículo já cadastrado, o aplicativo exibe todos os dados já cadastrados do condutor para o veículo), Dados Ignorados (vítimas que não tenham nenhuma informação, o aplicativo apenas registrará a vítima para aquele acidente, mas sem nenhum dado) e cadastrar (vítima que tenha algum dado a ser informado).

5.14.3.10 Aba Testemunha: Deverá permitir ao agente informar dados de testemunhas (nome (campo requerido), RG, Telefone e Endereço), caso exista testemunhas da ocorrência.

5.14.3.11 Aba Informações: Deve permitir ao Agente informar as condições da via, o tipo de pavimento, o semáforo e registrar a foto do Croqui do acidente em Diagrama do Acidente. Deverá existir a possibilidade de preencher o campo informações complementares, com a justificativa referente as quaisquer das abas que não tenham sido preenchidas.

5.14.4 Botões de Controle

5.14.4.1 O Aplicativo deve possuir botões, ou objetos com função equivalente, para as funcionalidades de salvar ocorrência, finalizar ocorrência, cancelar ocorrência, imprimir o número protocolo e voltar para o menu principal.

5.14.4.2 Salvar ocorrência: o aplicativo deverá apresentar uma mensagem de Atenção para que o agente não esqueça de informar o motivo do não preenchimento das abas Veículo, Vítima, e Testemunha caso o agente não tenha preenchido. As Ocorrências que foram somente salvas no aplicativo estarão disponíveis para edição por um tempo de 72 horas. Finalizar ocorrência: o agente não poderá mais editar nenhum dado.

5.14.4.3 Cancelar ocorrência: o agente deve preencher o motivo de cancelamento.

5.14.4.4 Via de impressão do protocolo: deverá imprimir uma via com apenas o número do protocolo aberto, para que o agente possa entregar ao condutor ou passageiro e este possa comparecer a TRANSALVADOR e resgatar a via completa da sua ocorrência.

5.14.5 Módulo de gerenciamento - retaguarda:

5.14.5.1 Será responsável pela visualização dos dados e emissão da ocorrência cadastrada, em formato de boletim de ocorrência de acidente de trânsito, além de permitir a equipe da TRANSALVADOR a edição de dados para correção ou complementar os dados do registro.

5.14.6 Funcionalidades mínimas:

5.14.6.1 Consulta/Edição de Ocorrências

5.14.6.2 Deverá permitir que seja realizada a consulta dos boletins de ocorrências cadastrados através do aplicativo. Sendo permitida a edição de algumas informações.

5.14.6.3 O Retaguarda deverá conter todos os campos e dados informados no aplicativo (versão embarcada) divididos por abas ou separação que permitir ao usuário a visualização de forma clara cada bloco de informações.

5.14.6.4 A consulta das ocorrências deverá poder ser realizada através de filtros: número da ocorrência, tipo do acidente, data da ocorrência, hora da ocorrência, logradouro, pessoa e placa do veículo.

5.14.6.5 Exibição do Relatório

5.14.6.5.1 O relatório deverá apresentar todos os dados relevantes da ocorrência e o formulário de versão do condutor.

5.15 Aplicativo de Fiscalização

5.15.1 Aplicativo de suporte aos Agentes de trânsito, o qual permite realizar consultas para obter informações sobre:

5.15.2 situação de veículos, táxis e motoristas, assim como das credenciais de acesso durante eventos com restrição de circulação.

5.15.3 Funcionalidades mínimas para o módulo embarcado:

5.15.3.1 Consulta de dados da Carteira Nacional de Habilitação. Deve permitir que a consulta dos dados e da situação da CNH, junto à base do DETRAN, através de webservice fornecido pelo DETRAN ou importação de arquivo gerado conforme convênio entre a TRANSALVADOR e o DETRAN. A busca deve ser feita por meio do número da CNH ou CPF;

5.15.3.2 Consulta de dados do veículo. Deve permitir a consulta dos dados do veículo, junto à base do DETRAN, através de webservice fornecido pelo DETRAN ou importação de arquivo gerado conforme convênio entre a TRANSALVADOR e o DETRAN. A busca deve ser feita pela placa;

5.15.3.3 Consulta de dados de Táxis. Deve permitir que a consulta dos dados do táxi. A busca deve ser feita pelo alvará, apresentando informações do permissionário e condutores auxiliares;

5.15.3.4 Consultar sistema de Trânsito Livre com informações sobre veículos e suas liberações de acesso durante o carnaval ou qualquer evento que restrinja a circulação de veículos;

5.15.3.5 Consulta de informações sobre infrações lavradas anteriormente, em Salvador, para o veículo, a partir de acesso ao banco de dados do sistema de gestão de multas utilizados pela TRANSALVADOR.

5.15.3.6 Sistema de Monitoramento de Agentes

5.15.3.6.1 Guardar coordenadas dos agentes durante os deslocamentos para apresentação em mapa de localização e movimentação de agentes.

5.15.3.6.2 Visualizar mapa de localização dos agentes;

5.15.3.6.3 Visualizar no mapa a movimentação do agente durante o período selecionado;

5.15.3.6.4 Visualizar mapa de calor por código de infração de trânsito, no período selecionado.

5.16 Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito

5.16.1 O sistema para geração de Auto de Infração de Trânsito (Talão Eletrônico) deverá estar homologado no DENATRAN, de acordo com o que dispõe a Portaria 99/2017, de 01/06/2017.

5.16.2 No ato do preenchimento do Auto de Infração, todos os campos deverão ser consistidos para atender à Portaria 59/07 do DENATRAN e suas alterações, de acordo com o Art. 280 do CTB.

5.16.3 O equipamento móvel portátil deverá permitir a comunicação via celular entre seus usuários e disponibilizar captura de imagens.

5.16.4 Todos os acessos efetuados pelo equipamento aos aplicativos deverão ser realizados através de autenticação por usuário e senha criptografada, devendo o equipamento sincronizar com o servidor, atualizando a base de dados local.

5.16.5 O sistema deve impedir que um usuário móvel consiga efetuar login em equipamentos distintos ao mesmo tempo.

- 5.16.6 Os acessos dos usuários móveis do serviço deverão ser controlados através de logs, que deverão registrar todas as transações efetuadas pelo respectivo usuário móvel do serviço.
- 5.16.7 A lavratura do Auto de Infração de Trânsito (AIT) deverá iniciar-se pela digitação da placa do veículo, devendo o sistema, quando online, consultar automaticamente a base de dados do município e retornar as informações em tempo real, para a confirmação dos dados pelo usuário móvel.
- 5.16.8 Quando do início do AIT, o sistema deverá gerar de forma automática e sem interferência externa sua numeração sequencial.
- 5.16.9 Deverá disponibilizar a parametrização de enquadramentos mais utilizados, com descrição, facilitando a localização dos mesmos pelo usuário móvel.
- 5.16.10 Ao efetuar o preenchimento do AIT, o usuário móvel poderá selecionar um destes enquadramentos ou digitar o código ou descrição (completa/parcial) do enquadramento, quando, instantaneamente, o sistema deverá retornar com a (s) descrição (ões) correspondente (s) ao pedido efetuado. Se o usuário móvel indicar que o auto está sendo gerado com abordagem do condutor, o aplicativo deverá permitir que a assinatura do condutor seja colhida de forma digital no Auto de Infração de Trânsito e deverá mantê-la relacionada ao mesmo
- 5.16.11 Deverá capturar do servidor a data e hora, e permitir o preenchimento do campo de observação.
- 5.16.12 Deverá permitir a captura de até 05 (cinco) imagens, efetuando a correlação das imagens com o Auto de Infração de Trânsito.
- 5.16.13 Deverá possibilitar, durante o preenchimento do AIT, que seja informada a medida administrativa adotada.
- 5.16.14 O sistema deverá disponibilizar a funcionalidade de registrar medições realizadas por etilômetro, calculando automaticamente o valor considerado com base nos parâmetros de tolerância estabelecidos

- 5.16.15 Quando a infração for identificada com o mesmo enquadramento do AIT anterior, o usuário móvel poderá optar por apenas digitar a placa do novo veículo infrator e o aplicativo deverá manter automaticamente as informações comuns do AIT anterior.
- 5.16.16 Quando o mesmo veículo cometer mais de uma infração, o usuário móvel poderá optar por apenas digitar o outro enquadramento, e o aplicativo deverá manter automaticamente as informações do AIT anterior, impossibilitando o usuário móvel de selecionar o enquadramento utilizado anteriormente.
- 5.16.17 No caso de interrupção imprevista do equipamento móvel, o sistema deverá cancelar automaticamente o AIT com preenchimento interrompido e exigir, no reinício do aparelho, que o usuário justifique a ocorrência.
- 5.16.18 Quando do cancelamento de um AIT, os dados deverão ser mantidos juntamente com a devida justificativa do usuário móvel e enviados para posterior análise e convalidação do Gestor.
- 5.16.19 Deverá permitir a visualização no aparelho móvel dos AITs emitidos nas últimas 24 horas quando já transmitidos, e por tempo indeterminado quando ainda não transmitidos.
- 5.16.20 Deverá permitir a impressão e reimpressão dos AITs finalizados (via do condutor) em impressora térmica através de conexão Bluetooth.
- 5.16.21 Deverá possuir transação para a convalidação dos Autos de Infração de Trânsito (AIT) pela autoridade de trânsito, permitindo a confirmação de AITs ou o cancelamento com a informação obrigatória do motivo, sendo que o sistema deverá exibir subsídios para a tomada de decisão, tais como:
- 5.16.21.1 Autos gerados para veículos protegidos pela excepcionalidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro;
- 5.16.22 Autos com informações incompatíveis com a Base Nacional ou com a foto apensada ao processo de lavratura.

5.16.23 Deverá permitir a integração com o sistema de processamento de multas.

5.16.24 Deverá gerar informações de controle para o gestor, disponibilizadas em tela de consulta/impressão na Internet, dos dados das infrações geradas pelos equipamentos móveis, das imagens capturadas e motivos de cancelamentos, através de busca por um ou mais parâmetros: agente de trânsito, período, situação do auto e placa.

5.16.25 Deverá efetuar a manutenção das tabelas básicas no sistema:

- Enquadramentos das infrações,
- Equipamentos de medição,
- Marcas, espécies, cores e tipos de veículos.
- Faixas e séries de Autos de Infração,
- Faixa de numeração em uso e de espera,
- Equipamentos móveis.

5.16.26 Gerenciamento dos Equipamentos Móveis Portáteis:

5.16.26.1 Deverá prover um aplicativo via WEB que registre os dados em um banco de dados relacional das infrações geradas pelos usuários dos equipamentos móveis portáteis, das imagens capturadas durante a geração dos Autos de Infração, e que efetue a geração da imagem dos Autos de Infração, disponibilizando essas informações na Internet para consulta pública, juntamente com as imagens capturadas.

5.16.26.2 Deverá permitir a convalidação dos Autos de Infração de Trânsito pela Autoridade de Trânsito, efetuando a comparação entre os dados

do veículo informados no ato do registro e os dados existentes no Cadastro Nacional de Veículos;

5.16.27 Funcionalidades mínimas:

5.16.27.1 Inclusão e Atualização de Agentes de Fiscalização: Permitir que a administração inclua e atualize os dados dos agentes responsáveis pela fiscalização.

5.16.27.2 Manutenção do Cadastro Resumido: Manter um cadastro resumido de, no mínimo, cinco logradouros relacionados a cada agente e seu respectivo turno de trabalho.

5.16.27.3 Configuração Parametrizada dos Enquadramentos: Possibilitar a configuração parametrizada dos enquadramentos que serão priorizados no display do equipamento portátil durante a fiscalização dos veículos.

5.16.27.4 Configuração Parametrizada de Marcas e Espécies de Veículos: Permitir a configuração parametrizada de marcas e espécies de veículos que serão priorizados no display do equipamento portátil durante a confecção dos Autos de Infração.

5.16.27.5 Administração dos Autos pela Autoridade de Trânsito: Prover à Autoridade de Trânsito as ferramentas necessárias para administrar os Autos de Infração.

5.16.27.6 Geração de Arquivo com Autos de Infração: Gerar um arquivo contendo os Autos de Infração de Trânsito convalidados, com

header, trailer e número de lote, para que possam ser encaminhados para processamento.

5.16.27.7 Liberação de Senha Esquecida: Permitir a liberação de senha esquecida através de uma interface web.

5.16.27.8 Deverá permitir a visualização dos dados através de recursos multidimensionais (cubos de decisão) com alta flexibilização na visualização das informações, simplificado no cruzamento e análise de dados gerenciais provenientes de todos os outros aplicativos com recursos visuais que simplifiquem a tomada de decisões com gráficos, planilhas e relatórios analíticos.

5.17 Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Taxi e Transporte Alternativo

5.17.1 O Sistema Eletrônico para registro e emissão de auto de infração tem como principal objetivo a automação das rotinas de processamento, eliminando o trabalho de digitação e processos de correção de inconsistências, provocados pela utilização de talonários e formulários de papel. Para tanto é necessário que as informações apresentadas aos Agentes de Transporte estejam conforme exigências do Decreto N P 9686 de 18/09/1992 e Decreto N P 30.452/2018 da Prefeitura Municipal de Salvador, bem como, outras informações solicitadas pela TRANSALVADOR, constantes nos formulários hoje utilizados (talonário), que possibilitem o preenchimento do Auto de Infração, bem como apresentá-lo já no momento da infração ao infrator.

5.17.2 Os preenchimentos dos autos de infração deverão ser realizados em tempo real, isto é, durante o preenchimento deverão ser consultados bancos de dados de cadastro de permissionários, alvarás, pessoas vinculadas e locais de fiscalização. Tais bancos de dados, armazenados em servidor localizado no ambiente COGEL, serão cópias dos bancos

de dados do sistema de gestão da TRANSALVADOR, contendo as informações mínimas necessárias ao funcionamento do sistema, sendo tais informações atualizadas periodicamente pelo próprio sistema. Quando da finalização do preenchimento de cada auto de infração, automaticamente, deverá ser transmitido para o servidor localizado no ambiente PMS. Os servidores que receberão os dados deverão possuir software de gerenciamento das informações conforme especificado.

5.17.3 O conceito de segurança deverá ser devidamente considerado no tráfego de informações, desde o Módulo Portátil até o servidor localizado na PMS, passando pela rede de telefonia celular digital e pela rede fixa de dados, utilizando-se de criptografias de dados, de tal forma que assegure e preserve a confidencialidade e evite o acesso não autorizado às informações.

5.17.4 Todas as transações realizadas pelos agentes e pelos administradores deverão ser registradas, permitindo auditorias e depurações em caso de falha.

5.17.5 O aplicativo poderá ser de fabricação própria ou representado pela empresa, hipótese esta em que deverá a empresa participante da licitação apresentar atestados de comprovação de prestação de serviço de locação de aplicativo de talonário eletrônico de autuação de infração de transporte público alternativo, em nome da empresa que está participando desta concorrência.

5.17.6 Características do Software Aplicativo

5.17.6.1 Deverá propiciar aos Fiscais de Transporte Público Alternativo, (ônibus, táxi, escolar, turismo, especiais e outros regulamentados), através de telas de navegação simples e intuitiva o preenchimento completo de um Auto de Infração, de acordo com as disposições da SEMOB.

5.17.6.2 Ao final da lavratura, os dados deverão ser registrados, armazenados e impresso como notificação ao infrator já no momento da infração,

caso uma abordagem tenha sido efetuada, e posteriormente transferido ao sistema de processamento do Município.

5.17.6.3 Ao preencher um Auto, o sistema deverá consultar a base de dados do sistema de gestão existente, disponível no ambiente PMS, para auxílio no preenchimento e consulta a informações de alvará, veículos, permissionários e pessoas vinculadas a permissão.

5.17.6.4 Campos necessários a lavratura do Auto de Infração para Transporte Público Alternativo:

- 5.17.6.4.1 Número do talão, gerado automaticamente pelo sistema;
- 5.17.6.4.2 Alvará do veículo;
- 5.17.6.4.3 Placa do veículo;
- 5.17.6.4.4 Marca e Modelo do veículo;
- 5.17.6.4.5 Nome do infrator;
- 5.17.6.4.6 Registro Geral do infrator;
- 5.17.6.4.7 Órgão emissor e UF do órgão emissor;
- 5.17.6.4.8 CPF do infrator;
- 5.17.6.4.9 Nome do permissionário;
- 5.17.6.4.10 CPF/CNPJ do Permissionário;
- 5.17.6.4.11 Data do cometimento da infração, preenchido pelo agente de transporte;
- 5.17.6.4.12 Hora do cometimento da infração, preenchido pelo agente de transporte;
- 5.17.6.4.13 Local, com tabela de pesquisa contendo código e descrição;
- 5.17.6.4.14 Matrícula do agente de transporte, usar a matrícula usada para logar no sistema;
- 5.17.6.4.15 Código da infração, com tabela de pesquisa contendo código e descrição, seguindo os enquadramentos existentes no

regulamento de transporte público alternativo vigente, devendo filtrar as infrações pelo tipo de serviço vinculado a permissão;

5.17.6.4.16 Observação sobre a autuação, campo texto para uso do agente de transporte, com pelo menos 120 caracteres de espaço.

5.17.7 Funções para o módulo de fiscalização de transporte alternativo, embarcado em equipamentos tipo smartphone:

5.17.7.1 Identificação de Fiscal através da informação do registro Funcional e Senha;

5.17.7.2 O sistema deve gerar numeração automática para cada lavratura;

5.17.7.3 Consulta informações sobre alvará:

5.17.8 Dados do veículo:

5.17.8.1 Ano de Fabricação;

5.17.8.2 Marca e Modelo;

5.17.8.3 Empresa Vinculada;

5.17.8.4 Número do chassi;

5.17.8.5 Número do motor;

5.17.8.6 Dados da última vistoria.

5.17.9 Dados de permissionário:

5.17.9.1 Nome;

5.17.9.2 Validade do Cartão de Identificação.

5.17.10 Dados de pessoas vinculadas:

5.17.10.1 Nome;

5.17.10.2 Validade do Cartão de Identificação.

5.17.11 Preenchimento de Auto de Infração para Transportes Especiais (táxi, escolar, turismo e especiais);

- 5.17.11.1 Solicitar número Alvará;
- 5.17.11.2 Mostrar informações cadastrais do veículo e permissionário, buscando informações no sistema de gerenciamento de permissionários de transporte alternativo, a partir do Alvará;
- 5.17.11.3 Mostrar Nome do Permissionário e condutores auxiliares;
- 5.17.11.4 Ano de Fabricação;
- 5.17.11.5 Marca e Modelo.
- 5.17.11.6 Mostrar pessoas vinculadas e solicitar que selecione qual cometeu a infração e será responsável pela penalidade, os dados de pessoas vinculadas deverão ser consultados na base do sistema de gestão de transporte público alternativo da Transalvador;
- 5.17.11.7 Registrar Data e Hora com base no Servidor de Banco de Dados;
- 5.17.11.8 Solicitar Bairro, Logradouro e Referência, seguindo cadastro prévio dessas tabelas;
- 5.17.11.9 Solicitar seleção da infração cometida, a partir do código ou parte da descrição, permitindo informar mais de uma infração por lavratura;
- 5.17.11.10 Solicitar observação sobre a autuação;
- 5.17.12 Emissão do documento de forma a notificar a ocorrência de auto de infração ao condutor de veículo, seguindo o modelo atual do talão da Transalvador;
- 5.17.13 Fazer controle de turno de trabalho, ao logar o sistema deve gerar registro com data e hora do início do turno e ao finalizar ou outro usuário logar no equipamento esse registro deve ser finalizado.
- 5.17.14 Módulo de gerenciamento de aplicação embarcada para lavratura de auto de infração de transporte público alternativo - Retaguarda:
- 5.17.15 Deverá tratar os autos de infração, transferidos em tempo real, fazendo a integração com o sistema de gestão de transporte público alternativo. A estrutura da tabela que receberá os autos de infração,

bem como a forma de acesso ao banco de dados será fornecida a empresa ganhadora da licitação e a mesma terá 5 (cinco) dias para implementar a integração com a aplicação de retaguarda.

5.17.16 Deverá atualizar os bancos de dados dos Módulos Portáteis, administrar a numeração dos autos de infração, atualizar o cadastro dos Agentes de Transporte e permitir a elaboração de relatórios estatísticos referente aos dados coletados.

5.17.17 Os dados referentes a Permissionários, veículos e pessoas vinculadas, serão fornecidos pelo sistema de gestão da Transalvador, através de tabelas de transferência, a estrutura dessas tabelas, bem como a forma de acesso ao banco de dados será fornecida a empresa ganhadora da licitação e a mesma terá 5 (cinco) dias para implementar a integração com a aplicação de retaguarda.

5.17.18 Funções para o módulo de gerenciamento para os softwares de auto de infração para transporte público alternativo:

5.17.18.1 Controle da numeração dos Autos de Infração;

5.17.18.2 Recebimento e tratamento dos dados de Autos de Infração de Transporte Alternativo;

5.17.18.3 Consulta de dados históricos de Auto de Infração de Transporte Alternativo;

5.17.18.4 Emissão de 2ª via do Auto de Infração de Transporte Alternativo;

5.17.18.5 Emissão de Relatório de Autos Infração lavrados;

5.17.18.6 Emissão de relatórios gerenciais de controle;

5.17.18.7 Enviar/atualizar bancos de dados.

5.18 Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Transporte Público Coletivo

5.18.1 O Sistema Eletrônico para registro e emissão de auto de infração tem como principal objetivo a automação das rotinas de processamento,

eliminando o trabalho de digitação e processos de correção de inconsistências, provocados pela utilização de talonários e formulários de papel. Para tanto é necessário que as informações apresentadas aos Agentes de Transporte Público Coletivo estejam conforme exigências do Decreto No 9711 de 01/10/1992 da Prefeitura Municipal do Salvador, bem como, outras informações solicitadas pela TRANSALVADOR, constantes nos formulários hoje utilizados (talonário), que possibilitem o preenchimento do Auto de Infração e apresentá-lo para as empresas permissionárias para efeito de notificação da penalidade cometida pela empresa ou qualquer um dos seus funcionários.

- 5.18.2 Os preenchimentos dos autos de infração deverão ser realizados em tempo real, isto é, durante o preenchimento deverão ser consultados bancos de dados de cadastro de veículos, linhas em operação e locais de fiscalização. Tais bancos de dados, armazenados em servidor localizado no ambiente COGEL, serão cópias dos bancos de dados do sistema de gestão da TRANSALVADOR, contendo as informações mínimas necessárias ao funcionamento do sistema, sendo tais informações atualizadas periodicamente pelo próprio sistema. Quando da finalização do preenchimento de cada auto de infração, automaticamente, deverá ser transmitido para o servidor localizado no ambiente PMS. Os servidores que receberão os dados deverão possuir software de gerenciamento das informações conforme especificado.
- 5.18.3 O conceito de segurança deverá ser devidamente considerado no tráfego de informações, desde o Módulo Portátil até o servidor localizado na PMS, passando pela rede de telefonia celular digital e pela rede fixa de dados, utilizando-se de criptografias de dados, de tal forma que assegure e preserve a confidencialidade e evite o acesso não autorizado às informações.
- 5.18.4 Todas as transações realizadas pelos agentes e pelos administradores deverão ser registradas, permitindo auditorias e depurações em caso de falha.

5.18.5 O aplicativo poderá ser de fabricação própria ou representado pela empresa, hipótese está em que deverá a empresa participante da licitação apresentar atestados de comprovação de prestação de serviço de locação de aplicativo de talonário eletrônico de autuação de infração de transporte público coletivo, em nome da empresa que está participando desta concorrência.

5.18.6 Características do Software Aplicativo

5.18.6.1 Deverá propiciar aos Fiscais de Transportes Público Coletivo, através de telas de navegação simples e intuitiva o preenchimento completo de um Auto de Infração válido, de acordo com as disposições da TRANSALVADOR.

5.18.6.2 Campos necessários a lavratura do Auto de Infração para Transporte Público Coletivo:

5.18.6.3 Número do talão, gerado automaticamente pelo sistema;

5.18.6.4 Empresa Permissionária, com tabela de pesquisa contendo código e Razão Social;

5.18.6.5 Data do cometimento da infração, preenchido pelo agente de transporte;

5.18.6.6 Hora do cometimento da infração, preenchido pelo agente de transporte;

5.18.6.7 Número de ordem do veículo;

5.18.6.8 Agente infrator (Empresa / Motorista / Cobrador);

5.18.6.9 Código da Linha, com tabela de pesquisa contendo Código, Nome e empresa que opera;

5.18.6.10 Local, com tabela de pesquisa contendo código e descrição;

5.18.6.11 Sentido, campo texto para uso do agente de transporte indicar o sentido do percurso;

- 5.18.6.12 Matrícula do agente de transporte, usar a matrícula usada para logar no sistema;
- 5.18.6.13 Código da infração, com tabela de pesquisa contendo código e descrição, seguindo os enquadramentos existentes no regulamento de transporte público coletivo vigente;
- 5.18.6.14 Observação sobre a autuação, campo texto para uso do agente de transporte, com pelo menos 120 caracteres de espaço.
- 5.18.6.15 Ao preencher um Auto, o sistema deverá consultar a base de dados do sistema de gestão existente, disponível no ambiente PMS, para auxílio no preenchimento e consulta a informações de veículos, linhas, terminais e vias.
- 5.18.6.16 Funções para o módulo de fiscalização de transporte público coletivo, embarcado em equipamentos tipo smartphone:
 - 5.18.6.16.1 Identificação de Fiscal através da informação do registro Funcional e Senha;
 - 5.18.6.16.2 O sistema deve gerar numeração automática para cada lavratura;
 - 5.18.6.16.3 Consulta de informações de itinerário para uma linha selecionada e sentido;
 - 5.18.6.16.4 Consulta de informações de quadro horário para uma linha selecionada, tipo de dia e sentido;
 - 5.18.6.16.5 Consulta linhas que partem de um terminal selecionado, possibilitando consultar os dados de quadro horário e itinerário de uma linha selecionada a partir dessa consulta;
 - 5.18.6.16.6 Consulta de linhas que passam em uma via, possibilitando consultar os dados de quadro horário e itinerário de uma linha selecionada a partir dessa consulta;
 - 5.18.6.16.7 Preenchimento de Auto de Infração para Transporte Coletivo
 - 5.18.6.16.8 Solicitar Empresa Proprietária do veículo ou permissionária da linha;

- 5.18.6.16.9 Solicitar número de ordem do veículo;
- 5.18.6.16.10 Validar se o veículo pertence a Empresa selecionada, em caso de não pertencer, o sistema deve alertar e questionar se deve continuar com a lavratura, caso positivo o Auto de Infração deverá prosseguir, e o sistema registrar a informação que a escolha de um veículo não pertencente foi feita pelo agente;
- 5.18.6.16.11 Solicitar linha, permitindo ao agente selecionar a partir de uma lista com todas as linhas ativas ou pesquisa por parte do nome ou linhas da empresa selecionada ou ainda permitir que visualize linhas de uma outra empresa desejada;
- 5.18.6.16.12 Registrar Data e Hora com base no Servidor de Banco de dados;
- 5.18.6.16.13 Solicitar Bairro, Logradouro e Referência, seguindo cadastro prévio dessas tabelas;
- 5.18.6.16.14 Solicitar que o fiscal escolha, a partir de uma lista de itens, qual o agente infrator;
- 5.18.6.16.15 Solicitar seleção da infração cometida, a partir do código ou parte da descrição, permitindo informar mais de uma infração por lavratura;
- 5.18.6.16.16 Solicitar observação sobre a infração.
- 5.18.7 Módulo de gerenciamento de aplicação embarcada para lavratura de auto de infração de transporte público coletivo - Retaguarda:
- 5.18.7.1 Deverá tratar os autos de infração, transferidos em tempo real, fazendo a integração com o sistema de autuação de infração de transporte coletivo.
- 5.18.7.2 Deverá atualizar os bancos de dados dos Módulos Portáteis, administrar a numeração dos autos de infração, atualizar o cadastro dos Agentes de Transporte e permitir a elaboração de relatórios estatísticos referente aos dados coletados.

5.18.7.3 Os dados referentes as Empresas permissionárias, veículos, linhas, terminais, vias, itinerários e quadro horário, serão fornecidos pelo sistema de gestão da SEMOB, através de tabelas de transferência, a estrutura dessas tabelas, bem como a forma de acesso ao banco de dados será fornecida a empresa ganhadora da licitação e a mesma terá 5 (cinco) dias para implementar a integração com a aplicação de retaguarda.

5.18.8 Funções para o módulo de gerenciamento para os softwares de auto de infração para transporte público coletivo:

5.18.8.1 Controle da numeração dos Autos de Infração;

5.18.8.2 Recebimento e tratamento dos dados de Autos de Infração de Transporte Coletivo;

5.18.8.3 Consulta de dados históricos de Auto de Infração de Transporte Coletivo;

5.18.8.4 Emissão de 2ª via do Auto de Infração de Transporte Coletivo;

5.18.8.5 Emissão de Relatório de Autuações;

5.18.8.6 Emissão de relatórios gerenciais de controle;

5.18.8.7 Enviar/atualizar bancos de dados;

5.18.8.8 Outras eventualmente identificadas quando do levantamento de dados.

5.19 Aplicativo Blitz

5.19.1 Aplicativo para uso dos agentes de trânsito para registro de blitz para uso dos supervisores de campo, permitindo a gerência acompanhar o andamento das tarefas e localização da equipe de cada supervisor, bem como enviar ordem de serviço para execução. Composto de um módulo embarcado em smartphone e outro web para uso da equipe de gerenciamento.

5.19.2 Versão embarcada em equipamento do tipo smartphone/tablet:

5.19.2.1 Funcionalidades mínimas:

- 5.19.2.1.1 Cadastrar Blitz: cadastro desde a equipe de Agentes e apoio a ser alocada na operação de blitz, assim como todos os recursos a serem utilizados na mesma;
- 5.19.2.1.2 Cadastro da operação: Registro de blitz informando o quantitativo de abordagens, autuações, infrações enquadradas na Lei Seca, veículos removidos e de CNH apreendida;
- 5.19.2.1.3 Cadastrar Veículos Fiscalizados e suas ocorrências;
- 5.19.2.1.4 Relatórios de Operação
- 5.19.2.1.5 Relatórios de Infrações
- 5.19.2.1.6 Relatórios de Veículos
- 5.19.2.1.7 Relatório de CNH Recolhidas

5.19.2.2 Versão gerencial:

5.19.2.2.1 Funcionalidades mínimas:

- 5.19.2.2.1.1 Consultar Blitz
- 5.19.2.2.1.2 Cadastrar Infrações
- 5.19.2.2.1.3 Cadastrar Situações
- 5.19.2.2.1.4 Cadastrar Veículos
- 5.19.2.2.1.5 Cadastrar Usuários
- 5.19.2.2.1.6 Inserir informações das Blitz
- 5.19.2.2.1.7 Relatórios de Operação
- 5.19.2.2.1.8 Relatórios de Infrações
- 5.19.2.2.1.9 Relatórios de Veículos
- 5.19.2.2.1.10 Relatório de CNH Recolhidas

5.20 Aplicativo de Tarefas/Ocorrências

- 5.20.1 Módulo vinculado a mesma estrutura de gerenciamento web do Módulo App de Chamados ao Cidadão (com acesso por qualquer browser, Chrome, Opera, Firefox, etc.), devendo estar integrada ao Sistema de Gerenciamento e Despacho de ocorrências, mas com interface própria que permita gestão dos chamados por qualquer área do município, permitindo que diversas secretarias possam responder demandas de munícipes através da mesma aplicação, facilitando a acessibilidade dos cidadãos a serviços públicos de qualquer ordem.
- 5.20.2 Na estrutura de gerenciamento de chamados, apresentar todos os chamados recebidos em lista, ou através do mapa;
- 5.20.3 Permitir pesquisa de chamados por tipo, tanto na lista quanto no mapa;
- 5.20.4 Possibilitar recebimento de chamados diretamente no dispositivo móvel do atendente com informações básicas do cidadão requisitante, além da localização.
- 5.20.5 Viabilizar criação de grupos de atendimentos, onde cada atendente poderá atender a chamados específicos do(s) grupo(s) ao(s) qual(is) esteja vinculado.
- 5.20.6 Será destinado para equipes de atendimento externo. O qual recebe as informações perante chamados abertos acompanhados de dados do solicitante e localização do evento, com possibilidade de abertura de mapa para apoio no deslocamento, permitindo interação do atendente com o demandante.
- 5.20.7 Após executado atendimento, permitirá devido registro de procedimentos adotados pelo atendente.
- 5.20.8 Deverá permitir a criação de grupos táticos, onde determinadas equipes poderão atender por chamados específicos, ou atender regiões ou bairros, direcionado os eventos destinados a equipes específicas.
- 5.20.9 O sistema deverá ainda possuir recurso de gestão por GPS, identificando em tempo real as guarnições ou atendentes, e sua localização, assim, devendo ser capaz de direcionar automaticamente a equipe mais próxima do local de atendimento de chamados ou ocorrências

estabelecidas pelos protocolos de atendimento previamente parametrizados.

- 5.20.10 Permitir que os chamados efetuados pelos cidadãos sejam direcionados diretamente aos atendentes, ou tratados previamente pela central de operações com posterior encaminhamento as equipes de atendimento, sendo possível ainda que chamado não atendido por determinado agente, possa ser direcionado a outro atendente.
- 5.20.11 Deverá possuir integração com o painel de comando do Módulo de Gerenciamento e Despacho devidas tratativas perante chamados efetuados.
- 5.20.12 Deve permitir a consulta de solicitações destinadas a determinado departamento. Nisto, deve-se permitir o filtro na busca pelas seguintes situações: em andamento, não lida, pendente, aberta, finalizada, finalizada sem atender, cancelada e origem no aplicativo de controle de execução de tarefas;
- 5.20.13 Deve apresentar o resultado da consulta por solicitações informando os seguintes dados: código da demanda, data e hora, serviço, situação e código de origem;
- 5.20.14 Deve disponibilizar uma área de consulta para localizar os principais polos geradores de tráfego na Cidade. Esta busca deve ser filtrada por bairro e deve-se apresentar como resultado: nome do polo, tipo (estádio, escola, hospital, universidade), categoria (municipal, estadual, federal e particular) e telefone para contato, capacidade de veículos suportada no local, bairro, logradouro e ponto de referência;
- 5.20.15 Deve permitir a consulta de solicitações a partir dos seguintes filtros: período (data), bairro, solicitante ou código da solicitação;
- 5.20.16 Deve permitir a apresentação e impressão de detalhamento de solicitação em relatório com as seguintes informações: código da solicitação, descrição, número da demanda, situação, data e hora, serviço, operação inicial, operação final, número da demanda no

Núcleo de Operação, áreas de encaminhamento, departamento responsável, logradouro, bairro, complemento, observações e foto(s);

- 5.20.17 Deve permitir a consulta de informações sobre os recursos de monitoramento e sinalização (radares e semáforos) dispostos na Cidade, cuja busca poderá ser feita por bairro, área ou outra referência adotada pela TRANSALVADOR.
- 5.20.18 Deve permitir a consulta sobre informações da Imprensa, especificamente, veículos de comunicação e notícias, contendo: nome e contato (e-mail e telefone); data, hora, título, fonte e link da notícia.
- 5.20.19 Deve permitir, quanto ao tratamento e finalização de uma demanda:
- 5.20.20 Sinaliza-la como pendência;
- 5.20.21 Finalizar com atendimento ou finalizar sem atendimento, quando não houver a possibilidade de atender a demanda;
- 5.20.22 Enviar para triagem;
- 5.20.23 Informar a viatura, guincho e equipe utilizados na operação da solicitação.

5.21 Sistema de Multas por Videomonitoramento

- 5.21.1 A solução deverá permitir o acompanhamento de câmeras específicas, gerando alerta para ocorrência de possível infração de trânsito, possibilitando a avaliação do agente de trânsito que poderá lavrar um auto de infração com base no alerta ou mesmo por iniciativa do próprio agente ao identificar a ocorrência de infração de trânsito através das câmeras de videomonitoramento
- 5.21.2 Funcionalidades mínimas:
- 5.21.3 Cadastros básicos – Bairros
- 5.21.4 Cadastros básicos – Logradouros
- 5.21.5 Cadastros básicos – Códigos de infrações com anexação de ficha de fiscalização e observações padrões para uso durante a lavratura

5.21.6 Cadastros básicos – Parâmetros

5.21.7 Cadastros básicos – Câmeras com endereços vinculados

5.21.8 Cadastros básicos – Motivos para não validar o alerta de infração gerado pelo sistema

5.21.9 Dashboard – com informações sobre a operação, com os dados de ocorrência na fila de espera para validação, quantidade de registros por situação (Descartada, Canceladas, Lavradas..), lavraturas por faixa horária, agentes ativos no momento, gráfico com registros por situação, por agente, por bairro

5.21.10 Lavratura de auto de infração – através de alerta do sistema:

5.21.11 O sistema deve prever o uso de câmeras com funcionalidade de identificação de eventos que possam ser similares a uma infração de trânsito, quando a câmera identificar um evento compatível com infração, vai enviar para o sistema que deve fazer o tratamento, desde a distribuição para os agentes disponíveis até a integração com o sistema de processamento de auto de infração do município.

5.21.12 O sistema ao receber o evento da câmera deve colocar em uma fila, automaticamente cada vez que um agente ficar disponível o sistema deve passar um evento para que ele avalie.

5.21.13 O usuário com senha de supervisor pode a partir da fila de eventos para serem analisados, distribuir manualmente forçando o envio de evento para um determinado agente ou redistribuir a fila de um agente para os demais agentes ou um novo agente.

5.21.14

5.21.15 O sistema deve prever que o monitoramento tem horário de início e fim, em caso de chegar algum evento identificado pela câmera ele será descartado e entrará apenas para a estatística.

5.21.16

- 5.21.17 O sistema deve prever prazo de tolerância entre identificação pela câmera e a avaliação do agente de trânsito, o gestor do sistema deve poder configurar esse prazo. Caso um evento identificado pela câmera não seja identificado até o limite do prazo, deve sair da lista de análise e ser descartado pelo motivo de intempestividade na análise.
- 5.21.18
- 5.21.19 A cada evento para o agente analisar o sistema deve pegar os dados que recebeu da câmera e preencher automaticamente os campos da tela, permitindo ao agente informar os campos faltantes ou fazer ajuste nos dados.
- 5.21.20 Campos que devem ser preenchidos automaticamente, caso a câmera envie, os que a câmera não enviar devem ser preenchidos pelo agente:
- 5.21.21 Foto da placa;
- 5.21.22 Placa do veículo, caso a câmera não envie a placa, esta deve ser preenchida através de LAP tendo como base a foto do veículo enviada pela câmera;
- 5.21.23 O sistema deve a partir da placa buscar os dados do veículo através da API da Prefeitura. Com o acesso a API, o sistema deve preencher os campos referente ao veículo: Marca/Modelo; Cor; Espécie e alertar caso tenha alguma restrição para o veículo;
- 5.21.24 Código e desdobramento da infração, devem ser preenchidos com base na conversão de código do evento recebido da câmera;
- 5.21.25 Câmera utilizada para identificação;
- 5.21.26
- 5.21.27 Campos que devem ser preenchidos pelo agente:
- 5.21.28 Observação. O agente deve poder escolher entre as observações que são possíveis para a infração selecionada. Podendo o agente complementar a observação escolhida por ele;

- 5.21.29 Endereço: Logradouro, Bairro e referência. o sistema deve prover o cadastro para que o agente selecione o endereço com base na câmera que foi utilizada para identificar a infração;
- 5.21.30 O sistema deve possuir opção de mostrar a ficha de fiscalização, conforme o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito do CONTRAN, o agente poderá acionar a visualização da ficha após a seleção da infração.
- 5.21.31 Após conferir os dados e preencher os campos necessários, o agente poderá confirmar a lavratura ou caso tenha identificado alguma divergência de informação ou erro na lavratura poderá descartar o auto de infração desde que informe o motivo do descarte.
- 5.21.32 Finalizada o auto de infração e confirmado o seu registro, o agente caso identifique algum erro, precisará utilizar a rotina de pedido de cancelamento para solicitar a análise do pedido.
- 5.21.33 O sistema deve prever o custo para rotina de Inteligência Artificial ou similar, para 30 câmeras, para fazer a identificação de infrações de trânsito para pelo menos os enquadramentos:
- 5.21.34 Artigo 181, VII (código: 544-40)
- 5.21.35 Artigo 181, VIII (códigos: 545-21;545-26; 545-27)
- 5.21.36 Artigo 181, XIII (código: 550-90)
- 5.21.37 Artigo 181, XVII (código: 554-13)
- 5.21.38 Artigo 181, XVIII (código: 555-00)
- 5.21.39 Artigo 182, X (código: 566-50)
- 5.21.40 Finalizada o auto de infração e confirmado o seu registro, o agente caso identifique algum erro, precisará utilizar a rotina de pedido de cancelamento para solicitar a análise do pedido.
- 5.21.41 Lavratura de auto de infração – através de identificação feita pelo agente:

- 5.21.42 O agente durante o monitoramento pode identificar uma infração de trânsito e lavrar o auto de infração, para isso o deve prover suporte para apoio a lavratura.
- 5.21.43 O agente deve poder preencher os dados:
- 5.21.44 Foto da placa (capturada pelo agente a partir de recurso da câmera);
- 5.21.45 Foto do ambiente (capturada pelo agente a partir de recurso da câmera);
- 5.21.46 Placa do veículo, esta deve ser preenchida através de LAP tendo como base a foto do veículo capturada pelo agente;
- 5.21.47 O sistema deve a partir da placa buscar os dados do veículo através da API da Prefeitura. Com o acesso a API, o sistema deve preencher os campos referente ao veículo: Marca/Modelo; Cor; Espécie e alertar caso tenha alguma restrição para o veículo;
- 5.21.48 O agente poderá tipificar a infração pesquisando a partir do código da infração ou parte de sua descrição;
- 5.21.49 Ao selecionar a infração, o sistema deve apresentar quais observações são possíveis para a infração selecionada. Podendo o agente complementar a observação escolhida por ele;
- 5.21.50 Câmera utilizada para identificação, o sistema deve prover o cadastro para que o agente selecione a câmera que ele utilizou para realizar a lavratura, ao selecionar o sistema deverá mostrar os endereços que a câmera monitora para que o agente escolha qual deles foi o da lavratura. Com essa informação o sistema deve preencher os campos de endereço: Logradouro, Bairro e ponto de referência;
- 5.21.51 O sistema deve possuir opção de mostrar a ficha de fiscalização, conforme o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito do CONTRAN, o agente poderá acionar a visualização da ficha após a seleção da infração.
- 5.21.52 Após preencher todos os dados, o agente poderá confirmar a lavratura ou caso tenha identificado alguma divergência de informação ou erro

na lavratura poderá cancelar o auto de infração desde que informe o motivo.

5.21.53 Finalizada o auto de infração e confirmado o seu registro, o agente caso identifique algum erro, precisará utilizar a rotina de pedido de cancelamento para solicitar a análise do pedido.

5.21.54 Funções Especiais – Solicitação de pedido de cancelamento de auto de infração

5.21.55 Após finalizar a lavratura do auto de infração, o agente não poderá realizar o cancelamento, caso identifique algum problema na lavratura, deverá solicitar para o responsável pela análise de lavratura que avalie e cancele o auto de infração. Ressalva: O agente não pode cancelar uma infração após a finalização, caso perceba algum erro após a lavratura, ele deverá solicitar ao gestor que analise um pedido de cancelamento. O sistema deve prevê uma tela para o agente visualizar os últimos autos de infração lavrados, podendo na tela visualizar os detalhes do auto de infração e solicitar o cancelamento dele, informando obrigatoriamente o motivo.

5.21.56 Funções Especiais – Análise de pedido de cancelamento de auto de infração

5.21.57 Após lavrado o auto de infração o agente não pode realizar o cancelamento dele, se necessário ele deve enviar um pedido de cancelamento para o gesto analisar, equivalente com funciona a rotina de pedido de cancelamento no talonário eletrônico.

5.21.58 A tela de análise de pedido de cancelamento deve apresentar uma grade com todos os pedidos pendentes de análise, o gestor pode clicar individualmente em cada pedido, analisar o motivo, deferir ou não o pedido.

5.21.59 Relatórios Gerenciais – Lavraturas por agente

5.21.60 Relatórios Gerenciais – Lavraturas por câmera

5.21.61 Relatórios Gerenciais – Lavraturas por bairro

5.21.62 Relatórios Gerenciais – Descartes por motivo

5.21.63 Relatórios Gerenciais – Cancelamentos por motivo

5.21.64 Gráficos – Cancelamentos por motivo

5.21.65 Gráficos – Lavraturas por tipo de dia da semana

5.21.66 Gráficos – Lavraturas por câmeras

5.21.67 Gráficos – Lavraturas por agente

5.21.68 Gráficos – Lavraturas por origem

5.22 Suporte, Customização, Capacitação e Operação Assistida

5.22.1 O Suporte Técnico, a Customização das Soluções, a Capacitação das equipes e a Operação Assistida constituem elementos essenciais e indissociáveis da contratação referente ao Lote 2.

5.22.2 Tais serviços integram o escopo a ser prestado pela futura CONTRATADA, com vistas a garantir a continuidade operacional, a adequada utilização das soluções e a estabilidade dos sistemas no âmbito do Núcleo de Operações Assistidas – NOA da TRANSALVADOR.

5.22.3 O suporte técnico deverá ser prestado de forma presencial e remota, conforme a natureza e a criticidade das demandas, abrangendo o atendimento a incidentes, falhas operacionais, indisponibilidades, degradações de desempenho, dúvidas funcionais, correções, ajustes, parametrizações e orientações técnicas relativas aos sistemas, plataformas, módulos e integrações que compõem a solução do Lote 2, observados os níveis de serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência e em seus Anexos.

5.22.4 A CONTRATADA deverá assegurar monitoramento contínuo e proativo das soluções sob sua responsabilidade, atuando de forma preventiva, corretiva e evolutiva, com o objetivo de identificar riscos operacionais, antecipar falhas, reduzir indisponibilidades e assegurar a continuidade dos serviços essenciais relacionados ao processamento, gestão,

integração e disponibilização das informações de trânsito e mobilidade urbana.

- 5.22.5 O suporte técnico deverá contemplar todas as fases do ciclo contratual, incluindo implantação, transição, estabilização e operação regular, devendo ser garantido atendimento intensivo durante os períodos críticos e suporte permanente ao longo da vigência contratual, sem prejuízo da observância aos níveis de serviço pactuados.
- 5.22.6 A CONTRATADA deverá prestar serviços de customização, configuração e adequação funcional das soluções do Lote 2, sempre que demandado pela TRANSALVADOR, visando atender a requisitos operacionais específicos, ajustes de fluxos, parametrizações institucionais, integrações com sistemas existentes ou novos sistemas corporativos, bem como adequações decorrentes de alterações normativas, procedimentais ou operacionais, desde que dentro do escopo contratual.
- 5.22.7 A capacitação deverá abranger a formação inicial e continuada dos servidores, operadores, gestores e equipes técnicas indicadas pela TRANSALVADOR, contemplando aspectos operacionais, funcionais, técnicos e gerenciais das soluções, sistemas, módulos, interfaces e relatórios integrantes do Lote 2.
- 5.22.8 As ações de capacitação deverão ser realizadas de forma presencial e/ou remota, conforme demanda da Administração, incluindo a disponibilização de materiais didáticos, manuais técnicos e operacionais, conteúdos digitais, treinamentos práticos assistidos e atividades de transferência de conhecimento, com o objetivo de promover a autonomia progressiva da equipe do órgão na operação e gestão das soluções.
- 5.22.9 A CONTRATADA deverá promover atualizações periódicas de capacitação sempre que houver evolução tecnológica, atualização de versões, inclusão de novos módulos, customizações relevantes ou alterações significativas nos fluxos operacionais, garantindo que as

equipes da TRANSALVADOR permaneçam aptas a operar plenamente as soluções disponibilizadas.

- 5.22.10 A Operação Assistida deverá ser prestada durante o período definido pela TRANSALVADOR, compreendendo o acompanhamento direto e contínuo da utilização dos sistemas, o apoio à tomada de decisão, a orientação operacional aos usuários, a validação de procedimentos e a estabilização dos processos, assegurando a correta assimilação das rotinas e a consolidação do modelo operacional adotado.
- 5.22.11 Todas as atividades de suporte técnico, customização, capacitação e operação assistida deverão observar rigorosamente a legislação vigente, as normas e políticas de segurança da informação, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e as diretrizes institucionais da TRANSALVADOR, não caracterizando, em nenhuma hipótese, delegação de competências típicas do poder público, nem substituição das atribuições legais dos agentes e gestores públicos.

5.23 Integrações necessárias

- 5.23.1 O sistema deve estar integrado com todos os sistemas de talonário eletrônico de autuação de infração de trânsito, de talonário eletrônico de autuação de infração de transporte público coletivo, talonário eletrônico de autuação de infração de transporte público alternativo, talonário eletrônico, permitindo receber informações sobre quantidade de registros, por logradouro e bairro;
- 5.23.2 Integração com o sistema de fiscalização de trânsito;
- 5.23.3 4 Sistemas de gestão de pátio das empresas operadoras de pátio contratadas pela TRANSALVADOR, para recebimento de dados de Documento de Arrecadação da TRANSALVADOR (DAT) e dados para liberação de veículo.
- 5.23.4 Solução a ser fornecida deverá operar de forma plenamente interoperável com os sistemas atualmente utilizados pela TRANSALVADOR, pela SEMOB e por demais órgãos e entidades envolvidas na gestão do trânsito e da mobilidade urbana do Município

de Salvador, assegurando a integração contínua de dados, imagens, eventos e informações operacionais, em tempo real ou em regime de sincronização periódica, conforme a natureza de cada sistema.

- 5.23.5 A interoperabilidade deverá abranger tanto sistemas internos quanto sistemas externos e legados, garantindo que o Núcleo de Operações Assistidas – Núcleo de Operações atue como núcleo central de consolidação, coordenação e inteligência operacional, conforme a arquitetura funcional definida pela Administração.
- 5.23.6 O sistema deverá integrar-se ao sistema de gestão de multas de trânsito utilizado pela TRANSALVADOR, permitindo o recebimento, consolidação, processamento e acompanhamento das autuações provenientes de múltiplas fontes.
- 5.23.7 O sistema deverá integrar-se aos sistemas de gestão do transporte público coletivo e do transporte alternativo, mantidos pela SEMOB, incluindo o processamento de infrações específicas dessas modalidades e a sincronização de dados operacionais.
- 5.23.8 Deverá também contemplar integrações relacionadas à gestão de acessos especiais, veículos autorizados, operações com caminhões, cargas especiais, permissões temporárias e demais exceções regulatórias, permitindo o controle, a fiscalização e a rastreabilidade dessas operações no âmbito do Núcleo de Operações Assistidas.
- 5.23.9 O sistema deverá integrar-se aos sistemas de gestão de pátio e zona azul das empresas operadoras contratadas, possibilitando o intercâmbio automático de informações relativas à remoção, guarda, liberação e destinação de veículos, assim como estacionamento de veículos.
- 5.23.10 O sistema deverá integrar-se ao aplicativo de registro de ocorrências de acidentes de trânsito e aos sistemas de atendimento ao cidadão, permitindo o recebimento, o acompanhamento e o despacho de ocorrências, bem como a consolidação das demandas externas recebidas pela Administração.

- 5.23.11 Deverá haver integração com o Sistema de Informações de Acidentes de Trânsito – SIAT, assegurando a troca de dados estatísticos e operacionais relacionados a acidentes, de forma estruturada e auditável.
- 5.23.12 O sistema deverá possuir integração com o RENAINF, incluindo envio de infrações, consulta de dados cadastrais de veículos, bloqueio de licenciamento, geração de notificações, cobrança e baixa automática de pagamentos, em conformidade com as normas do órgão nacional competente.
- 5.23.13 As funcionalidades que dependam de plataformas, serviços ou APIs de terceiros estarão condicionadas às políticas de uso, disponibilidade técnica e condições de acesso publicamente estabelecidas por tais provedores, não podendo ser exigida da contratada obrigação incompatível com tais limitações.

5.24 Segurança da Informação e Continuidade Operacional

- 5.24.1.1 O ambiente tecnológico deverá seguir as diretrizes do Decreto Municipal nº 37.836/2023, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação da Administração Pública Municipal.
- 5.24.1.2 AMBIENTE TECNOLÓGICO (WINDOWS/LINUX – SQL SERVER / ORACLE)
- 5.24.1.3 Deverá estar no Data Center da Prefeitura de Salvador ou deverão ser armazenados em data center localizado em território nacional, com nível mínimo de Tier III e disponibilidade de 99,9% a critério da TRANSALVADOR atendendo obrigatoriamente a legislação local.
- 5.24.1.4 Deverá ser implementado plano de continuidade de negócios (PCN), com procedimentos de contingência e recuperação de desastres, garantindo restabelecimento das operações em até 4 horas em caso de falhas críticas.
- 5.24.1.5 O sistema deverá dispor de mecanismos de backup diário, com histórico mínimo de 90 dias e armazenamento criptografado.

5.24.1.6 As comunicações entre os sistemas e dispositivos deverão ser protegidas por criptografia TLS 1.3 ou superior.

5.24.1.7 A contratada deverá implementar monitoramento contínuo de vulnerabilidades, com relatórios periódicos de integridade e desempenho.

5.25 Requisitos de Pessoal e Qualificação

5.25.1 A empresa contratada deverá manter à disposição da TRANSALVADOR, durante toda a vigência contratual, equipe técnica multidisciplinar com as seguintes funções e quantitativos mínimos:

Cargo/Função	Quantitativo Mínimo	Perfil Profissional e Atribuições
Coordenador Técnico de Projeto	1	Profissional com formação superior em Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Sistemas de Informação ou áreas correlatas, com experiência mínima de 5 anos em gestão de projetos de TI. Responsável pela coordenação geral das atividades técnicas e interlocução com a equipe da TRANSALVADOR.
Desenvolvedor de Sistemas	2	Profissionais com formação superior ou técnica em Tecnologia da Informação, com experiência mínima de 3 anos em desenvolvimento, customização e manutenção de sistemas, elaboração de relatórios gerenciais, dashboards e APIs de integração. Devem dominar linguagens de programação e possuir capacidade de atuar em conjunto com a equipe técnica da TRANSALVADOR para ajustes, melhorias e evoluções dos módulos do Núcleo de Operações Assistidas durante a vigência contratual.
Analista de	2	Profissional com formação superior na área de TI, com experiência comprovada em desenvolvimento e

Cargo/Função	Quantitativo Mínimo	Perfil Profissional e Atribuições
Sistemas		integração de sistemas corporativos e plataformas web.
Técnico de Campo / Integrador de Equipamentos	4	Profissionais responsáveis pela instalação, calibração, testes e integração, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de campo (câmeras, sensores, impressoras e smartphones), bem como substituição de componentes e controle de inventário.
Suporte Técnico Nível 1 e 2	4	Profissionais com experiência mínima de 2 anos em suporte técnico e atendimento a usuários, com conhecimento em ferramentas de monitoramento remoto.

5.25.2 A TRANSALVADOR poderá exigir comprovação curricular, certificados de capacitação e histórico de participação dos profissionais em projetos similares, a qualquer momento da execução contratual.

5.25.3 A equipe técnica indicada para a execução do objeto contratual deverá ser compreendida exclusivamente como estrutura mínima necessária à adequada prestação dos serviços especializados contratados, não se caracterizando, em nenhuma hipótese, como fornecimento, cessão ou intermediação de mão de obra vinculada à Administração Pública.

5.25.4 A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de natureza técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo a eventual indicação de perfis profissionais, quantitativos mínimos e qualificações técnicas exigidas destinada unicamente a assegurar a capacidade operacional, técnica e gerencial da CONTRATADA para o cumprimento integral das obrigações assumidas.

5.25.5 Os profissionais alocados pela CONTRATADA permanecerão sob sua exclusiva responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista,

previdenciária e civil, inexistindo qualquer vínculo funcional, hierárquico ou de subordinação direta com a TRANSALVADOR, vedada a caracterização de pessoal à disposição, dedicação exclusiva ou subordinação estrutural ao órgão contratante.

5.25.6 A atuação da equipe da CONTRATADA deverá ocorrer de forma orientada a resultados, vinculada ao cumprimento dos níveis de serviço, prazos, entregas, indicadores de desempenho e demais obrigações contratuais, cabendo à CONTRATADA a definição da gestão interna de sua equipe, da organização dos trabalhos e da substituição de profissionais sempre que necessário, observados os requisitos mínimos de qualificação definidos neste Termo de Referência.

5.25.7 A exigência de equipe técnica mínima não implica controle de jornada, frequência, horário fixo ou ordens diretas por parte da Administração, limitando-se a TRANSALVADOR ao acompanhamento da execução contratual, à fiscalização dos resultados e à verificação do atendimento às condições pactuadas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.25.8 Eventual presença de profissionais nas dependências da TRANSALVADOR deverá ocorrer exclusivamente para fins de execução do objeto contratual, suporte técnico, operação assistida, capacitação ou atividades previamente acordadas, sem que isso configure alocação permanente de pessoal ou fornecimento de mão de obra.

5.26 Encerramento contratual, Transferência Operacional e Reversibilidade do Lote 02

5.26.1 Durante toda a vigência do contrato do Lote 02, a contratada deverá assegurar a disponibilização periódica, completa e atualizada à Administração de todos os dados, informações técnicas, registros operacionais e ativos informacionais produzidos, utilizados ou mantidos no âmbito da execução contratual, incluindo, quando aplicável, inventário atualizado de equipamentos instalados, substituídos ou removidos, registros de configuração, parametrização e topologia da infraestrutura, logs operacionais e registros de

funcionamento dos sistemas e equipamentos, bem como documentação técnica atualizada, manuais, diagramas e procedimentos operacionais. A periodicidade mínima para a entrega dessas informações será mensal, sem prejuízo de solicitações extraordinárias formuladas pela CONTRATANTE a qualquer tempo.

5.26.2 No encerramento contratual, por decurso de prazo, rescisão ou extinção antecipada, a contratada deverá assegurar a plena continuidade operacional das soluções tecnológicas integrantes do Lote 02, garantindo a reversibilidade técnica, funcional e operacional dos sistemas implantados, vedada qualquer interrupção dos serviços essenciais. Para tanto, a contratada deverá apresentar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência contratual ou da formalização da rescisão, um Plano de Encerramento e Transição Operacional, contendo, no mínimo, cronograma detalhado das atividades de transição, relação dos ativos físicos e lógicos envolvidos, definição das responsabilidades da contratada durante o período de transição, medidas para assegurar a continuidade operacional do Núcleo de Operações Assistidas e procedimentos de mitigação de riscos e contingências.

5.26.3 Independentemente da causa do encerramento contratual, a contratada deverá prestar apoio operacional à CONTRATANTE por período mínimo de 3 (três) meses, contado a partir do término da vigência contratual ou da formalização da rescisão, com o objetivo de assegurar a transição assistida da operação, mantendo equipe técnica disponível para suporte e esclarecimentos, apoiando a operação assistida do ambiente tecnológico, promovendo o repasse de conhecimento técnico, operacional e documental, e cooperando de forma ativa com eventual novo contratado indicado pela CONTRATANTE, sem que tal apoio implique prorrogação contratual automática.

5.26.4 Ao final do contrato, a contratada deverá promover a entrega integral à CONTRATANTE de todos os dados, informações, registros, configurações e demais ativos informacionais relacionados à execução do Lote 02, em formato aberto, estruturado e devidamente

documentado, incluindo, quando aplicável, bases de dados e registros históricos, arquivos de configuração e parametrização, documentação técnica final consolidada e todas as informações necessárias à continuidade da operação, sendo tais dados de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, vedada qualquer retenção, limitação de acesso ou condicionamento por parte da contratada.

5.26.5 A reversibilidade da solução deverá assegurar a manutenção da operacionalidade dos sistemas após o encerramento contratual, observada a natureza técnica e jurídica de cada tecnologia adotada. Para os sistemas, softwares, plataformas ou serviços baseados em licenciamento de uso, soluções proprietárias, plataformas de terceiros ou serviços em nuvem, a contratada deverá garantir à Administração a cessão, transferência ou manutenção das licenças necessárias à continuidade da operação, pelo prazo mínimo suficiente para assegurar a prestação dos serviços, ainda que sem direito a atualizações, evoluções ou suporte ativo, quando tecnicamente aplicável. Para os sistemas, aplicativos ou módulos desenvolvidos sob encomenda ou customizados exclusivamente para a TRANSALVADOR, a contratada deverá assegurar a transferência integral do código-fonte, scripts, bases de configuração, documentação técnica e demais artefatos necessários, permitindo à Administração a manutenção, evolução ou eventual substituição da solução por meios próprios ou por terceiros.

5.26.6 Em nenhuma hipótese o encerramento contratual poderá resultar em bloqueio de acesso, perda de dados, descontinuidade operacional ou dependência tecnológica injustificada, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade, disponibilidade, portabilidade das informações e continuidade dos serviços. As obrigações previstas neste item aplicam-se independentemente do modelo tecnológico adotado (*SaaS*, *PaaS*, *IaaS*, *on-premise* ou híbrido), observadas as limitações técnicas e jurídicas inerentes a plataformas de terceiros, sempre em observância aos princípios da eficiência, da transparência, da continuidade do

serviço público e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 5.26.7 É vedada a criação de dependência tecnológica injustificada da CONTRATANTE em relação à contratada, em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, devendo as soluções adotadas assegurar reversibilidade, portabilidade das informações e continuidade operacional.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GESTÃO INTEGRADA

A execução do contrato deverá observar o princípio da gestão integrada e colaborativa, assegurando o controle técnico, a rastreabilidade das entregas e a continuidade operacional do Núcleo de Operações Assistidas (Núcleo de Operações), em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 36.182/2022.

O modelo de execução contratual será pautado na responsabilidade compartilhada entre a contratada e a TRANSALVADOR, respeitando-se os limites legais e a separação das competências institucionais. À contratada caberá a execução técnico-operacional do objeto, e à TRANSALVADOR competirá o acompanhamento, a supervisão e o controle administrativo e fiscal do contrato.

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Art. 115, caput, da Lei nº 14.133/2021).

6.3. Forma de Execução Contratual

- 6.3.1. A execução será realizada de forma indireta e integrada, compreendendo o fornecimento de bens, sistemas e serviços técnicos especializados de instalação, configuração, manutenção e operação assistida, conforme detalhado neste Termo de Referência.

6.3.2. Os serviços serão executados conforme Ordens de Serviço (OS) emitidas pela TRANSALVADOR, que especificarão os itens, prazos e quantidades a serem implantados, bem como os marcos de validação técnica e os relatórios de aceitação.

6.3.3. O contrato compreenderá as seguintes fases operacionais:

- a) Fase de Implantação: instalação física, configuração de sistemas e integração de equipamentos.
- b) Fase de Transição Assistida: operação supervisionada pela contratada até a estabilização das soluções.
- c) Fase de Operação e Sustentação: manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, com suporte técnico contínuo e monitoramento de desempenho.

6.3.4. Cada fase deverá ser documentada mediante Termo de Aceite Parcial ou Final, assinado pelo gestor e fiscal do contrato, atestando o cumprimento das condições técnicas estabelecidas.

6.3.5. Das Condições de Execução do Lote 02

6.3.6. A contratada do Lote 02 disponibilizará equipe técnica para comparecimento às dependências internas da TRANSALVADOR sempre que necessário aos interesses da Administração, mediante solicitação e agendamento prévios.

6.3.7. As etapas de levantamento de requisitos, quando aplicável, e de homologação, serão realizadas, pelas características específicas, nas instalações da TRANSALVADOR. Caso a atividade demande contato com usuários finais, a equipe da contratada exercerá suas atribuições sob acompanhamento e orientação do profissional da TRANSALVADOR responsável pelo projeto.

6.3.8. A contratada responsabilizar-se-á pela disponibilização de toda a infraestrutura e ferramentas necessárias para execução do serviço em sua sede, excetuando as que demandem conectividade ou estejam

alojadas na TRANSALVADOR. É de responsabilidade exclusiva da contratada a aquisição dos softwares de apoio, os quais deverão ser conhecidos e aprovados previamente pela TRANSALVADOR.

6.3.9. Dos Artefatos e Entregas do Lote 02

6.3.10. Em relação aos serviços de documentação, design, desenvolvimento e manutenção de sistemas, portais e aplicativos, a contratada deverá entregar, em mídia eletrônica, no mínimo os seguintes artefatos:

- a) Plano geral do projeto;
- b) Documento da Arquitetura, contendo as principais definições da arquitetura do sistema/aplicativo;
- c) Documento de Infraestrutura, com definições de recursos mínimos de hardware e segurança;
- d) Relação de Requisitos funcionais e não funcionais;
- e) Especificação Funcional detalhada;
- f) Protótipo da Interface (estrutural, não funcional);
- g) Código fonte referente à implementação dos requisitos na linguagem acordada;
- h) Diagrama de Entidade e Relacionamento (modelo lógico e físico);
- i) Manual do usuário, com detalhamento das telas e passo a passo de todas as funcionalidades;
- j) Manual de configuração, instalação e atualização do produto.

6.3.11. Todas as entregas relacionadas ao Lote 02 deverão ser aprovadas pela TRANSALVADOR, a cada implantação, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data final da instalação, sendo esta condição para aceitação da entrega do produto. Caberá à contratada revisar e manter versionamento de todas as documentações.

6.3.12. Do Treinamento e Capacitação

6.3.13. A contratada deverá apresentar antecipadamente Plano de Treinamento a ser aprovado pela TRANSALVADOR, contendo, no mínimo: conteúdo programático, carga horária, metodologia, materiais didáticos e cronograma. Após a realização, deverá ser apresentada lista de presença com assinatura dos participantes e aprovação da TRANSALVADOR.

6.3.14. As atividades de treinamento técnico serão realizadas prioritariamente nas instalações da TRANSALVADOR, em dias úteis e horário comercial a ser acordado entre as partes.

6.4. Gestão Integrada do Contrato

6.4.1. O contrato será gerido de forma integrada entre a Contratada e a TRANSALVADOR, por meio de mecanismos técnicos e administrativos que assegurem eficiência, rastreabilidade e transparência na execução.

6.4.2. A Contratada deverá:

- a) Designar um Coordenador Técnico de Projeto, responsável pela interlocução com a TRANSALVADOR, pela supervisão da equipe e pela consolidação dos relatórios mensais de desempenho;
- b) Manter equipe técnica disponível conforme os perfis definidos na Seção 4.3 deste Termo de Referência;
- c) Adotar metodologia de gestão de serviços baseada em níveis de desempenho (SLA), com monitoramento contínuo da disponibilidade e qualidade dos sistemas;
- d) Implantar ferramenta de controle de chamados (Service Desk) para registro, acompanhamento e fechamento de ocorrências;
- e) Manter histórico completo de manutenção e suporte, com rastreabilidade de intervenções, substituições de componentes e atualizações realizadas;

- f) Elaborar relatórios mensais de execução contratual, contendo informações sobre incidentes, disponibilidade dos sistemas, cumprimento de SLAs, desempenho da equipe técnica e recomendações de melhorias;
- g) Submeter à aprovação da fiscalização contratual quaisquer alterações na equipe, metodologia ou cronograma de execução.

6.4.3. A TRANSALVADOR, por sua vez, manterá equipe própria de gestão e fiscalização contratual, composta por servidores designados por portaria, com as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar a execução física e financeira do contrato;
- b) Validar as entregas e os marcos técnicos;
- c) Registrar ocorrências e aplicar penalidades, quando cabíveis;
- d) Homologar relatórios e atestar a conformidade dos serviços prestados;
- e) Reunir-se periodicamente com o Coordenador Técnico da contratada para avaliação de desempenho e análise de riscos.

6.5. Indicadores de Desempenho (SLA – *Service Level Agreement*)

6.5.1. Para garantir o cumprimento dos objetivos técnicos e operacionais do contrato, serão estabelecidos Indicadores de Nível de Serviço (SLA), medidos mensalmente e validados pela TRANSALVADOR.

6.5.2. Os indicadores deverão considerar, no mínimo:

Indicadores de Nível de Serviço — Lote 01:

- a) Cumprimento do prazo de entrega de 30 dias a partir da Ordem de Compra: meta 100%;
- b) Conformidade técnica dos equipamentos na entrega: meta 100%;
- c) Disponibilidade mensal dos veículos equipados: meta mínima de 95%;
- d) Prazo de conclusão de manutenção corretiva: até 60 dias corridos da abertura do chamado;

e) Fornecimento tempestivo de bobinas térmicas: sem interrupção de operação.

Indicadores de Nível de Serviço — Lote 02:

- a) Disponibilidade dos sistemas: meta mínima de 99,5% mensal;
- b) Tempo de resposta a incidentes críticos: até 30 minutos;
- c) Tempo de resolução de incidentes críticos: até 4 horas;
- d) Tempo de resolução de incidentes não-críticos: até 24 horas;
- e) Índice de satisfação dos usuários: meta mínima de 85%;
- f) Cumprimento do programa de capacitação: meta 100%.

6.5.3. O não atendimento às metas de desempenho acarretará a aplicação de glosas proporcionais, conforme regras definidas na minuta contratual, sem prejuízo das sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 160 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Relatórios e Comunicação Operacional

6.6.1. A contratada deverá apresentar à TRANSALVADOR os seguintes relatórios e comunicações formais:

- a) Relatório de Implantação: detalhando o status de instalação dos equipamentos e sistemas;
- b) Relatório Mensal de Desempenho: consolidando métricas de SLA, incidentes, manutenções e recomendações;
- c) Relatório de Ocorrências Críticas: emitido sempre que houver interrupção de serviços com impacto na operação do Núcleo de Operações Assistidas;
- d) Relatório de Treinamentos: contendo datas, público, carga horária e lista de presença dos servidores capacitados;
- e) Relatório de Auditoria Técnica: elaborado trimestralmente, com avaliação de conformidade, segurança e performance.

6.6.2. As comunicações técnicas deverão ser registradas em plataforma digital oficial, de forma rastreável, e todos os relatórios deverão ser protocolados junto à Diretoria de Trânsito da TRANSALVADOR para validação e arquivamento.

6.7. Gestão de Riscos e Continuidade Operacional

6.7.1. A contratada deverá adotar medidas preventivas e corretivas para mitigação de riscos operacionais, tecnológicos e de segurança da informação, apresentando um Plano de Gestão de Riscos e Continuidade Operacional (PGRC), elaborado conforme as normas ABNT NBR ISO 31000 e ISO 22301.

6.7.2. O plano deverá contemplar:

- a) Identificação e classificação dos riscos associados ao contrato;
- b) Estratégias de mitigação e contingência;
- c) Procedimentos de recuperação em caso de falha grave ou desastre;
- d) Testes periódicos de contingência, com registros auditáveis.

6.7.3. O PGRC será avaliado e aprovado pela fiscalização contratual e deverá ser atualizado sempre que houver alteração significativa na infraestrutura tecnológica ou nas condições de operação do Núcleo de Operações Assistidas.

6.8. Acompanhamento e Fiscalização

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes designados pela TRANSALVADOR, conforme o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 36.183/2022.

- a) Designação dos Agentes de Gestão

O SUPERINTENDENTE designará formalmente o Gestor e o(s) Fiscal(is) do Contrato ou seus respectivos substitutos.

O Fiscal do Contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O Fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

b) Rotinas de Fiscalização Específicas

Além das rotinas gerais, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas específicas:

- **Monitoramento Tecnológico:** Acompanhamento e auditoria em tempo real do Sistema de Gestão de Pátio, verificando a acurácia dos dados de entrada e saída, tempo de estada dos veículos e geração de relatórios gerenciais (rastreabilidade).
- **Verificação de Desempenho:** Aferição constante do cumprimento dos indicadores de desempenho e condições de serviço, notadamente o tempo-resposta das remoções e o tempo médio de atendimento ao cidadão.
- **Auditoria Operacional *In Loco*:** Realização de vistorias periódicas nos pátios para verificar as condições de segurança, custódia e conservação dos bens apreendidos, bem como o cumprimento das normas de Gestão Ambiental.
- **Prestação de Contas:** Fiscalização das prestações de contas dos Leilões Públicos realizados, conferindo a correta aplicação do rateio dos valores arrecadados, o repasse da retenção devida à TRANSALVADOR e a quitação de débitos.

c) Comunicações e Exigências Documentais

As comunicações entre a TRANSALVADOR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se,

excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica. A TRANSALVADOR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências imediatas.

A manutenção da regularidade fiscal e trabalhista será verificada periodicamente. Serão exigidos o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, caso esses documentos não estejam regularizados.

7. PROVA DE CONCEITO

- 7.1. A Prova de Conceito – PoC constitui etapa de verificação técnica prática, de caráter estritamente demonstrativo e verificatório, destinada a comprovar a aderência funcional mínima da solução ofertada aos requisitos técnicos essenciais estabelecidos neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Documento de Formalização da Demanda (DFD).
- 7.2. A PoC não se destina à substituição de requisitos de habilitação técnica, não configura antecipação da execução contratual, nem se presta à avaliação exaustiva ou definitiva da solução final a ser implantada, limitando-se à validação objetiva da conformidade técnica mínima da proposta apresentada.
- 7.3. A realização da Prova de Conceito insere-se no contexto da modelagem procedimental adotada para a presente contratação, em consonância com o ETP, como instrumento específico de mitigação de riscos técnicos relevantes, especialmente diante da elevada complexidade tecnológica, da criticidade operacional do Núcleo de Operações Assistidas – NOA e da necessidade de validação prática da solução ofertada.
- 7.4. A PoC será exigida exclusivamente da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, após a conclusão da etapa procedimental definida no edital, e antes da adjudicação do objeto, não sendo estendida aos demais licitantes, em observância aos princípios da proporcionalidade, da competitividade e da isonomia.

- 7.5. A sessão de Prova de Conceito será pública e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, que terão o direito de assistir à demonstração e, ao final, apresentar questionamentos técnicos fundamentados, em observância aos princípios da transparência, publicidade e isonomia. Os questionamentos serão registrados em ata e analisados pela Comissão de Avaliação Técnica.
- 7.6. Após a análise da documentação, tendo atendido a todas as exigências do edital, a LICITANTE será convocada para realização do teste de conformidade, devendo apresentar-se no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a convocação pela TRANSALVADOR.
- 7.7. A Prova de Conceito deverá ser realizado nas dependências da TRANSALVADOR.
- 7.8. A Prova de Conceito deverá funcionar no ambiente físico da TRANSALVADOR, em hardware disponibilizado pela LICITANTE.
- 7.9. A Prova de Conceito deverá ser executada em **ambiente controlado, segregado e de caráter não produtivo**, restrita às funcionalidades mínimas essenciais previamente definidas, vedada a exigência de implantação de infraestrutura definitiva, integrações completas com sistemas corporativos, utilização de bases de dados reais ou qualquer forma de operação contínua típica da fase de execução contratual.
- 7.10. O ambiente da PoC terá escopo limitado ao estritamente necessário para a demonstração objetiva das funcionalidades avaliadas, não podendo ser caracterizado como início de execução do contrato, tampouco gerar qualquer obrigação futura para a Administração.
- 7.11. Os testes deverão observar exclusivamente os critérios técnicos objetivos previamente estabelecidos no roteiro de avaliação constante do Apêndice específico deste Termo de Referência, sendo vedada a inclusão de exigências não previstas, subjetivas ou estranhas ao escopo definido.
- 7.12. Mesmo em hardware da LICITANTE, a TRANSALVADOR realizará monitoramento de todos os dados dos equipamentos fornecidos para fins de segurança da informação dessa Autarquia.

- 7.13. A avaliação da Prova de Conceito será realizada por comissão técnica designada pela TRANSALVADOR, com emissão de relatório circunstanciado, devidamente motivado, contendo a descrição dos testes efetuados, as evidências observadas e a conclusão quanto à conformidade ou não da solução apresentada em relação aos requisitos avaliados.
- 7.14. Para aprovação na Prova de Conceito a LICITANTE deverá ser aprovada em todos os itens que forem avaliados, de modo que o “Não Atende” em quaisquer destes itens implicará na reprovação da licitante.
- 7.15. Caso a licitante arrematante não consiga realizar o teste de conformidade de acordo com as características acima, ela será desclassificada.
- 7.16. Todos os custos relativos a Prova de Conceito ficarão a cargo da LICITANTE, a qual não terá direito a qualquer indenização, inclusive no caso de ser reprovada.
- 7.17. A LICITANTE convocada para essa etapa, terá, no máximo, 7 (sete) dias úteis para realizar a instalação da solução, conforme especificado abaixo:
- 7.17.1. A LICITANTE deverá no prazo de até 7 (sete) dias úteis, disponibilizar todo o hardware e instalação das aplicações necessárias para suportar os sistemas envolvidos no teste de conformidade.
- 7.17.2. Ao final da etapa de disponibilização dos sistemas, será marcada uma apresentação para a comissão técnica da TRANSALVADOR, no qual a LICITANTE terá até 6 (seis) horas para apresentar, de forma objetiva, as funcionalidades dos sistemas e aplicativos. A apresentação ocorrerá no dia seguinte à formalização do término da instalação da solução.
- 7.17.3. A comissão poderá solicitar a apresentação de qualquer uma das funcionalidades, de qualquer um dos itens que fazem parte deste edital.
- 7.17.4. A equipe técnica auxiliará a LICITANTE quanto a configurações da rede interna da TRANSALVADOR e demais questões relacionadas à segurança.

- 7.17.5. Na hipótese de eventual “Não atende”, a empresa licitante terá o prazo preclusivo de 24 (vinte e quatro) horas corridas para saneamento da falha e/ou defeito.
- 7.18. A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar no certame deverá comprovar que a solução apresentada satisfaz os requisitos exigidos no edital.
- 7.19. Os layouts dos arquivos e banco de dados necessário para execução do teste de conformidade serão fornecidos no dia da convocação para prova.
- 7.20. Todos os testes da Prova de Conceito serão registrados em formulário próprio, apresentado no APÊNDICE A deste documento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são aquelas no Edital.
- 8.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 8.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

8.4 Capacidade Técnica e Operacional

- 8.4.1. A comprovação da capacidade técnica e operacional dos licitantes deverá observar o disposto nos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021, sendo exigida de forma proporcional, pertinente e limitada ao objeto da contratação, de modo a assegurar a participação de fornecedores qualificados, sem restrição indevida à competitividade.
- 8.4.2. Deverão possuir equipe multidisciplinar qualificada, composta por profissionais das áreas de engenharia, tecnologia da informação, suporte técnico, análise de dados e operação de sistemas, além de dispor de estrutura física e logística adequada à execução do contrato.

8.4.3. Considerando a divisão do objeto em lotes, a capacidade técnica e operacional deverá ser comprovada de forma específica para cada lote, sendo vedada a exigência de comprovação de experiência em objetos alheios ao lote para o qual o licitante apresentar proposta.

8.4.4. Lote 1

8.4.4.1. Para fins de habilitação no Lote 01, o licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de fornecimentos ou serviços compatíveis com o objeto, atendendo a pelo menos dois dos requisitos abaixo:

8.4.4.2. Serão considerados compatíveis, para fins de comprovação da capacidade técnica do Lote 01, atestados que comprovem, cumulativamente ou não:

- a) implantação ou modernização de videowall, integrados à sistema de controle centralizado;
- b) implantação de estações de trabalho e servidores para visualização e análise de imagens;
- c) manutenção corretiva e preventiva, e operação de ambiente computacional para suporte físico de Centro de Controle Operacional.

8.4.4.3. Os atestados deverão evidenciar compatibilidade em quantidade, porte e complexidade, admitida a soma de atestados, vedada a exigência de execução integral ou de experiência exclusiva em ambientes idênticos ao NOA.

8.4.4.4. Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica da licitante expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sede da licitante.

8.4.4.5. Para o Lote 01, o licitante também deverá comprovar capacidade gerencial compatível com o fornecimento, instalação, integração e manutenção de infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

tecnológica em ambientes operacionais críticos, mediante apresentação de:

- a) Indicação de responsável técnico-gerencial pelo lote, com formação compatível na área de engenharia ou tecnologia, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando aplicável, e experiência mínima de 3 (três) anos na gestão de contratos de infraestrutura tecnológica;
- b) Comprovação de experiência na coordenação de implantação de infraestrutura envolvendo múltiplos equipamentos, fornecedores ou frentes de trabalho;

8.4.5. Lote 2

8.4.5.1. Para fins de habilitação no Lote 02, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica e operacional, compatível com a complexidade da solução proposta, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

8.4.5.2. Serão considerados compatíveis, para fins de comprovação da capacidade técnica do Lote 2, atestados que comprovem, no mínimo:

- a) implantação, integração e operação de plataformas tecnológicas integradas de gestão, monitoramento e/ou comando e controle;
- b) fornecimento, implantação e operação de plataforma WEB de videomonitoramento, integrada a sistemas de gestão de trânsito, com capacidade mínima para:
 - a. integração de, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos de captura de imagens/vídeos;

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- b. visualização em tempo real e armazenamento de imagens;
 - c. associação de eventos de vídeo a registros operacionais e infrações;
 - d. integração via APIs com sistemas de processamento, análise e despacho.
 - c) processamento de infrações de trânsito, com registro, validação, auditoria, emissão e controle de autos de infração, com no mínimo 500.000 (quinhentos mil) registros, entre autos, imagens, eventos ou dados operacionais;
 - d) processamento, armazenamento ou análise contínua de grande volume de dados, entendido como:
 - a. mínimo de 500.000 (quinhentos mil) registros/mês, ou
 - b. mínimo de 1 TB (um terabyte) de dados processados e armazenados;
 - c. processamento de fluxo contínuo de dados em tempo real.
 - e) integração com sistemas legados e sistemas externos, por meio de APIs, Web Service ou protocolos abertos.
- 8.4.5.3. Os atestados deverão demonstrar que os serviços foram executados de forma satisfatória, compatíveis em natureza, complexidade tecnológica e relevância operacional, não sendo exigida identidade plena com o objeto, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais.
- 8.4.5.4. Para o Lote 2, o licitante também deverá comprovar capacidade gerencial compatível com a execução de serviços especializados de tecnologia da informação,

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

sistemas integrados e operação assistida, mediante apresentação de:

- a) Declaração formal de disponibilidade de estrutura organizacional, indicando a existência de equipe técnica permanente para implantação, suporte e operação da plataforma;
- b) Indicação de responsável técnico-gerencial pelo contrato, com formação compatível com a área de tecnologia da informação, engenharia, sistemas ou áreas correlatas, e experiência mínima de 3 (três) anos na gestão de projetos ou contratos de TIC de porte similar;
- c) Comprovação de que o licitante possui processos internos de gestão de serviços, incluindo controle de demandas, atendimento a chamados, monitoramento de níveis de serviço (SLA) e gestão de incidentes;
- d) Experiência prévia na gestão de contratos continuados ou de operação assistida de sistemas tecnológicos por período mínimo de 12 (doze) meses, comprovada por meio de atestados ou contratos correlatos;
- e) Capacidade de coordenação técnica em ambientes com integração de múltiplos sistemas, inclusive com terceiros, assegurando governança e interoperabilidade.

8.4.5.5. A comprovação da capacidade técnica do Lote 02 não se confunde com a validação do desempenho da solução ofertada, a qual será aferida posteriormente, quando aplicável, por meio da Prova de Conceito – PoC, restrita ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

8.4.6. Os atestados deverão conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Número do contrato;
- b) Quantidade e características dos serviços realizados;
- c) Nome do signatário e data de emissão.

8.4.7. Os atestados poderão referir-se a contrato em andamento, desde que os quantitativos dos serviços realizados sejam compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente acompanhado dos contratos e de notas fiscais. A comprovação poderá ser efetuada mediante a soma de atestados.

8.4.8. As notas fiscais, mínimo de 01 (uma) por atestado, deverão ter sido emitidas antes da publicação do presente edital, bem como deverá conter em sua descrição o serviço contido no respectivo atestado, não se exigindo a referência ao quantitativo.

8.4.9. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

8.4.10. Documentação técnica da solução ofertada, contendo descrição de funcionalidades, arquitetura tecnológica, fluxos operacionais e demais especificações exigidas neste Termo de Referência.

8.4.11. Caso a PROPONENTE seja consórcio, os documentos exigidos poderão ser apresentados por qualquer uma de suas integrantes.

8.4.12. Ademais, também serão exigidas as seguintes declarações:

I. Declaração do licitante de que atenderá às exigências relativas à implantação das instalações, equipamentos e pessoal, essencial para o cumprimento do objeto da presente licitação.

8.4.14. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS,

quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Da Garantia Contratual

- 8.10. A contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021: (i) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; (ii) seguro-garantia; ou (iii) fiança bancária.
- 8.11. A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e ter validade de, no mínimo, 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.12. A garantia prestar-se-á a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive multas e indenizações, e será restituída após a execução integral do contrato e a comprovação de adimplemento de todas as obrigações, conforme arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. Os pagamentos decorrentes deste contrato observarão o regime de execução indireta, com mensuração baseada em resultados e entregas verificáveis, mediante apresentação de relatórios técnicos e comprovação de desempenho, conforme os níveis de serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência.
- 9.2. A aferição das medições será realizada pela fiscalização contratual da TRANSALVADOR, mediante análise dos relatórios operacionais, documentos de aceite e registros de sistema, assegurando rastreabilidade, transparência e controle técnico de cada parcela de execução.
- 9.3. O pagamento será efetuado mensalmente, após a validação dos relatórios de medição e a emissão do Termo de Aceite pela fiscalização contratual,

observando-se as entregas previstas nas Ordens de Serviço (OS) emitidas pela TRANSALVADOR.

- 9.4. A medição dos serviços contratados deverá observar, de forma estrita, as unidades de medida, periodicidade e condições de aceite definidas neste Termo de Referência, em seus Anexos e nas respectivas Ordens de Serviço, constituindo tais parâmetros a base exclusiva para fins de faturamento e pagamento.
- 9.5. O pagamento dos serviços somente será devido após a comprovação da efetiva disponibilização, funcionamento e conformidade dos itens contratados, conforme critérios de aceite, níveis de serviço (SLA) e demais requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

Critérios de Pagamento — Lote 01

- 9.6. Grupo A (Aquisição de Equipamentos): O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela TRANSALVADOR, mediante apresentação de nota fiscal devidamente instruída e atestada pela fiscalização contratual. O pagamento está condicionado ao recebimento e aceite formal dos equipamentos pela TRANSALVADOR. Nenhum pagamento será devido por equipamentos não entregues, não instalados ou não aceitos.
- 9.7. Grupo B (Serviços Continuados): Os veículos automotores equipados, o fornecimento de bobinas térmicas e o serviço de manutenção corretiva de hardware serão pagos mensalmente, com base na efetiva disponibilização e prestação dos serviços no período de referência, mediante apresentação de relatório mensal de medição, nota fiscal e ateste da fiscalização contratual. O pagamento mensal do Grupo B será realizado em até 30 (trinta) dias corridos após o ateste da medição pela TRANSALVADOR.

Critérios de Pagamento — Lote 02

- 9.8. Para o Lote 2, que contempla soluções de software, sistemas, plataformas e módulos tecnológicos, o pagamento deverá ocorrer de forma mensal, tendo como unidade de medida a quantidade de licenças efetivamente disponibilizadas e ativas no período de referência, conforme quantitativos formalmente autorizados pela TRANSALVADOR.
- 9.9. Não será devido qualquer pagamento por licenças não disponibilizadas, não ativadas, suspensas ou não utilizadas por determinação da Administração, ainda que previstas como quantitativo máximo estimado no Sistema de Registro de Preços.
- 9.10. A CONTRATADA deverá manter controles que permitam à TRANSALVADOR verificar, a qualquer tempo, a quantidade de licenças disponibilizadas, em uso e ativas, bem como os respectivos períodos de utilização, devendo tais informações subsidiar a medição mensal e a validação do faturamento.
- 9.11. A periodicidade mensal de pagamento do Lote 2 não implica obrigação de consumo integral dos quantitativos registrados, permanecendo o pagamento condicionado à demanda efetiva da Administração, nos termos do Sistema de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento emitidas.
- 9.12. Para os demais itens e lotes do objeto, a medição e o pagamento deverão seguir as respectivas unidades de medida e periodicidades estabelecidas, observando-se sempre o princípio do pagamento pelo serviço efetivamente prestado, entregue ou disponibilizado, vedada a remuneração por estimativa, expectativa de uso ou mera disponibilidade não requisitada.
- 9.13. O valor mensal devido será proporcional ao conjunto de serviços efetivamente prestados, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado e a comprovação de atendimento aos indicadores de desempenho.
- 9.14. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias corridos após o protocolo da nota fiscal ou fatura devidamente instruída com:

- a) Relatório de desempenho mensal e de atendimento técnico;
 - b) Termo de aceite ou relatório de conformidade emitido pela fiscalização contratual;
 - c) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas;
 - d) Declaração de inexistência de pendências contratuais e de conformidade com o SLA.
- 9.15. Os valores a serem pagos poderão ser glosados proporcionalmente em caso de descumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos, conforme metodologia de aferição prevista na minuta contratual.
- 9.16. A contratada deverá manter sistema eletrônico de registro de ocorrências e de atendimento técnico, com acesso à fiscalização, que sirva de base para a apuração mensal das medições e glosas aplicáveis.
- 9.17. O pagamento somente será processado mediante a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, inclusive quanto à situação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no SICAF.
- 9.18. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa à débitos federais.
 - b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF.
 - c) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
 - d) Prova de regularidade perante o CADIN.

- 9.19. Nenhum pagamento será devido em relação a serviços ou fornecimentos executados com pendências, inconformidades ou sem a devida aprovação da fiscalização técnica.
- 9.20. Por força do Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM nº 5.826 de 04/04/2013, o(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) fornecedor(es) será(ão) efetuado(s), exclusivamente, por crédito na conta corrente especificada pelo credor, mantida em instituição financeira indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda- SEFAZ, a saber BANCO BRADESCO S/A.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- a) Gestão/Unidade: [...];
 - b) Fonte de Recursos: [...];
 - c) Programa de Trabalho: [...];
 - d) Elemento de Despesa: [...];
 - e) Plano Interno: [...];
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da TRANSALVADOR em relação ao(s) contrato(s) decorrentes deste termo:

- 11.1. Planejar, supervisionar, coordenação, fiscalizar e controlar o contrato, através da Diretoria de Trânsito da TRANSALVADOR.
- 11.2. Estabelecer modelos de formulários que visem promover controles operacionais;
- 11.3. Supervisionar e fiscalizar, em caráter permanente, a empresa contratada com a finalidade de verificar o desenvolvimento regular de suas atividades;
- 11.4. Dispensar à empresa credenciada assistência e orientação constantes, que visem ao aperfeiçoamento das práticas operacionais;
- 11.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.7. Efetuar o pagamento conforme esse termo de referência, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 11.8. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades;
- 11.9. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela Contratada, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 11.10. Emitir Autorização de Fornecimento para instruir a entrega dos materiais;
- 11.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.
- 11.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros

em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da empresa CONTRATADA, além daquelas previstas na legislação aplicável e no contrato:

- 12.1. Garantir a execução dos serviços sem interrupção, assumindo a responsabilidade por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual que não tenham sido objeto de ressalva em outras cláusulas.
- 12.2. Entregar à TRANSALVADOR toda a documentação produzida durante a execução dos serviços em formato eletrônico, bem como todo o código fonte das implementações realizadas e agregadas ao software original.
- 12.3. Responsabilizar-se pelo sigilo sobre as informações e documentos que não sejam de conhecimento ou disponibilidade pública, a que venha a ter acesso ou conhecimento, ou ainda que lhe seja confiado para o bom cumprimento do trabalho.
- 12.4. Comprovar que dispõe de instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para realização do objeto desta licitação, de forma a poder iniciar de imediato os serviços no momento da assinatura do contrato.
- 12.5. Alocar, em todos os serviços contratados, profissionais com perfis e qualificações adequados, comprovando a qualificação através da apresentação dos currículos dos profissionais, sempre que solicitado pela TRANSALVADOR.
- 12.6. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados à Administração, a terceiros ou decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo em caso de força maior devidamente comprovada.

- 12.7. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, bens, serviços ou materiais que apresentem vícios, defeitos, má qualidade ou execução em desacordo com o contrato.
- 12.8. Não transferir ou ceder, no todo ou em parte, as obrigações contratuais, salvo com autorização expressa da Administração.
- 12.9. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.
- 12.10. Indicar preposto para representá-la junto à TRANSALVADOR durante a execução contratual.
- 12.11. Manter atualizados e acessíveis todos os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e jurídica, apresentando-os sempre que solicitado.
- 12.12. Identificar-se em todos os atos e documentos encaminhados à TRANSALVADOR, com nome, endereço e telefone da empresa.
- 12.13. Cumprir rigorosamente os prazos e procedimentos estabelecidos pela TRANSALVADOR, pelo CTB, pelas Resoluções do CONTRAN e pelas normas complementares.
- 12.14. Cooperar com a fiscalização da Administração, permitindo acesso às suas instalações, documentos e sistemas, e atender prontamente às determinações expedidas.
- 12.15. Implementar e manter rotinas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas tecnológicos, assegurando plena disponibilidade operacional.
- 12.16. Disponibilizar equipamentos e tecnologia mínimos exigidos, incluindo computadores com scanner e integração ao sistema informatizado da TRANSALVADOR.
- 12.17. Prestar atendimento nos locais e horários definidos pela Administração.

- 12.18. Prestar contas de suas atividades sempre que solicitado, inclusive por meio da Ouvidoria Municipal.
- 12.19. Tratar com urbanidade, educação e respeito os condutores e servidores da TRANSALVADOR.
- 12.20. Fornecer aos cidadãos todas as orientações necessárias sobre os serviços prestados.
- 12.21. Exigir do pessoal técnico e administrativo o uso de crachá e capacitação quanto às informações e rotinas do serviço.
- 12.22. Implementar e manter Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), assegurando a destinação final ambientalmente adequada de componentes eletrônicos.
- 12.23. Zelar pela confidencialidade e proteção dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Os sistemas deverão adotar controles de segurança compatíveis com boas práticas de mercado, incluindo, quando aplicável, criptografia de dados, controle de acesso por perfil, registro de logs auditáveis e segregação de ambientes.
- 12.24. Manter transparência e rastreabilidade na destinação dos bens, colaborando com a TRANSALVADOR em todos os atos preparatórios e de execução.
- 12.25. Cumprir os indicadores de desempenho (KPIs) e acordos de nível de serviço (SLAs) definidos pela Administração, sujeitando-se às glosas e penalidades aplicáveis.
- 12.26. Atuar com observância aos princípios da legalidade, eficiência, moralidade administrativa e ética profissional.

Obrigações Específicas da Contratada do Lote 01:

- a) Entregar os equipamentos do Grupo A no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir da respectiva Ordem de Compra;

- b) Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses;
- c) Entregar toda documentação necessária ao tombamento patrimonial (notas fiscais, termos de garantia, manuais técnicos, certificados e números de série);
- d) Prestar manutenção corretiva de hardware durante toda a vigência contratual, observando o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão do reparo;
- e) Manter disponíveis os veículos equipados conforme especificações técnicas, incluindo substituição temporária em caso de indisponibilidade;
- f) Fornecer bobinas térmicas em quantidade suficiente à operação, sem interrupção;
- g) Apresentar laudo técnico para cada intervenção de manutenção realizada;
- h) Comunicar à TRANSALVADOR, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer descontinuação de modelo ou componente pelo fabricante, propondo alternativa técnica equivalente ou superior;
- i) Submeter à aprovação da TRANSALVADOR os orçamentos para aquisição de peças e componentes de reposição após o término do período de garantia.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
 - c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

- 14.2. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO REAJUSTE

- 15.1. Os valores contratuais relativos à prestação de serviços e fornecimento de bens vinculados à modernização e operação do Núcleo de Operações Assistidas (Núcleo de Operações) serão reajustados anualmente, observado o disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data do orçamento estimado que fundamentou a contratação, salvo disposição diversa formalmente motivada.
- 15.2. O reajuste tem por finalidade preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e assegurar a continuidade dos serviços, recompondo a variação dos custos de insumos, pessoal e materiais ao longo da vigência contratual.
- 15.3. Considerando que o objeto contratual se caracteriza como serviço continuado de natureza tecnológica, com suporte técnico, manutenção evolutiva, fornecimento de equipamentos e licenciamento de softwares integrados, o reajuste será calculado conforme os seguintes critérios:

- 15.3.1. Os valores serão reajustados anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
- 15.3.2. O reajuste incidirá sobre os valores unitários dos serviços de suporte técnico, operação assistida, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, bem como sobre as parcelas referentes à mão de obra técnica e aos serviços de capacitação.
- 15.4. O reajuste será concedido de forma automática, após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mediante apresentação de planilha de atualização de valores pela contratada, acompanhada de memória de cálculo, comprovação do índice de correção e parecer técnico-financeiro da fiscalização contratual.
- 15.5. A TRANSALVADOR procederá à análise da solicitação e, se aprovada, autorizará a aplicação do reajuste através de termo aditivo contratual, produzindo efeitos financeiros a partir do período subsequente à conclusão da análise.
- 15.6. É vedado o reajuste em periodicidade inferior a 12 (doze) meses. O índice de reajuste será aplicado sobre o valor vigente no período imediatamente anterior à atualização.
- 15.7. O reajuste não exime a contratada do cumprimento das metas de desempenho, indicadores de nível de serviço (SLA) e demais obrigações contratuais, sendo sua concessão condicionada à execução regular do contrato e à inexistência de sanções administrativas pendentes.
- 15.8. Em caso de prorrogação contratual, será mantido o critério de reajuste ora estabelecido, observando-se a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e as regras da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 124, inciso VI.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais pela contratada, sem justificativa aceita pela TRANSALVADOR, sujeitará a

empresa às penalidades administrativas previstas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021, e na legislação municipal aplicável, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

- 16.2. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da obrigação de indenizar os danos causados à Administração Pública.
- 16.3. A advertência será aplicada nos casos de irregularidades de menor gravidade, como atrasos eventuais ou falhas pontuais de execução que não causem prejuízo relevante ao serviço. Nessa hipótese, será emitida comunicação formal à contratada, com prazo para correção das falhas e adoção das medidas preventivas cabíveis. A reincidência em advertências poderá ensejar a aplicação de penalidades mais severas.
- 16.4. A multa será aplicada quando houver atraso injustificado, descumprimento de obrigações contratuais ou falhas técnicas que comprometam a execução do contrato. Poderá ser cobrada multa moratória, à razão de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela afetada, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo montante. Em caso de descumprimento de obrigações específicas, como a não manutenção dos níveis mínimos de desempenho (SLA), falhas de segurança da informação, ausência da equipe técnica exigida, ou não conformidade de equipamentos fornecidos, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor da parcela contratual correspondente.
- 16.5. Serão aplicadas subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das demais cominações legais, especialmente aquelas constantes nos artigos 162 da Lei 14.133 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
- 16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à

imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (Lei Federal nº 14.133/21 – Art. 90 § 5º).

- 16.7. Caso a infração cometida se caracterize como má-fé ou cause prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Salvador, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.
- 16.8. Independentemente das penalidades acima, poderão ser aplicadas glosas financeiras automáticas nas faturas mensais, em conformidade com os indicadores de desempenho (SLA), sempre que houver descumprimento de metas operacionais, indisponibilidade de sistemas, atraso no atendimento de chamados, ausência de equipe técnica mínima ou falhas recorrentes na execução. As glosas não substituem as demais penalidades e têm efeito cumulativo, incidindo diretamente sobre os valores mensais devidos, conforme metodologia definida pela fiscalização contratual.
- 16.9. As penalidades serão aplicadas pelo ordenador de despesa da TRANSALVADOR, após manifestação da fiscalização contratual e oportunidade de defesa. A contratada será notificada por escrito para apresentar justificativas e defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação. A ausência de manifestação no prazo fixado será interpretada como concordância com os fatos apurados.
- 16.10. A aplicação de sanções não afasta a obrigação da contratada de reparar eventuais danos materiais, morais ou técnicos causados à TRANSALVADOR ou a terceiros, nem exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato por inexecução, conforme o art. 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. As penalidades impostas serão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no cadastro municipal correspondente, conforme determina o art. 94, inciso III, da referida Lei.
- 16.11. Na aplicação das sanções, a TRANSALVADOR observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e reincidência, considerando a gravidade da infração, o grau de culpa ou dolo, os prejuízos causados ao

interesse público, o histórico contratual da empresa e o impacto sobre a continuidade do serviço.

- 16.12. Em caso de indícios de infrações penais, improbidade administrativa ou atos lesivos à Administração, a TRANSALVADOR encaminhará comunicação formal ao Ministério Público, à Controladoria-Geral do Município e ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA), sem prejuízo das medidas cíveis e administrativas cabíveis.

17. DA RESCISÃO

- 17.1. A rescisão contratual por ato da administração pública pode se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do contrato:
- I. por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;
 - II. por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;
 - III. pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, no âmbito deste Município, ou Declaração de Inidoneidade.
- 17.2. A revogação do edital não repercute nos contratos firmados sob sua égide.
- 17.3. A rescisão unilateral poderá ser declarada pela TRANSALVADOR em caso de descumprimento das obrigações contratuais, execução irregular, atraso injustificado, subcontratação não autorizada, falhas graves de segurança da informação, prática de atos fraudulentos ou perda das condições de habilitação, quando comprovado que a manutenção do contrato se tornou contrária ao interesse público.
- 17.4. A rescisão amigável poderá ser formalizada por acordo entre as partes, desde que conveniente à Administração e devidamente motivada, mediante termo aditivo que defina as obrigações pendentes e as condições de encerramento.

- 17.5. A rescisão por iniciativa da contratada somente será admitida em casos excepcionais e comprovadamente alheios à sua vontade, devidamente reconhecidos pela TRANSALVADOR como causa legítima e inevitável de extinção contratual.
- 17.6. Nos casos de inexecução contratual, a TRANSALVADOR poderá aplicar as penalidades cabíveis, reter créditos para ressarcimento de prejuízos e adotar medidas emergenciais para garantir a continuidade dos serviços, conforme o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.7. Em qualquer hipótese de rescisão, a contratada deverá colaborar integralmente com a TRANSALVADOR, garantindo a transferência de dados, informações, senhas, manuais e artefatos técnicos necessários à continuidade das operações do Núcleo de Operações Assistidas. Os bens adquiridos com recursos públicos permanecerão de propriedade da TRANSALVADOR, enquanto aqueles fornecidos em comodato deverão ser devolvidos à contratada mediante laudo de conferência.
- 17.8. A rescisão contratual não afasta a responsabilidade civil, trabalhista, fiscal ou ambiental da contratada, nem impede a aplicação de sanções. Quando motivada por interesse público, a TRANSALVADOR pagará apenas os serviços comprovadamente executados até a data da notificação.
- 17.9. Todos os atos relativos à rescisão serão formalizados por escrito e integrados ao processo administrativo correspondente, garantindo a legalidade, a motivação e a continuidade do serviço público.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A execução deste contrato observará integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 36.182/2022, do Decreto Municipal nº 37.611/2023 e das demais normas correlatas que disciplinam as contratações públicas, a gestão de tecnologia da informação e a proteção de dados pessoais.
- 18.2. Compete à TRANSALVADOR assegurar a fiscalização técnica e administrativa da execução, zelar pelo cumprimento das condições

contratuais e garantir a observância dos princípios da legalidade, eficiência, publicidade, economicidade e continuidade do serviço público.

- 18.3. À contratada, por sua vez, caberá executar o objeto em estrita conformidade com o Termo de Referência, o edital e o contrato, mantendo plena responsabilidade técnica e jurídica pelas atividades desenvolvidas, por seus empregados e eventuais subcontratados autorizados.
- 18.4. As partes deverão manter comunicação formal, transparente e contínua, mediante registros oficiais, garantindo a rastreabilidade de todas as decisões, solicitações e ocorrências relacionadas à execução contratual.
- 18.5. Qualquer alteração de escopo, prazo ou valor somente poderá ser efetivada através de termo aditivo devidamente motivado e aprovado pela autoridade competente, observadas as hipóteses do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.6. A contratada compromete-se a garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações tratadas, devendo adotar as melhores práticas de segurança da informação e de governança digital, de acordo com as políticas internas da Administração Municipal e os padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.
- 18.7. Os documentos, relatórios, registros e dados produzidos em decorrência da execução contratual são de propriedade exclusiva da TRANSALVADOR, que detém todos os direitos de uso, cópia, distribuição e arquivamento, assegurada a observância das normas de sigilo e proteção de dados pessoais previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 18.8. A contratada declara estar ciente de que a execução contratual está sujeita à fiscalização e auditoria dos órgãos de controle interno e externo, em especial da Controladoria-Geral do Município (CGM) e do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA), devendo disponibilizar toda documentação técnica, financeira e administrativa sempre que solicitada.
- 18.9. Os casos omissos e as situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela TRANSALVADOR, com fundamento na

legislação aplicável, nos princípios da Administração Pública e nas orientações dos órgãos de controle competentes, sempre observando o interesse público e a continuidade dos serviços prestados à população.

- 18.10. O foro para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução deste contrato será o da Comarca de Salvador, no Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja; ressalvadas as hipóteses de arbitragem ou solução administrativa previstas em norma específica.

19. CONCLUSÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela unidade demandante da Diretoria de Trânsito de Salvador, órgão integrante da TRANSALVADOR, através da cooperação técnica da sua equipe, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Salvador, 04 de novembro de 2025

Antônio Neri dos Santos

Diretor de Trânsito

APÊNDICE A

TESTE DE CONFORMIDADE

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A TRANSALVADOR exigirá da LICITANTE classificada em 1º (primeiro) lugar, como parte do procedimento de habilitação e contratação, a realização de Teste de Conformidade dos sistemas de software ofertados na proposta, conforme especificações deste Anexo.

1.2. O Teste de Conformidade tem por objetivo verificar, em ambiente controlado, a conformidade dos sistemas e softwares ofertados com as especificações técnicas e funcionais estabelecidas no Termo de Referência, bem como avaliar a capacidade da LICITANTE em atender aos requisitos de qualidade, segurança, usabilidade e integração exigidos.

1.3. Os sistemas de software a serem submetidos ao Teste de Conformidade são os indicados no LOTE 02 deste Termo de Referência.

1.4. A seleção dos sistemas para realização de teste de conformidade será definida pela TRANSALVADOR levando em consideração as funcionalidades com maior criticidade para o funcionamento do Núcleo de Operações Assistidas (NOA) e pelo impacto direto que exercem sobre a efetividade das ações de monitoramento e controle de tráfego no município de Salvador.

1.5. Após o julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, a LICITANTE será convocada para reunião técnica, a ser realizada em até 3 (três) dias úteis, ocasião em que serão definidos os procedimentos necessários para a realização do Teste de Conformidade, incluindo:

- a) definição da agenda de testes e demonstrações;
- b) apresentação dos requisitos técnicos que serão validados;
- c) definição dos ambientes de teste (presencial e/ou remoto);

- d) orientações sobre credenciais de acesso e procedimentos de segurança.

1.6. O Teste de Conformidade será conduzido por equipe técnica da TRANSALVADOR, que poderá consultar assessoria técnica especializada, pertencente ou não aos quadros de servidores da Autarquia, desde que garantida a independência, a ausência de vínculo com os participantes da licitação e a reconhecida capacidade e idoneidade técnica.

1.7. Após a aplicação do Teste de Conformidade, caso os sistemas disponibilizados não atendam aos resultados mínimos estabelecidos neste Anexo, a LICITANTE será considerada REPROVADA e, conseqüentemente, INABILITADA, sendo convocada a LICITANTE classificada na posição subsequente, à qual serão concedidos os mesmos prazos e critérios para realização da avaliação.

1.8. A TRANSALVADOR emitirá Relatório Técnico fundamentado sobre a aprovação ou reprovação da LICITANTE, indicando, em caso de reprovação, os motivos da rejeição verificada, especificando quais requisitos não foram atendidos e em qual(is) sistema(s).

2. LOCAL E INFRAESTRUTURA

2.1. O Teste de Conformidade será realizado preferencialmente de forma presencial nas dependências da TRANSALVADOR, em Salvador/BA, com possibilidade de testes remotos via videoconferência para demonstração de sistemas em nuvem, a critério da Comissão Técnica.

2.2. A LICITANTE deverá disponibilizar:

- a) Acesso aos sistemas em ambiente de homologação/demonstração com dados fictícios previamente configurados;
- b) Credenciais de acesso com perfis administrativos completos para validação de todas as funcionalidades;

- c) Documentação técnica atualizada (manuais de usuário, manuais técnicos, diagramas de arquitetura, dicionário de dados);
- d) Dispositivos móveis (smartphones e/ou tablets) para demonstração de aplicativos;
- e) Impressora térmica portátil via Bluetooth, compatível com o aplicativo, com bobinas de papel térmico;
- f) Equipe técnica qualificada (mínimo 2 pessoas) para suporte presencial ou remoto durante os testes;
- g) Apresentação em slides (PowerPoint ou similar) com overview da solução e principais funcionalidades.

2.3. A TRANSALVADOR disponibilizará:

- a) Sala equipada com computadores, projetor multimídia, tela de projeção e conexão à internet;
- b) Equipe técnica especializada composta por servidores da TRANSALVADOR para condução e avaliação dos testes;
- c) Bases de dados simuladas contendo informações de veículos, infrações e usuários (quando necessário para testes de integração);
- d) Formulários de avaliação padronizados para registro dos testes de conformidade;
- e) Ambiente de rede segregado para testes de integração, quando aplicável.

2.4. A LICITANTE deverá garantir a disponibilidade dos sistemas e da equipe técnica durante todo o período de testes, não sendo admitidas interrupções ou indisponibilidades que comprometam o cronograma estabelecido.

3. PRAZOS

3.1. O prazo para disponibilização dos sistemas em ambiente de testes/demonstração pela LICITANTE será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da reunião técnica mencionada no item 1.4.

3.2. A LICITANTE deverá comunicar formalmente à TRANSALVADOR, por escrito, a conclusão da preparação do ambiente de testes, indicando URLs de acesso, credenciais e demais informações necessárias.

3.3. A duração total do Teste de Conformidade-será de até 3 (três) dias úteis consecutivos ou alternados, conforme cronograma a ser definido na reunião técnica.

3.4. Os prazos acima são estimados e poderão ser ajustados pela Comissão Técnica durante a reunião técnica, em função da complexidade dos sistemas e da necessidade de aprofundamento em funcionalidades específicas.

3.5. Na ocorrência de não conformidades durante os testes, será concedido prazo único e improrrogável de 2 (dois) dias úteis para que a LICITANTE promova as correções necessárias nos sistemas, findo o qual será repetida a verificação apenas dos itens não conformes.

3.6. O prazo para correção de não conformidades somente será concedido se as falhas constatadas forem julgadas sanáveis pela equipe técnica da TRANSALVADOR, ou seja, passíveis de correção mediante ajustes de configuração, parametrização ou correções pontuais de software, sem necessidade de redensenvolvimento de módulos completos.

3.7. Caso as não conformidades não sejam sanadas após o período de correção, ou caso sejam identificadas falhas estruturais insanáveis no prazo concedido, a LICITANTE será INABILITADA.

3.8. Não serão concedidas prorrogações de prazo por motivos imputáveis exclusivamente à LICITANTE, tais como indisponibilidade de sistemas, falhas técnicas, ausência de equipe qualificada ou falta de preparação adequada do ambiente de testes.

4. ETAPAS DO TESTE DE CONFORMIDADE

4.1. O Teste de Conformidade será dividido em 4 (quatro) etapas principais, aplicáveis a cada um dos sistemas avaliados:

a) Etapa 1 - Apresentação Institucional e Overview da Solução

4.1.1. Nesta etapa, a LICITANTE deverá fazer apresentação institucional de até 30 (trinta) minutos, abordando:

1. Histórico da empresa e principais cases de sucesso em órgãos de trânsito;
2. Visão geral da arquitetura tecnológica dos sistemas ofertados;
3. Principais diferenciais técnicos e inovações implementadas;
4. Demonstração da infraestrutura de nuvem e recursos de escalabilidade;
5. Equipe técnica que dará suporte à implantação e operação.

b) Etapa 2 - Validação de Documentação Técnica

4.1.2. A Comissão Técnica analisará a documentação técnica apresentada pela LICITANTE, verificando:

1. Manuais técnicos e de usuário atualizados em português;
2. Diagramas de arquitetura de sistemas (infraestrutura, aplicação, dados);
3. Documentação de APIs (endpoints, métodos, payloads, exemplos);
4. Dicionário de dados com descrição de tabelas e campos principais;
5. Política de Privacidade e adequação à LGPD (relatório DPIA, se disponível).

c) Etapa 3 - Testes Funcionais Práticos

4.1.3. Nesta etapa, a Comissão Técnica executará testes práticos hands-on nos sistemas, validando cada um dos requisitos técnicos e funcionais listados nas Seções 6, 7 e 8 deste Anexo.

4.1.4. Os testes serão conduzidos pela própria equipe da TRANSALVADOR, podendo a LICITANTE apenas orientar e esclarecer dúvidas, sem executar ações nos sistemas em nome dos avaliadores.

4.1.5. Cada requisito testado será registrado no formulário de avaliação como ATENDE (SIM) ou NÃO ATENDE (NÃO), com observações detalhadas quando pertinente.

4.1.6. Serão considerados critérios de avaliação:

1. Funcionalidade: o sistema executa a função conforme especificado no Termo de Referência;
2. Usabilidade: interface intuitiva, com navegação clara e tempo de resposta adequado;
3. Confiabilidade: ausência de erros críticos, tratamento adequado de exceções;
4. Performance: tempos de resposta compatíveis com operação em produção;
5. Segurança: controles de acesso, criptografia, logs de auditoria implementados;
6. Conformidade: aderência às normas técnicas, regulamentações e legislação vigente.

d) Etapa 4 - Consolidação de Resultados e Emissão de Parecer

4.1.7. Ao final dos testes, a Comissão Técnica consolidará os resultados em Relatório Técnico, contendo:

1. Percentual de requisitos atendidos por sistema;
2. Lista detalhada de não conformidades identificadas, se houver;
3. Análise da gravidade das não conformidades (crítica, alta, média, baixa);
4. Parecer conclusivo: APROVADO ou REPROVADO, com fundamentação técnica;
5. Recomendações para a fase de implantação, se aplicável.

4.2. O Relatório Técnico será assinado por todos os membros da Comissão Técnica e pelos representantes da LICITANTE, sendo anexado ao processo licitatório.

5. MODELO RELATÓRIO TÉCNICO

Segue modelo do relatório que será utilizado na avaliação dos sistemas.

Este será entregue preenchido na ocasião da reunião técnica, conforme item 1.5, alínea “b”.

EMPRESA INTERESSADA:

SISTEMA / APLICATIVO:	S.O.:

INÍCIO DOS TESTES			TÉRMINO DOS TESTES	
DATA	HORA		DATA	HORA

ITEM	DESCRIÇÃO FUNCIONALIDADE TESTADA	RESULTADO	
		ATENDE?	
		SIM	NÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

*** No campo RESULTADO deve-se marcar com um “X”: se Atende (SIM) ou Não Atende (NÃO)**

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Sequência	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

RESULTADO FINAL:



O Sistema ou Aplicativo Móvel tem condições de ser aprovado porque atende os requisitos previstos no Termo de Referência observados durante a realização dos testes de avaliação técnica.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- ☐ O Sistema ou Aplicativo Móvel deverá ser reprovado porque durante a realização dos testes de avaliação técnica foi constatado que não atende os requisitos previstos no Projeto Básico conforme descrito no item “PROBLEMAS IDENTIFICADOS”.

Equipe responsável por efetuar os testes:

NOME COMPLETO	ASSINATURA

APÊNDICE B

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

A disponibilização para a Contratante, pela Contratada, dos recursos necessários para instrumentalização do Núcleo de Operações Assistidas ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir indicado. Cabe registrar que, a logística de entrega é intencionalmente dividida para que os marcos funcionem como complementações progressivas da capacidade operacional do Núcleo de Operações Assistidas até atingir o limite máximo previsto:

KIT:

PRAZO (ESTIMADO)	QTDE (KIT'S)	COMPOSIÇÃO
Até 45 dias após assinatura do contrato	800	800 smartphones 800 impressoras 800 bobinas
Até 2026	900	900 smartphones 900 impressoras 900 bobinas
Até 2027	1200	1200 smartphones 1200 impressoras

		1200 bobinas
Até 90 dias após assinatura do contrato	2	2 veículos 2 motoristas
Até 150 dias após assinatura do contrato	5	5 veículos 5 motoristas

Itens essenciais:

Os demais itens (abaixo indicados) devem estar implantados/instalados em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DO Núcleo de Operações Assistidas

Toda a infraestrutura física necessária deverá estar disponível dentro do prazo acima estipulado, com os equipamentos devidamente instalados e configurados para iniciar a operação.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE MÁXIMA	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	Infraestrutura Física e Tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas			
1.1	Estação de trabalho – Desktop	100	Un.	
1.2	Estação de trabalho – Notebook	12	Un.	
1.3	Servidor para videowall	3	Un.	
1.4	Smart TV de 60” ou superior	10	Un.	
1.5	Smart TV de 43” ou superior	10	Un.	
1.6	Tela interativa multitouch 86” ou superior	5	Un.	

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

1.7	Impressora à Laser Colorida	10	Un.	
1.8	Impressora à Laser Monocromática	10	Un.	
1.9	Ponto de acesso sem fio (wireless access point)	10	Un.	
1.10	Joystick de vigilância para câmera com PTZ	20	Un.	
1.11	Videowall integrado	3	Conjunto	
1.12	Nobreak 1,4KVA	10	Un.	
1.13	Infraestrutura da Sala de Inteligência Artificial	5	Un.	
2	KIT Técnico Operacional			
2.1	Smartphone	1.200	Un.	
2.2	Impressora Portátil	1.200	Un.	
2.3	Bobinas para impressora portátil	1.200	Un./Mês	
2.4	Tablet	50	Un.	
2.5	Veículos equipados para mapeamento viário	10	Un./Mês	
3	Suporte Técnico e Treinamento Contínuo:			
3.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês	
3.2	Treinamentos	60	Horas	

**SISTEMAS, SOFTWARES E APLICATIVOS NECESSÁRIOS À
OPERACIONALIZAÇÃO DO Núcleo de Operações Assistidas**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	UNIDADE
1	Sistemas, Softwares e Aplicativos		
1.1	Sistema de Gestão de Trânsito	50	Licença
1.2	Sistema de Gerenciamento e Despacho	50	Licença
1.3	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Trânsito	50	Licença
1.4	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Transporte Público Coletivo	50	Licença
1.5	Sistema de Controle Financeiro	20	Licença
1.6	Sistema de Gerenciamento de Pátio	50	Licença
1.7	Sistema para Gestão de Zona Azul Digital e gerenciamento de aplicativos de venda de ticket de zona azul digital	50	Licença
1.8	Sistema de Informações Gerenciais	20	Licença
1.9	Sistema de Controle Preditivo de Tráfego	50	Licença
1.10	Aplicativo Colaborativo Cidadão	50	Licença
1.11	Aplicativo de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito	1.200	Licença
1.12	Aplicativo de Fiscalização	1.200	Licença
1.13	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito	1.200	Licença
1.14	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Taxi e Transporte Alternativo	1.200	Licença
1.15	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Transporte Público Coletivo	1.200	Licença

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

1.16	Aplicativo de Registro de Remoção de Veículos	1.200	Licença
1.17	Aplicativo Blitz	1.200	Licença
1.18	Aplicativo de Tarefas/Ocorrências	1.200	Licença
1.19	Sistema de Multas por Videomonitoramento	50	Licença
1.20	Sistema de Monitoramento de Agentes	10	Licença
2	Suporte, Customização, Capacitação e Operação Assistida		
2.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês
2.2	Customização	12	Mês
2.3	Capacitação	1	Mês
2.4	Operação assistida	44	Hora/Mês

Sistema de monitoramento da infraestrutura das vias públicas

Descrição	Mês														
	1				2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12 a 60
	Seman a														
	1	2	3	4											
Serviços Correlatos ao Software															
Reunião de Kickoff	■														
Dinâmica do Projeto	■														
Setup	■														
Treinamento de Usuários	■														
Customização (Integração da Solução)	■				■	■									

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Descrição	Mês														
	1				2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12 a 60
	Seman a														
	1	2	3	4											
Manutenção e Suporte ao Software	■				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Serviços Técnicos Associados															
Pré-Operação															
Diagnóstico Situacional	■														
Estratégia de Monitoramento	■														
Operação Compartilhada															
Apuração Unidades de Iluminação Pública					■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Apuração de Ocorrências					■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1.A Contratada deverá disponibilizar os aparelhos celulares, tipo smartphones e impressoras portáteis, com as especificações deste Termo de Referência e nos prazos definidos no Contrato.
- 4.2.Prestar os serviços de manutenção corretiva e evolutiva para os smartphones e impressoras portáteis, sem custos adicionais para a TRANSALVADOR, durante todo o período contratual, com eventual substituição quando necessário.
- 4.3.Realizar a manutenção diretamente nos locais de alocação dos equipamentos, por seus profissionais, assumindo a característica de troca direta dos equipamentos para manutenções corretivas

- 4.4. A Contratada deverá fornecer e manter estoque mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das bobinas de papel a serem utilizadas nas impressoras portáteis para impressão dos autos de infração, de apreensão e remoção de veículos e registro de boletim de ocorrências acidentes de trânsito.
- 4.5. A licitante vencedora será responsável por fornecer à contratante atualização tecnológica dos equipamentos e sistemas envolvidos.
- 4.6. A Contratada assume o compromisso de manter atualizados tecnologicamente todos os *softwares* utilizados nos sistemas, visando a melhoria da funcionalidade, qualidade e produtividade dos serviços, demonstrando esse resultado.
- 4.7. Todos os sistemas devem ser atualizados sempre que houver alteração na regulamentação dos serviços.
- 4.8. A Contratada deverá fornecer capacitação técnica a todos os funcionários envolvidos sempre que solicitado pela Contratante.
- 4.9. A Contratada deverá dispor de suporte técnico telefônico e via internet 7 dias por semana, de 8:00 até 18:00, inclusive em dias de feriado para abertura de chamados.
- 4.10. É de responsabilidade da empresa vencedora a manutenção dos equipamentos fornecidos em razão do presente contrato, incluindo-se a substituição destes quando necessária, cujo direito ao ressarcimento observará o quanto previsto no Termo de Referência e no contrato.
- 4.11. Responsabilizar-se unicamente pelos custos diretos e indiretos, seja de pessoal e material necessários à instalação dos sistemas.
- 4.12. Atualizar sempre que houver alteração na regulamentação dos serviços, todos os sistemas.
- 4.13. Responder pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurado na forma da legislação vigente e comunicados com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas do fato ou da ordem expressa e escrita da TRANSALVADOR.

- 4.14. Prestar o serviço de Operação Assistida, composto por um conjunto de atividades que permitam o treinamento e capacitação da equipe da TRANSALVADOR que será responsável pelas atividades de fiscalização e operação, devendo haver nesse período as atividades de manutenção preventiva, corretiva e a transferência de conhecimento e experiência necessária para que não ocorra a descontinuidade dos produtos contemplados no projeto pela TRANSALVADOR.
- 4.15. Disponibilizar corpo técnico formado por especialistas para oferecer suporte na realização de testes, análises, medidas e ajustes assegurando que as operações diárias sejam realizadas em conformidade com os padrões pré-estabelecidos na solicitação.
- 4.16. Reconhecer que a TRANSALVADOR não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se por quaisquer acidentes que possa ocorrer com seus empregados e prepostos.
- 4.17. Pagar todos os tributos, inclusive contribuições previdenciárias que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o contrato ou seu objeto, podendo a TRANSALVADOR, a qualquer momento exigir da contratada a comprovação de sua regularidade e descontar qualquer crédito a que a contratada tenha a receber.
- 4.18. Finalizado o sistema e não ocorrendo renovação, a empresa deverá auxiliar na transferência dos dados para a nova empresa. Para isso deverá gerar arquivo em formato definido pela TRANSALVADOR, com os dados dos registros de ocorrência, para que a nova empresa possa ter acesso e importar os dados. Nesse período de transição, a empresa deverá receber os valores proporcionais aos dias que o sistema continuar em operação ou transferindo os dados.
- 4.19. Para não existir descontinuidade do serviço a empresa continuará operando até a nova contratada estar apta a iniciar a operação.
- 4.20. A Contratada deverá sempre que necessário, fazer a integração ou exportação dos dados com novos sistemas da TRANSALVADOR ou da PMS.

- 4.21. A empresa contratada deverá adequar os sistemas/aplicativos as necessidades legais, sejam elas originárias do Denatran, Contran, Prefeitura do Salvador etc. à legislação sobre proteção e uso de dados;
- 4.22. Proceder a contratação de DATA CENTER em plena conformidade com os parâmetros previstos neste Termo de Referência para fins de melhor processamento e funcionamento da plataforma de inteligência artificial, sem que haja substituição com eventual DATA CENTER utilizado pelo ente municipal.

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE 01

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de modernização e ampliação do Núcleo de Operações Assistidas (Núcleo de Operações) da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, com fornecimento de materiais, infraestrutura física e tecnológica, bem como a implantação, manutenção, suporte e operação assistida de uma plataforma integrada de gestão tecnológica voltada ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município do Salvador.

A empresa contratada será responsável por prover todas as condições necessárias à operacionalização da mobilidade urbana no município, por meio da estruturação e instrumentalização do Núcleo de Operações Assistidas, com a entrega de soluções em formato de “KIT”, conforme cronograma de implantação definido pelo contratante, contendo os seguintes serviços:

- a) Infraestrutura física e tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas;
- b) KIT técnico para capacitação dos agentes;
- c) Suporte Técnico.

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, considerando a complexidade da infraestrutura tecnológica e operacional envolvida, bem como o caráter essencial dos serviços prestados à população.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE MÁXIMA	UNI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Infraestrutura Física e Tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas				
1.1	Estação de trabalho – Desktop	100	Un.		R\$ -
1.2	Estação de trabalho – Notebook	12	Un.		R\$ -
1.3	Servidor para videowall	3	Un.		R\$ -
1.4	Smart TV de 60" ou superior	10	Un.		R\$ -
1.5	Smart TV de 43" ou superior	10	Un.		R\$ -
1.6	Tela interativa multitouch 86" ou superior	5	Un.		R\$ -
1.7	Impressora à Laser Colorida	10	Un.		R\$ -
1.8	Impressora à Laser Monocromática	10	Un.		R\$ -
1.9	Ponto de acesso sem fio (wireless access point)	10	Un.		R\$ -
1.10	Joystick de vigilância para câmera com PTZ	20	Un.		R\$ -
1.11	Videowall integrado	3	Conjunto		R\$ -
1.12	Nobreak 1,4KVA	10	Un.		R\$ -
1.13	Infraestrutura da Sala de Inteligência Artificial	5	Un.		R\$ -
2	KIT Técnico Operacional				
2.1	Smartphone	1.200	Un.		R\$ -
2.2	Impressora Portátil	1.200	Un.		R\$ -
2.3	Bobinas para impressora portátil	1.200	Un./Mês		R\$ -

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

2.4	Tablet	50	Un.		R\$ -
2.5	Veículos equipados para mapeamento viário	10	Un./Mês		R\$ -
3	Suporte Técnico e Treinamento Contínuo:				
3.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês		R\$ -
3.2	Treinamentos	60	Un.		R\$ -
VALOR TOTAL					R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

R\$ _____

Valor por KIT

R\$ _____

Razão Social _____,

CNPJ _____

Endereço _____

CEP _____ Telefone/fax _____

Pessoa de contato da empresa: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Prazos para entrega dos KITS, conforme cronograma indicado no Termo de Referência, Anexo I do edital;

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Declaramos que os preços cotados contemplam todas as despesas e custos relativos à execução dos serviços, e fornecimento de papel, manutenção, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, seguro e entrega CIF/SALVADOR, demais despesas necessárias à execução do contrato, ficando esclarecido que a TRANSALVADOR não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do Licitante

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE 02

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de modernização e ampliação do Núcleo de Operações Assistidas (Núcleo de Operações) da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, com fornecimento de materiais, infraestrutura física e tecnológica, bem como a implantação, manutenção, suporte e operação assistida de uma plataforma integrada de gestão tecnológica voltada ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município do Salvador.

A empresa contratada será responsável por prover todas as condições necessárias à operacionalização da mobilidade urbana no município, por meio da estruturação e instrumentalização do Núcleo de Operações Assistidas, com a entrega de soluções em formato de “KIT”, conforme cronograma de implantação definido pelo contratante, contendo os seguintes serviços:

- a) Sistemas, Softwares e aplicativos necessários à operacionalização do Núcleo de Operações Assistidas;
- b) Suporte e treinamento.

O contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, considerando a complexidade da infraestrutura tecnológica e operacional envolvida, bem como o caráter essencial dos serviços prestados à população.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD MÁX.	UNI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Sistemas, Softwares e Aplicativos					
1.1	Sistema de Gestão de Trânsito	50	Licença			
1.2	Sistema de Gerenciamento e Despacho	50	Licença			
1.3	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Trânsito	50	Licença			
1.4	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Transporte Público Coletivo	50	Licença			
1.5	Sistema de Controle Financeiro	20	Licença			
1.6	Sistema de Gerenciamento de Pátio	50	Licença			
1.7	Sistema para Gestão de Zona Azul Digital e gerenciamento de aplicativos de venda de ticket de zona azul digital	50	Licença			
1.8	Sistema de Informações Gerenciais	20	Licença			
1.9	Sistema de Controle Preditivo de Tráfego	50	Licença			
1.10	Aplicativo Colaborativo Cidadão	50	Licença			
1.11	Aplicativo de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito	1.200	Licença			
1.12	Aplicativo de Fiscalização	1.200	Licença			
1.13	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito	1.200	Licença			
1.14	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Taxi e Transporte Alternativo	1.200	Licença			
1.15	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Transporte Público Coletivo	1.200	Licença			
1.16	Aplicativo de Registro de Remoção de Veículos	1.200	Licença			
1.17	Aplicativo Blitz	1.200	Licença			
1.18	Aplicativo de Tarefas/Ocorrências	1.200	Licença			

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

1.19	Sistema de Multas por Videomonitoramento	50	Licença			
1.20	Sistema de Monitoramento de Agentes	10	Licença			
2	Suporte, Customização, Capacitação e Operação Assistida					
2.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês			
2.2	Customização	12	Mês			
2.3	Capacitação	1	Mês			
2.4	Operação assistida	44	Hora/Mês			
VALOR TOTAL					R\$ -	R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

R\$ _____

Valor por KIT R\$ _____

Razão Social _____,
 CNPJ _____

Endereço _____

CEP _____ Telefone/fax _____

Pessoa de contato da empresa: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Prazos para entrega dos KITS, conforme cronograma indicado no Termo de Referência, Anexo I do edital;

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Declaramos que os preços cotados contemplam todas as despesas e custos relativos à execução dos serviços, e fornecimento de papel, manutenção, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, seguro e entrega CIF/SALVADOR, demais despesas necessárias à execução do contrato, ficando esclarecido que a TRANSALVADOR não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do Licitante

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Os abaixo-assinados, de um lado a _____, CNPJ nº _____/_____, situada na cidade de _____, à Rua: _____, bairro _____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado _____, CNPJ nº _____/_____, situada na cidade de _____, à Rua: _____, bairro _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justa e acertada, a celebração do presente TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, através do qual a CONTRATADA aceita não divulgar sem autorização prévia e formal segredos e informações sensíveis de propriedade da CONTRATANTE e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que deverão ser entendidas como segredo. Estas informações deverão ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não poderão ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios Colaboradores da CONTRATADA, sem a expressa e escrita autorização da CONTRATANTE.

SEGUNDA – As informações, exemplificadas abaixo, deverão receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação.

1. Programas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;

2. Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento no âmbito da CONTRATANTE, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões “BETA” de quaisquer programas;

3. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito à PMS; 4. Metodologia, projetos e serviços utilizados;

4. Números e valores financeiros.

TERCEIRA – A CONTRATADA reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou que venham a surgir no futuro deverão ser mantidas sob sigredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizado, formalmente, a tratá-la de forma diferente pela CONTRATANTE.

QUARTA – A CONTRATADA reconhece que, no seu desligamento definitivo do Contrato, deverá entregar à CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a CONTRATANTE, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A CONTRATADA também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para a CONTRATANTE.

QUINTA – A CONTRATADA deverá assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado entre a CONTRATADA e seus colaboradores, e que eles comprometer-se-ão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro: A coleta dos Termos de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade de seus colaboradores não eximirá a CONTRATADA das penalidades por violação das regras por parte de seus contratados.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores à CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias após assinatura dos respectivos termos.

Parágrafo Terceiro: Sempre que um colaborador for admitido, a CONTRATADA deverá fornecer cópia do novo termo firmado no prazo de 02 (dois) dias após assinatura do respectivo termo.

SEXTA – O atendimento deste Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade, bem como das Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação deverão ser incorporados formalmente ao contrato de trabalho dos funcionários da CONTRATADA que prestarem serviços à CONTRATANTE.

SÉTIMA – A CONTRATADA deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pela CONTRATANTE.

OITAVA – O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, ____ de _____ 2026.

Responsável pelo Contrato – CONTRATANTE

Responsável pelo Contrato – CONTRATADA

ANEXO III

TERMO CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS

Os abaixo-assinados, de um lado a _____, CNPJ nº _____/_____, situada na cidade de _____, à Rua: _____, bairro _____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado _____, CNPJ nº _____/_____, situada na cidade de _____, à Rua: _____, bairro _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justa e acertada, a celebração do presente TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS, que cede de forma definitiva à CONTRATANTE, todos os direitos autorais, bem como os direitos patrimoniais de uso, concernente aos produtos do trabalho realizado.

Em, _____ de _____ de 2026.

Responsável pelo Contrato – CONTRATANTE

Responsável pelo Contrato – CONTRATADA

ANEXO IV

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO

1. Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial seu Art. 22, § 3º, e Art. 92, IX, a presente contratação é regida pela Matriz de Alocação de Riscos.
2. A Matriz de Alocação de Riscos define e delimita, de forma objetiva, as responsabilidades das partes signatárias quanto a eventos futuros e incertos que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando otimizar a eficiência e mitigar a ocorrência de litígios.
3. Os riscos expressamente previstos e alocados na Matriz são de responsabilidade da parte nela identificada (CONTRATANTE ou CONTRATADA), não cabendo à parte responsável pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro em virtude da ocorrência do evento danoso.
4. A ocorrência de um risco alocado à CONTRATADA não a eximirá do cumprimento de suas obrigações contratuais, devendo adotar as medidas de mitigação e contingência previstas, sem ônus para a CONTRATANTE.
5. A alocação de riscos não se confunde com as sanções aplicáveis por inexecução contratual, que serão impostas à parte infratora independentemente de sua responsabilidade pelos riscos previstos.
6. A Matriz de Alocação de Riscos constitui parte integrante e indissociável deste Contrato para todos os fins e efeitos legais.

Riscos — Fase de Implantação

Risco (Evento Gerador)	Probabilidade	Impacto	Responsável (Alocação do Risco)	Ações de Mitigação e Contingência
Atraso na instalação da infraestrutura física do Núcleo de Operações	Média	Alto	CONTRATADA (Lote 01)	Mitigação: Elaboração de cronograma detalhado de implantação,

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Assistidas (estações de trabalho, servidores, videowall, rede, nobreaks).				com marcos de controle e equipe técnica dedicada. Contingência: Reprogramação de atividades em janelas autorizadas pela CONTRATANTE, com aplicação de sanções contratuais quando cabível.
Videowall, servidores ou demais equipamentos entregues fora das especificações mínimas exigidas no Termo de Referência.	Baixa	Alto	CONTRATADA (Lote 01)	Mitigação: Processo de controle de qualidade, ensaios e testes de fábrica, homologação de modelos previamente pela CONTRATANTE. Contingência: Recusa do recebimento pela CONTRATANTE e substituição imediata dos equipamentos,

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

				sem ônus adicional e sem extensão do prazo global de implantação.
Kits operacionais (smartphones, impressoras portáteis, bobinas) incompatíveis com os sistemas centrais do Núcleo de Operações Assistidas e aplicativos institucionais.	Baixa	Médio	CONTRATADA (Lote 01)	Mitigação: Homologação prévia dos dispositivos com os aplicativos e integrações previstas; realização de testes de campo antes da operação plena. Contingência: Substituição dos equipamentos por modelos compatíveis, sem custos adicionais à CONTRATANTE.
Indisponibilidade e ou inadequação de infraestrutura física e lógica prévia (pontos	Média	Médio	CONTRATANTE	Mitigação: Vistoria técnica prévia conjunta, com emissão de relatório de

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

de energia, rede, climatização) nos ambientes designados para implantação do Núcleo de Operações Assistidas .				adequação e cronograma de correções a cargo da CONTRATANTE. Contingência: Reprogramação das atividades de instalação até a regularização da infraestrutura, podendo gerar custos logísticos adicionais assumidos pela CONTRATANTE, quando aplicável.
Atraso na disponibilização dos ambientes de computação em nuvem e das APIs necessárias à integração dos sistemas do Lote 02.	Baixa	Alto	CONTRATADA (Lote 02)	Mitigação: Provisionament o antecipado dos ambientes SaaS, realização de testes automatizados de desempenho e carga, validação de APIs antes do início da operação.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

				Contingência: Utilização de ambiente de contingência ou replicado, com posterior migração planejada para o ambiente definitivo.
--	--	--	--	--

Riscos — Operacionais e Técnicos

Risco (Evento Gerador)	Probabilidade	Impacto	Responsável (Alocação do Risco)	Ações de Mitigação e Contingência
Descumprimento dos níveis de serviço (SLA) de suporte técnico 24x7, operação assistida e atendimento a incidentes.	Média	Alto	CONTRATADA (Lote 02)	Mitigação: Dimensionamento adequado da equipe de suporte, NOC/SOC ativos, monitoramento contínuo de disponibilidade e capacidade. Contingência: Aplicação de glosas, penalidades financeiras e demais sanções previstas em

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

				contrato proporcionais ao nível de serviço não cumprido.
Falhas recorrentes ou indisponibilidade de prolongada dos sistemas centrais (Sistema de Controle do Núcleo de Operações Assistidas, sistemas de pátio, zona azul digital, blitz, OCR/ANPR, SIG).	Média	Alto	CONTRATADA (Lote 02)	Mitigação: Arquitetura de alta disponibilidade com redundância, monitoramento proativo, testes periódicos de continuidade e capacidade. Contingência: Ativação de ambiente secundário de recuperação de desastres (DR), com RTO e RPO definidos contratualmente.
Indisponibilidade de ou falha nas integrações com sistemas legados e externos da CONTRATANTE	Média	Médio	COMPARTILHADO	Mitigação: Planejamento de integrações por fases, testes de homologação conjunta,

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

(SIAT, talonário eletrônico, JARI, RENAINF, sistemas de pátio, transporte alternativo).				definição de responsabilidades técnicas por interface. Contingência: Operação em modo degradado com armazenamento local/temporário de dados e sincronização quando a integração for restabelecida.
Falhas de sincronização ou perda temporária de dados enviados por dispositivos de campo (tablets, smartphones, viaturas mapeadoras, câmeras OCR/ANPR).	Média	Médio	CONTRATADA	Mitigação: Implementação de filas de mensagens, mecanismos de reenvio automático, logs de auditoria e monitoramento de integridade. Contingência: Processos de reprocessamento de dados e recuperação a partir de

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

				backups ou registros locais.
Alto índice de falhas de hardware nos kits operacionais (smartphones, impressoras portáteis, tablets) prejudicando a operação em campo.	Média	Médio	CONTRATADA (Lote 01)	Mitigação: Fornecimento de equipamentos de padrão corporativo, com certificações mínimas, e manutenção de estoque de reserva conforme TR. Contingência: Substituição imediata dos equipamentos defeituosos por unidades reserva, sem ônus para a CONTRATANTE, nos casos de defeito ou desgaste natural.
Erros em atualizações de software (modelo SaaS, CI/CD) que	Baixa	Alto	CONTRATADA (Lote 02)	Mitigação: Uso de pipelines de integração contínua com testes

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

causem instabilidade ou indisponibilidade de funcionalidades críticas.				automatizados, ambiente de homologação e estratégia Blue/Green ou Canary Release. Contingência: Rollback imediato para versão estável anterior, com janela planejada de correção e comunicação prévia ao gestor do contrato.
Roubo, extravio ou mau uso dos kits operacionais por parte de usuários da CONTRATANTE .	Média	Baixo	CONTRATANTE	Mitigação: Campanhas internas de conscientização, termos de responsabilidade, rastreio de dispositivos e controles de inventário. Contingência: Ressarcimento pela CONTRATANTE nos casos de roubo, perda, extravio ou mau uso, conforme

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

				condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.
Não conformidade com requisitos de segurança da informação (ISO 27001/27002, LGPD, política municipal de segurança) nos sistemas fornecidos.	Baixa	Alto	CONTRATADA	Mitigação: Implementação de política de segurança aderente às normas, criptografia de dados, autenticação forte, testes de vulnerabilidade e auditorias periódicas. Contingência: Correção imediata das não conformidades identificadas, com reporte ao gestor do contrato e, quando cabível, aplicação de sanções.

Riscos — Legais, Financeiros e Contratuais

Risco (Evento Gerador)	Probabilidade	Impacto	Responsável (Alocação do Risco)	Ações de Mitigação e Contingência
Atraso no pagamento das obrigações contratuais após o devido ateste das faturas mensais.	Baixa	Médio	CONTRATANTE	Mitigação: Otimização dos fluxos internos de ateste e liquidação, atuação ativa do fiscal do contrato no acompanhamento de prazos. Contingência: Pagamento dos valores devidos com as atualizações financeiras e encargos previstos em contrato e legislação aplicável.
Alterações na legislação tributária, de trânsito ou de segurança da informação que impactem o custo ou a	Baixa	Médio	COMPARTILHA DO	Mitigação: Acompanhamento sistemático das alterações normativas e avaliação prévia de impactos. Contingência:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

execução dos serviços.				Negociação entre as partes para eventual termo aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
Aplicação de penalidades por não conformidade com normas e regulamentações específicas (CONTRAN, LGPD, decretos municipais).	Baixa	Alto	CONTRATADA	Mitigação: Adequação integral das soluções às normas vigentes, com validação jurídica e técnica. Contingência: Correção imediata da não conformidade, pagamento de eventuais multas e ajustes de processo para evitar reincidência.
Rescisão contratual imotivada ou injustificada pela CONTRATADA.	Baixa	Alto	CONTRATADA	Mitigação: Exigência de garantias contratuais, análise de capacidade técnica e

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

				<p>econômico-financeira prévia à contratação.</p> <p>Contingência:</p> <p>Aplicação das sanções máximas previstas em lei e no contrato, incluindo multa, impedimento de licitar e execução das garantias para compensar prejuízos.</p>
<p>Inconsistência, indisponibilidade ou má qualidade de dados fornecidos por terceiros integrados (operadores de pátio, parceiros, outros órgãos).</p>	Média	Médio	COMPARTILHA DO	<p>Mitigação:</p> <p>Formalização de responsabilidades em contratos específicos, definição de SLAs e rotinas de validação de dados.</p> <p>Contingência:</p> <p>Utilização de dados locais ou alternativos e posterior ajuste/sincronização quando as informações corretas forem restabelecidas.</p>

Riscos — Continuidade Operacional e Segurança

Risco (Evento Gerador)	Probabilidade	Impacto	Responsável (Alocação do Risco)	Ações de Mitigação e Contingência
Indisponibilidade do data center ou falhas graves de infraestrutura que comprometam a continuidade dos serviços do Núcleo de Operações Assistidas .	Baixa	Alto	CONTRATADA	Mitigação: Hospedagem em data center com certificação mínima Tier III, arquitetura redundante, monitoramento e manutenção preventiva. Contingência: Adoção do plano de continuidade de negócios e de recuperação de desastres (PCN/DRP), com restabelecimento em tempo compatível com o SLA contratual.
Vazamento, acesso não autorizado ou tratamento	Baixa	Alto	CONTRATADA	Mitigação: Implementação de controles de acesso,

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

inadequado de dados pessoais e sensíveis, em descumprimento à LGPD.				criptografia, anonimização e registros de auditoria, bem como políticas de segurança e treinamento de equipe. Contingência: Adoção imediata de medidas de contenção, investigação do incidente, correção das vulnerabilidades e comunicação às autoridades competentes quando exigido em lei.
Sobrecarga de usuários ou de transações acima da capacidade originalmente prevista, causando degradação de desempenho da solução SaaS.	Média	Médio	CONTRATADA	Mitigação: Dimensionamento com margens de segurança, uso de escalabilidade horizontal e vertical automática, monitoramento de capacidade. Contingência: Ampliação

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

				emergencial de recursos computacionais, otimização de consultas e, se necessário, priorização temporária de funcionalidades críticas.
--	--	--	--	---

**ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
LOTE 01**

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de modernização e ampliação do Núcleo de Operações Assistidas (Núcleo de Operações) da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, com fornecimento de materiais, infraestrutura física e tecnológica, bem como a implantação, manutenção, suporte e operação assistida de uma plataforma integrada de gestão tecnológica voltada ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município do Salvador.

A empresa contratada será responsável por prover todas as condições necessárias à operacionalização da mobilidade urbana no município, por meio da estruturação e instrumentalização do Núcleo de Operações Assistidas, com a entrega de soluções em formato de “KIT”, conforme cronograma de implantação definido pelo contratante, contendo os seguintes serviços:

- d) Infraestrutura física e tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas;
- e) KIT técnico para capacitação dos agentes;
- f) Suporte Técnico.

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, considerando a complexidade da infraestrutura tecnológica e operacional envolvida, bem como o caráter essencial dos serviços prestados à população.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE MÁX.	UNI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Infraestrutura Física e Tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas				
1.1	Estação de trabalho – Desktop	100	Un.		R\$ -
1.2	Estação de trabalho – Notebook	12	Un.		R\$ -
1.3	Servidor para videowall	3	Un.		R\$ -
1.4	Smart TV de 60” ou superior	10	Un.		R\$ -
1.5	Smart TV de 43” ou superior	10	Un.		R\$ -
1.6	Tela interativa multitouch 86” ou superior	5	Un.		R\$ -
1.7	Impressora à Laser Colorida	10	Un.		R\$ -
1.8	Impressora à Laser Monocromática	10	Un.		R\$ -
1.9	Ponto de acesso sem fio (wireless access point)	10	Un.		R\$ -
1.10	Joystick de vigilância para câmera com PTZ	20	Un.		R\$ -
1.11	Videowall integrado	3	Conjunto		R\$ -
1.12	Nobreak 1,4KVA	10	Un.		R\$ -
1.13	Infraestrutura da Sala de Inteligência Artificial	5	Un.		R\$ -
2	KIT Técnico Operacional				
2.1	Smartphone	1.200	Un.		R\$ -
2.2	Impressora Portátil	1.200	Un.		R\$ -
2.3	Bobinas para impressora portátil	1.200	Un./Mês		R\$ -
2.4	Tablet	50	Un.		R\$ -
2.5	Veículos equipados para mapeamento viário	10	Un.		R\$ -

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

3	Suporte Técnico e Treinamento Contínuo:				
3.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês		R\$ -
3.2	Treinamentos	60	Un.		R\$ -
VALOR TOTAL					R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

R\$ _____

Valor por KIT

R\$ _____

Razão Social _____,

CNPJ _____

Endereço _____

CEP _____ Telefone/fax _____

Pessoa de contato da empresa:

Prazo de validade da proposta:

Prazos para entrega dos KITs, conforme cronograma indicado no Termo de Referência, Anexo I do edital;

Declaramos que os preços cotados contemplam todas as despesas e custos relativos à execução dos serviços, e fornecimento de papel, manutenção, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, seguro e entrega CIF/SALVADOR, demais despesas necessárias à execução do contrato, ficando esclarecido que a TRANSALVADOR não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do Licitante

**ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
LOTE 02**

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de modernização e ampliação do Núcleo de Operações Assistidas (Núcleo de Operações) da Superintendência de Trânsito de Salvador – TRANSALVADOR, com fornecimento de materiais, infraestrutura física e tecnológica, bem como a implantação, manutenção, suporte e operação assistida de uma plataforma integrada de gestão tecnológica voltada ao monitoramento, controle e coordenação das atividades de trânsito e mobilidade urbana no Município do Salvador.

A empresa contratada será responsável por prover todas as condições necessárias à operacionalização da mobilidade urbana no município, por meio da estruturação e instrumentalização do Núcleo de Operações Assistidas, com a entrega de soluções em formato de “KIT”, conforme cronograma de implantação definido pelo contratante, contendo os seguintes serviços:

- c) Sistemas, Softwares e aplicativos necessários à operacionalização do Núcleo de Operações Assistidas;
- d) Suporte e treinamento.

O contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, considerando a complexidade da infraestrutura tecnológica e operacional envolvida, bem como o caráter essencial dos serviços prestados à população.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE MÁX.	UNI- DADE	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Sistemas, Softwares e Aplicativos					
1.1	Sistema de Gestão de Trânsito	50	Licença			
1.2	Sistema de Gerenciamento e Despacho	50	Licença			
1.3	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Trânsito	50	Licença			
1.4	Sistema de Processamento e Gestão de Multas de Transporte Público Coletivo	50	Licença			
1.5	Sistema de Controle Financeiro	20	Licença			
1.6	Sistema de Gerenciamento de Pátio	50	Licença			
1.7	Sistema para Gestão de Zona Azul Digital e gerenciamento de aplicativos de venda de ticket de zona azul digital	50	Licença			
1.8	Sistema de Informações Gerenciais	20	Licença			
1.9	Sistema de Controle Preditivo de Tráfego	50	Licença			
1.10	Aplicativo Colaborativo Cidadão	50	Licença			
1.11	Aplicativo de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito	1.200	Licença			
1.12	Aplicativo de Fiscalização	1.200	Licença			
1.13	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Trânsito	1.200	Licença			
1.14	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Taxi e Transporte Alternativo	1.200	Licença			
1.15	Aplicativo de Talonário Eletrônico de Infrações de Transporte Público Coletivo	1.200	Licença			
1.16	Aplicativo de Registro de Remoção de Veículos	1.200	Licença			

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SEMOB/TRANSALVADOR
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

1.17	Aplicativo Blitz	1.200	Licença			
1.18	Aplicativo de Tarefas/Ocorrências	1.200	Licença			
1.19	Sistema de Multas por Videomonitoramento	50	Licença			
1.20	Sistema de Monitoramento de Agentes	10	Licença			
2	Suporte, Customização, Capacitação e Operação Assistida					
2.1	Atendimento técnico presencial e remoto	12	Mês			
2.2	Customização	12	Mês			
2.3	Capacitação	1	Mês			
2.4	Operação assistida	44	Hora/Mês			
VALOR TOTAL					R\$ -	R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

R\$ _____

Valor por KIT

R\$ _____

Razão Social

CNPJ _____

Endereço _____

CEP _____ **Telefone/fax** _____

Pessoa de contato da empresa:

Prazo de validade da proposta:

Prazos para entrega dos KITS, conforme cronograma indicado no Termo de Referência, Anexo I do edital;

Declaramos que os preços cotados contemplam todas as despesas e custos relativos à execução dos serviços, e fornecimento de papel, manutenção, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, seguro e entrega CIF/SALVADOR, demais despesas necessárias à execução do contrato, ficando esclarecido que a TRANSALVADOR não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do Licitante

ANEXO III DO EDITAL

DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

I. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital da Concorrência nº 001/2026, promovido pela TRANSALVADOR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

II. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

III. que, até a presente data, não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação na Concorrência nº 001/2026, e que não pesa contra si suspensão ou declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL e DATA.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

ANEXO IV DO EDITAL

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISSE XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (...).Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, data /...../.....

**Assinatura e nome da pessoa física/jurídica
(Sócio responsável pela empresa)**

ANEXO V DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ME/EPP/MEI

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA:

I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

II - Que no ano-calendário de realização desta licitação os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

III - Estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local, data /...../.....

Assinatura e nome da pessoa física/jurídica

(Sócio responsável pela empresa)

ANEXO VI DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

Local, data / /

Assinatura e nome da pessoa física/jurídica

(Sócio responsável pela empresa)

ANEXO VII DO EDITAL

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO IMPEDITIVO
COM A TRANSALVADOR**

(RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada

_____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento de contratação referenciado, não havendo qualquer impedimento.

Em especial, declara que seus diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio não possuem, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com a TRANSALVADOR, nem com membros da sua gestão e nem com agentes públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato administrativo objeto do presente certame.

Do mesmo modo, declara que os referidos representantes da empresa não são casados, companheiros ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, de qualquer dos agentes públicos acima citados.

Declara estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no art. 299 do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

Local, data /...../.....

**Assinatura e nome da pessoa física/jurídica
(Sócio responsável pela empresa)**

**ANEXO VIII DO EDITAL
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19104/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

A **SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO DE SALVADOR – TRANSALVADOR**, pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta do Município de Salvador, inscrita no CNPJ nº 10.603.491/0001-19, com sede no endereço constante no rodapé deste instrumento, representada pelo Superintendente Executivo, **DIEGO COSTA DE BRITO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu sócio _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº. _____, expedido pela _____, e do CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, decorrente da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 36.605/2023 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços, com fornecimento de materiais, equipamentos, infraestrutura tecnológica, sistemas e serviços especializados, destinados à modernização, ampliação e evolução tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas – NOA da CONTRATANTE.

1.2. O objeto compreende, conforme o lote contratado:

- I – Infraestrutura física e tecnológica, equipamentos e kits operacionais;
- II – Implantação, integração, parametrização e customização de sistemas;
- III – Licenciamento de softwares e módulos de inteligência artificial;
- IV – Suporte técnico, manutenção evolutiva e operação assistida;
- V – Capacitação técnica e treinamentos correlatos.

1.3. Integram este Contrato o Edital, o Termo de Referência, o Processo nº 19.104/2026, a proposta da CONTRATADA e a Ordem de Serviço emitida.

CLÁUSULA 2 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A contratação decorre de Sistema de Registro de Preços e será executada sob demanda, mediante Ordens de Serviço específicas.

2.2. As obrigações classificam-se em:

- I – fornecimentos e implantações sob demanda;
- II – serviços de disponibilidade contínua, quando formalmente ativados.

2.3. A execução observará níveis de serviço (SLA), critérios de medição e validação técnica.

CLÁUSULA 3 – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência:

3.1.1. Quanto ao Lote 01, de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, prorrogável sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, condicionadas as prorrogações à comprovação da vantajosidade, da necessidade administrativa e da existência de dotação orçamentária.

3.1.2. Quanto ao Lote 02, de **60 (sessenta) meses**, contados da assinatura, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo e essencial, condicionada sua execução, em cada exercício financeiro, à existência de dotação orçamentária e à manutenção da vantajosidade.

CLÁUSULA 4 – DO VALOR

4.1. O valor estimado do contrato é de R\$ _____, conforme proposta da Contratada.

4.2. O preço a ser adimplido à CONTRATADA será apurado por lote, com base na quantidade de módulos, KITs, equipamentos e serviços efetivamente disponibilizados, implantados e validados, conforme Ordens de Serviço expedidas pelo Gestor do Contrato

CLÁUSULA 5 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado, mensalmente, pela TRANSALVADOR, através de crédito em conta corrente junto à agência bancária indicada na declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, na forma do art. 4º do Decreto Municipal 23.856/2013, em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal Faturada, devidamente atestada pelo setor competente da TRANSALVADOR e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Salvador via www.nota.salvador.ba.gov.br.

5.1.1 Para o Lote 02, referente a soluções de software, sistemas, plataformas e módulos tecnológicos, o pagamento será realizado mensalmente, tendo como unidade de medida a quantidade de licenças efetivamente disponibilizadas e ativas no respectivo período de referência, conforme quantitativos previamente autorizados pela TRANSALVADOR.

5.2. A Nota Fiscal deverá discriminar os itens executados, quantitativos e período de referência.

5.3. O pagamento dos serviços continuados dependerá:

- I – do cumprimento dos SLAs;
- II – da validação técnica;
- III – da inexistência de falhas pendentes.

5.4. O descumprimento de níveis mínimos de desempenho implicará glosa proporcional.

5.5. Havendo erro na documentação da cobrança ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa até que a Contratada regularize a situação. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data da reapresentação da fatura e apresentação dos documentos, se for o caso.

5.6. A efetivação do pagamento está condicionada à apresentação dos documentos a seguir relacionados, no original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da TRANSALVADOR:

- a) Certidão Negativa para com a Fazenda Federal;
- b) Certidão Negativa para com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa para com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão Negativa de Débito com o INSS;
- f) Certidão de Regularidade com o FGTS.

5.7. Não ocorrendo o pagamento no prazo estipulado os valores serão atualizados, desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, em obediência ao disposto no Decreto Municipal nº 15.709, de 14.06.2005.

5.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que tenha sido

imposta pela TRANSALVADOR, sem que isso gere direito a correção monetária ou reajuste de preço.

5.9. O pagamento não isentará a Contratada da responsabilidade contratual, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços entregues.

5.10. O pagamento não implica quitação definitiva de eventuais vícios ocultos.

CLÁUSULA 6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas correrão pela Dotação Orçamentária: 15.451. 0004.229700 – Fluidez e Segurança no Trânsito - Sistema de Monitoramento e Fiscalização de Trânsito; Elementos de Despesa: X.X.XX.XX – Pessoa Jurídica;
Fonte: XXX –

As despesas correrão à conta da dotação orçamentária da CONTRATANTE, conforme LOA vigente.

CLÁUSULA 7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, do Edital, da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência do Processo nº 19104/2026, a CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as exigências técnicas e operacionais relacionadas à modernização, ampliação e evolução tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas – NOA.

7.2. Executar fielmente o objeto contratado, garantindo que os bens, sistemas, integrações e serviços sejam entregues e implantados dentro dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço.

7.3. Executar os serviços por meio de profissionais idôneos, tecnicamente capacitados e devidamente identificados, observando os padrões de

qualidade, segurança da informação e continuidade operacional exigidos para ambiente de missão crítica.

7.4. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, seguros, transporte, logística, deslocamento de pessoal, garantia técnica e quaisquer outros que incidam sobre a execução contratual.

7.5. Estruturar-se tecnicamente de forma compatível com a complexidade do objeto, providenciando infraestrutura própria adequada para desenvolvimento, testes, homologação, implantação, suporte e manutenção das soluções tecnológicas contratadas.

7.6. Garantir a plena operacionalidade do NOA, inclusive em situações excepcionais como greve, paralisação, indisponibilidade de equipe ou intercorrências técnicas, devendo manter plano de contingência e redundância operacional.

7.7. Disponibilizar versões iniciais, atualizações, correções, patches de segurança e novas versões dos sistemas fornecidos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE durante a vigência contratual, acompanhadas de documentação técnica e manuais atualizados.

7.8. Entregar documentação técnica completa, preferencialmente em português do Brasil, incluindo manuais, arquitetura de sistemas, integrações, APIs, parametrizações e procedimentos de recuperação.

7.9. Realizar, quando necessário, instalação, configuração e ativação presencial dos sistemas, licenças, equipamentos e módulos contratados, apresentando relatório técnico detalhado dos procedimentos realizados.

7.10. Atender prontamente às solicitações técnicas da CONTRATANTE, especialmente aquelas relacionadas à continuidade operacional do NOA.

7.11. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impedimento que possa comprometer prazos ou níveis de serviço, apresentando justificativa técnica fundamentada.

7.12. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, nem subcontratar parcialmente o objeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, permanecendo integralmente responsável pela execução.

7.13. Substituir, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, qualquer software, equipamento ou módulo que apresente falhas graves ou incompatibilidade sistêmica, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.14. Garantir plena interoperabilidade entre infraestrutura (Lote 01) e sistemas/plataformas (Lote 02), mesmo quando executados por empresas distintas, devendo cooperar tecnicamente para assegurar integração e funcionamento contínuo.

7.15. Encarregar-se integralmente da entrega e logística dos bens adquiridos, inclusive frete, instalação e configuração.

7.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

7.17. Manter absoluto sigilo sobre todas as informações técnicas, operacionais, estratégicas e dados pessoais acessados em razão da execução contratual, especialmente:

- I – dados de videomonitoramento;
- II – registros de infrações e fiscalização;
- III – dados de cidadãos e agentes públicos;
- IV – arquitetura tecnológica e integrações do NOA;
- V – parâmetros e modelos de inteligência artificial.

7.18. Não divulgar, reproduzir ou utilizar dados e informações para fins diversos da execução contratual, inclusive para desenvolvimento próprio, treinamento de modelos de IA ou exploração comercial.

7.19. Documentar todas as fases de execução dos projetos, integrações, customizações e implantações, registrando ocorrências, soluções adotadas e parâmetros técnicos aplicados.

7.20. Observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), implementando medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção dos dados tratados.

7.21. Assumir as providências previstas na legislação de acidentes de trabalho, quando seus empregados forem vítimas de ocorrências relacionadas à execução contratual, ainda que nas dependências da CONTRATANTE.

7.22. Cooperar integralmente em eventual processo de transição contratual, assegurando transferência organizada de dados, documentação técnica, configurações e parâmetros operacionais, sem criação de barreiras tecnológicas.

7.23. Responder por danos decorrentes de falhas de segurança da informação, indisponibilidade sistêmica ou erro técnico atribuível à sua atuação.

7.24. Fornecer todos os equipamentos, softwares e sistemas objeto deste contrato em condição de novos, de primeiro uso, assegurando garantia integral e suporte técnico durante toda a vigência contratual, em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis e com as boas práticas internacionais de tecnologia da informação e comunicação.

7.25. Os profissionais eventualmente alocados para a execução do objeto permanecerão sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, em todos os

aspectos técnicos, administrativos, trabalhistas, previdenciários e civis, inexistindo qualquer vínculo funcional, hierárquico ou de subordinação direta com a TRANSALVADOR.

7.25.1. É vedada a caracterização de pessoal à disposição da Administração, dedicação exclusiva não prevista contratualmente ou qualquer forma de subordinação estrutural ao órgão contratante.

7.26. É vedada a criação de dependência tecnológica injustificada da CONTRATANTE em relação à CONTRATADA, devendo as soluções adotadas assegurar a reversibilidade da operação, a portabilidade das informações e a plena continuidade operacional do serviço, em conformidade com as boas práticas de governança em tecnologia da informação e com as diretrizes dos órgãos de controle.

CLÁUSULA 8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o empenho da despesa e assegurar a disponibilidade orçamentária necessária ao cumprimento das obrigações financeiras assumidas no presente Contrato.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou comissão formalmente designada, observando o cumprimento das especificações técnicas, prazos, níveis de serviço (SLA) e demais obrigações estabelecidas.

8.3. Atestar, após verificação técnica, as Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA, certificando a efetiva entrega dos bens, a implantação dos sistemas e a prestação dos serviços contratados.

8.4. Aplicar à CONTRATADA, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.5. Prestar à CONTRATADA as informações técnicas e operacionais necessárias à execução do objeto, inclusive dados para integração sistêmica, parametrização e homologação dos módulos implantados.

8.6. Verificar minuciosamente, no prazo estabelecido nas Ordens de Serviço, a conformidade dos bens, sistemas, integrações e serviços entregues provisoriamente, confrontando-os com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta contratada, para fins de aceite definitivo.

8.7. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de imperfeições, falhas técnicas, inconsistências sistêmicas, indisponibilidade de serviços ou quaisquer irregularidades constatadas, fixando prazo razoável para correção.

8.8. Sustar, recusar, determinar refazimento ou substituição de qualquer sistema, módulo, equipamento, integração ou serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas, requisitos de interoperabilidade ou padrões de segurança exigidos para o funcionamento do NOA.

8.9. Disponibilizar acesso controlado às dependências, sistemas e ambientes necessários à execução contratual, observadas as normas internas de segurança da informação.

8.10. Promover, quando necessário, reuniões técnicas de alinhamento, homologação e acompanhamento da implantação das soluções tecnológicas.

8.11. Garantir cooperação institucional entre setores internos da TRANSALVADOR para viabilizar integrações sistêmicas, validação de dados e testes operacionais.

8.12. Formalizar, por meio de Ordens de Serviço, as demandas específicas de fornecimento, implantação ou ativação de serviços continuados, observando o regime sob demanda decorrente do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA 9 – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

9.1. Todas as informações relativas à CONTRATANTE, ao Núcleo de Operações Assistidas – NOA e às bases de dados acessadas em razão do objeto da Ata e dos contratos dela decorrentes deverão ser tratadas pela CONTRATADA como estritamente confidenciais.

9.1.1. Tais informações somente poderão ser fornecidas ou compartilhadas:

- I – mediante solicitação formal da CONTRATANTE, para fins institucionais;
- II – em decorrência de determinação judicial ou requisição legal de autoridade competente, hipótese em que a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada, salvo vedação legal.

9.2. Consideram-se informações confidenciais todos os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Município de Salvador ou sob sua guarda, de natureza econômico-financeira, tecnológica, operacional, estratégica e administrativa, repassados ou acessados em razão do objeto desta Ata, incluindo, mas não se limitando a:

- I – arquitetura tecnológica do NOA;
- II – sistemas de gestão, fiscalização e monitoramento de trânsito;
- III – registros de infrações, imagens e dados de videomonitoramento;
- IV – integrações sistêmicas, APIs, parâmetros de inteligência artificial e protocolos de segurança;
- V – dados pessoais de cidadãos, condutores, proprietários de veículos, agentes públicos e operadores;
- VI – relatórios gerenciais, estratégias operacionais e métodos de processamento de dados.

9.3. As informações referidas constituem informação privilegiada e estratégica da CONTRATANTE, podendo ser utilizadas exclusivamente para o

cumprimento das obrigações decorrentes da Ata e dos contratos dela originados.

9.4. É expressamente vedado à CONTRATADA:

9.4.1. Utilizar as informações para quaisquer finalidades diversas da execução do objeto registrado;

9.4.2. Repassar, divulgar, disponibilizar ou compartilhar tais informações com terceiros, inclusive empregados, colaboradores ou subcontratados que não estejam diretamente vinculados à execução contratual e previamente autorizados, devendo todos os empregados, prepostos, colaboradores ou subcontratados autorizados assumir compromisso formal de confidencialidade;

9.4.3. Utilizar dados acessados para desenvolvimento próprio, fins comerciais, treinamento ou aperfeiçoamento de algoritmos, modelos de inteligência artificial ou qualquer outra finalidade não prevista na Ata;

9.4.4. Armazenar informações em ambientes tecnológicos não autorizados pela CONTRATANTE.

9.5. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger as informações e dados pessoais tratados, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), garantindo controle de acesso, rastreabilidade e segurança da informação.

9.5.1. Para fins da Lei nº 13.709/2018, a TRANSALVADOR atuará como **Controladora** dos dados pessoais tratados no âmbito desta Ata e dos contratos dela decorrentes, cabendo à CONTRATADA a condição de **Operadora**, devendo esta realizar o tratamento de dados exclusivamente de acordo com as instruções fornecidas pela Administração.

9.5.2. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados no âmbito desta Ata, prestando todas as informações necessárias para avaliação e adoção das medidas cabíveis.

9.6. A obrigação de confidencialidade subsistirá mesmo após o término da vigência da Ata ou dos contratos dela decorrentes, por prazo indeterminado, enquanto as informações não se tornarem públicas por ato legítimo da Administração.

9.7. O descumprimento desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal cabível.

CLÁUSULA 10 – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas técnicas, vícios, erros de integração sistêmica, vulnerabilidades de segurança ou indisponibilidade dos serviços implantados no âmbito do Núcleo de Operações Assistidas – NOA.

10.2. A ocorrência de falhas, imperfeições ou inadequações técnicas não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, ainda que a execução tenha sido acompanhada ou validada por fiscalização técnica.

10.3. A CONTRATANTE não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, tampouco por danos causados a terceiros decorrentes de atos, omissões, falhas técnicas, erros de configuração, vazamentos de dados ou condutas de empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA.

10.4. A CONTRATADA declara que considerou, na formulação de sua proposta, todos os tributos, encargos sociais, contribuições fiscais e parafiscais, custos operacionais, despesas com infraestrutura tecnológica, seguros, logística, atualização de sistemas, suporte técnico e demais encargos incidentes sobre a execução contratual, não sendo cabível pleito de revisão de preços por erro de estimativa ordinária ou previsão inadequada de custos previsíveis.

10.5. Para todos os fins de direito, não existirá vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e os empregados, técnicos, consultores ou colaboradores da CONTRATADA, correndo por conta exclusiva desta todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e fundiárias decorrentes das relações de trabalho.

10.6. A CONTRATADA será responsável por:

- I – falhas na interoperabilidade entre sistemas e infraestrutura;
- II – indisponibilidade dos serviços além dos limites estabelecidos em SLA;
- III – falhas de segurança da informação ou vulnerabilidades introduzidas por seus sistemas;
- IV – perda, corrupção ou tratamento inadequado de dados;
- V – danos decorrentes de parametrizações incorretas ou integrações mal executadas.

10.7. A CONTRATADA deverá manter mecanismos de controle, rastreabilidade e auditoria que permitam identificar responsabilidades técnicas em caso de falhas operacionais no ambiente do NOA.

10.8. Todas as comunicações entre as partes relativas ao presente Contrato deverão ser formalizadas por escrito, por meio físico protocolado ou por meio eletrônico institucional oficialmente indicado, com confirmação de recebimento.

10.9. Reuniões técnicas, de acompanhamento, homologação, integração ou avaliação de desempenho realizadas entre representantes credenciados das partes deverão ser registradas em ata ou relatório técnico, que integrará a documentação contratual.

10.10. A CONTRATADA responderá, inclusive após o término do contrato, por danos decorrentes de falhas ocultas, vícios de segurança ou irregularidades técnicas cuja causa esteja vinculada à execução contratual.

CLÁUSULA 11 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor contratual e fiscal técnico, ou por comissão formalmente designada pela CONTRATANTE, competindo-lhes verificar a conformidade técnica dos bens, sistemas, integrações e serviços implantados no âmbito do Núcleo de Operações Assistidas – NOA, preferencialmente com formação ou conhecimento técnico compatível com a área de tecnologia da informação, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA.

11.2. A fiscalização abrangerá, entre outros aspectos:

- I – o cumprimento dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço;
- II – a conformidade das entregas com as especificações do Termo de Referência;
- III – a verificação da interoperabilidade entre infraestrutura tecnológica e sistemas integrados;
- IV – o monitoramento dos níveis de serviço (SLA), disponibilidade e desempenho das plataformas;
- V – a observância das normas de segurança da informação e proteção de dados.

11.3. A presença da fiscalização técnica, inclusive nas dependências da CONTRATANTE ou nos ambientes tecnológicos do NOA, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por falhas técnicas, omissões, erros de

integração, indisponibilidade de sistemas ou vulnerabilidades verificadas na execução contratual.

11.4. A CONTRATANTE poderá recusar, sustar, determinar a correção ou o refazimento de quaisquer bens, sistemas, módulos, integrações ou serviços que estejam:

- I – em desacordo com as especificações técnicas contratadas;
- II – incompatíveis com os requisitos de interoperabilidade e integração;
- III – em desconformidade com padrões de segurança da informação;
- IV – em desacordo com a legislação aplicável ou com as cláusulas deste Contrato.

11.5. Caberá ao Fiscal do Contrato registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando à CONTRATADA as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas no prazo fixado, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

11.6. Poderão ser realizadas reuniões técnicas periódicas de acompanhamento, homologação e validação das soluções implantadas, devendo suas deliberações constar em ata ou relatório técnico que integrará a documentação contratual.

11.7. O aceite definitivo das entregas dependerá da comprovação do pleno funcionamento da solução no ambiente operacional do NOA, inclusive quanto à integração com sistemas preexistentes e à estabilidade operacional.

11.8. A CONTRATANTE poderá, sempre que necessário, realizar auditorias técnicas, testes de desempenho, testes de segurança e verificação de *logs* e rastreabilidade, com vistas a assegurar a continuidade operacional do NOA.

CLÁUSULA 12 – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Em garantia da plena, fiel e adequada execução do objeto relativo à modernização, ampliação e evolução tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas – NOA, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

12.3. Considerando a criticidade do ambiente operacional do NOA, a garantia deverá assegurar cobertura suficiente para:

- I – inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;
- II – multas administrativas aplicadas;
- III – prejuízos decorrentes de falhas técnicas relevantes;
- IV – custos de recomposição da continuidade operacional;
- V – danos causados à Administração ou a terceiros.

12.4. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, como condição para emissão da primeira Ordem de Serviço.

12.5. A garantia será obrigatoriamente revista e complementada sempre que:

- I – houver acréscimo do valor contratual;
- II – houver redução de sua representatividade percentual em razão de reajustes ou alterações contratuais;
- III – forem descontados valores a título de multas ou indenizações.

12.6. No caso de execução parcial ou total da garantia para cobertura de penalidades ou prejuízos, a CONTRATADA deverá recompor seu valor integral no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.7. A garantia permanecerá válida durante toda a vigência contratual e somente será liberada após:

- I – o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- II – a inexistência de pendências técnicas ou financeiras;
- III – o encerramento formal do contrato, inclusive quanto a eventuais responsabilidades remanescentes.

12.8. No caso de caução em dinheiro, a atualização monetária do valor depositado observará o índice oficial mais vantajoso à Administração entre a data do depósito e a data da devolução.

12.9. A liberação da garantia não exime a CONTRATADA de responder por vícios ocultos, falhas de segurança ou defeitos técnicos cuja origem esteja vinculada à execução contratual.

CLÁUSULA 13 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DO REAJUSTE

13.1. O valor do presente Contrato poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta ou do último reajuste, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

13.2. O reajuste incidirá exclusivamente sobre as parcelas de serviços continuados ou de natureza recorrente, não sendo aplicável retroativamente.

13.3. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo formalmente celebrado

entre as partes, observadas as justificativas técnicas e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à adequação da solução tecnológica do NOA, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Considerando a natureza evolutiva da solução tecnológica do NOA, poderão ocorrer alterações decorrentes de:

- I – ampliação da infraestrutura física e tecnológica;
- II – expansão do número de estações de trabalho, videowall ou equipamentos;
- III – inclusão de novos módulos sistêmicos ou funcionalidades de inteligência artificial;
- IV – necessidade de novas integrações com sistemas externos;
- V – ajustes técnicos para garantia de interoperabilidade e segurança da informação.

13.6. Toda alteração contratual deverá ser devidamente justificada nos autos administrativos, com demonstração:

- I – da necessidade técnica ou superveniência da demanda;
- II – da compatibilidade com os objetivos estratégicos do NOA;
- III – da existência de dotação orçamentária suficiente;
- IV – da manutenção da vantajosidade para a Administração.

13.7. Na hipótese de modificação quantitativa do objeto, deverá ser atualizado o quadro técnico de equipamentos, licenças, integrações ou serviços contratados, consolidando-se a nova configuração operacional do NOA.

13.8. Eventual revisão para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de comprovação documental de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.9. As alterações não poderão descaracterizar o objeto originalmente contratado nem comprometer a integridade sistêmica e a continuidade operacional do NOA.

CLÁUSULA 14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de infração contratual ou inadimplemento de suas obrigações, às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4. A multa poderá ser:

- I – **moratória**, no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento);
- II – **compensatória**, de até 20% (vinte por cento) do valor da parcela contratual correspondente, nos casos de inexecução total ou parcial, inclusive por descumprimento de níveis mínimos de desempenho (SLA), falhas técnicas ou inobservância de obrigações contratuais.

14.5. Poderão ser aplicadas glosas financeiras nas faturas mensais, conforme critérios de medição e desempenho definidos neste contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

14.6. A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da infração, o grau de culpa ou dolo, a reincidência e o impacto sobre a continuidade do serviço público.

14.7. A aplicação das penalidades não afasta a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros, nem prejudica a possibilidade de rescisão contratual por inexecução, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.8. As sanções aplicadas serão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos cadastros competentes, na forma da lei.

CLÁUSULA 15 – DA RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão devidamente motivada da CONTRATANTE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.2. Constituem, dentre outras hipóteses legais, motivos para rescisão:

- I – inexecução total ou parcial do objeto;
- II – descumprimento reiterado dos níveis de serviço (SLA);
- III – falhas graves que comprometam a continuidade operacional do NOA;
- IV – ocorrência de vulnerabilidades de segurança ou tratamento inadequado de dados;
- V – não manutenção das condições de habilitação;
- VI – atraso injustificado na implantação de módulos, integrações ou infraestrutura tecnológica.

15.3. Considerando tratar-se de solução tecnológica de missão crítica, a rescisão contratual deverá observar, sempre que tecnicamente possível, plano de transição operacional, garantindo a continuidade dos serviços do NOA até a assunção por novo contratado ou solução alternativa definida pela Administração.

15.4. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato por razões de interesse público devidamente justificadas, inclusive em decorrência de reestruturação administrativa, alteração estratégica ou mudança de modelagem tecnológica.

15.5. Na hipótese de rescisão unilateral por interesse público, será assegurado à CONTRATADA o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados até a data da rescisão.

15.6. A rescisão poderá ainda ocorrer por acordo entre as partes, desde que formalizada por escrito e devidamente justificada nos autos do processo administrativo.

15.7. Em qualquer hipótese de rescisão, a CONTRATADA deverá:

- I – disponibilizar toda a documentação técnica atualizada;
- II – transferir dados, registros, configurações e parametrizações;
- III – cooperar tecnicamente com eventual empresa sucessora;

IV – remover acessos e credenciais de seus prepostos, quando solicitado.

15.8. A rescisão não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade por obrigações já vencidas, multas aplicadas ou danos decorrentes de falhas verificadas durante a execução contratual.

15.9. Independentemente da causa de extinção contratual, a CONTRATADA deverá prestar apoio operacional à CONTRATANTE pelo prazo mínimo de 3 (três) meses, contados do término da vigência ou da formalização da rescisão, a fim de assegurar a transição assistida da operação, com disponibilização de suporte técnico, repasse de conhecimento e cooperação com eventual novo contratado, sem que tal obrigação implique prorrogação automática do contrato.

15.10. Em nenhuma hipótese a extinção contratual poderá resultar em bloqueio de acesso, perda de dados, descontinuidade operacional ou dependência tecnológica injustificada da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade, disponibilidade e portabilidade das informações, bem como a continuidade dos serviços.

15.10.1 As obrigações previstas neste dispositivo aplicam-se independentemente do modelo tecnológico adotado (SaaS, PaaS, IaaS, on-premise ou híbrido), observadas as limitações técnicas e jurídicas inerentes a plataformas de terceiros.

CLÁUSULA 16 – DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram ter pleno conhecimento de que estão sujeitas às disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), à Lei nº 14.133/2021, bem como às demais normas aplicáveis ao combate à corrupção, improbidade administrativa e atos lesivos à Administração Pública.

16.2. A CONTRATADA declara que não realizou, não oferece, não promete e não autoriza, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, vantagem indevida, doação ou benefício de qualquer natureza a agente público, servidor, empregado ou representante da Administração Pública Municipal, estadual ou federal, partido político ou candidato a cargo público, com a finalidade de influenciar ato ou decisão relacionada ao presente Contrato.

16.3. A CONTRATADA declara que seus sócios, administradores e dirigentes não exercem função pública que configure conflito de interesses com o objeto contratado, comprometendo-se a comunicar imediatamente à CONTRATANTE eventual situação superveniente que possa caracterizar impedimento ou incompatibilidade.

16.4. A CONTRATADA compromete-se a:

- I – adotar práticas de integridade e governança compatíveis com a complexidade e o vulto do objeto contratado;
- II – orientar seus empregados, colaboradores e subcontratados quanto às normas anticorrupção;
- III – não praticar atos que atentem contra os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade administrativa;
- IV – cooperar integralmente com eventuais auditorias, investigações ou diligências realizadas pela CONTRATANTE ou por órgãos de controle.

16.5. No âmbito específico do objeto do NOA, a CONTRATADA compromete-se a atuar com absoluta transparência na execução dos serviços tecnológicos, especialmente quanto à implantação de sistemas, parametrizações, integrações, fornecimento de equipamentos e relatórios técnicos, vedada qualquer manipulação indevida de dados, indicadores ou resultados operacionais.

16.6. A constatação de prática de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da legislação aplicável, poderá ensejar:

- I – rescisão contratual unilateral;
- II – aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;
- III – comunicação aos órgãos de controle e responsabilização administrativa, civil e penal cabível.

16.7. A obrigação de observância das normas anticorrupção subsistirá durante toda a vigência contratual e mesmo após seu encerramento, no que couber.

CLÁUSULA 17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

17.1. A CONTRATADA deverá indicar, na data da assinatura do Contrato, o nome, telefone e endereço eletrônico de profissional habilitado que atuará como seu preposto técnico junto à TRANSALVADOR, com poderes para representar a empresa na execução contratual e prestar esclarecimentos operacionais e administrativos.

17.2. Em caso de cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária da CONTRATADA, deverá ser assegurada a continuidade da execução do objeto contratado, mediante comprovação da manutenção das condições de habilitação e capacidade técnica originalmente exigidas.

17.3. A CONTRATADA obriga-se ao perfeito e integral cumprimento das disposições deste Contrato, respondendo por danos e prejuízos que venha a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de inadimplemento, falha técnica, erro de integração sistêmica ou descumprimento de obrigações legais.

17.4. É vedada a transferência total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a cessão do contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

17.5. O não exercício, por qualquer das partes, de direito, prerrogativa ou faculdade assegurada neste Contrato não importará renúncia, novação ou alteração contratual, podendo ser exercido a qualquer tempo.

17.6. Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

- I – o Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2026;
- II – o Termo de Referência e seus anexos;
- III – a Ata de Registro de Preços nº ____/2026;
- IV – a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- V – as Ordens de Serviço emitidas.

17.7. Os serviços poderão ser executados nas dependências da TRANSALVADOR, nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Salvador, bem como em vias públicas, espaços urbanos e instalações vinculadas ao sistema de monitoramento e gestão de trânsito, sempre que necessário à plena operacionalidade do NOA.

17.8. Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, como o único competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.9. E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, após leitura e conferência, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, ____ de _____ de 2026.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO DE SALVADOR – TRANSALVADOR

CNPJ n. 10.603.491/0001-19

Diego Costa de Brito

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO IX DO EDITAL

MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19104/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026 – TRANSALVADOR

A **SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO DE SALVADOR – TRANSALVADOR**, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ nº 10.603.491/0001-19, localizada no endereço constante no rodapé, neste ato representada por seu Superintendente Executivo, Sr. **Diego Costa de Brito**, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDOR**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO**, decorrente da Concorrência Eletrônica nº ____/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 36.605/2023 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas integrados, destinados à **modernização, ampliação e evolução tecnológica do Núcleo de Operações Assistidas – NOA**, da TRANSALVADOR, compreendendo:

- I – Infraestrutura física e tecnológica, equipamentos e kits operacionais;
- II – Implantação, integração, parametrização e customização de sistemas e plataformas tecnológicas;
- III – Licenciamento de softwares, módulos de inteligência artificial e

ferramentas analíticas;

IV – Serviços especializados de suporte técnico, manutenção evolutiva e operação assistida;

V – Capacitação técnica e treinamentos correlatos.

1.2. O objeto será executado conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora, que integram este instrumento independentemente de transcrição.

1.3. A solução encontra-se estruturada em 02 (dois) lotes, podendo ser contratados de forma independente, conforme a necessidade da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços registrados correspondem aos valores ofertados pelo PROMITENTE FORNECEDOR em sua proposta comercial, classificados no certame, para o(s) lote(s), **perfazendo o valor global estimado de R\$ _____ (_____)**, conforme planilha anexa.

2.2. Os valores registrados constituem teto máximo para futuras contratações, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. A TRANSALVADOR atuará como ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, §5º, do Decreto Municipal nº 36.605/2023, considerando tratar-se de objeto de natureza específica e vinculado às suas atividades finalísticas.

3.2. Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR a gestão da Ata, o controle dos quantitativos registrados e a fiscalização das contratações dela decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

4.1. Fica instituído Cadastro de Reserva, composto pelos licitantes classificados que tenham aceitado cotar o objeto em igualdade de condições com o primeiro colocado, observada a ordem de classificação final.

4.2. O Cadastro de Reserva será convocado nas hipóteses de cancelamento do registro do titular, recusa em contratar ou descumprimento de obrigações, respeitada a ordem classificatória.

4.3. A assunção da titularidade dependerá da comprovação de manutenção das condições de habilitação e da concordância com os preços e condições originalmente registrados.

4.4. A alteração da titularidade será formalizada por termo específico e devidamente publicada.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO

6.1. A prorrogação da Ata dependerá de concordância expressa das partes e da comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

6.2. A Administração realizará análise de mercado para verificar a compatibilidade dos preços antes da prorrogação.

6.3. A prorrogação será formalizada mediante Termo de Prorrogação, devidamente instruído nos autos e assinado pelas partes.

6.4. O Termo de Prorrogação será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES

7.1. As contratações serão formalizadas por Ordem de Serviço ou instrumento contratual específico.

7.2. A execução observará o regime sob demanda, compatível com o Sistema de Registro de Preços.

7.3. Os serviços de disponibilidade contínua dependerão de Ordem de Serviço específica, observados níveis de serviço (SLA) e critérios de medição.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR

8.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

8.1.1 Assinar a ata, no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da convocação;

8.1.2 Indicar, no prazo máximo de 05 dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

8.2. Cumprir integralmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

8.3. Garantir interoperabilidade entre sistemas e infraestrutura.

8.4. Manter as condições de habilitação durante toda a vigência.

8.5. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

8.7. Assegurar continuidade operacional do NOA em eventual transição contratual.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, conforme índice previsto no Edital.

9.2. Poderão ser revistos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação de fato superveniente.

9.3. A revisão dependerá de solicitação fundamentada e análise técnica do Órgão Gerenciador.

9.4. Não havendo acordo, poderá haver cancelamento do registro, assegurado o contraditório.

9.5. Toda alteração de preços será formalizada por termo específico e devidamente publicada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará o fornecedor às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O registro poderá ser cancelado nas hipóteses legais, assegurados contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado conforme condições previstas no Edital e Termo de Referência, mediante atesto da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

13.1. A Ata de Registro de Preços, bem como suas alterações, prorrogações, cancelamentos ou revogações, serão publicadas no PNCP e no Diário Oficial do Município.

13.2. A publicação constitui condição de eficácia do ato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram este Termo o Edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora e os demais documentos do Processo nº 19104/2026.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Salvador/BA para dirimir controvérsias.

E, por estarem assim justos e compromissados, firmam o presente Termo.

Salvador/BA, ____ de _____ de 2026.